

EDVALDO CORREA SOTANA

**A PAZ SOB SUSPEITA – REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE A
MANUTENÇÃO DA PAZ MUNDIAL, 1945-1953**

ASSIS - SP

2010

EDVALDO CORREA SOTANA

**A PAZ SOB SUSPEITA – REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE A
MANUTENÇÃO DA PAZ MUNDIAL, 1945-1953**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista, para a obtenção do título de
Doutor em História (Área: História e
Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto

ASSIS - SP

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Seção de Biblioteca – CPAQ/UFMS, Aquidauana, MS, Brasil)

S717p Sotana, Edvaldo Correa
A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953/ Edvaldo Correa Sotana. -- Assis, SP, 2010.
272 fls. ; 30 cm.

Orientador: Áureo Busetto.
Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis -
Universidade Estadual Paulista.

1. Imprensa e política - Brasil. 2. Paz – sociedade, etc. 3. Relações exteriores – política e governo - história. I. Busetto, Áureo. II. Título.

CDD (22) 327.172

EDVALDO CORREA SOTANA

**A PAZ SOB SUSPEITA – REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE A
MANUTENÇÃO DA PAZ MUNDIAL, 1945-1953**

COMISSÃO JULGADORA

Tese apresentada para a obtenção
do título de Doutor

Presidente e Orientador: Dr. Áureo Busetto (UNESP/ Assis)

1º Examinador: Dr. Claudinei Magno M. Mendes (UNESP/Assis)

2º Examinador: Dr. Lincoln Ferreira Secco (USP)

3º Examinador: Dr. Maximiliano Martin Vicente (UNESP/Bauru)

4º Examinadora: Dr. Tania Regina de Luca (UNESP/ Assis)

Assis, 18 de Agosto de 2010.

*Dedico este trabalho a minha mãe
Creusa Correa Sotana, minha irmã Vivi &
meu irmão Tatu, sempre forças da minha
vida.*

Agradecimentos

Inicialmente, gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento de grande parte da pesquisa, sem o qual não teria sido possível realizar a coleta de material em diversos arquivos ou participar de inúmeros congressos. Aos Funcionários da Biblioteca da FCL – UNESP/ Assis, do Programa de Pós- graduação, do CEDAP e do Departamento de História, especialmente Zélia, Marlene, Regina e Clarice, meu sincero agradecimento pela enorme paciência, prontidão e qualidade no atendimento. Sou grato também aos funcionários da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, da Biblioteca Bastos Tigre, da Biblioteca Mário de Andrade, da Biblioteca e Centro de Documentação do MASP e do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM).

Agradeço as sugestões e críticas formuladas pelos professores Carlos Eduardo Jordão Machado, Sérgio Norte e Wilton C. Silva. Aos professores Clodoaldo Bueno e Tânia Regina de Luca agradeço imensamente pelas inúmeras críticas, indagações e sugestões formuladas no exame de qualificação. Agradeço também a paciência e competência com que o professor Áureo Busetto orientou a pesquisa. Apesar de nem sempre aproveitadas pelo orientando, as indagações precisas e as sugestões pertinentes foram fundamentais na elaboração da tese. Ao amigo Áureo, agradeço pelas precisas palavras mencionadas nas horas de alegria ou de aperto, tão fundamentais para minha formação como pesquisador, professor e ser humano.

Aos amigos da Pós – graduação, particularmente Paulo Gustavo, João, José Carlos, Sérgio, Rodrigo Davi, Iuri e Lídia, agradeço as inúmeras sugestões e, principalmente, por poder compartilhar minhas dúvidas e expectativas nas salas de aula ou nas mesas do Ex-tensão. Aos companheiros de orientação – Gustavo, Eduardo Amando, Eduardo de Campos, Osmani da Costa e José Aloisio – sou grato pela ótima convivência e produtiva troca de conhecimento. Aos amigos Cândido Moreira Rodrigues, Sérgio Cesar Fonsceca, Weslei R. Cândido, Eduardo Werneck, Eduardo Giavara, Carlos Gustavo agradeço pelas sugestões sempre regadas a muita cerveja e uma boa divagação acadêmica. Sou grato também a Marilda Beijo, Berta Lúcia, Rodirlei, Rogério, Rozinei, Rosana, Cláudio, Leandro e Edelberto Pauli. Aos professores do Departamento de História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana – especialmente João Fernando e Miguel Rodrigues – agradeço pela liberação de parte das

atividades burocráticas e pela oportunidade de produtivo diálogo nos espaços universitários e nos espaços de boemia. Devo a Cristiane Jerônimo à imprescindível revisão do texto e a Gelise a versão do resumo para o inglês.

Na pessoa do Tio Sérgio, agradeço os familiares por compreenderem os momentos que não pude estar presente e, com muito carinho, sempre me incentivaram. Aos amigos (irmãos) Hugo, Allan, Alex, Leuri, Adriano e Diego agradeço por tornarem a vida mais alegre, compreensível e prazerosa. As amigas Gelise, Fran, Rô, Carol, Bia, Tati, Karen, Ana Paula, Priscila e Ellen agradeço por sempre ajudarem, acolhendo sonhos e projetos, assim como sempre incentivando nesta difícil jornada. Agradeço também a todos aqueles que tornaram minha vida mais agradável em Aquidauana, especialmente Vanessa, Elisandra, Eliane, Verinha, Lidia, Adriano, Alessandro, Ana, Keli, Jaci, Paty e Bela. Aos companheiros da casa – Tiago, Eugênio, Luiz, Higor e Eduardo – agradeço o incentivo e amizade sempre fundamentais para tornar os dias pantaneiros menos áridos. A Mariana Salatini sou grato pelo ótimo convívio e pelo fundamental incentivo em grande parte do período utilizado para a confecção da tese. Não poderia deixar de expressar minha gratidão a acolhida sempre especial e afetuosa que tive no seio da família Salatini. A Giovanna agradeço por compartilhar sonhos e pelo especial carinho sempre fundamental para o desfecho desta jornada.

A Vivi e Tatu, irmãos queridos, agradeço pela paciência, incentivo, carinho e amor sempre fundamentais tanto na dura jornada de produção da tese quanto no especial convívio do lar. Aos cunhados Vanderlei e Gi, bem como aos irmãos de coração Luis Fernando e Amanda, sou grato por estarem sempre presentes trazendo enorme alegria a minha vida. A pequena Luiza devo a oportunidade de conhecer o sorriso da vida! Agradeço pela ajuda que você nem sabe que deu minha afilhada. A minha mãe Creusa sou grato pelo cuidado com a minha educação, pelo incentivo na construção do meu caminho acadêmico e pelo fundamental carinho sempre demonstrado com sábias palavras e belos gestos de amor.

“Comentem os comentadores, critiquem os críticos, falem os oradores, escrevam os jornalistas; mas façam-no para criar ao redor do conclave transcendental uma atmosfera também superior de problemas objetivos, de aspirações humanas, de critérios jurídicos; estes podem e devem divergir (Deus nos livre de qualquer coisa parecida com um orquestração adjetivante e combinada ...) e só não devem, a nosso ver, descer desse nível para o terreno indesejável das discussões sem alcance ou dos subjetivismo de campanário” (*Correio da Manhã*. 02/08/1947, p. 01).

“Habitamos em um mundo dividido, com medo de uma nova guerra mundial, da bomba de hidrogênio, das armas atômicas. Medo de que uma das duas grandes potências que disputam entre si a liderança acione uma alavanca e libere um poder capaz de destruir a humanidade. (...) Formam-se grandes blocos de nações para a defesa comum. (...) Explica-se, por tudo isso, que os acontecimentos internacionais ocupem cada vez mais espaço na primeira página dos jornais em qualquer parte do mundo. Os povos começam a pensar e a sentir internacionalmente, vendo-se cada vez mais afetados pelas decisões de outros povos.” (JOBIM, 1960, p. 113-4).

“Desde que, na verdade, admitimos a impossibilidade de manter-se essa precária paz que suportamos há três anos, mas que na verdade, menos que paz, antes parece um simples armistício; desde que nos declaremos impotentes para satisfazer as insólitas exigências russas; desde que, numa palavra, sentimos que se aproxima uma nova guerra, manda-nos a mais rudimentar coerência que abandonemos todas as hesitações e todas as esperanças infundadas para atirarmo-nos, decididamente, aos preparativos para a defesa.” (*O Estado de S. Paulo*, 14/10/1948, p. 03)

SOTANA, Edvaldo Correa. **A paz sob suspeita - representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953**. Assis - SP, 2010, 255fls. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

O objetivo central desta tese de doutoramento é levantar e analisar as representações sobre a manutenção da paz mundial que foram encetadas e veiculadas pela chamada grande imprensa brasileira no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia. Nesta direção, são apresentados e analisados os agentes e as práticas envolvidos no processo de produção e divulgação do material jornalístico brasileiro que trataram de temas referentes à manutenção da paz mundial, assim como igualmente dos espaços dedicados e das fontes utilizadas pelos periódicos no tratamento jornalístico do tema, sempre sem perder de vista as relações existentes entre a imprensa e a política durante o período enfocado. Para tanto, tem-se como fonte documental e objeto de análise os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e a revista *O Cruzeiro*. O material levantado e analisado permite afirmar que os jornais brasileiros suspeitavam, desconfiavam ou lançavam dúvidas sobre as possibilidades da manutenção da paz mundial, concorrendo simbolicamente para nomear e classificar os agentes responsáveis por construir um mundo pacífico ou provocar um novo conflito no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Com algumas nuances e diferenças, os órgãos impressos posicionaram-se política e ideologicamente a favor ou contra os Estados Unidos e a União Soviética, sendo ambas as nações representadas, respectivamente, como os responsáveis pela promoção e manutenção da paz mundial e como a desencadeadora de novos conflitos mundiais. É intenção do trabalho, portanto, demonstrar que a grande imprensa brasileira construía representações da União Soviética como ameaça a manutenção da paz mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; paz mundial; Guerra Fria.

SOTANA, Edvaldo Correa. **Peace under suspicion. Journalistic representations about the world peace maintenance, 1945-1953.** Assis - SP, 2010, 255fls. Doctoral thesis (History). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

The main purpose of this doctoral thesis is to raise and analyze the representations about the world peace maintenance which were begun and broadcasted by the called great Brazilian press in the period between the end of the Second World War and the Korean War. In this way, the agents and the practices involved in the production and divulgation process of the Brazilian journalistic material that dealt with different themes to the world peace maintenance are presented and analyzed, as well as the dedicated spaces and the sources used by the periodicals in the journalistic treatment of the subject, without losing sight of the relations existing between the press and the policy during the focused period. For both, the documentary sources and objects of analysis are the newspapers *O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, and the magazine *O Cruzeiro*. The raised and analyzed material allows to say that the Brazilian newspapers suspected, distrusted or raised doubts about the possibilities of the world peace maintenance, competing symbolically to name and classify the responsible agents for building a peaceful world or provoking new conflicts in the period immediately after the Second World War. With some nuances and differences, the press took the position itself political and ideologically being for or against the United States of America and the Soviet Union, being both nations represented, respectively, as the responsible for promoting and maintaining the world peace and initiating new world conflicts. The work intention is, therefore, to demonstrate that the great Brazilian press used to build representations of the Soviet Union as some threat to the world peace maintenance.

KEYWORDS: Press; world peace; Cold War.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Primeira página do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	p.52
IMAGEM 2 – Primeira página do jornal <i>Correio da Manhã</i>	p.55
IMAGEM 3 – Primeira página do jornal <i>Folha da Manhã</i>	p.57
IMAGEM 4 – Charge: “O Tema”	p.143
IMAGEM 5 – Charge: “Pergunta Ociosa”	p.146
IMAGEM 6 – Charge: “Carnaval”	p.152
IMAGEM 7 – Charge: “Blocos”	p.159
IMAGEM 8 – Charge: “Entendimento”	p.160
IMAGEM 9 – Charge: “A Paz”	p.161
IMAGEM 10 – Charge: “A lição dos Chavantes”	p.164
IMAGEM 11 – Charge: “A paz em guerra”	p.165
IMAGEM 12 – Charge: “O modelo e os pintores”	p.166
IMAGEM 13 – Charge: “Os protetores”	p.173
IMAGEM 14 – Charge: “Brinde em Moscou”	p.174
IMAGEM 15 – Charge: “Face a Face”	p.176
IMAGEM 16 – Charge: “Um quarto de melancia”	p.183
IMAGEM 17 – Charge: “Conferências entre os ‘Big Four’”	p.184
IMAGEM 18 – Charge: “A mulher serrada viva”	p.210
IMAGEM 19 – Mapa: “Conquistas sem guerra”	p.213
IMAGEM 20 – Charge: “Ballet Russo – O controle atômico – 2 ano”	p.219
IMAGEM 21 – Mapa: “Ofensiva de Paz Soviética”	p.239

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI - Anuário Brasileiro da Imprensa

API - Associated Press Internacional

CM - Correio da Manhã

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DSP- Diário de S. Paulo

FM - Folha da Manhã

FN- Folha da Noite

JB - Jornal do Brasil

OESP- O Estado de S. Paulo

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista do Brasil

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RPN - Revista Publicidade e Negócios

TP - Tribuna Popular

UDN - União Democrática Nacional

UPI - United Press Internacional

VO - Voz Operária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.13
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA E OS ESPAÇOS IMPRESSOS À PAZ MUNDIAL	p.29
1. Os periódicos: caracterização e trajetória gráfica	p.29
2. A primeira página às notícias internacionais	p.45
3. Do editorial ao traço do humor	p.59
CAPÍTULO II – FONTES JORNALÍSTICAS E PROCESSOS NA EDIÇÃO DA PAZ MUNDIAL	p.68
1. Correspondentes Internacionais	p.68
2. Agências Internacionais de Notícias	p.82
3. Diplomatas e o Ministério de Relações Exteriores	p.109
CAPÍTULO III – EXPECTATIVAS DA IMPRENSA SOBRE O RETORNO DA PAZ MUNDIAL ENTRE O APAGAR DA GUERRA QUENTE E O ASCENDER DA GUERRA FRIA	p.125
1. Do júbilo da paz à ameaça de hecatombe nuclear	p.125
2. Sementes de outra guerra na Assembléia da ONU	p.140
3. Marchas e contra-marchas: a formação dos blocos ameaça a paz mundial	p.148
4. Democracias unidas pela paz mundial	p.168
CAPÍTULO IV – UNIDADE CONTINENTAL E BRASIL NA MANUTENÇÃO DA PAZ MUNDIAL: EXPECTATIVAS JORNALÍSTICAS	p.180
1. Entre a cena internacional e a manutenção da paz interna	p.180
2. Solidários na guerra e unidos na paz	p.187
CAPÍTULO V - DA PAZ À GUERRA DA CORÉIA	p.207
1. O expansionismo como ameaça à paz mundial	p.207
2. Ofensiva de paz ou preparação para a guerra	p.222
3. A batalha da paz	p.235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.253
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.259

INTRODUÇÃO

A Guerra Fria foi marcada por embates ideológicos, tensões diplomáticas e disputas políticas entre adeptos do capitalismo e do comunismo. Durante a sua vigência, entre 1946 e o final da década de 1980, Estados Unidos e União Soviética se ameaçavam constantemente e conviviam com a possibilidade de conflitos militares altamente devastadores¹. Com o seu desfecho, parecia inaugurar um momento de paz e prosperidade. Pautado numa intensa militância pacifista, o pensador italiano Norberto Bobbio (2003, p.08-10) argumentou que “após a inesperada e imprevista solução pacífica da Guerra Fria, sem derramamento de sangue, o mundo tinha se aberto para a esperança do fortalecimento de uma paz duradoura”.

Entretanto, o final da Guerra Fria tornou o mundo ainda mais instável e imprevisível (GONÇALVES, 2000, p.225). Na nova ordem mundial, figurava a tradicional ameaça de proliferação de armas nucleares, a utilização de violência nas disputas pelo poder em “regiões periféricas”, com freqüentes conotações étnicas ou, então, atrocidades sistemáticas contra populações civis, como limpeza étnica, genocídios e movimentações interfronteiras de massas humanas para escapar a esse destino (VELASCO E CRUZ, 2003, p. 170). Lessa e Meira (2001, p. 47) ressaltaram que a ordem internacional sofreu constantes ameaças em decorrência da emergência descontrolada de forças que dormiram embaladas pelos ruídos da Guerra Fria. Por isso, afirmaram que os riscos à manutenção da paz já podiam ser identificados no vigor dos fundamentalismos, dos nacionalismos e dos ideais de superioridade étnica, bem como nas manifestações de governos radicais ou marginais, na atuação dos narcotraficantes e dos terroristas transnacionais. Além disso, é possível acrescentar que as ameaças à paz mundial materializaram-se nos conflitos desencadeados com a invasão do Kuwait, a Guerra do Iraque, o conflito de Kosovo e o ataque ao World Trade Center, assim como a invasão norte-americana ao Afeganistão e ao Iraque.

¹A Guerra Fria constitui-se num fenômeno complexo para os estudiosos ocupados com a História Contemporânea. Vizontini (2000, p. 198 – 204) ressaltou que o discurso proferido por Churchill, em 1946, numa universidade norte-americana, afirmando que uma cortina de ferro descera sobre metade da Europa, transformou-se em “símbolo maior dos ventos da Guerra Fria”. Argumentou, ainda, que a rivalidade foi impulsionada, em 1947, pela proclamação da doutrina Truman, pelo plano Marshall e pelo discurso em que Zdanov, então dirigente soviético, afirmou ser irredutível o antagonismo entre socialismo e capitalismo. Para entender seu desfecho, salientou a necessidade de considerarmos as reformas políticas e econômicas empreendidas, em 1985, pelo então dirigente soviético Mikhail Gorbachev, pois, menos de três anos depois de iniciadas, Glasnost e Perestroika colaboraram para o fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS.

Esses conflitos foram amplamente divulgados nas páginas de jornais e revistas internacionais e nacionais, nos programas de rádio e noticiários televisivos, a começar pela cobertura da Guerra do Golfo, primeiro conflito bélico a ser transmitido “ao vivo” para o mundo todo, no trabalho realizado pela rede de televisão *Cable News Network* (CNN) (PERES, 2005, p. 24). Na ânsia de tratar o extraordinário, a mídia apresentava os mais diversos e brutais aspectos desses conflitos. Retratava, inclusive, a condenada ação contra os civis, quase sempre como prisioneiros de guerra ou como mortos por equívocos dos chamados bombardeios cirúrgicos. Diariamente, a cobertura jornalística levava o telespectador ou leitor comum a deparar-se com atrocidades de guerra, sobretudo quando o matar e o estropiar apareciam como uma conseqüência remota de apertar um botão ou girar uma alavanca ou, então, quando as cenas veiculadas pela televisão demonstravam que, embaixo dos bombardeiros aéreos, não estavam pessoas que podiam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos, como bem descreveu o historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 57).

Era outra, no entanto, a postura da imprensa com relação aos movimentos e as ações que eram contra as guerras e que lutavam pela manutenção da paz mundial. Nos últimos anos, os meios de comunicação dedicaram um espaço muito maior aos eventos bélicos do que as ações pela paz, mesmo com a eventual participação de milhares de pessoas nos movimentos contra a guerra, como ocorreu, por exemplo, na ex-Iugoslávia, em 1995. (BOBBIO, 2003, p. 10).

Em períodos mais distantes, a paz mundial já foi um tema muito abordado pela imprensa escrita brasileira. Centenas de matérias enfocaram a Conferência da Paz em Paris (1946), o Congresso de Intelectuais realizado na cidade polonesa de Wroclaw (1948), o Congresso Mundial da Paz realizado em Varsóvia (1951), o Congresso Internacional pela Paz em Viena (1952) e a Reunião do Conselho Mundial da Paz em Estocolmo (1954). Foram publicados, também, matérias sobre o manifesto pela paz na cidade de São Paulo (1949), o Movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas (1950-1951), o Segundo Congresso Brasileiro pela Paz (1950), o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, a coleta de assinaturas para a Campanha em Prol do Conselho Mundial pela Paz (1951 e 1952), o Movimento Carioca pela Paz (1953), a campanha contra a Guerra na Coréia e a atuação dos inúmeros Comitês Pró-paz, como o da cidade de Santos (1952). Os periódicos também trataram da paz mundial em função da criação da ONU, das inúmeras reuniões dos Chanceleres dos EUA, Inglaterra, URSS e França, da Conferência Interamericana Para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente (1947) e da

IX Conferência Panamericana (1948), assim como da ocupação da Grécia e da Turquia, do Bloqueio de Berlim, da divisão da Alemanha, da Doutrina Truman, do Plano Marshall e da Guerra da Coréia.

Em meio ao noticiário sobre aqueles eventos, congressos e acontecimentos, a imprensa brasileira também elaborava representações sobre a paz mundial. Dessa forma, objetiva-se analisar o material jornalístico sobre a paz mundial entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final da Guerra da Coréia. Especificamente, esta tese é centrada na análise histórica de notícias, editoriais, artigos assinados, colunas fixas e charges que encetavam representações sobre a ausência, cessação, desmobilização ou solução das guerras. Convém esclarecer, ainda, que não é objetivo deste trabalho estudar a campanha pela paz mundial ou os acontecimentos internacionais que colocavam em risco a paz no mundo, mas as representações sobre a paz construídas pela imprensa impressa brasileira em decorrência de tais campanhas e acontecimentos. O material publicado em parte da chamada grande imprensa – *O Estado de S. Paulo (OESP)*, *Folha da Manhã (FM)*, *Diário de S. Paulo (DSP)*, *Correio da Manhã (CM)*, *Jornal do Brasil (JB)* e, ainda, na revista *O Cruzeiro* – será objeto dessa análise². A par deste objetivo, há também o de historiar e analisar os principais aspectos da produção do discurso jornalístico em relação a paz mundial e aos espaços dedicados à sua veiculação, sem, é claro, deixar de refletir sobre as relações existentes entre mídia e política no Brasil contemporâneo.

Com base nos dados colhidos, foi possível constatar que os jornais brasileiros suspeitavam, desconfiavam ou duvidavam das possibilidades de estabelecimento e manutenção da paz mundial. No período inicial de um novo estado de beligerância/paz, os periódicos lutavam para nomear e classificar os agentes responsáveis por promover a pacificação mundial ou provocar a guerra. Com nuances e diferenças entre os órgãos, não funcionando como um bloco homogêneo, atentos às possibilidades de adquirir recursos financeiros provenientes de anúncios publicitários e procurando se apresentar como distante dos partidos ou grupos políticos, os periódicos construíam representações sobre os EUA como responsáveis pela manutenção da paz

² No processo de pesquisa, também foram levantadas informações na imprensa comunista. Os jornais *Tribuna Popular* (1945-1948), *Voz Operária* (1949-1959) e a revista *Problemas* (1947-1956) foram objeto da investigação. Entre 1945 e 1953, esses órgãos impressos publicaram 65 matérias jornalísticas sobre a paz mundial. A grande maioria procurava informar e opinar sobre o Movimento Pela Paz Mundial, a campanha pacifista empreendida pela União Soviética e, também, construir representações de Stálin como líder mundial que lutava para estabelecer a paz. O jornal *Voz Operária* chegou a manter colunas específicas para tratar do assunto, tais como: “Movimento dos Partidários da Paz”, “Noticiário da Paz” e “Ação em defesa da Paz”. Como a presente tese procura analisar as representações da paz mundial veiculadas por órgãos da grande imprensa brasileira, o material jornalístico publicado nos periódicos comunistas será objeto de análise futura.

mundial e, ao contrário, sobre a União Soviética como nação propulsora de novos conflitos. O posicionamento da grande imprensa³ formulando representação dos Estados Unidos como agente responsável por pacificar o mundo e da União Soviética como ameaça à manutenção da paz mundial pode ser entendido em razão do nível de organização das empresas jornalísticas e a forma de se fazer jornalismo internacional no Brasil, bem em decorrência das relações dos veículos de comunicação impressa com o poder político e o mercado.

É pertinente tecer algumas observações sobre a imprensa impressa brasileira entre o final dos anos 1940 e durante a década de 1950. Além do aumento no número de periódicos, da ampliação do espaço para a veiculação de anúncios publicitários e da utilização de telegramas para a produção do noticiário sobre o mundo, os jornais brasileiros também vivenciavam a transição do jornalismo político-literário para o empresarial, mudança marcada pela intenção de produzir o jornalismo neutro, objetivo e distante dos partidos e grupos políticos. Do mesmo modo, os jornais procuraram implantar um padrão empresarial de gestão, caracterizado por formas de gerência mais impessoais e por estruturas administrativas que pretendiam racionalizar o processo de produção e circulação do material jornalístico. Além disso, formalizavam uma série de procedimentos de redação que incidiam, principalmente, sobre as notas e reportagens, gêneros jornalísticos considerados informativos. Dentre eles, pode-se ressaltar o lide, a pirâmide invertida, o copidesque e os manuais de redação. Ao mesmo tempo, os jornais buscavam separar os espaços jornalísticos opinativos ou literários – crônicas, artigos assinados, colunas fixas e editoriais – dos lugares pretensamente dedicados a transmissão da informação de forma objetiva e impessoal. A parte gráfica dos jornais também se transformou com o desenvolvimento de novas técnicas de redação, a utilização de um novo conceito de fotojornalismo e a associação entre imagens e textos. Diversos aspectos desse processo foram impulsionados, muito provavelmente, pelo surgimento dos jornais *Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951), bem como pelas reformas redacionais, gráficas e editoriais do *Diário Carioca* (1950) e do *Jornal do Brasil* (1956) (RIBEIRO, 2006, p. 427-8).

³ A utilização da expressão “grande imprensa” não é acompanhada de uma visão pejorativa sobre os órgãos impressos com periodicidade irregular, baixa tiragem/vendagem, pequeno número de anúncios publicitários e precária estrutura administrativa. É preciso lembrar que a expressão grande imprensa pode adquirir sentidos e significados peculiares dependendo do momento histórico em que ela é empregada. Circulação, perenidade, aparelho técnico, organizacional e financeiro são aspectos que ajudam a delimitar os periódicos que pertencem à chamada grande imprensa (DE LUCA, 2008, p. 149).

A análise do material veiculado por órgãos da imprensa escrita brasileira, nos anos imediatamente posteriores a Segunda Guerra Mundial, pode ser caracterizada como vinculada à chamada história política. Vale indicar que a historiografia das últimas décadas vivenciou o (re) surgimento da história política como campo privilegiado de estudos. Esse retorno ao político não foi uma retomada do culto aos grandes heróis ou de uma história política factual. Essa revalorização foi impulsionada pela definição de novos objetos, de novas problemáticas e de novas abordagens (REMOND, 1999, p. 51 – 8).

Com o desenvolvimento da “nova história política”, a mídia ganhou visibilidade como objeto de estudo. Mesmo assim, é preciso lembrar que parte da historiografia política brasileira ainda utiliza os produtos midiáticos apenas como fonte de pesquisa de temas específicos. Conforme ressaltou Busetto (2008, p 15), em alguns trabalhos a mídia imprensa ainda serve como “manancial de informações e dados para o estudo de um tema ou período histórico específico” sem que os estudiosos se preocupem em entender “a dinâmica e os efeitos de concorrência entre as diferentes mídias e a existente no interior do próprio jornal e revista analisados”. Em certos aspectos, parece possível salientar que “a estrutura dos meios de comunicação de massa e seu lugar na sociedade brasileira” são temas ainda pouco conhecidos dos estudiosos brasileiros, sobretudo quando observamos o contraste com a abundância de trabalhos disponíveis sobre seus “congêneres europeus e norte-americanos” (TASCHNER, 1987, p. 21).

Desde a década de 1960, estudiosos brasileiros como Sodré (1967), Bahia (1967), Abreu (1996), Barbosa (2007) e Ribeiro (2007) têm procurado analisar e desvendar o processo de modernização da imprensa impressa brasileira. É certo que a produção historiográfica tem se ocupado em precisar os aspectos ligados à modernização da imprensa impressa brasileira, sobretudo no que tange a transição do jornalismo opinativo para o jornalismo informativo, inspirado no modelo norte-americano de produção da notícia. No entanto, os pesquisadores têm atribuído pouca atenção à coleta e análise de dados que ajudem a entender os processos de produção e veiculação do material jornalístico entre o final da década de 1940 e início da década de 1950. Alguns trabalhos associam a constituição da primeira página ao processo de modernização da imprensa impressa brasileira e de transformação da notícia em mercadoria. Ribeiro (2007, p. 34) demonstrou, por exemplo, que as transformações na estrutura e no conteúdo da primeira página relacionam-se com as reformas gráficas dos periódicos cariocas, sobretudo do

Jornal do Brasil e *Última Hora*, pois ambos modificaram o formato dos títulos e subtítulos, introduziram boxes e textos complementares, transformando a página inicial numa “vitrine”. Ao analisar jornais como *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* após a década de 1960, Lins e Silva (1991, p. 114) também apontou a constituição da primeira página como um espaço para veiculação de pequenos resumos impressos diariamente na “capa do jornal”, modificação que visava atender a lógica de mercado, sobretudo quando consideramos o desejo dos diários parecerem interessantes aos leitores para manter ou expandir seu público consumidor. Romualdo (2000, p. 87) e Suzuki Jr (1985, p. 09) enfocaram a constituição da primeira página da *Folha de S. Paulo*, nas décadas de 1970 e 1980, apresentando-a como aquela para a qual convergiam todos os outros assuntos das demais seções do jornal. É pertinente destacar, todavia, que a primeira página dos jornais não pode ser classificada como uma “vitrine” no período compreendido entre 1945 e 1953. Com exceção do conteúdo observado no *Jornal do Brasil*, o levantamento do material jornalístico sobre a paz mundial demonstrou que esse espaço possibilitava a publicação do chamado noticiário internacional. Além disso, algumas matérias começavam na página inicial e, em muitas ocasiões, eram interrompidas por falta de espaço e concluídas numa outra página interna, aspecto que permite pontuar os limites da modernização da imprensa brasileira no período analisado.

A relação entre as agências internacionais de notícias e a imprensa também pode suscitar uma pertinente discussão. O papel dessas instituições internacionais na moldagem do sistema de comunicação da América Latina e seus efeitos políticos sobre as formas de comunicação social, ao longo das décadas de 1960 e 1970, foram objeto de amplo debate na coletânea organizada por Jorge Werthein (1979). Dentre as produções da coletânea, pode-se destacar dois artigos voltados para a influência dos meios de comunicação de massa na América Latina. Centrado no estudo dos programas de televisão, o artigo produzido conjuntamente por Nordenstreng e Varis (1979) analisou a constituição de um mesmo padrão informativo nos serviços prestados pela API e UPI. Já Somavia (1979) discutiu a função das agências internacionais de notícias na América Latina propondo, no final da década de 1970, a definição de uma política de ação conjunta dos países latino-americanos em defesa da autonomia da informação e, conseqüentemente, o rompimento com as agências transnacionais de notícias. Um trabalho mais recente foi produzido por Armand Mattelart (1994). Esse autor procurou identificar as modalidades de implantação das redes de

comunicação desde o século XIX e, ao mesmo tempo, discutir conceitos e teorias ocupadas com o fluxo da informação no sistema de comunicação internacional.

Num trabalho ocupado com a análise da imprensa carioca dos anos 1950, Ribeiro (2007, p. 38) pontuou o papel exercido pelo serviço telegráfico na criação de uma rede internacional de notícias. Segundo a estudiosa, as agências internacionais de notícias procuravam adotar um estilo mais neutro e imparcial para atender jornais de várias tendências, satisfazendo editores e jornalistas de gostos distintos. Desse modo, Ribeiro associou o trabalho das agências à constituição de um mercado da informação e a maior neutralidade no registro jornalístico dos eventos internacionais.

Além das pesquisas citadas, pode-se ressaltar que estudiosos como Lins e Silva (1991) e Moreira (1996) relacionaram o trabalho jornalístico com o material enviado pelas agências internacionais de notícias ao processo de modernização da imprensa brasileira, à adoção do modelo norte-americano de fazer jornalismo e à substituição dos textos opinativos por gêneros exclusivamente informativos. Esses autores, contudo, apresentaram poucos dados empíricos sobre o trabalho da imprensa impressa brasileira como o material enviado pelas agências UPI, API e Reuters. A pesquisa com o material referente à paz mundial permitiu precisar, por exemplo, que alguns jornais e jornalistas não tomavam o material como neutro, objetivo e imune aos embates políticos e ideológicos travados no início da Guerra Fria, assim como possibilitou pontuar as dificuldades encontradas pelos próprios jornalistas para o trabalho com os telegramas.

Em suma, a análise das representações sobre a paz mundial possibilita precisar e analisar historicamente informações sobre a constituição da primeira página e sobre o trabalho dos jornais brasileiros com o material remetido pelas agências internacionais de notícias. Convém ressaltar, ainda, que a investigação possibilita refletir, mediante a apresentação e análise de dados empíricos, sobre os processos jornalísticos de produção e veiculação do material referente ao jornalismo internacional, tendo como eixo a paz mundial e, conseqüentemente, pontuar a visão de jornais e jornalistas sobre os limites da influência norte-americana no jornalismo brasileiro. Portanto, procura refletir sobre a autonomia dos jornalistas brasileiros para produzir o material referente aos assuntos internacionais, centrando, especificamente, na produção e divulgação de representações sobre a paz mundial.

As fontes consultadas possibilitam uma análise histórica das representações sobre a paz mundial veiculadas nas páginas da imprensa impressa brasileira e precisar os processos de

produção e veiculação desse material jornalístico, assim como formular as seguintes indagações: Como a luta para manter a paz mundial era representada nas matérias, nos editoriais dos jornais, nos artigos assinados, nas colunas fixas e nas charges? Como os jornais se posicionavam em momentos de tensão mundial e de possibilidades de novos conflitos bélicos? É possível verificar uma proximidade ou um distanciamento entre os editoriais, as matérias, os artigos assinados, as colunas fixas e as charges de um mesmo jornal? O conteúdo das representações sobre a paz mundial e os espaços dedicados a sua veiculação divergiam de um jornal para o outro? O material sobre a paz mundial era veiculado apenas nos espaços jornalísticos ocupados com os assuntos internacionais? Quais as fontes de informação utilizadas para a produção deste noticiário? Existiam correspondentes internacionais que veiculavam textos sobre a paz mundial? Como os jornais trabalhavam com o material enviado pelas Agências Internacionais de Notícias? Quais outras fontes de informação utilizavam para a construção das representações sobre a paz? É possível perceber certa autonomia dos jornalistas na utilização das fontes de informação? Como se posicionavam sobre o tema? Enfim, é possível precisar as representações sobre a paz mundial, assim como os processos jornalísticos de produção da notícia e as fontes de informações utilizadas nessa construção?

Vale ressaltar que o caminho trilhado na pesquisa pode contribuir com a elucidação dessas questões. A análise do material sobre a paz mundial veiculado pela imprensa impressa brasileira norteia-se pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e Roger Chartier. Como apontou Pierre Bourdieu (2000, p. 164;170), um jornal possui instrumentos para gerar programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, criando produtos políticos que representam o mundo social. A partir dessa perspectiva pretende-se considerar, tal como formulou Chartier (1990, p.17), que os produtores de representações sobre a paz mundial utilizavam mecanismos para impor ou tentar impor, concepções de mundo social e os valores que são seus. Desse modo, é preciso esclarecer que a análise das representações sobre a paz mundial não está voltada somente para o conteúdo das notícias, editoriais, artigos assinados, colunas fixas e charges, haja vista que também procura-se atentar para o processo de fabricação dessas representações sociais.

Num trabalho preocupado com a análise da televisão como meio de comunicação social, Pierre Bourdieu (1997) forneceu subsídios para a reflexão sobre os jornais, o jornalismo e o campo jornalístico. O sociólogo francês ressaltou, por exemplo, os tipos de censura exercidos sobre a programação televisiva. Apresentou as intervenções políticas e a pressão econômica,

exercida pelos anunciantes que investem em anúncios publicitários e pelo Estado que fornece subvenções, como delimitadores dos programas jornalísticos. Além disso, salientou a necessidade de desvendarmos os mecanismos utilizados para a fabricação da programação, pois reconheceu que os jornalistas “operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Ainda segundo o estudioso, tal construção está relacionada às propensões inerentes à profissão, formação e visão de mundo dos profissionais da imprensa e à lógica da profissão, sobretudo à necessidade do meio de comunicação posicionar-se frente aos seus concorrentes para conquistar a preferência do público e dos anunciantes. Relaciona-se, igualmente, ao poder econômico, político e simbólico do meio de comunicação social.

De acordo com essas formulações, é preciso perceber o processo de produção desse material jornalístico. Para Champagne (1997, p. 63), a seleção, o tratamento, a construção e a apresentação das representações políticas relacionam-se aos interesses dos profissionais da imprensa e dos proprietários das empresas jornalísticas. Ainda segundo essa perspectiva, o entendimento do meio jornalístico e da sua maneira de trabalhar é tão importante quanto à análise do material veiculado pelos jornais. Desse modo, pode-se adotar a noção de que um jornal passa por um processo de composição que envolve as agências internacionais de notícia, a estrutura jornalística e o jogo de forças do contexto político e social que, mesmo fora dessa estrutura, atua sobre o periódico e ajuda a delimitar o seu lugar num determinado espaço social (BRAGA, 2002, p.323-327). Nesse processo, é preciso observar e compreender as relações sociais aos quais os periódicos estão vinculados, assim como as pressões que por vezes possam estar submetidos (BUSETTO, 2008, p. 16). Por isso, os jornais devem ser tomados como fonte e objeto de estudo, pois analisar sua materialidade de papel, seu formato, sua diagramação parece complementar o trabalho preocupado com a análise dos conteúdos (MOUILLAUD, 2002, p. 29).

Com base nos trabalhos do historiador francês Roger Chartier (2002, p. 61-64) parece possível salientar que os textos jornalísticos não existem fora dos suportes materiais em que são veiculados e que o processo de publicação implica uma pluralidade de espaços, de técnicas, de máquinas e de indivíduos, assim como diferentes decisões e intervenções que conferem diferentes formas materiais aos textos impressos. Ainda de acordo com o autor, a análise do material impresso pode considerar, por um lado, a existência de um “conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor”, e, por outro lado, os dispositivos inscritos

“pelas próprias formas tipográficas”, tais como “a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração” (CHARTIER, 2001, p. 96-7).

Esquemáticamente, a análise das notícias, dos editoriais, das colunas fixas, dos artigos assinados e das charges também objetiva considerar a disposição dos textos nas páginas e na estrutura do jornal, assim como as condições e a lógica do processo de produção do material jornalístico. Em suma, na realização deste trabalho procura-se analisar o conteúdo do material referente à paz mundial e, paralelamente, pensar o processo de produção e a forma de apresentação desse material.

Afora isso, parece pertinente observar que os meios de comunicação se (re) copiam em círculo nos momentos de elaboração, difusão e extinção da informação (JEANNENEY, 1996a, p. 223). Conforme Pierre Bourdieu (1997, p. 32; 108), a leitura dos jornais concorrentes deve ser considerada uma atividade indispensável para os jornalistas, pois conhecer outros jornais ajuda os profissionais da imprensa a delimitar as possibilidades de publicação e, conseqüentemente, pode gerar certa homogeneidade dos produtos jornalísticos. Bourdieu salientou que a concorrência, “longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta”. Entretanto, em outro trabalho o autor ressaltou que as estratégias discursivas dependem dos interesses específicos e dos trunfos de diferenciação que, numa situação particular de luta simbólica, são garantidas pelas posições nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes espaços sociais em que os agentes participam (BOURDIEU, 2000, p.56; 172). De acordo com essa orientação teórico-metodológica, o material publicado pelos periódicos escolhidos será pensado de maneira relacional. Assim, pode-se comparar o material para perceber a homogeneidade dos produtos jornalísticos ou, em contrapartida, a luta simbólica travada entre os jornais para tentar impor representações sobre a paz mundial.

Outra preocupação é entender a função da mídia, sobretudo da imprensa impressa, como construtora do próprio fato divulgado e, desse modo, discutir a função dos jornais como agentes do campo político brasileiro. Este trabalho pretende demonstrar, pontualmente, que os jornais não apenas informavam sobre a paz mundial, mas também tentavam formar uma opinião em meio à Guerra Fria, mesmo num período que supostamente utilizavam uma linguagem mais objetiva, pretendendo separar o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação e da notícia (ABREU, 1996, p. 15-16). Como apontou Tania Regina De Luca (1998, p. 137-8), os

jornais diários modificavam a estrutura administrativa e a distribuição de conteúdos, os métodos de impressão e a forma de abordar a notícia, enfim, profissionalizavam-se, mas sem perder a condição de intervir na vida pública. De acordo com essa perspectiva, é possível recorrer a Capelato e Prado (1980) quando afirmaram que os jornais não devem ser tomados como veículos imparciais e neutros, que se isolam da realidade político e social em que estão inseridos para a transmissão de informação ao público leitor.

Compartilhamos, então, da perspectiva daqueles autores enfáticos quanto à impossibilidade da realização de um jornalismo neutro e objetivo. Como já indicaram Rossi (1980, p. 16-7; 24;38) e Melo (1994, p. 73), os temas publicados nos jornais são definidos por uma pauta, uma espécie de fio condutor que delimita o que pode ser publicado. Assim, nem mesmo as notícias podem ser vistas como extremamente neutras, pois estão submetidas às normas e ao estilo de redação. Mesmo os itens básicos a serem respondidos numa reportagem têm peso diferenciado conforme a notícia. Ademais, a seleção ou a explicação dada aos fatos e acontecimentos relaciona-se à ótica política daqueles que trabalham na produção da notícia, ou seja, do repórter, do copidesque, do redator, do editor, do chefe de redação, do diretor e do dono da empresa. Assim como Marcondes Filho (1986, 12-13), não iniciamos a análise partindo “da posição ingênua de desvincular a notícia dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes da sociedade, nem da acepção de que haja qualquer possibilidade de se realizar um jornalismo objetivo”, pois um jornal sempre procura afirmar publicamente as opiniões e informações de indivíduos ou grupos, bem como objetiva trabalhar na construção da notícia. Conforme o autor, atuar no jornalismo “é uma opção ideológica” em que “definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão”. Desse modo, o processo de produção do jornal é realizado segundo diversos critérios, uma vez que “definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas”.

A pretensão não é evidenciar, tal como fez Ribeiro (1994, p. 11), que os jornais inventam fatos e, muito menos que, como sentenciou Jobim (1960, p 79), as notícias chegam ao público depois de “manipuladas no laboratório da redação”. Baseando-se na concepção de Abreu (1996, p. 09), entende-se que “a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico”. É pertinente considerar que a mídia exerce papel fundamental na transcrição, representação e produção do acontecimento político (RIOUX, 1999, p.122-123). A

despeito da tentativa de se venderem como neutros e objetivos, os periódicos devem ser tomados como agentes do campo político brasileiro.

Convém lembrar, ainda, que não existem muitos trabalhos sobre o estabelecimento ou manutenção da paz mundial. Os cientistas sociais têm sido os grandes responsáveis pela produção de pesquisas sobre a paz mundial, procurando teorizar sobre os mais variados fenômenos ligados à guerra e à paz. A fundação de algumas instituições também foi um fator fundamental para o aumento substancial do número de trabalhos produzidos após a Segunda Guerra Mundial. A UNESCO, por exemplo, realizou diversos encontros acadêmicos para tentar compreender os conflitos bélicos. Nos anos de 1947, 1948 e 1949 organizou reuniões com grupos de estudiosos para debater a contribuição das ciências sociais para a compreensão das guerras. Em 1959, foi a vez do Instituto de Pesquisas de Oslo preocupar-se com o assunto. No mesmo ano, a Universidade de Michigan fundou o *Center For Research on Conflict Resolution*. A partir da década de 1960, a fundação de outros centros de pesquisa⁴ demonstrou o desejo acadêmico de refletir sobre a paz e o pacifismo (PONTARA, 1995, p. 916-917).

No Brasil, a preocupação em estudar a paz mundial é bem mais recente. No livro intitulado *História da paz*, organizado por Demétrio Magnoli (2008), sociólogos, historiadores, diplomatas, jornalistas, cientistas políticos e economistas procuraram analisar o papel dos acordos e tratados diplomáticos para o estabelecimento da paz mundial e para a definição dos limites ou da natureza do poder exercido por instituições, nações e, principalmente, pelos impérios e potências mundiais em diferentes conjunturas. Com flexível aporte conceitual e amplo recorte cronológico – englobando desde os concílios ecumênicos medievais até o protocolo de Kioto de 1997 – a obra não apresenta dados para se pensar a posição das instituições ou do governo brasileiro referente à paz mundial.

Na área de relações internacionais pode-se destacar o trabalho organizado por Clóvis Brigagão e Domício Proença Júnior (2004). Tal obra contém contribuições de autores brasileiros sobre às questões de paz e discutiu temas como direito internacional, armas de destruição em massa, o papel das Nações Unidas, as intervenções militares, as missões de paz, o terrorismo, os

⁴ Pontara (1995, p.917) indicou algumas instituições interessadas em promover a pesquisa interdisciplinar sobre as condições de paz e as causas da guerra. Dentre eles, destaca o Canadian Peace Research Institute (1961), o Internacional Peace Research Association (1964), o Internacional Peace Research Institute (1966) e o Stockholm International Peace Research (1969). Mais recentemente, iniciativas de pesquisa foram empreendidas pelo *Centro Internacional de Investigação e Informação Para a Paz*, localizado em Montevideu e vinculado a *Universidade Para a Paz das Nações Unidas* (CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ, 2002).

estudos estratégicos e a segurança internacional. Como participante da coletânea, Clóvis Brigagão (2004) procurou registrar, sinteticamente, os principais argumentos formulados por autores brasileiros interessados em debater questões relativas à paz e à segurança, no período compreendido entre 1950 e o início do século XXI. Neste amplo recorte cronológico, fez um balanço da produção bibliográfica situando os autores que estabeleceram vínculos entre a paz e temas como desenvolvimento, segurança, condições sociais, política externa e inserção do Brasil no sistema internacional. No mesmo livro, Ademar Seabra da Cruz Júnior (2004, p. 80-1) analisou os trabalhos que enfocaram o pacifismo no pós Guerra Fria, criticando alguns estudos que consideram a guerra um acontecimento plausível “em sociedades atrasadas socioeconomicamente” ou em locais que tenham instituições políticas autoritárias ou instituições públicas e sociais altamente debilitadas. Porém, os autores não apresentaram muitas referências sobre as publicações de historiadores, sociólogos, filósofos e diplomatas brasileiros.

Por sua vez, Caterina Koltai (1986) já havia apresentado um estudo introdutório sobre a posição brasileira na corrida armamentista e os incipientes grupos pacifistas presentes no Brasil. Analisou o movimento pacifista após a Segunda Guerra Mundial e as disputas que marcaram a formulação do *Tratado do Atlântico Norte* e do *Pacto de Varsóvia*. Além disso, tratou o movimento parisiense pela paz, de 1949, como uma iniciativa que, concebida inicialmente por intelectuais para debater o desarmamento e o perigo atômico, foi rapidamente influenciada pelo comunismo. Portanto, Koltai entende que os movimentos pacifistas foram influenciados por partidos e por idéias comunistas no desenrolar da Guerra Fria.

Alguns autores seguiram essa tendência, sem, contudo, produzirem um trabalho exclusivamente teórico. Ademais, não privilegiaram o movimento pacifista com objeto de estudo. Eles dedicaram uma ínfima parte dos seus textos à elaboração de análises superficiais sobre a atuação dos membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) na campanha pela paz mundial. Segatto (1981, p.66) ressaltou que a participação nessa campanha estava vinculada à estratégia comunista de envolvimento em discussões sobre causas populares nacionais e internacionais no final da década de 1940 e durante a década de 1950. Moises Vinhas (1982, p. 96) salientou que a participação dos comunistas em campanhas que pregavam a criação de medidas protecionistas para o petróleo, minério de ferro, manganês e nas questões internacionais que envolviam a Guerra da Coreia e a paz mundial parece ter possibilitado a conservação de alguns espaços de atuação política para os comunistas brasileiros. Defendeu que estas atividades, ao menos

aparentemente, impediram o desaparecimento completo dos comunistas como força política atuante após o cancelamento do registro partidário e a cassação dos mandatos dos seus parlamentares no final da década de 1940. Por sua vez, Loner (1985, p.143-4) argumentou que a participação pecebista na campanha pela paz mundial estava vinculada aos desígnios da diplomacia soviética. Com outras preocupações de pesquisa, os trabalhos de Andreucci (2002) e Tavares (2001) demonstraram que o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) classificou a campanha pela paz como comunista e as pessoas que dela participavam como subversivas.

Jayme Lucio Fernandes Ribeiro (2003) intencionou reconstituir a “Campanha pela Proibição das Bombas Atômicas”, realizada pelo PCB em 1950. Ribeiro demonstrou que a campanha originou-se do encontro dos “Partidários da Paz”, em Estocolmo, Suécia, e seguindo a linha pacifista do Partido Comunista da União Soviética, dirigida a todos os partidos comunistas, consistiu no recolhimento de assinaturas, pelos militantes comunistas, em inúmeros documentos dirigidos à opinião pública, aos governos nacionais e à ONU. Esse estudo acadêmico objetivou apresentar como os comunistas brasileiros, mesmo na ilegalidade, articularam-se e viabilizaram a participação de diferentes grupos sociais nessa campanha pacifista.

É possível salientar que, dentre os trabalhos citados, o de Ribeiro (2003) é o único que utiliza os jornais comunistas e alguns textos veiculados pela grande imprensa como fontes de pesquisa. Seu texto não tem, porém, a preocupação de tomar os jornais como objeto de estudo ou de entender os processos de produção desse material jornalístico. Além disso, restringe-se a uma atividade organizada pelos comunistas brasileiros e ligada ao “movimento mundial pela paz”. Adotar um recorte temporal mais amplo, analisar material sobre a paz mundial veiculado em órgãos da chamada grande imprensa brasileira e não apenas nos jornais comunistas como fez Ribeiro, assim como tomar os jornais como fonte e objeto de estudo são preocupações que diferem nosso trabalho das outras pesquisas realizadas.

A partir das considerações acima, esta tese foi dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo procura-se caracterizar brevemente os jornais analisados, enfocando a posição política e ideológica e, ainda, o estágio de desenvolvimento técnico e material dos periódicos. Em seguida, é analisada a utilização da primeira página para veiculação do noticiário sobre a paz mundial e, desse modo, busca-se compreender a constituição desse espaço como voltado, principalmente, para o noticiário internacional. Objetiva-se também caracterizar outros espaços utilizados pela

imprensa escrita brasileira para a veiculação do material referente à paz mundial e, assim, conhecer as formas de apresentação desse discurso jornalístico. Com isso, procura-se pensar o suporte material construído para a veiculação do produto jornalístico e a posição política dos periódicos que, mesmo de fora desse suporte, exerce influência sobre o tamanho e o espaço de veiculação das matérias, dos editoriais, dos artigos assinados e das charges sobre a paz mundial.

Por sua vez, no segundo capítulo são descritas e analisadas as fontes de informação e as formas pelas quais elas foram utilizadas na produção do material jornalístico sobre a paz mundial. Inicialmente, é pontuado o trabalho dos correspondentes internacionais enfocando, principalmente, o envio de material para publicação nos periódicos brasileiros. Contudo, objetiva-se demonstrar que esse não foi um recurso muito usual e que os jornais recorriam, com maior frequência, às agências internacionais de notícias. Além disso, ocupa-se em precisar, historiar e analisar a maneira como os jornais percebiam esses telegramas e, principalmente, como tratavam da sua utilização. Têm-se a intenção de demonstrar, por fim, que os telegramas não podem ser vistos como única fonte de informação dos jornais brasileiros para as discussões relativas ao cenário externo e, conseqüentemente, para tratar da paz mundial, já que as entrevistas e os pronunciamentos de diplomatas e de ministros de Relações Exteriores também foram recursos utilizados como fonte de informação para a construção do material jornalístico referente à paz mundial.

No capítulo seguinte é analisado o material jornalístico sobre a paz mundial à luz dos acontecimentos externos. Inicialmente, objetiva-se discutir a posição dos periódicos brasileiros sobre o final da Segunda Guerra Mundial e o lançamento das bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. No segundo tópico, apresenta-se descrição e análise das representações produzidas pelos jornais brasileiros sobre as (im)possibilidades de estabelecimento da paz mundial durante a Assembléia Geral da ONU, realizada em Paris, em 1946. Depois, a cobertura jornalística sobre o início da Guerra Fria e, conseqüentemente, a posição dos jornais sobre as dificuldades para a manutenção da paz mundial. Por fim, busca-se analisar o material jornalístico pautado pelo tema da unidade das democracias ocidentais para manter a paz ou promover a guerra.

No quarto capítulo, é focado a cobertura dispensada pelos jornais brasileiros à atuação das nações americanas para a manutenção da paz mundial. Inicialmente, é tratado à atuação brasileira para a constituição de um mundo pacífico. Em seguida, analisa-se a cobertura da

imprensa ao *Congresso Interamericano* realizado em Petrópolis/ RJ, em 1947, e a *Assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR), bem como a IX Conferência Interamericana de Bogotá.

No último capítulo a análise centra-se na posição dos jornais brasileiros sobre a paz mundial frente a divisão de Berlim e o Bloqueio soviético ao território ocupado pelos Estados Unidos. Depois, cuida-se do material jornalístico sobre a proposta soviética de coexistência pacífica e sobre as campanhas pela paz mundial. Na seqüência, a análise é dirigida às representações produzidas pelos jornais brasileiros sobre o fim da paz e início da Guerra da Coréia, buscando enfocar o modo como os jornais abordaram o pedido de envio dos soldados brasileiros para participarem do conflito coreano e lutarem “pela paz”, enfocando, principalmente, a repercussão do editorial publicado na *Revista do Clube Militar*, em 1950, contra o envio de soldados brasileiros para o combate. Por último, objetiva-se discutir as representações sobre o desfecho do conflito da Coréia e as projeções para a paz mundial.

CAPÍTULO I – O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA E OS ESPAÇOS IMPRESSOS À PAZ MUNDIAL

1. Os periódicos: caracterização e trajetória gráfica

Nas décadas de 1940 e 1950, o processo de modernização do país foi impulsionado por diversos acontecimentos. Dentre eles, pode-se destacar um crescente movimento de industrialização, a instalação de setores tecnologicamente mais avançados e a realização de investimentos de grande porte em alguns setores da economia, assim como a aceleração das migrações internas e do ritmo de urbanização. A sociedade brasileira começava a desenhar um sistema rodoviário para integrar suas regiões mais distantes e, aos poucos, experimentava novos padrões de produção e consumo, sobretudo com os eletrodomésticos, os alimentos industrializados e os produtos farmacêuticos (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560-573).

Nesse período, dois processos conviviam, simultaneamente, no interior da prática jornalística. Por um lado, os jornais iniciavam a racionalização da estrutura organizacional, modificavam o processo de construção do texto jornalístico e ampliavam as possibilidades para a aquisição de capital, principalmente com a delimitação dos espaços para a inserção de anúncios publicitários. Por outro lado, continuavam participando intensamente no cenário político nacional, produzindo discurso político adaptado à nova dinâmica gráfica, estrutura do periódico e estilo redacional (RIBEIRO, 1998, p. 279; 302). Parece válido observar, então, que a adoção do modelo norte-americano de jornalismo, a constituição dos conglomerados de comunicação e a transformação da notícia em mercadoria não retiraram dos jornais a condição de transmitir uma visão de mundo, vinculada a determinada posição política e social. Além disso, é preciso considerar que, tal com indicou as formulações de Juarez Bahia (1971, p. 66), os temas, os comentários e a linguagem utilizados para a produção do material jornalístico refletiam os próprios dados do contexto político e social.

Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, alguns órgãos da imprensa impressa brasileira procuravam apresentar-se como distantes dos partidos ou grupos políticos, produtores de textos neutros e objetivos. Mesmo assim, mantinham relações com agentes do campo político brasileiro. Com já demonstrou a pesquisa de Silva (2008, p. 100-101), o *Diário de*

S. Paulo, Jornal do Brasil e Folha da Manhã alinhavam-se ao governo Dutra para conquistarem recursos financeiros nos formatos de anúncios e empréstimos governamentais, os quais foram fundamentais para modernização e desenvolvimento empresarial desses periódicos. Ainda para o autor, essa relação também regulava-se em função dos periódicos pertencerem às empresas jornalísticas que dispunham de concessão pública para o funcionamento das suas emissoras de rádio. Em contrapartida, Silva salientou que o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* desfrutavam de alguma autonomia com relação ao governo, pois, mesmo dependendo de verbas publicitárias, subvenções e papel fornecido por órgãos estatais, não pertenciam a um conglomerado jornalístico concessionário de emissoras de rádio.

Em 1950, grande parte dos jornais optou por atuar de maneira claramente declarada no campo político brasileiro, colocando-se na oposição à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Com a eleição de Vargas, os jornais passaram a criticar as medidas tomadas em diversas áreas da sua administração (ALDÉ, 1997, p. 31-33). Mantiveram, assim, certa autonomia com relação ao governo, mesmo dependendo de financiamentos, verbas publicitárias, autorizações e concessões de órgãos federais como ocorrerá no governo anterior. Deve-se ressaltar, no entanto, que o jornal *Última Hora* foi uma exceção no segundo governo do político gaúcho. Com um esquema empresarial e político garantindo suas despesas, o jornal fundado por Samuel Wainer, em junho de 1951, publicava noticiário amplamente favorável à política econômica e à plataforma sindicalista do governo Vargas. O periódico também manteve uma coluna laudatória a Vargas que, intitulada *O dia do presidente*, cobria as atividades do Executivo nacional (LAURENZA, 2008, p. 194-5).

Algumas vezes, os próprios periódicos veiculavam informações sobre as mudanças no jornalismo, ressaltando a imparcialidade dos jornais, a objetividade dos seus textos e o distanciamento dos partidos ou grupos políticos. Ao comentar uma exposição sobre a história dos jornais, organizada por Bastos Tigre em comemoração ao Dia da Imprensa e montada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Costa Rego⁵ salientou: “Ao percorrê-la é de notar o grande

⁵ Pedro Costa Rego nasceu em Alagoas em 1889 e faleceu no Rio de Janeiro em 1954. Desde 1907, exerceu o cargo de redator do jornal *CM* e, na ausência de Paulo Bittencourt, respondia pela direção do matutino carioca (ANDRADE, 1991, p. 70). Costa Rego ficou incumbido de organizar um curso ou cátedra de jornalismo na UDF e ocupou elevadas posições no campo político. Foi secretário da Agricultura de Alagoas em 1912, deputado federal por três legislaturas, entre 1915 e 1923, governador de Alagoas (1924-1928) e senador (1929-1930 e 1935-1937). Foi membro da ABI e redigiu três livros enfocando literatura (SILVA, 2008, p. 31 e 67).

número de jornais de partido. Os jornais de partido eram quase a regra nos primórdios da imprensa, quando está ainda se não industrializava”. Porém, concluiu que, em fins da década de 1940, os jornais de partido pertenciam a épocas extintas.⁶ No mesmo ano, o *Jornal do Brasil* se manifestaria em termos das modificações averiguadas no texto jornalístico: “A crítica que constitui um capítulo da imprensa é a crítica construtiva, e não é aquela que desseca e esmiúça fatos particulares pelo mero prazer de demonstrar arrogância e destemor. A imprensa também evolui e muda estilos e hábitos, (...) o panfleto morreu.”⁷ Em 1953, Costa Rego decretava que o jornal de cunho político era uma forma de atividade pública superada pelos fatos, pois, conforme argumentou, ninguém mais acreditava ou lia os jornais de partido.⁸

No mesmo ano de 1953, o *Anuário Brasileiro da Imprensa* procurou traçar o perfil dos principais jornais da época, fornecendo dados sobre o estágio de modernização e a organização administrativa das empresas, assim como sobre o processo de produção e a vinculação política dos impressos. Com isso, os pequenos textos no formato de verbetes forneciam informações fundamentais para o mercado publicitário brasileiro, alertando possíveis anunciantes sobre a modernização e atuação política dos jornais. A empresa responsável pela publicação, muito provavelmente, vislumbrava a possibilidade de delimitar o campo da publicidade e dos negócios num momento de transição do jornalismo brasileiro. No *Anuário Brasileiro de Imprensa* pode-se perceber definições divergentes daquelas construídas pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Correio da Manhã*.

O material produzido pelo *Anuário Brasileiro da Imprensa* não fornece elementos sobre a vinculação político-partidária do *Jornal do Brasil*. Porém, procurou identificá-lo como o matutino católico do Rio de Janeiro, sem pertencer a qualquer entidade religiosa, mas em função da orientação religiosa dos seus diretores. Ainda de acordo com o *Anuário*, o jornal funcionava como um espaço de publicação do pequeno anúncio classificado de empregos, ofertas e imóveis, atuando como centralizador dos anúncios classificados e o mais útil jornal carioca, lido em todas as camadas da população, desde o capitalista que procura imóveis para a compra à mulher do morro que procura emprego doméstico.⁹

⁶ CM. 13/05/1949, p. 04.

⁷ JB. 22/06/1949, p. 05.

⁸ CM. 07/04/1953, p. 04.

⁹ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Jun. 1953, p. 20.

Além de descrever as atividades realizadas por católicos brasileiros, de veicular as mensagens de natal proferidas pelo Papa Pio XII e de divulgar a presença de diretores do jornal no Vaticano, para uma audiência especial com o Papa, em janeiro de 1951¹⁰, o matutino carioca recorrentemente destacava os ideais cristãos como essenciais para combater os comunistas brasileiros. Ainda no ano de 1947, forneceu elementos para a compreensão da sua atuação política num editorial sugestivamente intitulado “Idealismo Cristão”:

Os brasileiros têm oposto uma resistência inabalável aos constantes assaltos do materialismo corrosivo. Ontem como hoje, seu patrimônio cristão se conserva intato, inatingível pelas seitas da dialética marxista e outras que foram criadas com o propósito preliminar de abrir uma brecha na linha de resistência moral que o cristianismo edificou. Todo esforço desenvolvido pelos protagonistas do homem considerado apenas como expressão social tem sido inutilizado pela disciplina, pela coesão interior, pela temperança de caráter da raça, moldada pela educação católica. O Brasil foi marcado pela centelha cristã que até hoje ilumina seus passos e o tem resguardado das ciladas armadas pelas teorias racionalistas, que outra coisa não tem produzido senão conflitos e guerras, desatinos e desordens, desesperos e lágrimas¹¹.

Em 1952, o *Jornal do Brasil* fez uma auto-retrospectiva da sua caminhada ressaltando ter “adotado, desde a sua fundação, patriótica orientação” e “fidelidade” aos princípios que inspiravam a sua ação “orientadora, informando com segurança, criticando com imparcialidade, justiça e louvando com sinceridade”. Em seguida, dirigiu críticas aos militantes comunistas e ressaltou sua orientação cristã:

Servindo o país contra esses subterfúgios doutrinários, que conseguem empolgar alguns setores, ávidos de novidades teóricas e dominados pelo sentido materialista da vida, este jornal, adaptando-se a novas formas de técnicas de ação, enfrenta novos embates, lutando com o mesmo vigor. A unidade espiritual que este jornal tem observado ao longo da sua carreira provém da inteireza da conduta dos homens que o orientam com serenidade e elevação de propósitos, procurando, em todas as circunstâncias, colocar-se ao lado dos que se dedicaram à defesa dos superiores interesses da coletividade. Os pontos cardeais dessa inflexível conduta, apontado para a defesa da substância do regime democrático, para a resistência à ilegalidade, à prepotência e ao arbítrio, de respeito a ordem constituída, de vigilância sobre a estrutura da família, baseada na educação cristã, continuarão a nos dar força e resolução para prosseguirmos resolutos e confiantes no civismo de nossa missão¹².

¹⁰ JB. 21/05/1946, p. 05; 25/12/ 1946, p. 07; 24/12/ 1950, p. 07; 10/01/1951, p. 07.

¹¹ JB. 06/04/1947, p. 05.

¹² JB. 09/04/1952, p. 05.

No ano seguinte, o *Jornal do Brasil* celebrou seu aniversário caracterizando-se como um instrumento “para lutar, dentro e fora do jornalismo, em prol dos ideais cristãos e dos anseios de justiça humana.”¹³ Dessa forma, era a clara orientação religiosa que munia o jornal no campo político brasileiro, sobretudo no combate ao comunismo.

Deve-se notar, igualmente, que o *Jornal do Brasil* surgiu como um jornal preocupado com os debates políticos, sem, contudo, manter essa característica por muito tempo. Fundado com a intenção de “representar o pensamento monárquico” e, conseqüentemente, caracterizar-se como “instrumento de crítica à República”, o matutino logo começou a enfrentar dificuldades para circular (RIBEIRO, 2007, p. 153). A contínua defesa do regime deposto resultou na invasão e empastelamento da sua oficina. Em 1893, o jornal foi entregue a Ruy Barbosa, político republicano que passou a criticar os aspectos ditatoriais do governo do marechal Floriano Peixoto. Como consequência, o matutino foi ocupado, deixou de circular por mais de um ano e seu diretor partiu para o exílio na Inglaterra. No ano seguinte, reapareceu como defensor dos interesses populares, preocupado com “as questões cotidianas que afetavam as camadas mais pobres da cidade”. Em decorrência dessa nova linha de atuação, ficou conhecido pejorativamente como “o popularíssimo” (DE LUCA, 2008, p. 161-2).

De acordo com a historiografia, o Conde Pereira Carneiro comandou o *Jornal do Brasil* de 1918 até 1953 e, nesse período, adotou uma estratégia inovadora para resolver a deficitária situação financeira em que o periódico se encontrava, pois transformou-o num boletim de anúncios classificados, com a sua primeira página composta com uma manchete central rodeada de pequenos anúncios de produtos e serviços. Se, de um lado, essa atitude trouxe certa estabilidade financeira, de outro lado, retirou sua importância como órgão noticioso (RIBEIRO, 2007, p. 153-155), rendendo o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”, sobretudo em função do excesso de anúncios de pessoas que buscavam ou ofereciam serviços domésticos. Com o falecimento do Conde Pereira Carneiro, em 1954, a direção do jornal foi assumida por sua viúva, a condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, iniciando um período de profundas modificações no jornal. A compra de novos equipamentos gráficos, um maior contato com a imprensa estrangeira e a criação, em 1956, do Suplemento Dominical foram algumas das modificações implementadas no periódico carioca. Em 1959, o jornal sofreu profundas alterações gráficas, pois sua primeira página sofreu uma reestruturação, passando a ser ocupada pelo

¹³ JB. 09/04/1953, p. 05.

noticiário e reservando apenas uma pequena faixa em forma de L para os classificados (ABREU, 2003, 69-72). Patrícia de Souza Lima (2006, p. 02-3) ressaltou que a redefinição do conteúdo dos cadernos principal, B e Classificados fez parte de um projeto de reforma gráfica que marcou a história do *Jornal do Brasil*. Salientou ainda que, a partir de 1960, o jornal aliou modernização técnica ao desenvolvimento gráfico na disputa pelo mercado consumidor, abrindo espaço para experimentação de novas diagramações e linguagens principalmente com a criação do *Caderno B*.

Já o *Correio da Manhã* pode ser tomado como um jornal carioca que passou por transformações gráficas e administrativas significativas nas décadas de 1940 e 1950. Orientado por Paulo Bittencourt, o jornal expandiu a sua circulação e aumentou a publicidade em suas páginas, mas não abandonou a proclamada finalidade de atuar intensamente na vida do país e de defender a liberdade e a democracia como princípios básicos da sua linha editorial (ANDRADE, 1991, p. 39; 63-4) ou, então, como sugeriu o *Anuário Brasileiro de Imprensa*, o *Correio da Manhã* defendia a livre iniciativa no terreno econômico e uma espécie de liberalismo temperado com as conquistas sociais recentes no terreno político, sendo um jornal das classes ricas por excelência e da grande classe média esclarecida. Além disso, atuava como uma das forças de oposição ao governo Vargas.¹⁴

Apesar de Costa Rego tentar argumentar que os periódicos vinculados aos partidos políticos existiram em épocas remotas, sobretudo nos momentos anteriores ao processo de industrializado da imprensa, é possível perceber a ligação do *Correio da Manhã* com o campo político brasileiro, tal como sugeriu a referência do *Anuário Brasileiro da Imprensa* à oposição do jornal ao segundo governo Vargas. Alguns anos antes tal oposição já estava claramente estabelecida. Em 1947, o jornal já havia endossado duras críticas ao político gaúcho. Em matéria originalmente publicada pelo *O Jornal* e estampada nas páginas do *Correio da Manhã*, Vargas foi representado como um ditador que nunca era responsabilizado pelos seus erros, pois:

Apresentava-se sempre para colher as flores do elogio pela obra alheia, mas quando se tratava de responder por um desmando, cuja culpa não podia deixar de ser sua, dada a soma de poderes ditatoriais que enfaixava em suas mãos, apresentava o ‘alibi’ vergonhoso da sua ignorância. (...) não tem o chefe do Estado Novo o menor senso da realidade da sua situação. Esquece-se que seus discursos o tornaram ridículo aos olhos do povo. Exceto os cafagestes, pagos

¹⁴ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Jun. 1953, p. 16.

para aplaudi-lo das galerias do Senado, o resto do país cobre-se de vergonha, ao verificar que pessoa tão pobre de senso comum poudé, durante quinze anos, ocupar a presidência da República como ditador¹⁵.

Esse não foi, contudo, o único material jornalístico a sugerir as incursões do matutino de Paulo Bittencourt no campo político brasileiro. Além de receber os cumprimentos da ABI, da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro e da Assembléia Legislativa Fluminense, o *Correio da Manhã* recebeu e veiculou, quando da celebração do seu cinquentenário, efusivas saudações de outros periódicos brasileiros que mencionavam ou enfatizavam sua participação na vida política nacional. O jornal *A Notícia*, por exemplo, registrou:

Em toda nossa vida republicana, tem sido o “Correio da Manhã” um baluarte dos ideais que conduziram ao movimento de 15 de novembro de 1889. Voltado para os magnos problemas que preocupam o Brasil e o mundo, o grande matutino, pela autoridade de sua opinião, tem sido um excelente colaborador na solução das mais graves questões sociais e humanas. A sua palavra moderada e refletida, está permanentemente a serviço das boas causas e das campanhas cívicas do país¹⁶.

Já o material enviado pelo *O Globo* abordou a participação do *Correio da Manhã* em campanhas nacionais e nas transformações da imprensa impressa brasileira. Conforme a nota comemorativa de *O Globo*, o jornal criado por Edmundo Bittencourt mantinha-se numa tradição de independência e lúcida compreensão dos interesses coletivos. Salientou, ainda, que a frente de “campanhas políticas memoráveis”, o *Correio da Manhã* “cimentou prestígio excepcional” e encontrou ressonância na opinião pública nacional. A par da atuação política, destacava a influência do jornal nas transformações que atribuíram a imprensa brasileira posição de destaque diante da imprensa mundial, sobretudo por contar com a atuação dos “maiores nomes das letras nacionais e do jornalismo”.¹⁷

As notas enviadas pelos jornais *A Notícia* e *O Globo* possuem uma característica comum: tratam da participação do *Correio da Manhã* em campanhas de interesse nacional sem fornecer indícios pontuais do seu posicionamento político. Estes podem ser encontrados nas

¹⁵ CM. 06/07/1947, p. 05.

¹⁶ CM. 16/06/1950, p. 03.

¹⁷ CM. 16/06/1950, p. 03.

páginas do próprio matutino carioca que, ao manifestar apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, nas eleições presidenciais de 1950, ressaltou:

A essa onda derrotista que se está levantando sob o pretexto de que se deve “fazer alguma coisa” para evitar um novo governo do sr. Getúlio Vargas, como se já se aceitasse, estupidamente como certa a sua vitória eleitoral, devemos opor, ao contrário e com maior firmeza, a convicção de que ele será derrotado nas urnas. (...) O que devemos ter certeza da nossa própria invencibilidade, o nosso ponto de partida, como pressuposto, é que elegeremos o Brigadeiro no dia 03 de outubro e derrotaremos para sempre o sr. Getúlio Vargas. (...) Não é otimismo, nem ingenuidade o que nos situa nesta atitude, mas simplesmente, a convicção de que, mesmo nos termos em que se apresenta a situação política neste momento, se pode admitir, como ponto de partida, a derrota eleitoral, e não a vitória, do sr. Getúlio Vargas se soubermos e formos capazes de lutar realmente pela causa do Brigadeiro, se estivermos a altura de realizar uma grande campanha política, saindo-se imediatamente desse ambiente morno de cochichos e vacilações. (...) Se aqueles que têm medo da candidatura Vargas e acreditam de fato na sua vitória são sinceros e não manobristas, então que se unam em torno do Brigadeiro, que promovam a união nacional em torno do nome de Eduardo Gomes. Este é o candidato que, pelo seu prestígio e popularidade, vencerá o sr. Getúlio Vargas, em qualquer terreno verdadeiramente democrático. Um candidato, pois, para a luta e para a paz¹⁸.

O pedido de união nacional para lutar em torno da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes confirmava os vínculos do matutino carioca com a UDN. Com a derrota do candidato udenista, o jornal acompanhou o partido nas críticas ao presidente eleito. De acordo com Benevides (1981, p. 82-4), a eleição de Getúlio Vargas levou os udenistas a duvidar das virtudes de uma democracia com ampla participação popular e iniciar a prática cotidiana de contestar a validade dos resultados eleitorais. Afora à sistemática oposição no Congresso, o governo sofria violentos ataques da imprensa, a qual criticava o passado ditatorial do político gaúcho, denunciava manobras de corrupção administrativa e exigia a intervenção militar contra a subversão e a desordem social.

Em momentos anteriores, o *Correio da Manhã* já havia se posicionado claramente ao lado dos representantes da UDN. Nas eleições presidenciais de 1945, apoiou a candidatura do mesmo Brigadeiro Eduardo Gomes contra Eurico Gaspar Dutra. No entanto, é preciso indicar que essa oposição ligava-se à associação feita pelo jornal entre o candidato Dutra e o Estado Novo,

¹⁸ CM 22/06/1950, p. 01.

regime político com o qual conviveu e fez oposição moderada e sutil (ANDRADE, 1991, p. 39; 63-4; 83, 106). É necessário ter presente que, ainda em 1946, a UDN modificou a posição adotada nas eleições e passou a colaborar com o governo Dutra. Tal posição pode ser relacionada ao respeito partidário pela Constituição de 1946 e ao proclamado desejo de ajudar na consolidação do regime democrático, bem como a nomeação de udenistas a cargos de reconhecida importância, como Raul Fernandes, para o ministério do Exterior, e Clemente Mariano, ao ministério da Educação e Saúde (BENEVIDES, 1981, p. 69-71).

Vale salientar que O *Anuário Brasileiro da Imprensa* não se limitou a traçar o perfil dos principais órgãos da imprensa impressa carioca. Apresentou também as principais características do *O Estado de S. Paulo*. Na ocasião, o matutino paulista foi representado como “o maior jornal da América do Sul, quer pela sua importância política, quer pela sua importância comercial”. Esta classificação era reconhecida pelo próprio periódico que, em texto sobre as reformas gráficas realizadas em 1951, reforçou a importância da sua trajetória para obter “no conceito de entidades e do grande público, a fama de ser o mais bem feito jornal da América Latina e um dos melhores de todo o mundo.”¹⁹ Afora a tentativa de consagrá-lo como o maior jornal da América do Sul, o material publicado no Anuário também ressaltou aspectos da postura política e do processo de modernização à época vivenciado pelo periódico. Ou como anunciava o material publicado pela Associação Brasileira de Imprensa, o jornal paulista sempre manteve uma linha completa de independência, defendendo os ideais republicanos e a separação da igreja e do Estado. Dentro de uma norma de sobriedade e de altivez, podia ser caracterizado como um jornal de oposição, não sistemática, mas vigilante. Apesar de não possuir vinculação partidária, seguia a linha política da UDN. De acordo com o Anuário, o jornal passava por um processo de modernização, pois havia instalado novas máquinas, construído um novo prédio e modernizado toda a sua tipografia, tornando-se um dos mais claros, bem impressos e modernos jornais, muito embora conservasse uma linha de grande sobriedade na distribuição e paginação das matérias²⁰.

Ainda durante o governo Dutra, *O Estado de S. Paulo* passou a atender leitores, anunciantes, assinantes e agentes de publicidade no recém criado Balcão e Departamento de Publicidade, atitude fundamental no processo de modernização iniciado por Júlio de Mesquita Filho (SILVA, 2008, p.42). A partir deste momento, procurava atrair anunciantes argumentando

¹⁹ OESP. 18/12/1951, p. 30.

²⁰ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Jun. 1953, p. 28.

que a capacidade de circulação transformava “o anúncio no O Estado de S. Paulo no mais barato e eficiente do Brasil”²¹. Com isso, esperava receber investimentos fundamentais para obtenção de máquinas mais modernas que as utilizadas até aquele momento. Em 1951, a estratégia de modernização apresentava resultados concretos. Numa matéria de página inteira, intitulada “As novas instalações do O Estado de S. Paulo”, o jornal informou sobre as modificações pelas quais passou e estampou claras referências sobre o seu processo de modernização:

grandioso espetáculo mecânico das modernas rotativas instaladas na nova sede do “O Estado de S. Paulo”. Oito monstros preenchem o espaço basilical da gigantesca sala das máquinas. A complexidade dos organismos e das engrenagens é sistematizada rigorosamente pela clareza das estruturas. Na realidade, porém, a máquina imensa ainda não vive. (...) para que a máquina desperte de verdade, para que o monstro saia do crepúsculo da gestação à luz da existência, é preciso que o ciclo se cumpra e a hora marcada, é preciso que os acontecimentos, as notícias e o trabalho “daquele dia”, satisfaçam pontualmente a fome do operoso Moloch – fome de chumbo, de tinta, de papel, de inteligência e de trabalho humano; fome pantaguelica que pede vinte e cinco toneladas de papel e duzentos litros de tinta a cada refeição – para que o gigante desperte, execute sua tarefa e cumpra seu ofício, jogando jornais a velocidade de 60.000 exemplares por hora²².

A temática foi retomada pelo periódico paulista numa matéria em que procurou se apresentar como um jornal moderno, ressaltando que máquinas, técnicas, inteligência e trabalho deveriam complementar-se mutuamente para colaborar no ciclo da produção. Como anunciou, um jornal moderno deveria ser concebido e construído como um só maquinismo para tudo funcionar com eficiência contínua, sincrônica e harmonicamente, de forma exata na disposição dos locais, na apurada perfeição das instalações e no rigor técnico de todos os pormenores. Desse modo, o periódico funcionava a todo vapor como uma verdadeira indústria jornalística.²³

Embora tivesse destacado a introdução de novas máquinas, a modificação e a velocidade no processo de produção e de divulgação das notícias, o periódico também atribuiu importância à preservação da “sua alma, sua herança e suas tradições”, bem como a sua prática cotidiana de defender e propagar idéias. Em suma, pretendia adquirir e utilizar modernos recursos para “transmitir agradavelmente aos leitores sua mensagem espiritual de todo dia”²⁴.

²¹ OESP. 25/01/1948, p. 03.

²² OESP. 18/12/1951, p. 30.

²³ OESP. 18/12/1951, p. 30.

²⁴ OESP. 18/12/1951, p. 30.

Convém lembrar, ainda, que *O Estado de S. Paulo*, nos anos iniciais intitulado *Povíncia de S. Paulo*, defendeu “idéias republicanas e abolicionistas” logo após a sua fundação em 1875. De acordo com Capelato e Prado (1980, p. XXII), esse jornal caracterizou-se por ser um veículo transmissor de idéias e de ideais políticos. De modo semelhante, Taschner (1992, p. 30-31) ressaltou que *O Estado de S. Paulo* não nasceu apenas para gerar lucro, independente do tipo de mensagem veiculada em suas páginas, mas que seu objetivo era defender uma linha editorial e um determinado tipo de conteúdo. Desse modo, a família Mesquita procurou conferir uma feição independente ao jornal, considerada essencial para o livre exercício da oposição ao poder constituído (DE LUCA, 1999, p. 38-9). Em momentos anteriores a década de 1940, o jornal norteou-se pelos postulados do liberalismo, sem vincular-se aos partidos políticos ou aos governos instituídos entre os anos de 1927 e de 1937, conforme salientou a pesquisa de Capelato e Prado (1980). Ainda de acordo com as autoras, essa perspectiva liberal perseguia a plena realização dos ideais democráticos com o exercício do debate, da crítica e da oposição ao poder instituído. Informam, igualmente, que estes ideais democráticos foram abandonados em nome do combate ao comunismo, uma situação que transformou suas páginas em uma tribuna para aqueles que defendiam a “aniquilação do comunismo” como premissa para a “salvação pública” após a intentona de 1935 (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23-25 e 55). A historiadora Maria Aparecida de Aquino (1999, p.38-39) também identificou *O Estado de S. Paulo* como liberal, porém acrescentou informações ao observar o seu conservadorismo na defesa dos chamados ideais do movimento de 1964.

A posição de combate ao comunismo pode ser facilmente percebida no material jornalístico veiculado pelo próprio *O Estado de S. Paulo*. No início da década de 1950, o jornal apresentou essa orientação política de forma muito clara, pois salientou o objetivo de combater o comunismo por este servir exclusivamente ao expansionismo imperialista da Rússia e, também, a intenção de prosseguir numa linha editorial de amizade e estreita solidariedade com todas as Nações da América²⁵.

Ao contrário dos outros periódicos da chamada grande imprensa, a *Folha da Manhã* foi classificada pelo *Anuário Brasileiro da Imprensa* como um “jornal neutro politicamente, sendo cuidadoso nos seus comentários, feitos de um ângulo de interesses superiores, e com o cuidado de não comprometer o jornal.” Para a entidade jornalística, a *Folha da Manhã* configurava-se no

²⁵ OESP. 28/03/ 1951, p. 03.

“jornalismo como indústria da informação”²⁶. O próprio jornal, num editorial comemorando o seu vigésimo sexto aniversário, salientou que, durante sua história, manteve “absoluta imparcialidade em política partidária e inflexível atitude de defesa do interesse público.”²⁷

A *Folha da Manhã* procurava se identificar com a idéia de neutralidade política, posto que, dentro de sua condição de “absoluta integridade e independência”, constituía-se como um “patrimônio moral de São Paulo e do Brasil”. Informando e orientando com honestidade e elevação, continuava o periódico, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite* eram os jornais em que o grande público encontrava: “amplo noticiário da maior atualidade – artigos, notas e comentários de grande interesse – crônicas e reportagens vibrantes.”²⁸

Mesmo assim, parece possível observar que, no realinhamento diplomático do pós Segunda Guerra Mundial, as referências político-ideológicas mais evidentes do jornal foram “oferecidas pela democracia norte-americana”. Além disso, é preciso lembrar que a *Folha da Manhã* surgiu, em 1925, como um desdobramento matutino do periódico *Folha da Noite* e, inicialmente, apresentou alguns “toques antioligárquicos”, característica rapidamente superada em função da oposição à Aliança Liberal. Taschner (1992, p. 44-70) argumentou que o jornal passou por profundas transformações com o fim do Estado Novo, principalmente por apresentar-se como um jornal liberal e democrático que defendia a livre iniciativa, à propriedade privada e o direito à liberdade de opinião. Ressaltou ainda que, nesse período, o jornal elegeu a produção objetiva e fidedigna da informação como elemento principal do seu produto jornalístico, sem, no entanto, conseguir se distanciar de uma posição anticomunista desde a sua fundação.

O *Anuário Brasileiro da Imprensa* também veiculou informações sobre o processo de modernização da *Folha da Manhã*, tal como fez com *O Estado de S. Paulo*. Consta no material que, no início da década de 1950, o jornal dirigido por Nabantino Ramos constituía-se como um dos mais bem feitos e mais completos do país, pois sóbrio e utilizando linguagem cuidadosa, distribuía as notícias e artigos em duas seções em forma de cadernos, sendo o primeiro de assuntos gerais e o segundo de assuntos especializados²⁹.

É oportuno salientar que Nabantino Ramos modernizou o jornal por ele dirigido, racionalizou o trabalho, reestruturou sua administração, sobretudo com a definição de cargos e a

²⁶ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Jun. 1953, p. 28-30.

²⁷ FM. 01/07/1951, p. 04.

²⁸ FM. 14/03/1946, p. 04.

²⁹ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Jun. 1953, p. 28-30.

delimitação de funções, assim como definiu normas e princípios para a produção do texto jornalístico no documento intitulado *Programa de Ação das Folhas* (1948). (MOTA, 1981, p. 99; 114-115). O próprio Ramos relembrou, na introdução do seu *Jornalismo: dicionário enciclopédico*, que, em 1945, teve:

a boa idéia de reunir diariamente e durante anos a fio os chefes de serviços, para discutir os problemas do dia e apropriar-me rapidamente da experiência que tinham. Ao mesmo tempo, devorava toda a literatura estrangeira que havia sobre o assunto. Dessa associação da prática com a teoria, começaram a nascer ordens de serviços esparsas, que se avolumavam no decorrer do tempo, ao ponto de exigirem, para fácil manuseio e bom entendimento, que se reunissem em volume. Editamos, então, em 1959, as “Normas de Trabalho da Divisão de Redação” (RAMOS, 1970, p. 14).

O *Anuário Brasileiro da Imprensa* também publicou o perfil do *Diário de S. Paulo*, definindo-o como o periódico “mais bem feito” e de maior circulação dentre os pertencentes à cadeia jornalística dos Diários Associados. Indicou aspectos relacionados à sua impressão, à paginação e, principalmente, ao papel dos artigos assinados por Assis Chateaubriand e veiculados na página inicial do diário. Embora não tivesse salientando vínculos partidários do periódico, o material evidenciou a democracia e o liberalismo como norteadores da sua orientação política. Na avaliação do Anuário constava que

Sua impressão supera a dos jornais que a cadeia possuía no Rio de Janeiro e sua paginação, embora com uma sobriedade às vezes um pouco pesada, é bem planejada no sentido de facilitar o leitor a achar a matéria. Na primeira página, alto, ao lado esquerdo, está o artigo diário de Assis Chateaubriand, barômetro das opiniões não só desse jornal como de todos os Diários Associados. Tomando esse espaço, mais apropriado para noticiário, para expressar seus pontos de vista, mostra o diretor da grande cadeia a importância que dá ao seu matutino paulista. Dos seus artigos se deduz a orientação, não só desse jornal como de toda a cadeia. Em política, ausência de compromissos partidários, mas decisiva orientação democrática com acentuadamente liberalismo realista. Em economia, definia a iniciativa privada, inclusive com a colaboração de capitais estrangeiros. Orientação acentuadamente nacionalista, livre, porém, de preconceitos acanhados estiolam o progresso.³⁰

³⁰ *Anuário Brasileiro da Imprensa*. Jun. 1953, p. 28.

É preciso salientar que Assis Chateaubriand inaugurou um novo período da imprensa brasileira. Desde a aquisição do seu primeiro periódico manteve profunda vinculação com o poder político e econômico, característica que se aprofundou nos anos seguintes (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 55) e, conseqüentemente, possibilitou a constituição do primeiro conglomerado jornalístico brasileiro. Assim como os outros periódicos da chamada grande imprensa, os Diários Associados também efetuaram inovações administrativas e tecnológicas. Além disso, inovaram no processo de distribuição dos jornais pelo interior do país (SILVA, 2008, p. 46). É preciso notar, contudo, que grande parte das máquinas necessárias a efetivação dessas inovações foram obtidas com recursos provenientes de apoio a políticos e mediante chantagem junto aos empresários. Desse modo, o jornalismo era visto como uma forma de persuasão e um instrumento para fazer política. Talvez essa postura ajude a entender a “ausência de compromissos partidários”. De acordo com essa lógica, os Diários Associados funcionavam como uma caixa de ressonância da voz de Assis Chateaubriand (WAIMBEIRG, 1997, p. 14), característica marcante no perfil do *Diário de S. Paulo* traçado no *Anuário Brasileiro da Imprensa*.

Pode-se indicar que Assis Chateaubriand procurou ampliar a sua rede de veículos de comunicação e materializou a intenção de reforçar a sua presença no Estado de São Paulo com o lançamento, em 1929, do *Diário de S. Paulo*. Inicialmente, sua direção foi entregue a Orlando Dantas que, por divergências com Chatô, deixou o cargo para fundar o jornal carioca *Diário de Notícias*. Deve-se salientar que Assis Chateaubriand procurou caracterizar o *Diário de S. Paulo* como “instrumento de progresso moral” e, ao mesmo tempo, recorreu às finanças públicas para manter e modernizar esse periódico. Desse modo, a publicação de matérias favoráveis ao governo também ajudou a subvencionar esse periódico (MORAIS, 1994, p.191-2; 199).

É preciso considerar, entretanto, que a convivência entre o governo federal e os Diários Associados não foi tão simples, como bem demonstra a tortuosa e complexa relação construída entre Getúlio Vargas e o *Diário de S. Paulo*. A defesa do Movimento Constitucionalista de 32 e a conseqüente oposição do jornal ao governo Vargas resultou na prisão de Chateaubriand que, nos seus textos, não dirigia as críticas diretamente ao presidente, mas a tendência de esquerda dos tenentes. Pouco tempo depois da prisão do proprietário dos Associados, os órgãos da cadeia jornalística abriram espaço para a doutrinação promovida pelo DIP. Essa ambigüidade não foi uma marca apenas da década de 1930, pois também apareceu no *Diário de S. Paulo* em períodos posteriores. Por um lado, Chateaubriand mostrava simpatia ao integralismo e ao fascismo. Por

outro lado, nutria profunda admiração a Winston Churchill e, em diversos momentos, apresentava-se como um ferrenho defensor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em 1945, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, mas, com a sua derrota, manteve, nos anos seguintes, uma relação amistosa com governo Dutra (MORAIS, 1994, p. 256-60; 264; 280; 287; 312; 329; 338; 357; 376; 431; 454; 463).

Deve-se evidenciar que a revista *O Cruzeiro* foi outro periódico adquirido por Assis Chateaubriand em fins da década de 1920. Ao longo da década de 1940, transformou-se na maior revista de toda a América Latina, até viver seu apogeu absoluto no início dos anos 50. (NETO, 1998, p. 89). Alguns estudiosos relacionaram seu sucesso a manutenção da linha editorial voltada para o público diversificado, já que a sua publicação destinava-se a leitores de todas as classes sociais. De acordo com Andrade e Cardoso (2001, p. 246-7), *O Cruzeiro* era uma revista semanal de entretenimento, com muitas fotografias e títulos, representando a possibilidade de mais pessoas de uma mesma família, principalmente as mulheres, lerem ou folhearem às suas páginas de diversas maneiras. Desse modo, sua linha editorial era precisa: ser popular a fim de fazer-se compreender por todos.

Nos anos 1940 e 1950, os equipamentos de impressão permitiram a *Cruzeiro* exercer um importante papel na modernização da imprensa gráfica brasileira (COSTA, 2003, p. 14). Segundo Nelson Werneck Sodré (1966, p. 427-8), ela surgiu e se desenvolveu num momento em que a imprensa começou a adquirir formato empresarial e obteve um “grande avanço” material, técnico e administrativo. Andrade e Cardoso (2001, p. 246) afirmam que sua inegável qualidade técnica, a ampla utilização de fotografias e sua excelente rede de distribuição foram fundamentais para consolidá-la como maior revista ilustrada do país. A introdução da rotogravura, a incorporação das práticas publicitárias ao texto jornalístico, a utilização de modernas técnicas de divulgação dos anúncios publicitários e a publicação das grandes reportagens foram, certamente, algumas das suas principais inovações. Além disso, seus diretores caracterizam a revista como não possuindo objetivos políticos, tal como fez Accioly Neto para escapar das perseguições impostas aos Diários Associados, em decorrência da posição assumida por Assis Chateaubriand em favor da revolução Constitucionalista de 1932 ou, ainda, nas reportagens em que articulou imagens com textos condensados, relegando ao segundo plano o jornalismo de idéias e de opiniões (CARNEIRO, 1999, p. 331-333). É possível perceber, contudo, que a atuação de

Chateaubriand fornece indícios sobre a produção de um jornalismo preocupado com o campo político brasileiro. Conforme Fernando Morais (1994, p. 263):

Até *O Cruzeiro*, que apesar do enorme prestígio continuava sendo uma revista dedicada aos *faits divers*, sem preocupações políticas, acabaria entrando na campanha pela redemocratização, com uma reportagem de duas páginas cortadas pelo escandaloso título “Constituinte!”. A crise política que se avizinhava acabaria transformando a modorrenta revista dedicada à família em um seminário ágil e politizado, que reservava suas primeiras e mais nobres páginas à cobertura dos fatos políticos da semana.

Ainda de acordo com Morais (1994, p. 80-5), Chateaubriand também utilizou a revista como veículo divulgador de suas iniciativas, estampando matérias sobre as campanhas que patrocinava e criando reportagens para focalizar festejos e comemorações, cujo único objetivo às vezes era agradar os poderosos. Mesmo veiculando material favorável a Revolução Constitucionalista de 1932 e servindo como instrumento de persuasão para seu proprietário obter recursos financeiros e materiais, a revista procurava se caracterizar como de entretenimento e voltada para a diversão dos leitores.

Aos poucos, porém, a revista entrou em declínio. Em meados dos anos 1960, apresentava nítidos sinais de enfraquecimento em decorrência da presença da televisão como meio de comunicação no Brasil. Ademais, também sofreu com a ampliação do mercado de periódicos (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 86). A revista teve que enfrentar, por exemplo, a concorrência da *Manchete* que, já na segunda metade dos anos 1950, adotou a estratégia de contratar os jornalistas demitidos por Chateaubriand e, assim, aprimorar a sua qualidade gráfica para ficar cada vez mais colorida, atraente e fácil de ler. (ANDRADE, CARDOSO, 2001, p. 247).

Como indicado acima, os textos publicados nos próprios jornais procuravam construir a imagem de um fazer jornalístico com máquinas modernas, técnicas avançadas e administração pautada em princípios empresariais, assim como neutro ideologicamente e distante dos partidos ou grupos políticos. É preciso salientar, no entanto, que outros agentes do campo jornalístico não identificavam apenas estes emblemas do jornalismo moderno em jornais como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Diário de S. Paulo*. Conforme as definições veiculadas no *Anuário Brasileiro da Imprensa*, periódicos como o *Jornal do Brasil* nem possuíam espírito moderno. Já o *Correio da Manhã* foi classificado como “bem escrito” e *O Estado de S. Paulo* como exemplo de jornal moderno. Os dois receberam, entretanto, qualificação

política bem definida, pois o primeiro foi tomado como “força de oposição” ao governo Vargas e o segundo como seguidor da linha política da UDN. Ainda de acordo com o Anuário, o *Diário de S. Paulo* possuía planejamento na paginação, defendia o liberalismo nos terrenos político e econômico, mas funcionava como propagador da voz do seu dono. Por sua vez, a *Folha da Manhã* caracterizava-se pela produção da informação de forma industrial, neutra politicamente e com textos redigidos com uma linguagem cuidadosa. Nenhum dos cinco periódicos foi, contudo, classificado como anticomunista, um traço marcante no jornalismo por eles praticado no final da década de 1940 e início da década de 1950.

As próprias características do Anuário podem ajudar a entender o silêncio sobre o anticomunismo dos jornais pesquisados ou, então, sobre a avaliação superficial que foi feita sobre a posição política dos periódicos, pois o material foi produzido para apontar o processo de modernização da imprensa escrita brasileira e os expedientes utilizados na produção da notícia, bem como as possibilidades de captação de recursos financeiros com a venda de espaços publicitários. Em função disso, os comentários aprofundados sobre os vínculos político-partidários dos periódicos mostravam-se desnecessários.

É importante observar que os periódicos passavam pelo processo de modernização peculiar aos órgãos da chamada grande imprensa que, além de utilizarem novas máquinas e racionalizarem a estrutura administrativa, pautavam-se no modelo norte-americano de fazer jornalismo, tentavam apresentar-se como distante dos grupos ou partidos políticos e, cotidianamente, utilizavam grande quantidade de telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias para tratar dos assuntos internacionais. A separação entre os espaços destinados a veiculação de informações e aqueles reservados à emissão da opinião também integravam esse processo de transformação dos órgãos impressos. Nos momentos iniciais da Guerra Fria, tal forma de fazer jornalismo pode ser relacionada à posição política dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, bem como da revista *O Cruzeiro*.

2. A primeira página às notícias internacionais

Ao contrário da sua composição atual, ocupada com as manchetes e as chamadas para outras seções jornalísticas, a primeira página de alguns dos grandes jornais cariocas e paulistas

era, no final dos anos 1940 e início de 1950, voltada essencialmente para o noticiário internacional e, concomitantemente, figurava como espaço para divulgação de material jornalístico sobre a paz mundial, as reuniões de chefes de Estado ou de ministros de Relações Exteriores para discutir o estabelecimento e a manutenção da paz no mundo, os movimentos pacifistas ou pela paz, e, também, as possibilidades de novas guerras. Esta diferença pode ser explicada com base em dois movimentos distintos, mas complementares na história da imprensa no Brasil. A configuração da primeira página aos moldes do que hoje conhecemos se deve ao estabelecimento e consolidação do modelo imprensa-empresa. Com uma nova configuração administrativa, os impressos passaram por um processo de modificação para atender a lógica do mercado. Como marcos dessa transformação, tem-se as reformas gráficas do *Jornal do Brasil* e do *Última Hora*, jornais que alteraram o formato dos títulos e subtítulos, introduziram boxes e textos complementares, assim como transformaram sua página inicial numa “vitrine” (RIBEIRO, 2007, p. 34). A partir da década de 1960, a página inicial passou a fornecer ao leitor uma noção de tudo que figurava no restante do jornal, formando uma espécie de “mosaico”, já que as chamadas dos assuntos mais importantes das diversas seções do jornal apareciam cuidadosamente dispostas na página de abertura (ROMUALDO, 2000, p. 87). A primeira página passou, então, a tratar de assuntos e temas sortidos, figurando como espaço privilegiado para o qual convergiam os principais assuntos das demais seções do jornal (SUZUKI JR., 1985, p. 09). Como consequência desse processo, as modificações gráficas e estruturais forneceram a primeira página um padrão visual diferente das demais. Nesse quadro, a primeira página passou a ser pensada como expediente para o jornal vender-se a si mesmo, ou seja, apresentar material jornalístico de forma organizada e atrativa para chamar a atenção de leitores e de anunciantes dispostos a investir recursos nas páginas impressas.

A veiculação do noticiário internacional na página de abertura de alguns jornais paulistas e cariocas pode ser relacionada ao próprio processo de transformação da imprensa impressa brasileira. É preciso considerar que a divulgação do noticiário estrangeiro e, conseqüentemente, a vinculação de material sobre a paz mundial e as guerras era prática quase inexistente na imprensa brasileira do século XIX. Num momento inicial, os jornais concentraram-se no noticiário sobre a política interna. Nesse período, defendiam posições e lançavam polêmicas ao tratarem dos chamados “assuntos domésticos”. Apenas em algumas ocasiões, os temas internos relacionavam-se com notícias publicadas sobre os Estados Unidos ou a Europa (NATALI, 2004, p. 37).

Convém notar que, até o final do século XIX, a imprensa brasileira enfrentou sérias dificuldades para a publicação do noticiário internacional. A utilização de navios como meio de transporte fazia com que as notícias fossem publicadas com uma semana de atraso em relação ao local de origem. Além disso, as elites letradas do país preferiam assinar publicações estrangeiras, principalmente às francesas. A publicação dos acontecimentos internacionais parece relacionar-se com alguns avanços tecnológicos que aceleram a divulgação de fatos ocorridos em diversas partes do mundo, tal como demonstra a utilização dos telégrafos em substituição às cartas que chegavam ao Brasil por meio de navios estrangeiros. Desse modo, a instalação do telégrafo tornou a circulação de notícias mais rápida e intensa, permitindo aos jornais brasileiros publicarem informações sobre diversas partes do mundo (PERES, 2005, p. 17; 31).

Aos poucos, os avanços tecnológicos foram incorporados pelos meios de comunicação brasileiros. Os assuntos internacionais não ganharam as páginas das publicações periódicas imediatamente. De acordo com Juarez Bahia (1972, p. 51), estes começaram a figurar na primeira página dos jornais brasileiros como desdobramento das transformações sofridas pela imprensa no decorrer da Primeira Guerra Mundial, principalmente aquelas referentes à melhoria do aparelhamento técnico para a produção do noticiário. Com o desenrolar do conflito, os periódicos começaram a ver as notícias internacionais como fonte de interesse jornalístico. Nesse processo, o conteúdo da primeira página, voltado até então para assuntos nacionais, foi paulatinamente substituído por notícias internacionais. Ainda conforme o autor, tal transformação não resultou na internacionalização dos jornais brasileiros, mas apenas permitiu a produção de um “relato à brasileira” dos episódios externos. Conforme Menezes (2006, p. 387), o desfecho da Primeira Guerra Mundial, os desdobramentos da Revolução Russa, o movimento operário internacional e a irradiação dos ideais comunistas pelo mundo ampliaram o interesse da imprensa brasileira pelo noticiário internacional.

No período posterior a Primeira Guerra Mundial, o *Jornal do Commercio* veiculou o noticiário estrangeiro ao lado das matérias sobre o Brasil na sua página inicial. Entre as oito colunas verticais que separavam os temas da sua página de abertura, abriu espaço para os “Telegramas Internacionais”, veiculou notícias diversas referentes aos países da Europa e, esporadicamente, abordou os Estados Unidos. Situação diferente foi vivida por outros periódicos. O *Correio da Manhã*, por exemplo, não atribuiu tanto destaque aos assuntos internacionais,

sobretudo em função do desejo de obter o predomínio nos círculos mais populares de leitores (GARAMBONE, 2003, p. 59-60).

Nos anos de 1930 e 1940, a configuração da primeira página como ocupada com notícias internacionais se consolidou. De acordo com o jornalista Orlando Dantas, então diretor do periódico carioca *Diário de Notícias*, jornal por ele fundado em junho de 1930³¹, a primeira página consolidou-se como aquela voltada prioritariamente as “notícias e assuntos internacionais, praxe, aliás, da maioria dos matutinos”³². Além dos avanços técnicos que permitiam aos jornais brasileiros receberem telegramas de diversas partes do mundo, uma modificação relacionada à política interna também pode ter colaborado com a consolidação daquele processo editorial. A censura imposta aos meios de comunicação durante a ditadura varguista influía, muito provavelmente, na veiculação de determinado conteúdo na página de abertura de alguns jornais. Parece plausível considerar que, frente à proibição de críticas ao governo e à obrigatoriedade de veicular material propagandístico do regime, alguns jornais começaram a publicar outro conteúdo no espaço antes reservado para os assuntos nacionais.

O desenrolar da Segunda Guerra Mundial, a destruição provocada pela utilização de novos armamentos, a participação do Brasil na guerra, a preocupação com o estabelecimento da paz mundial e as possibilidades de novos conflitos desencadeadas com o desenvolvimento da Guerra Fria contribuíram para a utilização da página inicial dos periódicos brasileiros como espaço para veiculação de representações sobre a paz mundial, uma vez que eram assuntos candentes e de preocupação geral dos brasileiros, assim como do resto da população mundial.

A concepção dos jornalistas sobre a primeira página como espaço privilegiado para veiculação de noticiário internacional pode ser observada num texto publicado pelo *Correio da Manhã*. Após discorrer sobre a bomba atômica e a necessidade de acompanhar o seu desenvolvimento, Costa Rego considerou fundamental a leitura de um número de jornal para que se entrasse em contato com os acontecimentos mais importantes do cenário mundial. Consta no texto redigido pelo então diretor do matutino carioca que os leitores desconheciam o trabalho de distribuição das matérias e a função atribuída à página inicial. Segundo Costa Rego, o público estava tão acostumado a ler jornais que não percebia a grande sabedoria escondida na distribuição das matérias. Desse modo, na primeira página apareciam os acontecimentos grandes, os de

³¹ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Mai. 1952, p. 76.

³² *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Out. 1949, p. 36.

importância histórica e, mais adiante, “os de âmbito local, da vida comum, menos importantes, mas permanentes”.³³

Um outro matutino carioca também veiculou material sobre a primeira página como espaço fundamental para o leitor adquirir conhecimento sobre o mundo social. Apesar de tradicionalmente reservar a sua página inicial para os pequenos anúncios de produtos e serviços, o *Jornal do Brasil* ressaltou que um periódico funcionava como “espelho da vida”, já que cada dia vivido refletia no jornal e quem quisesse ter “a idéia exata do que foi em dada ocasião – não um fato isolado que bem pouco significa – mas em função do tempo, em relação aos outros fatos, que o determinaram ou dele resultaram, mas que a ele se ligaram, por que tudo se liga na terra, tem de procurar na primeira página do jornal a ‘face’ daquele dia...”³⁴

A noção da primeira página como espaço para veiculação do noticiário internacional também figurava nas formulações de Orlando Dantas. De acordo com material redigido pelo jornalista e publicado no *Anuário Brasileiro de Imprensa*, o princípio da economia de espaço possibilitava que o maior número de notícias importantes, de acordo com o conceito de cada jornal, figurasse na página inicial e, além disso, quando os assuntos fossem poucos, nas várias seções do jornal, era “dia de festa” para o noticiário internacional, o qual sairia em outras páginas, além da primeira.³⁵ Não obstante as modificações no trabalho dos jornalistas, no processo de produção da notícia e na estrutura das empresas jornalísticas, pode-se perceber atualmente que tratamento semelhante é conferido ao noticiário internacional, inclusive nos telejornais. Na falta de assuntos excepcionais referentes ao Brasil, o leitor ou telespectador atento pode observar que os mais variados temas internacionais ganham maior destaque na pauta jornalística nacional.

Apesar das diferenças entre os periódicos, da presença do material referente à paz mundial nos editoriais, nos artigos assinados e nas charges, pode-se indicar que a página inicial foi utilizada para a veiculação do noticiário internacional. Dentro dessa perspectiva, os materiais sobre a paz no mundo figuravam na página de abertura dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, tal como indica a tabela abaixo:

³³ CM. 31/10/1950, p. 04.

³⁴ JB. 14/08/1947, p. 05.

³⁵ *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Out. 1949, p. 36-37.

NÚMERO DE EDIÇÕES COM NOTICIÁRIO SOBRE A PAZ MUNDIAL ENTRE OS ANOS DE 1946 E 1953 NA PRIMEIRA PÁGINA DOS JORNAIS O ESTADO DE S. PAULO E CORREIO DA MANHÃ

ANO	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
OESP	106	57	64	29	44	29	17	12
CM	49	59	42	41	50	33	29	10

Fonte: OESP e CM (1946 até 1953)

Provavelmente, os periódicos veicularam um maior número de reportagens nos anos de 1946, 1947 e 1948 em decorrência da maior proximidade com o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Com o transcorrer dos anos, o tema continuou a ser pauta jornalística, sem, contudo, a mesma frequência dos anos imediatamente posteriores a hecatombe atômica.

Conforme salientou José Hamilton Ribeiro (1998, p. 28; 54), o jornal *O Estado de S. Paulo* construía sua primeira página com notícias nacionais, principalmente no período que ficou sob intervenção federal durante o Estado Novo, ou seja, 1940 ao final de 1945. Ainda segundo Ribeiro, o período de intervenção possibilitou o fortalecimento econômico da empresa. Mesmo assim, os Mesquita ressentiam-se das arbitrariedades vividas durante o regime estadonovista e, quando retomaram o controle do jornal, passaram a publicar “apenas notícias do exterior para não precisar pôr na capa o nome de *certos políticos*”.

Nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, a primeira página do matutino paulista era composta por uma notícia centralizada. Esta possuía título em letra maiúscula e, em seguida, um pequeno texto para informar o leitor, como sugere uma matéria sobre a organização das Nações Unidas e os fundamentos da paz, publicada numa edição de janeiro de 1946. Entre o título e o corpo da matéria foram posicionadas as seguintes informações:

Acerca do estabelecimento dos princípios que deverão nortear as relações entre as nações visando a manutenção de uma paz justa e duradoura em todo o mundo, falaram ontem, na Assembléia Internacional reunida em Londres, delegados do Equador, Argentina, Colômbia, México, Noruega, Polônia e da República do

Salvador, este último falou também em nome da Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá³⁶.

O *olho* ou *antetítulo* da matéria jornalística era formado por um pequeno texto posicionado posteriormente ao título ou à manchete. De acordo com Juarez Bahia (1972, p. 240), o *olho* deveria funcionar como uma espécie de “chamada para a matéria principal”, apresentando resumidamente o seu conteúdo. Essa não era, contudo, a única característica da página inicial do matutino paulista no final da década de 1940 e início da década de 1950. Ainda em 1946, a organização da página obedecia ao critério de separação dos textos por colunas e linhas, as fotos raramente eram veiculadas e, às vezes, os mapas eram utilizados para ilustrar algumas matérias. Até princípios de 1952, também ocorreram mudanças como na indicação do número de páginas e do nome do próprio jornal.

Dentro desses princípios de apresentação gráfica e textual, foi possível observar grande quantidade de matérias sobre a paz mundial veiculadas na página inicial do matutino da família Mesquita. Como apresentado na tabela, estas foram presença recorrente nas edições de 1946, sobretudo em função dos temores desencadeados pelo discurso proferido por Churchill em Fulton, Missouri, sobre o estabelecimento de uma Cortina de Ferro no leste europeu. As publicações de 1947 relacionam-se, principalmente, com a Doutrina Truman, a maneira como o Plano Marshall foi recebido pela URSS e a organização do Kominform³⁷. As restrições impostas pelo governo soviético, no acontecimento que ficou conhecido como Bloqueio de Berlim, motivaram a veiculação de grande parte dos textos sobre a paz mundial em 1948. Nos anos seguintes, contudo, o assunto passou a ser veiculado com menor frequência, mesmo com o desencadeamento da Guerra da Coréia.

No começo da década de 1950, uma significativa modificação foi realizada na estrutura e na disposição dos conteúdos nas páginas do periódico. Em 1951, os anúncios publicitários passaram a figurar em espaços que, até então, não publicavam esse tipo de material. Anúncios de

³⁶ OESP. 17/01/1946, p. 01.

³⁷ Fundado em setembro de 1947, o Kominform pode ser caracterizado como um Centro de Informação dos Partidos Comunistas. Para a sua composição, foram convidados os partidos comunistas do leste Europeu, com exceção do Alemão e do Albanês, bem como o partido comunista francês e o italiano. Instalado na Polônia, seu objetivo era propiciar a Moscou o controle de todos os países considerados satélites. Ao elevar esse órgão à posição de guardião da coesão ideológica do movimento comunista também existia o objetivo de reforçar a proteção sobre a sociedade soviética que, após a guerra, expressava novas exigências de liberdade e tolerância. Em 1956, o órgão foi destituído em decorrência das denúncias realizadas Krushev (SPRIANO, 1987, p.209-11).

móveis, eletrodomésticos e fábricas começaram a ser publicados na última página do jornal³⁸. Nos meses seguintes, propaganda de remédios, liquidação de roupas, tecidos e venda de relógios começaram a ser veiculados na página de editoriais³⁹. A partir daquele ano, anúncios de lojas de confecções e armarinhos, tintas, vernizes, relógios, filmes fotográficos e aparelhos de TV – quase todos produtos de marcas internacionais – passaram a figurar na primeira página do jornal. A edição dominical de outubro de 1951 ilustra exemplarmente este modelo editorial adotado na página inicial:



IMAGEM 1 - Fonte: OESP. 14/10/1951, p.01

³⁸ OESP. 24/01/ 1951, p. 80.

³⁹ OESP. 12/08/1952,p. 03.

É importante lembrar que a veiculação dos anúncios publicitários raramente ocorria na primeira página das edições dominicais publicadas no período anterior de 1946⁴⁰. Também é interessante notar que a abertura de maior espaço para os anúncios publicitários ocorreu paralelamente ao processo de modernização do *O Estado de S. Paulo*, intensificado em 1951. Assim sendo, se tornavam práticas rotineiras nos jornais a diminuição do espaço para tratar das tensões internacionais, da guerra da Coréia e das dificuldades para estabelecer ou manter a paz mundial. Aos poucos, portanto, os avanços técnicos e dos instrumentos de produção do jornal exigiram a abertura de maior espaço para os anúncios publicitários e a conseqüente modificação da sua página de abertura.

Parece pertinente lembrar que, tal como definiu Clóvis Rossi (1980, p. 28), a publicidade delimita o espaço da informação e até o total de páginas de um periódico produzido nos moldes empresariais. Assim sendo, pode-se concordar quando o autor afirma que nem tudo que ocorre no mundo pode ser publicado por um jornal, mas apenas aquilo que cabe no espaço destinado a informação. Vale salientar, igualmente, que os anúncios publicitários transformaram-se em fontes essenciais de recursos para a imprensa periódica brasileira. A partir da década de 1910, os anúncios percorriam “novos caminhos em relação a estrutura e a linguagem”, assim como as empresas especializadas começaram a substituir os agenciadores individuais, marcando o início do processo de profissionalização da atividade publicitária e a presença de agências norte-americanas em território brasileiro (DE LUCA, 2008, p. 150-1). Entre as décadas de 1920 e 1930, a publicidade era uma atividade sem grande prestígio, e os “propagandistas”, como eram chamados os publicitários, eram vistos com desconfiança. Nesse período, as agências começaram a se estruturar tendo como modelo os padrões norte-americanos. Em 1929, foi fundada a filial brasileira da J. W. Thompson e, dois anos depois, a N. W. Ayer instalou escritório no Rio de Janeiro para atender empresas como Ford, Gessy, General Electric e Light (ABREU; DE PAULA, 2007, p. 11-12). Foi, no entanto, com o crescimento industrial decorrente da Segunda Guerra Mundial que a publicidade comercial ganhou forte impulso no Brasil. No começo dos anos 1950, a maioria dos anúncios referia-se aos produtos de consumo diário, panorama que mudou com o crescimento da indústria automobilística na segunda metade daquela década. Com o maior volume de investimentos em publicidade cada vez mais dirigido às revistas ilustradas e programas radiofônicos, os jornais se empenhavam ainda mais para ampliarem a captação de

⁴⁰ Em 20 de agosto de 1946 o jornal publicou um pequeno anúncio de filtro de água na sua página inicial.

verbas publicitárias (RIBEIRO, 2007, p. 179-182). Com isso, se tornavam práticas rotineiras nos jornais a diminuição de espaço na página inicial e o deslocamento das matérias, colunas fixas e artigos assinados para outras páginas.

Em 1952, o conteúdo da página inicial do *O Estado de S. Paulo* também sofreu o impacto de mudanças administrativas. Até aquele momento, era mantida a tradição de contar com familiares no comando do jornal. Todavia, essa tradição familiar foi rompida quando, a convite do próprio Julio de Mesquita Filho, o então repórter Claudio Abramo assumiu a Secretaria de Redação para iniciar uma reformulação gráfica, de cultura de redação, de controle de produção e publicidade, bem como da concepção da página inicial do matutino. Abramo considerava que a publicação das notícias internacionais conferia maior importância ao mundo do que ao Brasil, e, por isso, argumentava que esse espaço imprimia certo traço de colonialismo ao periódico. Com base nessa preocupação, o então Secretário de Redação atribuiu maior peso editorial à última página do periódico e abriu maior espaço para a veiculação de anúncios publicitários na página de abertura (RIBEIRO, 1994, p. 71-72). Ainda como parte desse processo de modernização, o periódico começou organizar os espaços de publicação e passou a veicular o material jornalístico em algumas seções específicas. No mesmo ano de 1952, começou a indicar ao seu leitor a existência de uma nova seção dedicada à política internacional, cuja publicação se dava na edição de domingo, na página final do jornal⁴¹.

A página de abertura do *Correio da Manhã* também apresentou um significativo número de notícias internacionais e, conseqüentemente, de matérias sobre a paz mundial. O jornal carioca distribuía seu noticiário em colunas separadas por linhas e, freqüentemente, utilizava caixa de texto para veicular notas contendo, por exemplo, indicações de pronunciamentos de chefes de Estado. Para ilustrar algumas matérias, publicava fotografias de chefes de Estado e ministros de Relações Exteriores. Em 1947, a utilização do *olho* ou *antetítulo* pode ser percebida na notícia enfocando o pronunciamento do presidente Dutra na abertura da Conferência Interamericana.⁴² O canto esquerdo dessa página era reservado para a publicação de uma coluna dedicada ao comentário dos assuntos internacionais. Em algumas edições de 1948, essa coluna era substituída pela publicação de pequenas notas encabeçadas pelo título *A semana internacional*. A partir de 1950, foi definitivamente substituída pela *Coluna Nacional*.

⁴¹ OESP. 09/11/1952, p. 92.

⁴² CM. 16/08/1947 p. 01.



IMAGEM 2 - Fonte: CM. 30/03/1948, p. 01

É preciso salientar que a página do *Correio da Manhã* dedicada ao noticiário internacional sofreu modificações semelhantes àsquelas implementadas no *O Estado de S. Paulo*, sobretudo a partir de 1949. Num primeiro momento, os anúncios publicitários raramente figuravam nesse espaço. Aos poucos, a presença desse tipo de material passou a ser constante. Em 1950, as peças publicitárias da Kodak, Filmes Gevaert, Foto Prewer e Wisky Old Par intercalavam o noticiário veiculado nesse espaço⁴³. Nesse momento, os anúncios começavam a ser publicados com maior regularidade nas edições de domingo. Em 1952, propagandas das marcas Foto Prewer, Kodak, Vinhom Ferreirinha, Muster – relógios suecos, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, Rosa Filler Corretora de Imóveis, Transportes Fluk, Queijo Minas

⁴³ CM. 29/10/1950, p. 01.

Dana, Grande Hotel Presidente, Filmes Gervart e da Exposições de Arte decorativa no teatro municipal ocupam a quase totalidade da primeira página⁴⁴. Com a inserção dos anúncios, ocorreu uma redução no espaço dedicado para tratar de assuntos internacionais e do típico quadro de tensão peculiar durante a Guerra da Coréia⁴⁵.

Além dos anúncios publicitários, também é possível identificar outra significativa interferência no conteúdo e na estrutura da primeira página do *Correio da Manhã*. Apesar de tradicionalmente reservada aos assuntos internacionais, a página de abertura do jornal passou a veicular diversas matérias relativas à campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, temática que tomou a quase totalidade daquela página durante o segundo semestre 1950⁴⁶, expediente que revela a influencia política udenista na seleção e veiculação do material jornalístico. Ainda como parte da campanha eleitoral, o jornal transferiu temporariamente a coluna dedicada aos assuntos internacionais para sua última página e, em seu lugar, começou a publicar textos sobre a política nacional, quase sempre com críticas pontuais a Getúlio Vargas⁴⁷, então candidato à presidência da República. Esporadicamente, as questões relativas à sucessão presidencial cederam espaço para notícias sobre a preparação brasileira para a copa do mundo de 1950⁴⁸.

Em comparação com *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, o jornal *Folha da Manhã* pouco utilizou a primeira página para veicular material tratando da paz mundial. Mesmo com o acirramento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética, no ano de 1946, o matutino paulista dedicou espaço em 35 edições à veiculação de noticiário sobre a paz mundial na sua página de abertura. Com os temores provocados pela Guerra da Coréia publicou notícias sobre a paz mundial em 28 edições em 1950, e 31 edições, em 1951. Vale ressaltar que a *Folha da Manhã* surgiu com o objetivo de dedicar atenção para os eventos e problemas da cidade, contrapondo-se ao *O Estado de S. Paulo* que reservava maior espaço na sua página inicial para o noticiário internacional (DE LUCA, 2008, p. 165)

⁴⁴ CM. 29/06/1952, p. 01.

⁴⁵ Apenas para ilustrar essa situação vale notar que três textos foram publicados em meio aos anúncios publicitários numa edição de junho 1952. CM.29/06/1952, p. 01.

⁴⁶ CM. 12/05/1950, p. 01, 13/05/1950, p. 01, 03/06/1950, p. 01, 04/06/1950, p. 01, 13/06/1950, p. 01 e 22/06/1950, p. 01.

⁴⁷ CM. 11/1950.

⁴⁸ CM. 24/05/1950, p. 01.

Pelo menos desde 1947, a página inicial da *Folha da Manhã* possuía algumas características bem definidas. Dentre elas, pode-se destacar a veiculação de matérias relativas à política nacional juntamente com o noticiário internacional, o destaque no tamanho do título da matéria considerada principal, a utilização de linhas verticais e horizontais para separar os textos do noticiário, a presença do *olho da matéria* ou *antetítulo*, a utilização de fotografia de chefes ou ministros de Estado, assim como a presença de um sumário para orientar o leitor.



IMAGEM 3 - Fonte: FM. 08/01/1948, p. 01

Em 1948, anúncios do mercado imobiliário e da marca de relógios de pulso *Movado* começavam a figurar neste espaço. No mesmo ano, o jornal anunciava a escolha da sua décima

página como espaço privilegiado para a veiculação das notícias do exterior⁴⁹. É preciso levar em conta também o processo de reestruturação gráfica e administrativa realizado por José Nabantino Ramos que, durante os anos 1950, esforçou-se para transformar a *Folha da Manhã* numa empresa com padrões modernos e, para isso, reduziu o alto grau de improvisação que marcara o periódico até aquele momento (CAPELATO, 1981, p. 99-101). Além de aumentar o número de páginas, criar novos cadernos e diversificar o conteúdo, Nabantino Ramos promoveu uma substantiva modificação da primeira página da *Folha da Manhã* e também da *Folha da Noite*, publicando chamadas de notícias no local dos tradicionais reportagens inteiras. Seu objetivo era transformar esse espaço numa vitrine do jornal para fazê-lo “vender-se a si mesmo” (RIBEIRO, 1994, p. 57-8).

Alguns periódicos não utilizavam somente a primeira página para veicularem noticiário referente à paz mundial. No *Diário de S. Paulo* o tema foi abordado, esporadicamente, nos artigos assinados por Assis Chateaubriand e publicados naquele espaço. Pequenos anúncios publicitários eram publicados na página inicial do jornal. Ainda em 1945, anúncios da fábrica de propriedade de Assis Chateaubriand que produzia o Licor de Cacau Xavier figurava no órgão dos Diários Associados⁵⁰. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, atribuía outra função à sua página inicial. Veiculava pequenos anúncios de serviços e, apenas no centro da página, indicava as manchetes que o leitor poderia encontrar nas páginas internas. A construção da página inicial com pequenos anúncios de serviços delimitou outros espaços para a veiculação do noticiário referente aos assuntos internacionais. Contudo, em momentos anteriores o matutino carioca publicou notícias internacionais na sua página de abertura. No final do século XIX e início do século XX, veiculou matérias sobre as monarquias européias, já que, naquele momento, procurava tecer críticas ao nascente regime republicano brasileiro (LOPES, 2006, p. 340;347).

É preciso salientar, igualmente, que outros jornais definiram funções diferenciadas para a primeira página. No início da década de 1950, *Última Hora* e *O Dia* procuravam construir uma identificação com as camadas populares e, para isso, publicavam noticiário enfocando reivindicações trabalhistas e denúncias sociais. O primeiro publicava matérias laudatórias a Getúlio Vargas e procurava restringir o apelo sensacionalista do noticiário estampado na sua página de abertura. Já *O Dia* veiculava manchetes com letras garrafais, publicava notícias

⁴⁹ FM. 02/05/1948, p. 01.

⁵⁰ DSP. 04/05/1945, p. 01.

policiais e conferia uma carga de dramaticidade aos textos da sua página inicial (SIQUEIRA, 2006, p. 417-8).

Como se procurou demonstrar, pode-se observar que a posição político-ideológica do jornal, a aprovação dos anunciantes e a apreciação dos leitores certamente influenciavam na estrutura editorial e na organização do espaço jornalístico reservado para a publicação do material voltado para a paz mundial. A utilização dos espaços opinativos e a escolha das páginas para a veiculação dessa temática ocorreu, muito provavelmente, em função das intenções de lucro do jornal, do comprometimento do periódico com o poder (BERGER, 2002, p. 274), da posição política e ideológica no quadro de Guerra Fria, bem como em função do estágio de modernização em que a empresa jornalística se encontrava. Afora isso, a veiculação de noticiário internacional em espaços específicos também pode ser considerada um importante expediente para atrair anúncios publicitários de empresas multinacionais ou para divulgar marcas de produtos importados.

Cabe salientar, igualmente, que um jornal procura paginar no lugar adequado, encabeçada por títulos de mais ou menos destaque, não apenas segundo a importância intrínseca da matéria e seu valor jornalístico, mas também de acordo com o “efeito que quer produzir sobre a sensibilidade e a opinião pública” (JOBIM, 1960, p. 85). Como observou De Luca (2008, p. 138-40), a imprensa periódica seleciona, estrutura e narra tudo que elege como digno de chegar até o público. Por isso, é preciso atentar para as motivações dos jornais para publicar e escolher o espaço para a veiculação das notícias internacionais, pois é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Portanto, outros espaços também foram utilizados pelos periódicos para a veiculação do material jornalístico referente à paz mundial.

3. Do editorial ao traço do humor

O processo de modernização da imprensa impressa brasileira não se restringiu a aquisição de máquinas avançadas, técnicas específicas de produção da notícia e padrões empresariais de administração, pois também incidiu sobre a constituição de espaços específicos para veiculação

da informação ou para a emissão da opinião. Nesse processo, os jornais procuravam emitir a opinião nos editoriais, nos artigos assinados, nas colunas e nos espaços para tratar do cômico. De acordo com Melo (1994, p. 95; 116), o editorial pode ser considerado um espaço reservado para a apresentação da opinião oficial da empresa jornalística sobre as principais questões do momento, aparecendo, quase sempre, na mesma página. Já o artigo assinado pode ser classificado como um “tipo de matéria geralmente escrita pelos colaboradores e que se publica nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados”. Segundo Ribeiro (2007, p. 232), esse tipo de produção permite ao autor fugir da rigidez dos textos informativos e desenvolver o estilo pessoal com liberdade que não se tem no noticiário. Além disso, o artigo assinado pode conferir prestígio e notoriedade ao seu responsável, sobretudo quando publicado num espaço considerado nobre no jornal. Nas colunas, os articulistas veiculam comentários e produzem apreciação valorativa de determinados fatos. Melo (1994, p. 106-7) ressalta, contudo, que nem sempre esse espaço apresenta diretamente a ótica da empresa jornalística, pois possibilita aos jornalistas emitirem as suas próprias opiniões, responsabilizando-se naturalmente por elas. Por sua vez, a charge configura-se num texto visual crítico relacionando acontecimentos aos presidentes, ministros e outras personalidades do mundo político nacional e internacional (ROMUALDO, 2000, p. 21). Conforme Motta (2006, p. 19), a charge tem como traços marcantes o comentário crítico da política e uma crônica aguda dos acontecimentos.

Desse modo, parece possível ressaltar que os periódicos procuravam confinar a opinião sobre acontecimentos externos às páginas e rubricas especializadas, isolando-a do chamado noticiário informativo que era produzido com telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias e veiculada, freqüentemente, nas manchetes das páginas iniciais dos periódicos. Tal estratégia parece indicar a pretensão de conferir aparência de objetividade aos textos jornalísticos, demonstrando, sobretudo, a intenção dos jornais em fazer o leitor crer na objetividade, neutralidade e imparcialidade desses textos (RIBEIRO, 2007, p. 344-5).

Em meio ao processo de modernização e a tentativa de delimitar espaços jornalísticos para a veiculação da opinião, os jornais brasileiros trataram da paz mundial em editoriais, colunas fixas, artigos assinados e charges, tal como ilustra numericamente a tabela a seguir:

A PAZ MUNDIAL NAS PÁGINAS DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA (1945-1953)							
	OESP	FM	DSP ⁵¹	CM	JB	CRUZEIRO	TOTAL
Editoriais	243	75	13	57	105	-----	493
Colunas	86	06	04	46	26	17	185
Artigos	19	10	09	64	45	32	179
Charges	05	31	-----	12	-----	-----	48
TOTAL	353	122	26	179	176	49	905

Fontes: OESP, FM, DSP, CM, JB e Cruzeiro (1945-1953).

A tabela evidencia que os editoriais do *O Estado de S. Paulo* foram amplamente utilizados para discussões relativas às tensões internacionais e as possibilidades de instituição da paz no mundo. No início da década de 1950, o próprio jornal avaliou a importância dos editoriais para os leitores brasileiros acompanharem atentamente os acontecimentos internacionais dos últimos anos, pois veiculava nos seus editoriais habituais notas sobre a situação internacional e oferecia uma rápida visão geral do panorama internacional⁵². Convém lembrar, entretanto, que outros temas também foram debatidos nos editoriais do matutino paulista. Os editoriais tradicionalmente eram posicionados na terceira página do jornal, na seção intitulada *Notas e Informações*. Frequentemente, tal seção era composta por três ou quatro pequenos textos, sendo que o primeiro era dedicado à política nacional e o seguinte à política internacional. Excepcionalmente, os editoriais também foram publicados em outro espaço do jornal, como ocorreu no período da Conferência Interamericana de Petrópolis, realizada em 1947, no Rio de Janeiro. Na ocasião, os editoriais sobre o evento, a posição do Brasil e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca foram veiculados na página inicial do periódico. Em maio de 1948, as notas e informações ganharam uma nova característica. A partir daquele momento, títulos passaram a encabeçar os editoriais. Convém indicar ainda que, na mesma página dos editoriais, era publicada a coluna intitulada *O Momento Político*. Embora prioritariamente se ocupasse com

⁵¹ É preciso informar que não foram sistematizados os dados referentes aos anos de 1948 e 1950-1953. O periódico encontra-se no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Porém, alguns anos estão fora de circulação devido à precariedade da sua conservação. A hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade também possui o Diário de S. Paulo. No entanto, a longa reforma pela qual a biblioteca passa inviabilizou a consulta completa de tal periódico.

⁵² OESP. 02/07/1950, p. 03, 11/04/1951, p. 03 e 20/05/1951, p. 03.

o cotidiano do Legislativo federal, a coluna publicou trinta textos referentes à paz no mundo. A maioria deles, porém, referia-se à posição dos parlamentares sobre o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia.

Ainda em 1948, o jornal criou uma coluna como estrutura semelhante à página de editoriais. Com o título *De um dia para o outro*, o novo espaço veiculava comentários sobre o momento político interno, a situação internacional, as possibilidades de uma terceira Guerra Mundial e a necessidade de manutenção da paz no mundo. Mas estes textos eram bem menores do que aqueles veiculados nas *Notas e Informações*. Toda terça-feira, sua função era comentar os acontecimentos nacionais e internacionais de toda a semana anterior e seu título passava a ser *De uma semana para outra*.

Em outros espaços, o jornal raramente veiculou material sobre a paz mundial. Esporadicamente, a coluna intitulada *Notícias do Rio* tratou da temática, pois se dedicava aos assuntos políticos da capital federal. De modo semelhante, o tema raramente apareceu na segunda página do periódico. Em algumas ocasiões, o acirramento das tensões internacionais também mobilizou esse espaço jornalístico, como bem demonstra a publicação, em março de 1946, da seção intitulada “Sumário dos problemas internacionais”⁵³. Quase sempre, no entanto, a segunda página era reservada para tratar do momento religioso ou para apresentar notícias do interior. Por fim, convém ressaltar que, no segundo semestre de 1952, o jornal veiculou charges para tratar da paz mundial. Fornecidas pela *London Express Service*, sem frequência definida e aparecendo na última página do *O Estado de S. Paulo*, as charges referiam-se ao papel desempenhado pela ONU, às tensões geradas pela divisão da Alemanha, à Guerra da Coréia e à necessidade de desarmamento mundial.

Em 1946 e 1947, a *Folha da Manhã* veiculou 31 charges relacionadas à paz mundial e às possibilidades de novos conflitos bélicos. Em diversas edições, esse material foi posicionado sem qualquer vínculo temático com outros textos, como, por exemplo, nos espaços para tratar do rádio, da aviação e do movimento sindical. Essa prática parece relacionar-se ao fato do periódico utilizar as charges inicialmente publicadas pela *Folha da Noite*, como bem exemplifica o momento em que veiculou uma charge sobre as tensões internacionais juntamente com as notícias sobre cidades do interior de São Paulo e de outros Estados do Brasil⁵⁴. A publicação desse

⁵³ OESP. 12/03/ 1946, p. 02.

⁵⁴ FM. 18/03/1947.

material foi substituída, no ano de 1948, pela reprodução de charges que retratavam a vida cotidiana do norte-americano, originalmente publicadas em jornais dos Estados Unidos. Nos anos seguintes, foram encontradas apenas duas charges representando a paz mundial. Parece pertinente salientar a posição do então diretor da *Folha da Manhã* sobre a função da charge. De acordo com as formulações de Nabantino Ramos (1970, p. 57), uma boa charge valeria “mais do que um editorial”, dado o “impacto do desenho ou da legenda” além do que atrairia os leitores posto que, como mensagem excepcionalmente breve, dispensaria a leitura de longos textos. Para Nabantino, a charge realizaria “o ideal de opinião veiculada de maneira poderosamente sintética.” Não obstante a posição de Nabantino Ramos, deve-se considerar que para a compreensão da charge, assim como do editorial, o leitor deve ter elementos de compreensão, ainda que mínimos, sobre o assunto, os quais geralmente são encontrados nas reportagens veiculadas pelo jornal. Portanto, o leitor dificilmente compreende uma charge sem se informar previamente no próprio jornal.

A *Folha da Manhã* também dedicou espaço na seção de editoriais para apresentar sua posição sobre a paz mundial. Na seção publicada na sua quarta página e formada por cinco pequenos textos, debateu a paz mundial em 75 edições. O conteúdo dos editoriais possuía reconhecida importância para os diretores do periódico. Mesmo depois de ter se desligado da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite*, Nabantino Ramos (1970, p. 182) ressaltou que o prestígio do editorial não estava relacionado à página em que era veiculado, mas à sua qualidade, independente de onde ele estiver. Por sua típica caracterização, continuou Nabantino, o editorial pode ser facilmente encontrado pelos leitores, “onde quer que esteja.”

Pode-se considerar, ainda, que o assunto foi abordado em algumas colunas fixas do periódico. Entre 1946 e 1947, foi debatido pelo jornalista Raul Polillo na coluna intitulada *O momento internacional*. O jornalista chegou a registrar que o principal objetivo da coluna era “esclarecer, expor e comentar os temas internacionais.”⁵⁵ Afora esta, o tema foi tratado também na coluna *O momento político*, freqüentemente publicada na última página. A partir de 1947, a disposição gráfica da *Folha da Manhã* sofreu algumas transformações, já que inúmeros anúncios publicitários ganham suas páginas e uma incipiente organização por cadernos começou a ser ensaiada. Nesse processo, os acontecimentos referentes à política nacional ganharam prioridade no espaço intitulado *O momento político* e os assuntos internacionais começaram a figurar na última página do primeiro caderno.

⁵⁵ FM. 09/03/946, p. 02.

A paz mundial também foi amplamente debatida nos editoriais do *Correio da Manhã*. Entre 1945 e 1953, o *Correio da Manhã* publicou 57 editoriais sobre o tema. Estes eram veiculados na sua quarta página, no espaço intitulado *Tópicos e Notícias* e caracterizado pela publicação de cinco ou seis pequenos textos, sem identificação de autoria. Em algumas edições, o tema também foi abordado num artigo assinado, como o formato de pouco mais de uma coluna, iniciado no canto esquerdo da mesma página. Do lado oposto da página, era posicionado o tradicional artigo de fundo de Costa Rego. Em 38 edições, o então diretor do *Correio da Manhã* abordou os embates diplomáticos no cenário internacional, a paz mundial e a guerra da Coréia. Pela posição de Costa Rego na empresa jornalística, pode-se afirmar que seus textos adquiriam peso editorial. No final de 1950, ocorreu uma mudança substancial no aspecto gráfico desta página do periódico. Com a alteração, os textos começaram a ser publicados em colunas mais largas e títulos foram atribuídos ao material veiculado no espaço *Tópicos e Notícias*.

Deve-se salientar, ainda, que o tema foi abordado em 14 ocasiões na coluna *Tribuna da Imprensa*⁵⁶, redigida pelo jornalista Carlos Lacerda e publicada na segunda página do *Correio da Manhã*. Na mesma página, o poeta Augusto Frederico Schmidt também publicava seus artigos, dos quais nove versaram sobre o assunto. Esporadicamente, as colaborações desses dois colunistas foram veiculadas em outros espaços do jornal.

A partir de 1948, o jornal carioca também publicou charges sobre as possibilidades de uma nova guerra e a manutenção da paz mundial. Afora perceber a publicação desse material em momentos agudos da Guerra Fria, não foi possível encontrar informações sobre os critérios para escolha, a periodicidade da publicação e os motivos pelos quais esse material não era regularmente veiculado numa mesma página do periódico.

O *Diário de S. Paulo* não publicou charges representando a paz mundial ou as possibilidades de desencadeamento de novas guerras, mas, assim como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Correio da Manhã* também dedicou seus editoriais e suas colunas ao assunto. Sua posição foi indicada em 13 textos assinados por Assis Chateaubriand e posicionados no canto superior esquerdo da sua página inicial, local considerado pelos jornalistas como o mais nobre daquele jornal. As colunas também serviam como espaço para os jornalistas construírem representações sobre a paz mundial, como fez Cândido Mota Filho na coluna intitulada *Vida*

⁵⁶ É preciso lembrar que, antes de ser publicada pelo periódico carioca, a referida coluna fora veiculada em outro jornal. A edição de 23 de janeiro de 1946 do jornal OESP veiculou a coluna redigida por Carlos Lacerda e intitulada *Na Tribuna da Imprensa*.

Internacional que, com frequência, era substituída por outra coluna de sua autoria com o título *Vida Nacional*. O jornalista Barreto Leite Filho também assinou nove artigos sobre a paz mundial.

A preocupação em evitar uma nova guerra ou os temas ligados à paz mundial também integraram as páginas de outra publicação periódica pertencente aos Diários Associados. Mesmo voltada prioritariamente para o entretenimento, a revista *O Cruzeiro* também veiculou material sobre a paz no mundo. É pertinente observar, contudo, que poucas revistas se dedicavam exclusivamente aos informes ou reflexões sobre “relações ou assuntos internacionais” no final dos anos 1940, preocupação temática que se tornou mais freqüente no final dos anos 60 e primeira metade da década seguinte, em revistas como *Veja* e *Visão*, como bem sugere o investimento de ambas na formação de equipes de redatores especializados em política externa (NATALI, 2004, p. 43-4).

Além de noticiar o desenrolar da Guerra da Coréia, em matérias e artigos isolados ou, então, numa série de publicações preparadas pelo repórter Luciano Carneiro⁵⁷, enviado especial para cobrir o conflito travado em solo coreano, *O Cruzeiro* também publicou material jornalístico sobre a utilização da bomba atômica e sobre as possibilidades de uma nova guerra mundial. A partir de 1947, passou a veicular uma coluna fixa intitulada *Carrossel do Mundo*, assinada por Drew Pearson⁵⁸, classificado pelo próprio periódico brasileiro como “um jornalista excepcional”, “um dos maiores comentaristas americanos” e “um dos mais profundos e autorizados conhecedores da política interna de Washington”⁵⁹. Pearson não foi, contudo, o único articulista a debater o assunto. As possibilidades de novas guerras e a necessidade de estabelecer a paz mundial foram temas igualmente abordados nos artigos de Teophilo de Andrade, Austregésilo Athayde⁶⁰, Frankilin Oliveira⁶¹ e Raquel de Queiroz.

⁵⁷ Luciano Carneiro nasceu em 1926, em Fortaleza, local onde iniciou sua carreira jornalística. Em 1948, ingressou a revista *O Cruzeiro* e, no ano seguinte, tornou-se conhecido do público leitor ao produzir reportagens ilustradas com fotografias. Em 1959, faleceu num acidente aéreo.

⁵⁸ Convém ressaltar que, antes de publicar seus artigos na revista, Drew Pearson discutia as questões internacionais na *Folha da Manhã*, na seção intitulada *Carrossel de Washington*. Na revista *O Cruzeiro* publicou 17 textos enfocando a paz mundial.

⁵⁹ *O Cruzeiro*. 26/07/1947, p. 16.

⁶⁰ Austregésilo Athayde (1898 – 1993) foi professor, jornalista e cronista. Em 1951, foi eleito para a Acadêmica Brasileira de Letras. Dedicou parte da sua vida aos *Diários Associados* e manteve proximidade de Assis Chateaubriand, com quem dividiu um garçoniê em Copacabana, participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e, por isso, também sofreu as perseguições impostas pela ditadura varguista (MORAIS, 1994, p. 262; 270; 278; 280-1; 302). Integrou o *Condomínio Acionário dos Diários e*

Diferente dos outros periódicos, o *Jornal do Brasil* circunscreveu os editoriais e os artigos assinados à sua quinta página. Entre 1945 e 1953, a paz mundial foi debatida em 105 editoriais e 45 artigos assinados, dos quais 21 foram redigidos por Meira Matos⁶², cinco pelo General Pedro Cavalcanti⁶³ e quatro por Barbosa Lima Sobrinho. Esporadicamente, o espaço tradicionalmente ocupado por esses artigos era utilizado para a veiculação da *Coluna do Exterior*⁶⁴. Na mesma página, o jornal publicou outra coluna sobre o cenário internacional. Entre 1949 e 1950, veiculou textos redigidos pelo jornalista com o pseudônimo de Al Neto na coluna intitulada *Nos bastidores do Mundo*⁶⁵. Por sua vez, a sexta página era dedicada à veiculação das matérias referentes à situação internacional e ao contexto nacional. É preciso salientar que a temática paz mundial foi ainda mais freqüente no noticiário veiculado na sétima página do jornal. Nela foram publicados os seguintes números de matérias ocupadas com o tema da paz: 33, em 1946; 36, em 1947; 57, em 1948; 37, em 1949; 48, em 1950; 41, em 1951; 19, em 1952; 22, em 1953.

É importante observar, por fim, que a chamada grande imprensa demonstrava enorme interesse pela paz mundial, muito provavelmente, em função da expectativa gerada com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, dos acontecimentos que aguçavam as rivalidades entre URSS e EUA, assim como em decorrência da relevância jornalística que o tema paz havia adquirido. Apesar de importante, a temática não era a única a figurar nas colunas fixas ocupadas

Emissoras Associados, organização criada pelo próprio Chateaubriand, quando já se encontrava enfermo, para presentear os funcionários mais dedicados com o controle acionário do seu conglomerado jornalístico (NETO, 1998, p. 14-15), assim como foi responsável por diversas inovações no jornalismo dos Associados como, por exemplo, a criação do “Jornal falado dos Diários Associados”, um jornal com meia hora diária de duração na *Rádio Educativa*. (MORAIS, 1994, p. 278).

⁶¹ José Ribamar Franklin de Oliveira (1916-2000), jornalista e crítico literário, ingressou na revista *O Cruzeiro* em 1944, na qual escreveu, semanalmente, a coluna sob o título “Sete dias” até 1956, ano em que se tornou editorialista e crítico literário no *Correio da Manhã*. Na revista *O Cruzeiro*, debateu a paz no mundo em cinco artigos.

⁶² Carlos de Meira Mattos (1913-2007) nasceu em São Carlos (SP) e ingressou na Escola Militar em 1933. Em 1944, integrou a FEB e participou da guerra. Além das atividades militares, colaborou com os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* de 1946 até 1956. Durante o regime militar, exerceu a chefia do governo estadual de Goiás como interventor federal, o comando das tropas brasileiras na República Dominicana (1965) e diversas atividades junto ao Ministério da Educação (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 3640-3641).

⁶³ Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque (1889-1960) nasceu em Salvador e cursou o colégio militar no Rio de Janeiro, seguindo carreira no Exército brasileiro e obtendo, em 1948, a patente de general. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia. Escreveu sobre temas militares para os seguintes jornais: *Jornal do Comércio*, *A Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano* e *O Estado de Minas* (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 1284).

⁶⁴ A paz mundial foi o principal assunto da *coluna do exterior* em 19 edições do JB.

⁶⁵ Em sete edições a coluna tratou da paz mundial.

com os assuntos internacionais e intituladas *De um dia para o outro*, *De uma semana para outra*, *O momento internacional*, *Coluna do exterior*, *Nos bastidores do mundo* e *Carrossel do Mundo*. Provavelmente, a grande imprensa não dedicava um espaço jornalístico exclusivo a paz por se tratar de uma temática central no movimento comunista internacional e brasileiro. Após o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e o cancelamento do registro eleitoral do PCB, os comunistas tiveram que se adaptar às novas formas de fazer política, participando, inclusive, de campanhas e manifestações pela paz mundial. E, nos momentos iniciais da Guerra Fria, a grande imprensa brasileira alinhava-se aos ideais políticos do bloco capitalista liderado pelos EUA. É preciso também relacionar os espaços dedicados à paz mundial às mudanças que ocorriam na produção jornalística, pois, para um jornal nos moldes da imprensa/empresa norte-americana, era fundamental manter distância das idéias ou campanhas comunistas, principalmente ao produzir material em colunas fixas dedicadas aos assuntos internacionais. Tal expediente auxiliava na busca de recursos financeiros atraindo a veiculação de publicidade de marcas e empresas estrangeiras. Além do mais, coadunava com a posição política dos órgãos impressos.

CAPÍTULO II – FONTES JORNALÍSTICAS E PROCESSOS NA EDIÇÃO DA PAZ MUNDIAL

1. Correspondentes internacionais

As guerras são, há muito, descritas e analisadas por jornalistas ligados às agências de notícias ou enviados do país de origem para o exterior com a intenção de realizar o trabalho de cobertura jornalística. Esses profissionais são conhecidos como correspondentes internacionais. De certa forma, o mundo jornalístico acredita que o fato de um jornalista estar no local do acontecimento o qualifica para descrever o ocorrido (PERES, 2005, p.06), conferindo o atributo de veracidade ao que é publicado pela imprensa impressa ou emitido pela rádio e emissoras de televisão, fornecendo, assim, credibilidade ao próprio órgão da imprensa. Além de sofrer a influência da visão de mundo, da experiência profissional e da posição política de seu autor, esse tipo de relato deve se enquadrar no enfoque exigido pelo próprio periódico, já que, antes de ser publicado, é avaliado por profissionais situados em postos decisórios na hierarquia de um jornal. De acordo com Biagi (2001, p. 41-2), todo tipo de material jornalístico deve passar pelo crivo do editor, do diretor e até do dono do periódico para ser publicado. Assim como outros textos, o material jornalístico pode ser tomado como representação social do mundo e não como um espelho fiel da realidade observada.

Mas os jornais brasileiros enfrentavam um grande obstáculo para tratar de assuntos internacionais no período posterior à Segunda Guerra Mundial, pois não havia uma grande tradição do jornalismo brasileiro em enviar correspondentes para cobrir acontecimentos em diversos pontos do mundo. Entre o final do século XIX e início do século XX, poucos jornalistas brasileiros trabalhavam como correspondentes internacionais. Dentre eles, pode-se destacar Lopes Trovão que, em 1888, esteve em Londres e Paris a serviço de jornais cariocas. É preciso observar, porém, duas características fundamentais no trabalho dos correspondentes brasileiros desse período. Primeiramente, eles enviavam material para diferentes jornais ao mesmo tempo, ou seja, ainda não havia o hábito da exclusividade jornalística. Em muitos casos, a atividade jornalística era exercida de forma secundária, portanto, mediante e em decorrência de outras

atividades profissionais. Esse foi o caso de José do Patrocínio Filho que, ao servir em várias representações diplomáticas no estrangeiro, manteve regular atividade de correspondente para diversos jornais cariocas. Pode-se salientar, então, que a atividade diplomática permitia o exercício da sua prática jornalística (BAHIA, 1972, p. 51-2). Antes de se tornar chefe de redação no *Jornal do Brasil*, o político, diplomata e jurista Joaquim Nabuco viveu situação semelhante, pois colaborou com o matutino carioca exercendo a função de correspondente jornalístico em Londres (LOPES, 2006, p. 332).

A primeira guerra mundial ampliou a presença de correspondentes internacionais no cenário dos combates. Durante a guerra, algumas nações procuravam transformar a produção e divulgação de notícias caluniosas e inverídicas em armas de combate. Para limitar essa possibilidade, alguns chefes de Estado proibiram a presença de correspondentes no *front* (PERES, 2005, p. 15-21). Mesmo antes da proibição, os jornais brasileiros não enviaram correspondentes para os campos de batalha, ficando, desse modo, dependentes de material enviado pelas agências internacionais de notícia (NATALI, 2004, p. 43).

Em momento posterior à guerra e numa situação bastante peculiar, João do Rio exerceu a função de correspondente internacional. Enviado à Europa pelo jornal argentino *El Diario*, em 1919, para acompanhar a Conferência de Paz e a assinatura do Tratado de Versalhes, o literato brasileiro produziu e remeteu à imprensa nacional diversos artigos sobre a assinatura do armistício e os aspectos do momento internacional. Além disso, fez inferências sobre o papel que o Brasil deveria assumir naquele cenário mundial (ANDRADE, 1991, p. 82).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os jornais brasileiros enviaram correspondentes ao campo de batalha e, diferentemente do conflito anterior, não se limitaram a acompanhar os acontecimentos com “olhos internacionais” (NATALI, 2004, p. 42). Contudo, não era apenas a cobertura jornalística do campo de batalha que interessava aos periódicos brasileiros. Entre 1943 e 1944, Mário Pedrosa trabalhou como correspondente do *Correio da Manhã* em Washington (TOKARSKI, 2003, p.242). O número de correspondentes brasileiros aumentou, no entanto, somente com o ingresso do país no conflito, momento em que periódicos como *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Diários Associados* e *Diário Carioca* enviaram jornalistas para acompanhar a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos italianos.

Os *Diários Associados* enviaram os repórteres Murilo Marroquim e Barreto Leite Filho para a Europa e, depois, para a Tunísia. Como parte do esforço de cobrir a guerra, cederam

também dois aviões para auxiliar “no serviço de patrulhamento da costa brasileira” e reabilitaram uma antiga coluna semanal de análise militar, agora dedicada à interpretação do conflito. Preocupado em oferecer uma cobertura ainda mais minuciosa da guerra, Assis Chateaubriand convidou, em 1942, o repórter Edmar Morel para embarcar para a Europa. A proibição à viagem do repórter – imposta pelo general Eurico Gaspar Dutra, então ministro de Guerra, ao acusar Morel de ter ligação com o PCB – levou o proprietário dos *Diários Associados* a indicar Joel Silveira para acompanhar os pracinhas da FEB (MORAIS, 1994, p. 429-431). O próprio jornalista lembrou, em texto memorialístico, que o seu trabalho de correspondente não foi facilmente realizado, pois encontrou dificuldades como o rigoroso inverno, a ameaça nazi-fascista, as características do combate e a resistência dos altos escalões da FEB em fornecer informações sobre a atuação dos soldados brasileiros. Ainda conforme suas memórias, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) censurou algumas matérias remetidas aos *Diários Associados*, vetando, por exemplo, a publicação do número de soldados brasileiros feridos ou mortos em combate. Para o DIP, o combatente nacional deveria ser visto como “excepcional, à prova dos desgastes de guerra.” (SILVEIRA, 2005, p. 135).

Convém notar que o DIP objetivava construir determinada imagem do regime estadonovista, das instituições governamentais e do próprio Getúlio Vargas. Com tais preocupações, controlou e censurou os jornais e o material jornalístico divergente da ideologia do Estado Novo, esforçando-se para eliminar as “vozes discordantes” (CAPELATO, 1998, p. 69-73). Porém, em tempos de guerra o controle das informações e a prática da censura não são exclusividades dos regimes ditatoriais. Seguindo as orientações de Jean-Noël Jeanneney (1996 b, p. 103-108), pode-se afirmar que, durante períodos de guerra, os governos tem o duplo cuidado, por vezes antagônico, de reprimir a imprensa como fornecedora de notícias perigosas e de a desenvolver como órgão de propaganda. Conforme o historiador francês, os governantes preocupam-se com a divulgação de informações sobre o movimento das tropas, as táticas de combate, as estratégias militares, enfim, todas aquelas consideradas essenciais para o desenvolvimento do conflito.

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* não indicou ter enviado correspondentes para acompanhar os soldados da FEB, mas, mesmo assim, registrou a importância do trabalho realizado pelos jornalistas que acompanhavam os combatentes brasileiros em território italiano. Consta nas páginas do matutino paulista que a leitura dos relatos enviados pelos correspondentes

de guerra possibilitou ao povo brasileiro acompanhar com sentida emoção, a marcha de seus soldados lá longe, nos terrenos acidentados dos Apeninos.⁶⁶ É preciso lembrar, contudo, que o jornal estava sob intervenção do governo federal e, portanto, reproduzia a versão oficial do Estado Novo.

Todavia, os jornalistas brasileiros não atuaram apenas como correspondentes do conflito mundial. Alguns participaram da Conferência de Paz, realizada no castelo mexicano de Chapultepec, no começo de 1945. Na ocasião, os Estados Unidos insistiram na aprovação de uma resolução sobre Assistência Recíproca e Solidariedade Americana. Conseguiram, porém, avançar mais em questões econômicas do que a elaboração de um documento contrário à agressão externa ao continente americano. A elaboração do documento ficaria para a próxima reunião continental (MOURA, 1991, p. 47 e 64).

Paulo e Niomar Bittencourt⁶⁷ estiveram no evento realizado em território mexicano. O primeiro foi como representante da Associação Brasileira de Imprensa, e sua esposa obteve credencial para participar da conferência na condição de jornalista representando o *Correio da Manhã*. Mesmo assim, a Conferência não foi amplamente noticiada pelo periódico carioca que, no período, possuía outra preocupação. Costa Rego, então seu diretor, estava mais interessado na entrevista de José Américo de Almeida, ex-ministro de Vargas, sobre a necessidade de democratização do país. A publicação de uma entrevista com críticas ao Estado Novo foi por ele considerada como uma verdadeira “bomba” jornalística (ANDRADE, 1991, p. 64).

O repórter Samuel Wainer também se deslocou para cobrir a mesma Conferência de Paz. Conforme registrou em suas memórias, após passar pela Argentina, Chile e Estados Unidos, em decorrência do exílio imposto durante o Estado Novo, Wainer recebeu um telegrama enviado por Roberto Marinho que, na ocasião, orientou-o para ir até a cidade do México e representar *O Globo* na Conferência de Paz. Em meio a essa atividade, recebeu outro telegrama com novas ordens de Marinho. Sua nova missão era localizar e entrevistar Anita Leocádia Prestes, filha do

⁶⁶ OESP. 05/05/1945, p. 14.

⁶⁷ Niomar Muniz Sodré Bittencourt (1916-2003) nasceu em Salvador e realizou seus estudos no Rio de Janeiro. Ainda jovem, começou a escrever novelas, contos e crônicas. Colaborou em jornais e revistas como *A Noite*, *Vamos Ler*, *Carioca* e, especialmente, no *Correio da Manhã*. Em 1948, foi fundadora do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, juntamente com seu marido, Paulo Bittencourt. A partir de 1963, tornou-se proprietária e diretora do CM. Em janeiro de 1969, teve seus direitos políticos suspensos e, em seguida, foi presa (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 5554).

líder comunista brasileiro Luis Carlos Prestes e de Olga Benário, que nascera num campo de concentração após sua mãe ter sido entregue aos nazistas pela ditadura do Estado Novo. Desse encontro resultou uma reportagem que, segundo suas lembranças, atingiu grande repercussão (WAINER, 1987, p. 80-1).

Ainda em 1945, Samuel Wainer atuou na cobertura jornalística do julgamento de Nuremberg. Além de registrar a importância do momento para a sua formação jornalística, considerado como aquele em que atingiu a maioria como jornalista internacional, Wainer também recordou as dificuldades que enfrentou para atuar em território europeu e as estratégias que utilizou para vencê-las. Consta em suas memórias que seguiu para a Europa como correspondente de guerra de *Diretrizes* sem possuir credenciais, confiando na sua “boa sina” e no seu círculo de amizades. Ainda em Paris, encontrou-se com o diplomata americano Jefferson Caffery, seu conhecido dos tempos que exerceu o cargo de embaixador no Brasil. Dele, Wainer lembrou que recebeu uma ajuda extraordinária: “Caffery conseguiu-me uma credencial de correspondente de guerra junto ao Exército americano.” O correspondente recordou ainda que em função da credencial, o dinheiro deixou de ser necessário, já que os americanos asseguravam aos correspondentes roupas, rações de comida e meios de transporte. Relembrou, igualmente, que livre de preocupações materiais, podia sair em busca das reportagens para *Diretrizes* e, por isso, seu nome esteve vinculado a trabalhos de intensa repercussão no Brasil. Desse modo, Wainer concluiu: “Ao sair do Brasil pela primeira vez, no final de 1944, eu tivera meu batismo de fogo como correspondente no exterior. Agora, eu viveria meu amadurecimento como jornalista internacional” (WAINER, 1987, p. 85).

A atividade desenvolvida por Wainer fornece indícios sobre as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas brasileiros que procuravam exercer a função de correspondente internacional. Afora *O Globo* que contou com os serviços de Wainer, outros jornais não enviaram equipes para cobrir o julgamento de Nuremberg, optando por utilizar o material telegráfico remetido pelas agências internacionais de notícias (ROUCHOU, 2006, p. 349; 353-4).

Outro jornalista que atuou como correspondente e publicou artigos num periódico de circulação nacional foi Carlos Lacerda, pois cobriu a Conferência de Paz, realizada entre agosto e setembro de 1946 na capital francesa, para *O Estado de S. Paulo*. Suas impressões sobre os interesses dos representantes das nações envolvidas, sobre o desenrolar e conclusão da

Conferência foram publicadas esporadicamente pelo jornal paulista⁶⁸. Na tentativa de conquistar o público leitor, o matutino não deixou de apresentar elementos para tentar se diferenciar dos outros periódicos, pois os textos eram precedidos pela frase: “Especial para o ‘Estado de S. Paulo’.”

Carlos Lacerda não foi o único jornalista brasileiro presente no evento, mas, conforme ressaltou à época no seu livro intitulado *A missão da imprensa*, estava dentre os poucos que se preocupavam em escrever e remeter informações à imprensa brasileira, como expressou: “havia inscritos em lista do secretariado, de que guardo cópia, dezesseis jornalistas correspondentes brasileiros, dos quais apenas sete o eram, e provaram que eram, pois escreviam” (LACERDA, 1950, p. 17).

Paralelamente à função de correspondente internacional presente na Conferência de Paz, Lacerda enviava notas utilizadas para a construção dos editoriais, tal como fez no encerramento da Conferência de Paz e foi reconhecido pelo *O Estado de S. Paulo*: “Nosso correspondente especial, encerrando sua tarefa junto à Conferência de Paz, envia-nos uma nota em que não esconde seu desapontamento. A Conferência malogrou inteiramente (...)”⁶⁹ Remetia telegramas contendo alguns dados sobre o evento, um tipo de material que não foi publicado pelo jornal, mas serviu para alimentar o trabalho de outros articulistas. Um jornalista do *O Estado de S. Paulo* que regularmente assinava artigos como Conde Emanuel de Benningsen, por exemplo, afirmou que o correspondente Lacerda

mandou ao ‘Estado’ um telegrama muito interessante a respeito dos resultados da Conferência de Paz, baseando-se nas estatísticas das impressões que ela deixou nos espíritos dos jornalistas presentes. Apesar de declarar a maioria deles, inevitavelmente, que estamos às vésperas de uma nova guerra, apenas 10 jornalistas de um total de 134, consideravam-na inevitável. É de lastimar somente que o Sr. Carlos Lacerda tenha deixado de apontar a que nacionalidade pertenciam esses dez⁷⁰.

Nesse ponto, parece pertinente lembrar a atuação de Lacerda à frente da Agência Meridional. Após a breve experiência de Casper Líbero e Raul Pederneiras, em 1910, ao fundar a *Agência Americana*, Chateaubriand decidiu inovar no mercado jornalístico. Em 1931, criou a sua

⁶⁸ OESP. 23/08/1946, p. 02; 25/09/1946, p. 01; 05/10/1946, p. 02; 13/10/1946, p. 02.

⁶⁹ OESP. 18/10/1946, p. 03.

⁷⁰ OESP. 22/10/1946, p. 18.

própria agência noticiosa para, inicialmente, distribuir material apenas aos *Diários Associados*. Em pouco tempo, a agência deixou de realizar o intercâmbio somente entre os jornais de Assis Chateaubriand e passou a comercializar informações para outros periódicos dentro e fora do eixo Rio- São Paulo. Dentre seus funcionários encontrava-se Carlos Lacerda que, depois de romper com os militantes comunistas brasileiros, em 1939, aceitou o convite para reorganizar a *Agência Meridional* (MORAIS, 1994, p. 226 424). É possível indicar, portanto, que não era novidade para Carlos Lacerda organizar e enviar material informativo para o trabalho de articulistas em outros jornais.

Além de remeter telegramas e publicar suas colaborações no *O Estado de S. Paulo*, Lacerda também enviou material ao *Correio da Manhã*⁷¹. Nos artigos, não se limitou a informar sobre o desfecho da Conferência de Paz, uma vez que criticou a delegação brasileira e, principalmente, a atuação do governo Dutra frente à situação internacional. Defendeu que a posição brasileira foi prejudicada pela ausência de autoridade interna do governo que, segundo sua avaliação, se divertia “brincando nos quatro quantos da politicagem nacional” e mostrando-se “incapaz sequer de pular o muro do quintal getuliano”. Lacerda previa, ainda, as consequências dessa postura:

Ainda pagaremos por tamanha inconsciência de que se faz diretamente responsável o presidente Gaspar Dutra, que podendo vir a ser um grande presidente medíocre, contenta-se em ser apenas um grande medíocre! A correlação da situação internacional cada dia se agrava mais e a situação interna é cada vez mais precária, estabelecendo-se uma progressão de tal modo que, se a guerra vier, encontrar-nos-à famintos e rotos, e, se não vier, terá em seu lugar uma paz feita das tristes nações, como a nossa, incapazes de compreender as suas próprias responsabilidades. A dramática advertência do malogro da Conferência de Paz deve encontrar eco nos corações brasileiros, ao menos naqueles que tiverem coração e, se não for pedir demais, que tenham também cabeça para pensar e braços para trabalhar⁷².

É possível tecer alguns comentários sobre a atuação de Carlos Lacerda. Além de preocupado com o trabalho dos correspondentes que não escreviam sobre a Conferência de Paz e de atuar remetendo informações fundamentais ao trabalho de outros jornalistas, Lacerda escreveu sobre o mesmo evento para dois jornais, fato que permite indicar a dificuldade de um jornal brasileiro para manter um jornalista no exterior. Ademais, é relevante observar que os textos de

⁷¹ CM. 18/09/1946; 11/10/1946; 22/10/1946.

⁷² CM. 11/10/1946, p. 02.

Lacerda não abordavam apenas a Assembléia de Paris ou os aspectos da situação internacional, já que também teciam duras críticas à situação política brasileira, aliando, assim, a política internacional à interna.

No ano de 1947, outro jornalista brasileiro foi enviado para acompanhar os trabalhos na ONU. Como correspondente dos *Diários Associados*, o articulista Barreto Leite Pinto ficou responsável por acompanhar a confecção do tratado de paz entre os países Aliados e a Alemanha⁷³.

A atuação dos correspondentes internacionais não interessou apenas à imprensa impressa, pois também esteve presente dentre as preocupações das emissoras de rádio no Brasil. A *Revista Publicidade e Negócios* registrou a atuação de um repórter brasileiro junto à Assembléia das Nações Unidas. De acordo com a revista, a atuação de correspondentes internacionais ajudou a modificar a estrutura dos programas radiofônicos do Brasil:

As principais rádio-emissoras do Brasil começaram a dedicar suas atenções às reportagens internacionais, prática essa que alcança a sua mais alta expressão atualmente, no Rádio norte-americano. Realmente, não se podia compreender que o rádio só encontrasse dinamismo e sensacionalismo nas transmissões de futebol aos domingos, mantendo-se numa irritante rotina de 'jornais falados', adquiridos às agências telegráficas e irradiados com o mais irritante atraso. Agora, já não estamos mais a margem da história, pois podemos, com satisfação, apontar algumas iniciativas do Rádio Brasileiro, (...) É preciso não esquecer também que a Rádio Nacional andou, há tempos, ensaiando os primeiros passos no campo das reportagens internacionais, quando enviou Saint Clair Lopes aos Estados Unidos, onde acompanhou, durante um mês, os trabalhos da Organização das Nações Unidas.⁷⁴

No início dos anos 1950, outro jornalista brasileiro atuou como correspondente internacional. Em 1951, Luciano Carneiro foi designado pela revista *O Cruzeiro* para cobrir a Guerra da Coréia e remeter matérias produzidas ainda na linha de combate. Em princípios de fevereiro, Carneiro foi para o Japão e, após uma breve estada, conseguiu autorização para seguir ao *front* de batalha. Em busca de notícias, notabilizou-se por ser o único jornalista sul-americano que acompanhou as tropas de infantaria das Nações Unidas. Tal exclusividade levou a revista a destacar que, durante o período que esteve no *front*, o seu correspondente jamais voltou para a

⁷³ DSP. 04/03/1947, p. 01.

⁷⁴ *Revista Publicidade e Negócios*. Mai. 1948, p. 22.

sua base sem haver realizado a cobertura jornalística, pois sempre escreveu e fotografou na sua perigosa tarefa de cobrir a guerra.

A revista *O Cruzeiro* procurava transformar a própria confecção da reportagem em parte fundamental do fato jornalístico, tal como sugere os textos que precediam as reportagens de David Nasser e Jean Manzon. A recorrente utilização deste expediente, muito provavelmente, visava auxiliar na constituição de uma identidade heróica para o jornalista ou fotojornalista (MAUAD, 2006, p. 378-379). Assim, a referência ao trabalho de Luciano Carneiro na perigosa tarefa de cobrir a Guerra da Coreia também integrava esse processo de produção e publicação da notícia. Nesse sentido, a redação da revista revelou com “orgulho a façanha desse jovem e agressivo repórter”, bem como anunciava “para breve a publicação de suas sensacionais reportagens, não só no campo da guerra coreana, como em diversos outros setores importantes, dentro de um plano de trabalho jornalístico que abrange extensa área do Oriente”.⁷⁵

No momento posterior, Carneiro voltou sua atenção para as negociações de paz realizadas na cidade sul-coreana de Kaensong, entre os meses de julho e setembro de 1951 (BIAGI, 2001, p. 217-218). Numa típica reportagem fotográfica, com pequeno texto e muitas imagens, preparou a matéria de algumas páginas ainda na cidade japonesa de Tóquio. Nela, enfatizou o fracasso do encontro num trocadilho utilizado no seu título “Conferência sem paz”.⁷⁶

Os perigos enfrentados pelos jornalistas dedicados à cobertura da Guerra da Coreia foram reconhecidos por outros órgãos da imprensa brasileira. De acordo com editorial publicado pela *Folha da Manhã*, os correspondentes internacionais enfrentavam tarefas difíceis e penosas. Ou como salientava o periódico paulista:

Quando as hostilidades armadas são esperadas, após ultimato de uma nação a outra, o correspondente dispõe de tempo para estudar planos de ação e po-los em prática. Porém, nem sempre é assim, e o que ocorre atualmente na Coreia é exemplo de agressão imprevista. Nesse caso os correspondentes dos grandes jornais que se encontram no local ou nas circunvizinhanças do conflito têm de se transformar em “correspondentes de guerra” e não podem ficar a espera de comunicados oficiais. Obrigam-se a ir para as linhas de frente, a tomar conhecimento dos fatos onde esses se verificam, a entrar em contato com os soldados e comandantes, a viajar e a fazer uso de todos os meios de transporte. Arriscam a vida a todo instante, mas não podem trazer armas para se defender.

⁷⁵ O Cruzeiro. 14/04/1951, p. 36.

⁷⁶ O Cruzeiro. 22/09/1951, p. 76-82.

Levam apenas consigo a máquina de escrever e papel. Utilizam-se de telégrafo, do telefonema e de serviços de rádio das forças armadas⁷⁷.

A escassa presença de correspondentes internacionais não recaía apenas sobre a cobertura jornalística dos conflitos bélicos ou das reuniões para as negociações de paz. Alguns jornais brasileiros nem mesmo deslocavam correspondentes internacionais para realizar a cobertura jornalística de eventos no exterior que envolvessem líderes políticos do Brasil, como foi o caso da visita do presidente Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, utilizou material telegráfico produzido e remetido pela *United Press Internacional* para tratar dos momentos que antecederam a viagem e dos acontecimentos em território norte-americano⁷⁸.

Ainda assim, os jornais reconheciam a necessidade de contratar correspondentes estrangeiros em substituição aos serviços prestados pelas agências internacionais de notícias. Em 1952, a *Folha da Manhã* comentou os resultados de uma reunião de jornalistas, realizada na cidade suíça de Zurique, reconhecendo que as agências de informação constituíam-se na principal fonte de informação para os seus redatores. No entanto, também esboçou a necessidade de contar com correspondentes internacionais. Conforme concluiu o periódico, existia um pequeno número de jornais que recebiam notícias do exterior graças aos correspondentes particulares ou aos serviços especiais. Porém, essa não era uma regra para a imprensa impressa brasileira, já que as notícias transmitidas pelas agências internacionais constituíam fonte indispensável de informação. Ainda assim, a *Folha da Manhã* avaliava que os telegramas nunca deveriam servir de fonte única. Enfim, salientava que o material remetido pelas agências deveria “informar com rapidez e abundância, mas não com prioridade. No jornal, é o texto do correspondente que deve ser prioritário”⁷⁹.

Desse modo, é possível concluir que, durante as décadas de 1940 e 1950, os jornais brasileiros contavam com notícias publicadas pelos grandes jornais internacionais e telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias, mas sem ainda possuírem uma modesta rede de correspondentes nos centros europeus ou nas cidades norte-americanas (PERES, 2005, p. 45). Para profissionais da imprensa, como Nabantino Ramos (1970, p. 33), as agências informativas cresceram juntamente com a imprensa mundial tornando-se instrumentos de trabalho

⁷⁷ FM. 21/07/1951.

⁷⁸ JB. 27/01/1949, p. 07; 04/02/1949, p. 07.

⁷⁹ FM. 03/06/1952, p. 06.

indispensável aos jornais, dada a impossibilidade de estes disporem de correspondentes particulares em todas as partes do mundo. Mesmo para os jornais do eixo Rio – São Paulo, a manutenção de uma equipe considerável de correspondentes internacionais configurava-se na forma mais onerosa de operar na cobertura jornalística, pois um texto distribuído a centenas de jornais por uma agência saía incomparavelmente mais barato em relação a outro produzido por um correspondente ou enviado especial, cujos custos eram cobertos inteiramente por um jornal ou por uma revista. (NATALI, 2004, p. 31; 49). De acordo com Lima e Silva (2006, p. 11), o alto custo operacional e de produção levava as empresas jornalísticas a manter vínculos estreitos com órgãos da imprensa norte-americanos ou europeus, já que, detentores de maiores recursos, se encarregavam de divulgar boa parte das informações que circulariam nos meios brasileiros quando o assunto fosse cobertura de conflitos em países distantes. Mesmo com a pretensa organização dos jornais em bases empresariais, a divisão dos seus setores em editorias e a profissionalização da prática jornalística durante a década de 1960, o número de correspondentes brasileiros baseados em outros países ainda era pequeno, sobretudo pela falta de condições financeiras e pela dificuldade de conseguir alcançar a mesma abrangência das agências noticiosas internacionais (RIBEIRO, 1998, p. 299-300).

É preciso considerar, igualmente, que a imprensa brasileira do imediato pós-Segunda Guerra Mundial era marcada pelo pequeno número de jornalistas especializados em assuntos internacionais. Enquanto isso, países como França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos possuíam uma maior tradição na formação de jornalistas especializados em conflitos ou situações de paz. Tinham maiores possibilidades para formação de jornalistas, já que se situavam próximos aos locais que procuravam cobrir e, muitos deles, ainda possuíam lembranças relativas às guerras anteriores, característica que aguçava a sensibilidade profissional em referência à guerra (PERES, 2005, p. 05).

O desenvolvimento da imprensa em moldes industriais pode ser associado à especialização dos jornalistas. Num texto publicado pela primeira vez em 1923, Barbosa Lima Sobrinho evidenciou o início do processo de transformação que, posteriormente, resultou no surgimento do profissional da imprensa:

Com o desenvolvimento industrial da imprensa se transforma o próprio jornalista. Em fases iniciais, conserva-se no articulista a cultura de ciências políticas, filosóficas e literárias. Ele deve dizer períodos cheios de pompa e de

anhelos democráticos. Mais adiante admite-se o escritor ligeiro, dotado de um estilo ágil e de escassa cultura geral. É a era dos tópicos superficiais, em que o comentarista se move alegremente em torno do assunto (...) Mais tarde é a ocasião do verdadeiro profissional, dos especialistas que vão tratar com proficiência das matérias do dia (LIMA SOBRINHO, 1988, p. 34)

Alguns estudiosos indicam que o jornalismo brasileiro comportava poucas especializações e a produção do jornal não parecia marcado por uma clara divisão de funções no final do século XIX e nos primeiros momentos do século XX. Silva (2008, p. 29; 47-8) argumentou que, nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo brasileiro parecia “uma atividade diletante e comportava poucas especializações, sem divisão sistemática das funções executadas no processo de confecção do jornal e produção da notícia”, assim como a atividade jornalística “carecia de organização, valorização e ensino profissional”. Segundo o autor, antes da década de 1940, um jornal era considerado “um empreendimento que envolvia poucas pessoas” e, com as transformações daquela década, “passou a contar com equipes especializadas em diversas áreas, contribuindo para dar uma maior dinamicidade e eficácia na produção e divulgação do conteúdo jornalístico consumido pelos leitores”. De acordo com essa perspectiva, Silva (2008, p. 49) considerou que a modernização da imprensa “fez parte de um intenso processo histórico de transformações sociais e desenvolvimento das relações capitalistas, verificadas após o início do século XX.”

Outros pesquisadores argumentaram que a especialização dos jornalistas tem início na década de 1930 e se consolida somente a partir da década de 1950. O estudioso Juarez Bahia (1971, p. 117-8) procurou demonstrar, por exemplo, que a necessidade de utilizar linguagem especializada e recursos eletrônicos levou à transformação dos setores dos jornais em editorias, modificação que atribuiu um “sentido mais agudo de especialização”, exigiu uma superqualificação profissional e a substituição da tarefa simplificada pelo tratamento especializado e mais complexo da notícia. Por sua vez, Lavina Madeira Ribeiro (1998, p. 298; 300) ressaltou que a especialização dos jornalistas se acentuou somente a partir da década de 1960, momento em que a redação dos grandes jornais passou a caracterizar-se pela divisão do trabalho e pela hierarquização de funções. Conforme as formulações de Ribeiro, os jornais criaram setores especializados, atribuíram funções peculiares aos seus diversos departamentos e exigiram profissionais dedicados exclusivamente àquela profissão.

O tema também era amplamente debatido pelos jornalistas dos anos 1940 e 1950. Carlos Lacerda (1950, p. 14) salientava que a presença de jornalistas-amadores ainda era marcante nos anos 1950, uma vez que muitos escreviam “de graça, por vaidade ou por indústria, dificultando a formação de uma consciência profissional e até a simples existência de uma profissão de fazer jornal”. Em palestra dirigida aos estudantes de jornalismo e, posteriormente, publicada com o título *O Ensino de Jornalismo*, Carlos Rizzini⁸⁰ ressaltava a necessidade do estudo teórico e das atividades práticas serem complementados com conhecimentos de tradução, de utilização de correspondências e de serviço telegráfico. Afirmava, igualmente, que os estudantes deveriam compreender melhor o seu tempo, pois, no período, a comunicação escrita com o público “passou a constituir uma especialização, na qual venciam os bem dotados, sem dúvida, mas venciam, acima deles, os bem armados, os que possuíam instrução e educação adequadas ao manejo da pena.” (RIZZINI, 1983, p. 18; 19-20; 53). Mário Hora também recordou, em texto memorialístico, a necessidade de especialização dos jornalistas, já que, para ele, a atividade considerada até então um “bico”, transformava-se num meio de subsistência. Em suas memórias, Hora relata assim essa modificação:

Como ponto alto dessa evolução criaram-se as escolas jornalísticas nas Universidades de onde saem com um preparo teórico profissional e uma cultura indispensável os moços que se destinam a renovar os quadros redacionais. Não mais terão ingresso nas redações aqueles sujeitos falhados em outras profissões, quase analfabetos que se faziam jornalistas para acacharem os comerciantes e praticar as chantagens mais deslavadas (HORA, 1959, p. 13-4).

Mesmo durante os anos 1950, parece possível considerar que os literatos, os políticos e os advogados eram personagens frequentes nas redações, haja vista que uma minoria de jornalistas diplomados figurava dentre o corpo de profissionais de um jornal diário. Em consonância com essa situação, ainda predominava a necessidade do jornalista ter uma formação ampla para versar sobre os mais variados assuntos. Sendo assim, o número de correspondentes internacionais também mostrava-se reduzido (TOKARSKI, 2003, p. 141-2; 155). Aos poucos, a especialização

⁸⁰ Carlos Rizzini nasceu em Taubaté/ SP em 1898 e faleceu em Tremembé em 1972. Formado em Direito, Rizzini fez carreira no jornalismo ocupando posição de destaque nos *Diários Associados*, sendo redator de *O Jornal*, secretário de redação do *Diário da Noite* e diretor dos periódicos *O Comércio*, *Diário de Notícias* e *Diário de S. Paulo*. Durante os primeiros anos do curso de jornalismo da Universidade do Brasil, foi encarregado da cátedra de propaganda e, em 1960, assumiu a direção da Faculdade de Jornalismo Casper Líbero. Dentre os livros publicados, pode-se destacar *O livro, o jornal e a tipografia* (1946), *O ensino de Jornalismo* (1953) e *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense* (1957).

dos jornalistas tornou-se imprescindível à aplicação do modelo norte-americano de produção da notícia que, além de exigir o profissional com diploma universitário, instituiu a prática de setorizar a informação publicada nos jornais e possibilitou a emergência de interpretações fragmentadas da realidade (GOLDENSTEIN, 1987, p. 29), inclusive do jornalismo internacional.

Nas décadas de 1940 e 1950, o trabalho dos jornalistas interessados em descrever e analisar os assuntos internacionais não era tarefa extremamente simples. Os próprios periódicos reconheciam a existência de dificuldades para produção de análises sobre a conjuntura internacional, tal como registrou o *Correio da Manhã*. Consta na matéria que o observador pouco experimentado ou “pouco malicioso” poderia se confundir ao analisar, por exemplo, as intenções dos delegados da ONU com relação ao desarmamento das nações. Em contrapartida, o “observador experiente”

Duvidará; têm razões boas para não crer que as nações confiem candidamente no desarmamento, e procurará definir o jogo que se esconde atrás do afã desarmamentista. Naturalmente, tais razões são complexas; mas é sempre possível determinar as linhas mestras desse jogo; os acontecimentos chamados grandes costumam ser mais simples e compreensíveis do que os pequenos fatos.⁸¹

Ainda de acordo com o jornal carioca, a complexidade do momento internacional residia no fato do jogo não ser idêntico para todos os participantes. De um lado, posicionavam-se os “bem intencionados” e, de outro, os “mal intencionados”. Mesmo assim, o matutino procurava desvendar o cenário internacional abordando o fervor soviético sobre a necessidade de desarmamento: “com o desarmamento, podem os cientistas de Stálin, na tranquilidade dos laboratórios subterrâneos, procurar o inestimável segredo” da bomba atômica⁸².

Em editorial sobre o início da Guerra Fria, *O Estado de S. Paulo* também salientou que o momento político internacional se apresentava tão confuso e complicado aos olhos do observador. Mesmo assim, definia: “uma coisa é certa: estamos colhendo as tempestades semeadas pelos vendavais de competição entre os ‘grandes’”, e, por isso, “faz-se necessário uma ação mais ampla e de redobrada energia, que alcance todos os setores, neles restabelecendo a

⁸¹ CM. 06/12/1946, p. 01.

⁸² CM. 06/12/1946, p. 01.

normalidade indispensável a qualquer iniciativa, e restaure na consciência dos homens a confiança nos compromissos visando a ordem e a paz.”⁸³

Nesse quadro de modificação do fazer jornalístico, a *Folha da Manhã* evidenciava a necessidade de transformar uma complexa realidade internacional em informação acessível ao público leitor:

Se se deseja que as populações desses países tomem consciência das realidades internacionais, é preciso que as informações internacionais lhes sejam apresentadas de maneira mais acessível; que correspondam, pelo tom empregado, pela natureza da exposição dos fatos, pela forma e pelo objeto dos comentários, às suas possibilidades de compreensão, à sua ordem de preocupações, aos seus interesses⁸⁴.

De certa forma, é possível considerar que a falta de tradição dos jornais brasileiros em manter correspondentes internacionais, o alto custo financeiro para manter esse tipo de profissional em terras estrangeiras, a incipiente especialização dos jornalistas e a complexidade da conjuntura internacional no final da Segunda Guerra Mundial e nos momentos iniciais da Guerra Fria contribuíram para que os jornais brasileiros procurassem os serviços prestados pelas agências internacionais de notícias.

2. Agências Internacionais de Notícias

Alguns historiadores ressaltaram que, nas décadas de 1940 e 1950, os jornais brasileiros utilizavam o material telegráfico remetido por agências internacionais de notícias apenas por não contarem com uma modesta rede de correspondentes nos centros europeus ou nas cidades norte-americanas (PERES, 2005, p. 45). Deve-se observar, igualmente, que os jornalistas, os dirigentes, e os proprietários de jornais se relacionavam e, assim, percebiam as transformações nos meios jornalísticos nacionais e internacionais. Como bem evidenciou o trabalho de Silva (2008 p. 58-9), preocupavam-se com o mercado jornalístico e com as relações entre as posições editoriais que publicavam e a política nacional. Assim sendo, é pertinente acrescentar que também procuravam

⁸³ OESP. 13/09/1946, p. 03.

⁸⁴ FM. 03/07/1952, p. 06.

perceber as fontes de informação utilizadas pelos seus concorrentes imediatos. Desse modo, jornalistas, dirigentes e proprietários de jornais consideravam a utilidade do material distribuído pelas agências internacionais de notícias, enxergavam a necessidade de possuírem exclusividade na publicação de colaboradores estrangeiros e observavam a importância de comentar as notícias publicadas por periódicos internacionais. Entre 1945 e 1953, jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* recorreram às agências *Reuters*, *United Press* e *Associated Press Internacional* para produzirem o noticiário internacional, alimentarem os redatores dos seus editoriais e enfocarem as tensões internacionais, os conflitos diplomáticos ou bélicos, assim como os rumos da paz mundial.

Durante muito tempo, as notícias internacionais chegavam ao território brasileiro por meio de cartas. Com a utilização do telégrafo, tornou-se possível saber de fatos ocorridos em outra praça com relativa rapidez, sem ter como imprescindível esperar pela chegada dos navios estrangeiros (SIMÕES JUNIOR, 2006, p. 06). É preciso indicar, assim, que algumas invenções conferiram outra dinâmica à vida social, encurtaram distâncias e transformaram a produção da notícia. A maior agilidade na produção da informação está profundamente vinculada à expansão da rede telegráfica mundial e ao surgimento de outras inovações que possibilitaram a rápida circulação da notícia e ofereceram novas possibilidades para a imprensa (DE LUCA, 1999, p. 25;36). Para veicular o material telegráfico, muitos jornais chegaram a criar uma página internacional (SODRÉ, 1966, p. 247). Parece possível observar, então, que a invenção do telégrafo foi fundamental para o surgimento das maiores agências noticiosas internacionais e, conseqüentemente, criou condições para a formação de uma rede mundial de notícias (BARBOSA, 2007, p. 38).

Em 1874, o *Jornal do Comércio* inovou ao recorrer ao telégrafo para publicar notas enviadas pela agência *Reuter-Havas*, fundada em 1825, por Charles Havas, na França. Cabe recordar que essa agência serviu por 71 anos à imprensa brasileira e, ao final da Segunda Guerra Mundial, passou a se chamar *France – Press* (SODRÉ, 1966, p. 247). Ela foi caracterizada por alguns estudiosos como uma agência que utilizava métodos do jornalismo francês, mais preocupado com a interpretação das notícias do que com as próprias notícias (JOBIM, 1960, p. 146). A partir de 1902, o *Correio da Manhã* passou a ter acesso ao material divulgado pela agência *Havas*. Em suas páginas, anunciou a novidade e tratou da implantação do serviço

telegráfico como uma importante inovação para acompanhar os outros diários cariocas da época (BARBOSA, 2007, p. 25).

Contudo, em pouco tempo a *Havas* deixou de ser a única agência responsável pela distribuição de notícias em solo brasileiro. No curso da primeira guerra mundial, a agência *Americana* também enviou telegramas para o eixo Rio-São Paulo (GARAMBONE, 2003, p. 42). Pouco depois, a *United Press Internacional* entrou no mercado nacional. Caracterizada por comercializar noticiário redigido em moldes diferenciados da sua principal concorrente – a *Havas* – e integrada ao modelo norte-americano de jornalismo, a UPI passou a distribuir material mais preocupado com a transmissão do que com a interpretação da notícia. Além disso, começou a fornecer abundantes informações sobre atividades americanas, as quais começavam a interessar mais de perto o público brasileiro, em virtude da previsível entrada dos Estados Unidos no conflito mundial. Com isso, alguns jornais viram logo a conveniência de repartir seu espaço de publicação entre os telegramas da *Havas* e a UP (JOBIM, 1960, p. 146-7).

Em 1918, a *United Press Internacional* começou a fornecer material ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1922, passou a atender o *Jornal do Brasil* e, no final da década, responsabilizou-se por fornecer material para *O Jornal*. Durante a década de 1920, Nova York começou a figurar como centro irradiador de noticiário para a América Latina. Antes de chegar ao Brasil, as notícias passavam pelo escritório da UP em Buenos Aires ou, então, eram remetidas por telégrafo, em inglês, via *Wertern*, *Pal American* ou *Italcabo*. Nesse mesmo período, a *Associated Press* instalou seu escritório na capital federal do Brasil e iniciou seus serviços fornecendo material noticioso ao *Correio da Manhã*. (BARBOSA, 2007, p.26;48;85).

O Rio de Janeiro tornou-se o centro para o qual convergiam as agências telegráficas internacionais. De acordo com o *Anuário Brasileiro da Imprensa*, os escritórios centrais das agências *Reuters*, UPI e API localizavam-se na então capital federal⁸⁵. Entretanto, escritórios das agências também foram instalados na cidade de São Paulo. Desde setembro de 1936, a *Reuters* possuía uma estação particular de serviços no bairro de Vila Mariana⁸⁶.

Aos poucos, *Reuters*, UPI e API começavam a exercer papel fundamental na distribuição de informações para os jornais brasileiros. Para a imprensa brasileira, a utilização dos serviços telegráficos representava a incorporação dos avanços tecnológicos da época. Conforme o *Jornal*

⁸⁵ *Anuário Brasileiro da Imprensa*. Jul. 1953, p. 111.

⁸⁶ OESP. 08/05/1945, p. 10.

do Brasil, o raiar do século XX foi anunciado como o limiar da mais importante era da humanidade, sobretudo por já se trocar mensagens pelo telégrafo.⁸⁷ *O Estado de S. Paulo* destacou as atividades da agência *Reuters* na distribuição de telegramas para periódicos de diversas partes do mundo, alimentando o noticiário internacional e mantendo os leitores informados, servindo, conseqüentemente, ao jornalismo dos “mais importantes e mais remotos centros do universo”:

Com o desenvolvimento cada vez mais acentuado que se fez mister imprimir ao noticiário, no mundo, e de manter rápida e fielmente informados os leitores de todas as partes acerca do que ocorre nos quatro cantos da terra, é necessário precisar aos olhos de quantos se beneficiam com essas informações, o papel de relevante importância que assume a “Agência Reuters”, na sua tarefa de distribuir aos mais poderosos jornais dos países civilizados, sua novidade de natureza política, diplomática, econômica, científica, religiosa ou simplesmente sensacionalista.⁸⁸

Assim sendo, as agências contribuíram substancialmente para as transformações dos periódicos brasileiros. Primeiramente, o trabalho das agências auxiliou na constituição dos jornais como empresas que visam lucro, pois o material por elas fornecido passou a ser utilizado pelos periódicos como recurso para a obtenção da exclusividade no mercado de leitores, com alguns jornais procurando noticiar fatos para os quais seus concorrentes não possuíam acesso às informações. Além disso, a utilização desse material possibilitou as modificações no formato do jornal, sobretudo com a constituição de espaços para a publicação de noticiário internacional. Convém indicar, igualmente, que o novo recurso permitiu aos jornais publicar um maior número de notícias referentes à Europa e também possibilitou um contato maior com os Estados Unidos (BARBOSA, 2007, p.26;48;85).

De acordo com alguns pesquisadores, as agências noticiosas também contribuíram para a consolidação da presença cultural norte-americana no Brasil. Bandeira (1978, p. 207-8) ressaltou, por exemplo, que, até a Primeira Guerra Mundial, a formação cultural brasileira caracterizava-se como predominantemente européia. Como observou Bandeira, as agências noticiosas de origem norte-americana transformaram-se em presença constante no noticiário internacional da imprensa escrita brasileira e, em pouco tempo, passaram a fazer frente àquelas

⁸⁷ JB. 01/01/1946, p. 06.

⁸⁸ OESP. 08/05/1945, p. 10.

situadas na Europa. Além de concorrerem com a francesa *Havas*, os profissionais norte-americanos começaram a “contra-atacar o serviço de propaganda da Alemanha, presente na América Latina com a agência Transoceânica Alemã, que fornecia notícias e fatos a preços insignificantes.” (TOTA, 2000, p. 55). De acordo com Gerson Moura (1991, p. 98), as iniciativas dos Estados Unidos para eliminar a influência do Eixo no Brasil e construir um “*sistema de poder americano*” implicavam em ações na área econômica, na organização militar, na política externa e também na atuação frente aos meios de comunicação.

Do mesmo modo, é preciso sublinhar que a implantação do *Estado Novo* repercutiu na estrutura material dos jornais e, conseqüentemente, na produção da notícia. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, permitiu a intervenção estatal sobre os meios de comunicação. Com o objetivo de formular uma imagem “uníssonas do Estado para a sociedade”, o DIP instalou censores nas redações dos jornais e forneceu grande parte do noticiário a ser impresso. Muitos fatos ou nomes foram proibidos de ser publicados e muitos jornalistas foram perseguidos, presos e aliciados com propina ou outras formas de cooptação pelo governo. Paralelamente a esse quadro de censura característica do regime ditatorial e da ausência de liberdade para exprimir os conflitos e os interesses políticos internos, a imprensa escrita brasileira passou a publicar amplo volume de informação fornecido pelas agências internacionais de notícias que, na época, se encontravam em franco fortalecimento. Durante o Estado Novo, UPI, API e *Reuters* consolidaram-se como significativas fornecedoras de informação para a imprensa brasileira (RIBEIRO, 1998, p. 273-4).

Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, as agências internacionais de notícias incorporaram novas tecnologias e adquiriram maiores facilidades para distribuição de informações. No final de 1945, *O Estado de S. Paulo* chegou a reconhecer a melhoria nos serviços da *United Press*, sobretudo em função da inauguração de um novo circuito de comunicação ligando os escritórios de Londres, Bruxelas e Paris. Segundo o matutino paulista, essa instalação melhorava o serviço noticioso e colocava as referidas capitais “a alguns segundos do Brasil e do resto do mundo”⁸⁹.

Os avanços tecnológicos certamente contribuíram para a influência dos países capitalistas no jornalismo brasileiro, destacando-se, sobretudo, a influência norte-americana. Esta, no entanto, não se restringiu à imprensa, pois também atingiu diversas áreas da vida social. O

⁸⁹ OESP. 14/10/1945, p 01.

cinema⁹⁰, a música, as formas de comportamento e os padrões de consumo são exemplos da introdução do *american way of life* no Brasil (RIBEIRO, 2007, p. 54). Na década de 1940, o território brasileiro foi alvo de múltiplas missões culturais oficiais e de diversas ações de jornalistas, professores universitários, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas e empresários norte-americanos. Esse organizado processo de difusão cultural possuía um objetivo extremamente delineado, já que o governo estadunidense pretendia obter o apoio brasileiro na luta contra o nazi-fascismo (MOURA, 1984, p. 11). Para isso, foi criado o *The Office For Coordination Of Inter American Affairs* (OCIAA). Sob o comando de Nelson Rockefeller, aquele órgão responsabilizou-se pelas relações culturais dos Estados Unidos com países da América Latina. Entre 1940 e 1946, procurou difundir informações positivas sobre os Estados Unidos e combater a propaganda do Eixo. Sua estrutura organizacional contemplava diversas divisões como, por exemplo, a *Divisão de Informações* que, desde o início do programa, auxiliou as agências *United Press* e *Associated Press* na elaboração e difusão das notícias favoráveis aos Estados Unidos em solo brasileiro. Assim sendo, centenas de jornais e revistas brasileiras recebiam “dezenas de milhares” de notícias, fotografias e artigos sobre “as relações interamericanas” (MOURA, 1984, p. 33-4). Nesse processo, as agências noticiosas norte-americanas ganharam poder e espaço internacional e, mesmo após a extinção do OCIAA, passaram a ser a principal fonte de consulta dos jornais brasileiros (PRADO, 2000, p. 338).

Parece pertinente evidenciar que tais agências noticiosas contribuíram no processo de consolidação da presença norte-americana em território brasileiro. Em consonância com a projeção cultural que os Estados Unidos alcançaram com a Segunda Guerra Mundial, a UPI e a AP praticamente monopolizaram a distribuição de notícias e começaram a mostrar um mundo dividido em partes antagônicas e irreconciliáveis. É certo que uma multiplicidade de outros fatores econômicos, políticos, diplomáticos e culturais devem ser levados em consideração para tratar dessa influência cultural norte-americana (MOURA, 1984, p. 82-6). Mesmo assim, é lícito ter presente o relevante papel exercido por essas empresas ao distribuírem informações no quadro de Guerra Fria. A partir desse momento, algumas agências noticiosas internacionais tornavam-se responsáveis por quase todo o “noticiário estrangeiro utilizado por meios de comunicação de

⁹⁰ De acordo com Valim (2006, p. 19), após a Segunda Guerra Mundial, o *american way of life* e o anticomunismo estadunidense se propalaram por diversos meios. Ainda para o autor, é possível evidenciar que “o veículo mais utilizado e mais eficiente nessa propagação foi o cinema.” Mesmo com a reconhecida importância do cinema, também deve-se considerar outros agentes e ações na difusão do *american way of life* no Brasil.

massa em todo o mundo.” (MOREIRA, 1996, p. 23). Além de depender do capital adquirido em decorrência, muitas vezes, do trabalho das agências de publicidade, os jornais brasileiros criavam vínculos estreitos com a UPI e a AP (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 79). É preciso considerar, portanto, que as agências distribuem textos “a partir de uma perspectiva particular”, relacionada à cultura ou a política governamental do seu país de origem (MOREIRA, 1996, p. 23).

Assim sendo, os Estados Unidos transformavam-se em centro a partir do qual as agências internacionais de notícias recebiam e divulgavam informações aos jornais brasileiros. De acordo com material veiculado pelo *Jornal do Brasil*:

Se Nova York já era a grande metrópole que todos sabem, ficou ainda maior em sendo a sede, provisória, das Nações Unidas. Daqui partem os milhões de despachos com assuntos para os jornais do mundo, e para aqui convergem as boas e más notícias desse mundo e de outros. Quando essas notícias interessam ao espírito americano, são elas, então, divulgadas para o conhecimento deste tribunal da opinião pública. É, pois, interessante visitar as agências, onde se encontram jornais a telegrafar de toda a parte e a ouvir o que se passa a respeito. O mundo, ali, se desdobra diante dos olhos da gente, dando mais assas ao espírito. Os acontecimentos giram, muitas vezes, como as modas femininas. Ficam no cartaz, saem de cartaz, voltam ao cartaz. Veja-se, por exemplo, o que se dá com o assunto da Rússia. Depois de vários vai-e-vens, volta-se a procurar saber se com a Rússia se chegará, finalmente, ao estabelecimento geral da paz⁹¹.

Cabe entender que os países desenvolvidos controlavam o “circuito mundial de notícias através de cinco agências” e reiteravam um fenômeno econômico com os países da América Latina consumindo os produtos industriais e comerciais do mundo desenvolvido, bem como “as informações dali procedentes” (ROSSI, 1980, p. 81; 89). Em algumas ocasiões, até os periódicos comunistas adquiriam material de agências noticiosas do mundo capitalista. Deve-se salientar que alguns jornais ligados ao PCB se articulavam no plano interno, trocando artigos assinados por militantes ou por intelectuais simpatizantes ao comunismo. Em 1946, o partido atuou para ampliar as possibilidades de propaganda e difusão das idéias comunistas fundando a agência noticiosa *Inter Press* (RUBIM, 1986, p. 43; 50-1). Mesmo demonstrando o cuidado em fundar uma instituição para servir à imprensa comunista de todo o país e também para distribuir seu noticiário para jornais não comunistas do interior, a direção partidária não impediu os jornais comunistas de veicularem material noticioso distribuído pela UPI ou pela API. Ao menos até

⁹¹ JB. 21/07/1946, p. 01 – seção 2.

1947, os periódicos *Tribuna Popular*⁹² e *Hoje*⁹³ indicaram ter recorrido aos telegramas das duas agências.

Esse tipo de material também foi utilizado por órgãos responsáveis por comentar a situação dos meios de comunicação no Brasil. As notas telegráficas alimentaram o espaço intitulado “*Notícias do Estrangeiro*” na revista *Publicidade e Negócios*⁹⁴ e figuraram no Boletim publicado quinzenalmente pela *Associação Brasileira de Imprensa*, tal como demonstra a edição de julho de 1952⁹⁵.

Em alguns casos, a obtenção da informação para consumo externo era tarefa bem mais problemática (NATALI, 2004, p. 16). Em função disso, o serviço de radioescuta funcionou como único recurso a disposição das agências noticiosas para obter informações sobre algumas regiões (BAHIA, 1971, p. 91-2). A própria localização geográfica das agências permitia acesso mais fácil ao material referente às posições e ações do chamado “Bloco Ocidental”, tal como demonstra a veiculação dos discursos e entrevistas de Harry Truman e Winston Churchill⁹⁶. Entre 1945 e 1953, *O Estado de S. Paulo* veiculou 37 matérias com entrevistas ou pronunciamentos de Truman sobre a paz mundial. Com frequência, a posição do presidente norte-americano também foi estampada nas páginas de dois periódicos cariocas, pois sua opinião foi publicada em 31 edições do *Correio da Manhã*, e 22 edições do *Jornal do Brasil*. No mesmo período, os pronunciamentos do líder soviético Josef Stálin raramente figuraram nas páginas da grande imprensa. Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* utilizaram as entrevistas de Stálin, respectivamente, em oito, seis e quatro edições. Alguns jornais utilizavam expediente bastante engenhoso para publicar as declarações de Stálin. A *Folha da Manhã*, por exemplo, recorreu a API. Esta agência, por sua vez, remeteu perguntas sobre a situação internacional ao governo soviético. As respectivas questões e respostas foram irradiadas pela emissora de Moscou⁹⁷. Em outra ocasião, Stálin respondeu em russo as perguntas formuladas pelo presidente da *United Press*⁹⁸.

⁹² TP. 02/08/1945, p. 01; 03/08/1945, p. 01; 08/08/1945, p. 01; 10/08/1945, p. 01; 04/09/1945, p. 01.

⁹³ Hoje. 13/11/1945, p. 01; 07/01/1947, p. 01; 28/01/1947, p. 02; 19/04/1947, p. 02; 02/05/1947, p. 01.

⁹⁴ *Revista Publicidade e Negócios*. Jan. 1947, p. 26-8.

⁹⁵ *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*. Jul. 1952. p.03.

⁹⁶ As entrevistas e os pronunciamentos do estadista britânico sobre os conflitos internacionais e paz mundial foram noticiadas em 09 edições do OESP, 08 do JB e 07 do CM.

⁹⁷ FM. 23/03/1946, p. 01.

⁹⁸ FM. 29/03/1946, p. 01-2.

Com frequência, as próprias agências situadas no mundo capitalista criavam estratégias para buscar informações referentes ao mundo soviético, como bem ilustram as situações em que captaram informações da Rádio Soviética e, em seguida, venderam aos jornais brasileiros. Assim reconhecia o jornal *O Estado de S. Paulo*: “só podemos saber o que acontece naquele país por intermédio das transmissões oficiais da Rádio Moscou.”⁹⁹ Em outro momento, esse expediente foi utilizado para tratar das negociações de paz no conflito coreano, tal como *O Estado de S. Paulo* indicou ao veicular material telegráfico fornecido pela UP: “As últimas transmissões da rádio comunista não dão o menor indício de que os comunistas desejam reiniciar as conversações de paz.”¹⁰⁰ Essa não era, contudo, uma novidade da década de 1950. De acordo com Jeanneney (1996 b, p. 141-149), as emissoras de rádios desempenharam um papel fundamental na transmissão de informação no desenrolar da Segunda Guerra Mundial e, paulatinamente, militares e políticos alemães, russos e franceses descobriram a importância dessa arma de propaganda, tanto para difundir suas idéias quanto para criar obstáculos e interferir nas transmissões dos seus adversários. Por sua vez, os norte-americanos passaram a utilizar as emissoras de rádio após o ataque japonês ao Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Criaram o Serviço de Informação de Guerra para “escutar atentamente” aquilo que o adversário difundia e reagir às notícias por eles consideradas falsas e ardilosas ou mesmo aos rumores. Em princípios da década de 1940, portanto, utilizavam as emissoras de rádio para captar informações provenientes de regiões de difícil acesso.

A falta de informações sobre a URSS até chegou a ser alvo de debate nas páginas do *O Estado de S. Paulo*. Em meio aos comentários sobre uma possível preparação militar soviética para futuros combates, um editorial sentenciou: “(...) o que se lê nesses despachos parece indicar que a União Soviética se encontra antes em fase de recomposição interna do que, propriamente, em períodos de preparativos bélicos agressivos ou defensivos.” Após essa observação, concluiu: “tão pouca e tão falhas são a informações que temos acerca da vida interna na União Soviética, que não devemos desperdiçá-las numa interpretação simplista e apressada, sobretudo se há perigo de um futuro conflito.”¹⁰¹ Em outro momento, a falta de informações sobre a União Soviética foi novamente reconhecida pelo matutino paulista. Ao tratar da posição soviética na Conferência de Paris, o articulista do *O Estado de S. Paulo* sentenciou: “a falta de informações suficientes

⁹⁹ OESP. 02/04/1948, p. 01.

¹⁰⁰ OESP. 14/09/1951, p. 01.

¹⁰¹ OESP. 09/10/1946, p. 03.

impossibilita uma clara percepção do princípio básico da política externa soviética”. Sem informações suficientes, o próprio jornal reconheceu a possibilidade de estabelecer “muitas hipóteses” sobre a posição soviética¹⁰². Essa não foi, porém, uma postura predominante na imprensa do período. Os articulistas raramente assumiram que a falta de informações provenientes da União Soviética transformava-se em obstáculo para a produção das análises internacionais. O Conde Emanuel de Benningsen apareceu como uma voz preocupada com essa situação ao indicar que os jornais continuavam “a publicar declarações das mais variadas, acerca das probabilidades de uma nova guerra”, embora os autores dessas “previsões” não alegassem qualquer motivo razoável para justificá-las. Desse modo, o jornalista afirmava:

Diz-se geralmente que a Rússia se prepara para desencadear nova guerra, mas é interessante notar que, enquanto as pessoas que estiveram nesse país afirmam, por ocasião do seu regresso, que ele não se acha em condições de participar de um novo conflito armado, os jornalistas que nunca transpuseram a chamada ‘Cortina de Ferro’ são geralmente os que se mostram mais alarmistas em suas previsões.¹⁰³

Em poucas oportunidades, os jornais brasileiros utilizavam material proveniente de agências noticiosas soviéticas. *O Estado de S. Paulo* recorreu a esse material, mas fez questão de mostrar ao leitor brasileiro que a informação veiculada fora divulgada por uma agência noticiosa soviética. Para isso, utilizou o expediente de começar o texto tratando a informação como produzida pela agência e apenas veiculada pelo jornal. Assim sendo, ao se referir às notícias provenientes da União Soviética, o jornal paulista adotou como prática rotineira iniciar o texto com os seguintes registros: “telegramas de Moscou informam que...”; ou mesmo: “A ‘Agência Tass’ divulga pormenores...”¹⁰⁴

Além da escassez de material, os poucos telegramas utilizados foram tomados pelos articulistas como difusores de propaganda política. Em 1946, o jornalista Frederico Heller salientava a estratégia soviética de enaltecer sua própria política externa:

Devido à sua importância para a paz e guerra do mundo, a política externa da União Soviética merece, reiteradamente, observações e análises. Uma de suas características mais destacadas é a utilização metódica e persistente da arma de

¹⁰² OESP. 18/08/1946, p. 03.

¹⁰³ OESP. 08/10/1946, p. 16.

¹⁰⁴ OESP. 08/10/1946, p.16; OESP. 01/07/1947, p. 01.

propaganda. (...) Tudo quanto o Kremlin fez foi enaltecido como emanção legítima do espírito marxista, dos ideais socialistas, da retidão moral e da sabedoria sobrehumana de Stálin. Para muitos observadores, essas afirmações hipócritas e bajulações indignas constituíram maior motivo de irritação...¹⁰⁵

Essa percepção não predominou apenas na chamada grande imprensa. A consulta ao periódico *Vanguarda Socialista* permitiu uma constatação semelhante. O periódico dirigido por Mário Pedrosa e sustentado por outros trotskistas do Rio de Janeiro abrigava artigos provenientes do *Partido Socialista Brasileiro* e, em julho de 1948, foi doado ao partido, quando uma parcela do grupo fundador decidiu filiar-se. Por um breve período permaneceu fora de circulação e depois, a partir de outubro de 1949, circulou sob a direção de Hermes Lima, tornando-se um efêmero “órgão central e oficial do Partido para todo o país” (HECKER, 1996, p. 104-5). Mesmo num período de orientação trotskista, o *Vanguarda Socialista* apresentava críticas aos jornais e agências noticiosas soviéticas muito próximas àquela formuladas pelo *O Estado de S. Paulo*. Em 1946, ressaltou que as informações para avaliar a situação interna da União Soviética eram escassas, sobretudo em função do controle governamental sobre a imprensa e agências telegráficas russas. Além disso, o periódico indicava que mesmo os jornais que só publicavam notícias que o governo soviético queria dar ao público chegavam ao estrangeiro com grande atraso.¹⁰⁶

Em 1947, um artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* comentou o início de “uma campanha da verdade” para neutralizar propaganda inimiga dos EUA. O texto destacou que autoridades de vários departamentos do exército norte-americano, parlamentares, publicistas e muitos observadores leigos pleiteavam uma campanha que poderia irritar, magoar e causar desespero, mas que, no fim, faria a verdade triunfar. Concluía o artigo: “Se os Estados Unidos lançarem uma campanha da verdade, acreditamos que se dará mais um passo em prol da paz, com possibilidades de êxito”.¹⁰⁷

Ainda no mesmo ano, o matutino paulista publicou outro artigo enfocando a Guerra Fria como uma “guerra de nervos”, a qual fazia um duplo uso de notícias sensacionais para impressionar e, até certo ponto, aterrorizar o adversário.¹⁰⁸

¹⁰⁵ OESP. 08/03/1946, p. 14.

¹⁰⁶ *Vanguarda Socialista*. 24/05/1946, p. 02.

¹⁰⁷ OESP. 14/11/1947, p. 16.

¹⁰⁸ OESP. 25/11/1947, p. 20.

Já em 1948, o jornal publicou um editorial salientando o papel da propaganda soviética como arma para combater os EUA:

Na luta contra os Estados Unidos, a Rússia começa a dar sinais de exaustão. Não queremos com isto dizer, está claro, que os dirigentes soviéticos tenham perdido o animo ou mostrem intenções conciliatórias, pois a competição continua tão aguerrida quanto antes. Nota-se, contudo, que as armas de propaganda até agora empregadas por Moscou na ‘guerra branca’ e que quase sempre acabam por dar maus resultados, parecem, afinal, constituir os únicos recursos de que dispõem os russos para enfrentar os norte-americanos.¹⁰⁹

Ao tratar da intervenção chinesa na Guerra da Coreia, a redação do mesmo periódico indicou: “nota da agência telegráfica da China comunista, divulgada também pela Tass, assinalaria ontem o aniversário da intervenção dos ‘voluntários’ chineses na guerra da Coreia, (...)”. Na sequência, era destacado o teor propagandístico do material: “Propaganda é propaganda e não vale a pena polemizar, podemos, contudo, observar que não se compreende por que, encontrando-se em condições tão brilhantes, os sino-coreanos solicitaram à trégua.”¹¹⁰

Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Vanguarda Socialista* tentavam explicar a dificuldade para utilizar informações oriundas da União Soviética. Alegavam que o tempo para que tais informações chegassem a outras partes do mundo e, em muitos momentos, a completa falta dos telegramas, figuravam como os principais obstáculos para a utilização de material noticioso proveniente do território soviético.

Em contrapartida, os periódicos comunistas também acusavam a grande imprensa brasileira de reproduzir a propaganda política remetida pelas agências internacionais de notícias. Fundando em 1949 por Aydano do Couto Ferraz e Mário Alves, o periódico *Voz Operária* mantinha-se com recursos provenientes de atividades organizadas pelos militantes comunistas e exercia importante papel na formação política dos seus leitores, refletindo “a orientação justa” do PCB e a palavra de ordem de Prestes, principalmente na divulgação do movimento comunista pela paz¹¹¹. Ele defendeu, por exemplo, que o material distribuído pelas principais agências internacionais de notícia incentivava a participação na Guerra da Coreia. Na matéria

¹⁰⁹ OESP. 16/01/1948, p. 03.

¹¹⁰ OESP. 26/10/1951, p. 20.

¹¹¹ VO. 08/07/1950, p. 10.

sugestivamente intitulada “Desmascarar as agências propagandistas de guerra”, o periódico registrou:

Denunciar os propagandistas de guerra é hoje uma das mais importantes tarefas dos partidários da paz. Aí está a imprensa das classes dominantes com incitamentos diários à guerra imperialista e a nossa participação nessa aventura criminosa preparada pelos trustes norte-americanos. Não podemos silenciar diante desse crime nefasto que é a propaganda de uma nova guerra. Devemos levar o povo a boicotar os pasquins da propaganda de guerra - propaganda que é destilada diariamente pelas agências norte-americanas: United Press, Internacional News Service, pela inglesa Reuters ou a francesa France Press. Essas agências não passam de porta-vozes dos incendiários de guerra de Wall Street, transmitem para o nosso país um noticiário padronizado e visando um objetivo fundamental – incentivar animosidade e ódio contra outras nações, sobretudo contra a União Soviética e a República Popular da China. (...) É uma propaganda de guerra diária e sistemática que devemos desmascarar diária e sistematicamente, esclarecendo às massas que tais agências telegráficas não passam de instrumentos dos monstros que querem impor uma nova guerra aos povos. E que é nosso dever não só estar vigilante diante do veneno que elas destilam, mas também desmascarar os seus objetivos e boicotar os jornais que utilizam seu noticiário¹¹²

Em momento posterior, outra matéria do jornal comunista tratou de uma entrevista concedida pelo líder soviético Josef Stálin. Entremendo observações ao conteúdo da entrevista, o periódico tratou da relação entre agências internacionais de notícias e a imprensa brasileira, assim como da produção da notícia e de questões financeiras:

Uma das maneiras de conquistar a paz é seguir os ensinamentos de Stálin: desmascarar implacável e sistematicamente os propagandistas e mercadores de guerra. Aí está a imprensa das classes dominantes do Brasil repleta de propaganda de guerra, a mais cínica, a mais desprezível, a mais criminosa. Aí estão os pasquins imundos do agente norte-americano Chateaubriand, sua cadeia de “Diários Associados” financiados pelos trustes norte-americanos, escrevendo monstruosidades.(...) O dever de lutar pela paz, nos impõe a necessidade de denunciar perante as massas todos os criminosos da propaganda guerreira, como Chateaubriand, Austregésilo de Athayde e outros comparsas daquele gangster de pena.¹¹³

É possível notar que os próprios jornais da chamada grande imprensa não trataram com neutralidade o material distribuído por agências internacionais de notícia. Em 1947, *O Estado de*

¹¹² Voz Operária. 27/01/1951, p. 04.

¹¹³ Voz Operária. 17/03/1951, p. 04.

S. Paulo comentou as dificuldades encontradas pela ONU para a manutenção da paz mundial e ressaltou a imparcialidade do material telegráfico:

Basta relancear os olhos pelo noticiário telegráfico dos jornais para se verificar que os tropeços suscitados as iniciativas, quer da ONU quer dos governos em conferências diretas, para um acordo, surgem da irredutibilidade da posição da Rússia, em relação aos pontos de vista dos outros “grandes”. Descontando mesmo o aspecto tendencioso que possam ter as informações divulgadas pelas agências, que estão longe de ser imparciais, os fatos permanecem. Podemos considerar suspeitas e parciais as explicações e razões dos correspondentes. (...) Isto, porém, não impede que os espíritos que raciocinam friamente, olhando os fatos e as situações através de um prisma realista, alimentem dúvidas e receios que o panorama internacional confirma. A realidade é que, com todas as questões de real importância, são mais numerosas as ocasiões em que a União Soviética se acha em antagonismo com as demais potências do que aqueles em que se esboça a possibilidade de um acordo¹¹⁴.

Em 1948, o documento norteador da produção jornalística da *Folha da Manhã*, intitulado *Programa de Ação das Folhas*, apresentou ressalvas ao trabalho com material enviado por agências telegráficas. O Programa estabelecia a intenção do jornal em noticiar de “forma objetiva”, com suas páginas espelhando “fielmente os fatos”, sem servir aos “propósitos religiosos, políticos, econômicos ou sociais”. Em seguida, ressaltava que “o propósito de fidelidade aos acontecimentos é muitas vezes perturbado pela deficiência de agências telegráficas, de correspondentes e de repórteres.” Com o intento de evitar ou, ao menos, diminuir a enunciada deficiência, o Programa propunha a substituição daqueles elementos de informação por outros “mais capazes e idôneos”, sempre que isso se tornasse necessário e possível (MOTA, 1981, p. 134).

Apesar da negativa, o Programa não apresentou outra fonte de informação com potencial para substituir os telegramas das agências internacionais de notícias. As críticas ao trabalho das agências também ganharam as páginas de outros órgãos da imprensa. A falta de neutralidade no trabalho da *United Press* não foi bem acolhida numa matéria veiculada pela *Tribuna da Imprensa*, em 05 de maio de 1950, e reproduzida pela *Revista Publicidade e Negócios*. De acordo com a matéria, os serviços prestados pela UP deveriam ser “meditados” por todos os diretores e secretários de jornais, pois:

¹¹⁴ OESP. 04/07/1947, p. 14.

Com a acentuação da Guerra Fria, morna ou quente, essas informações [da UP] vão sendo filtradas para o Brasil de tal modo que não raro os telegramas se transformam em mera propaganda. (...) No Brasil, é preciso que a UP compreenda, não estamos dispostos a dar aos leitores, como informação, propaganda política. Quando queremos comentar, fazemos por nossa conta. Não pagamos uma agência para que nos dê pontos de vista. (...) Pedimos publicamente providências à United Press para que cumpra os seus contratos, fornecendo notícias e não propaganda.¹¹⁵

Além da propaganda político-ideológica, os jornais brasileiros também reconheciam o uso do expediente da suposição como recurso das agências internacionais de notícias ao produzirem os telegramas, tal como sugere o artigo redigido por Costa Rego. De acordo com o jornalista, uma agência norte-americana de notícias criou a suposição de que a próxima Conferência do Rio de Janeiro, anunciada para o segundo semestre de 1947, poderia ser fundida com a de Bogotá, prevista para janeiro de 1948. Segundo Costa Rego, a agência desmentiu a notícia após interrogar as chancelarias de alguns países do continente¹¹⁶.

O Estado de S. Paulo também questionou as informações produzidas pelas agências telegráficas internacionais. Ao informar sobre a visita do presidente norte-americano Harry Truman ao Brasil, em 1947, para participar da Conferência Interamericana de Petrópolis, lançou dúvidas sobre o material telegráfico: “O fato de ter sido oficialmente anunciada a resolução do presidente Truman de visitar o Rio de Janeiro interessa muito mais aos círculos políticos de Washington do que dão a entender as informações das agências telegráficas¹¹⁷.”

As informações produzidas pelas agências também foram questionadas em editorial publicado pelo *Jornal do Brasil* que, ao comentar os resultados da IV Consulta de Chanceleres, realizada em 1951, em Washington, salientou:

As agências telegráficas e os enviados especiais dos jornais não têm prestado, desta vez, informações muito esclarecedoras sobre os debates das teses em que não houve concordância absoluta, de modo que os comentários não podem ser muito precisos. Houve, indiscutivelmente, na transmissão das notícias, uma prudência circunspecta, e, se não conhecêssemos o respeito que a América volta à liberdade de imprensa, suspeitaríamos até que tivesse sido exercida certa censura ou, pelo menos, que todos, governo norte-americano e delegados, tivessem tido a preocupação de não permitir que sobre os superficiais contrastes

¹¹⁵ *Revista Publicidade e Negócios*. Mai. 1950, p. 27.

¹¹⁶ CM. 12 /07/1947, p. 04.

¹¹⁷ OESP. 10/08/1947, p. 01.

acerca da técnica de colaboração política, militar e econômica surgissem equívocos de interpretação¹¹⁸.

Mesmo com as críticas pontuais ao aspecto propagandístico, à falta de neutralidade, à imparcialidade do material telegráfico e às suposições formuladas pelas agências internacionais de notícias, parece possível salientar que algumas agências praticamente monopolizavam o noticiário do exterior na imprensa escrita brasileira da década de 1920 até os anos 1950. É certo que *Reuters*, *Associated Press*, *United Press International* e *France Presse* remetiam material para jornais destinados a grupos diferenciados de leitores, de tendências e gostos diversos (JOBIM, 1960, p. 118;120), bem como forneciam informações para periódicos com diferentes orientações políticas e “editoriais”, funcionando como empresas capitalistas com o objetivo de transformar a informação em “mercadoria” para vendê-la aos periódicos interessados (SOMAVIA, 1979, p. 133). Assim sendo, a rede de agências internacionais de notícias “é tentacular: elas estão presentes na grande maioria dos países do mundo e vendem seus serviços, da mesma forma, para quase todos eles.” (ROSSI, 1980, p. 83). Ao considerar essa perspectiva, Somavia (1979, p. 138) argumentou que as agências:

“apropriam-se” da realidade e de suas características, pela circunstância única de dispor da capacidade técnica para fazê-la conhecer. Sua ‘comercialização’ modifica a natureza e a importância relativa dos acontecimentos, os quais, de fato, não acontecem para o público em geral, a menos que sejam escolhidos para a publicação pelas fontes noticiosas. A agência transforma, assim, um fato, cuja dimensão e compreensão específica estão dadas pelos contextos e circunstâncias que o rodeiam, em uma “notícia”, que para sê-lo, necessita seja apresentada de tal maneira que resulte “vendável”.

A construção do noticiário internacional inicia-se com uma seleção por parte das agências internacionais de notícias, pois, com frisou Ribeiro (1994, p. 11), nem tudo o que acontece no mundo é passível de ir para as bancas, mas somente a parte mínima que atrai e preocupa as pessoas. Nesse sentido, Peres (2005, p. 45), João Batista Natali (2004, p. 31) e Danton Jobim (1960, p. 118) ressaltam o “relativo apartidarismo” como marca do trabalho das agências internacionais de notícias. Parece possível, no entanto, discordar dessa perspectiva. Com base em dados empíricos, foi possível perceber que os próprios jornais não tomavam o material remetido por agências internacionais de notícia como neutro, objetivo e desvinculado do mundo político,

¹¹⁸ JB. 08/04/1951 p. 05.

sobretudo num período marcado pela polarização político-ideológica característica da Guerra Fria.

De acordo com Travancas (1993, p. 33), a imprensa escolhe aquilo que deseja informar e percebe que acontecimentos extraordinários como uma guerra, uma revolução, uma violência em larga escala são notícias. A autora ressaltou, contudo, que os jornalistas enfrentam dificuldades para “definir o que é notícia em um mar de informações diárias.” Desse modo, é preciso considerar o trabalho que os jornalistas executavam com o material proveniente das agências Reuters, UPI e API. *O Estado de S. Paulo* descreveu o trabalho com os telegramas do seguinte modo: “toca a campainha de um telefone: a notícia chegou. Umas poucas palavras, que o taquígrafo rapidamente anota e o redator desenvolve em notícia, completando-a com títulos apropriados.”¹¹⁹

Editor da seção internacional do periódico *Tribuna da Imprensa*, de 1953 até 1962, Stefan Baciú¹²⁰ forneceu informações sobre o seu trabalho com os telegramas distribuídas pelas agências internacionais de notícias. No livro com as suas memórias, lembrou que começava o trabalho diário coordenando os telegramas remetidos pelas agências na véspera e, em seguida, atuava para cortar, por títulos e subtítulos no material recebido. Consta ainda em suas recordações que a atividade consistia em “classificar, coordenar e reescrever telegramas, dividindo-os em várias categorias”. Contudo, rememorou que a organização nem sempre caracterizava o seu trabalho. Às vezes, a falta de tempo e a grande quantidade de material disponível permitia apenas “colocar os títulos e descer as matérias mais importantes para a oficina”, expediente constantemente utilizado para evitar os atrasos e outros problemas técnicos para a confecção do jornal (BACIU, 1982, p. 63-70).

Na própria redação do jornal, o telegrama proveniente da agência passava por uma espécie de filtragem. A escolha de um telegrama e não de outro, o uso integral de partes e, em último momento, a publicação ou não das partes escolhidas transformavam a utilização de um material sobre o cenário internacional numa “construção intelectual”. Nessa perspectiva, é necessário conceber que a notícia é constantemente reescrita, condensada e traduzida, sendo sempre submetida aos critérios de edição (LAGE, 1997, p. 26). Como ressaltou Rossi (1980, p.

¹¹⁹ OESP. 25/01/1948, p. 30.

¹²⁰ O poeta, ensaísta e jornalista Stefan Baciú nasceu na Romênia e mudou-se para Brasil em 1949. No Rio de Janeiro, colaborou no suplemento literário do *Diário Carioca* e, entre 1953 e 1962, ficou responsável pela chefia da seção internacional do jornal *Tribuna da Imprensa* (BACIU, 1982).

44), o editor desempenha um papel significativo na produção de um jornal, já que decide o enfoque, o tamanho do texto, o tamanho do título e o local de colocação na página. Desse modo, as decisões desse profissional não estão relacionadas apenas aos critérios jornalísticos, mas também estão ligadas aos aspectos políticos e ao espaço que dispõe para a publicação de determinado assunto. Conforme afirmou Lima e Silva (2006, p. 46), a seleção do material publicável sofre “a influência de diversos critérios complexos, desde relevância jornalística às rotinas produtivas de cada empresa.”

É preciso observar que o jornalista extrai da realidade e apresenta ao público leitor aquilo que interessa a ele, ao editor, ao dono do jornal e ao grupo político ao qual o periódico, por vezes, está vinculado. Além disso, o próprio editor também atua para decidir o enfoque do texto, seu tamanho, a dimensão e os tipos de título, assim como a escolha da página para a sua colocação. Esse profissional tem a possibilidade de atribuir grande espaço ao tratamento de determinado fato ou sonegar informações por completo. Parece possível indicar que:

Na mão do editor está a definição *política* de como o fato deverá repercutir na sociedade, de como suprimir naturalmente a divulgação de ocorrências, como se elas simplesmente não tivessem realmente existido. O editor aumenta, reduz, suprime fatos; ele é o tradutor e “transformador” da realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende. Nas suas mãos está depositada a tarefa de trabalhar a opinião pública e procurar moldá-la segundo essas intenções (MARCONDES FILHO, 1986, p. 50).

Porém, essa discussão não pode ser observada apenas nos textos dos estudiosos da imprensa, pois o tema já figurava nos escritos dos proprietários de jornais desde os anos 1940. Em texto relativo aos aspectos ligados à produção de um jornal diário, veiculado no *Anuário Brasileiro de Imprensa*, Orlando Dantas qualificou o Secretário de Redação como “o homem mais importante na organização da imprensa brasileira”, ou o profissional que tem como função controlar “inclusive a paginação” e dedicar-se à “leitura de outros jornais” nas primeiras horas de seu trabalho diário. De acordo com o então dono e diretor do *Diário de Notícias*, o secretário de redação recebia o material dos repórteres e colaboradores para, em seguida, organizar o jornal, “marcando a página em que deve sair cada matéria, o destaque que merece, o tamanho e o corpo de títulos e subtítulos”. Desse modo, os originais chegavam à redação e, em seguida, “lidos

cuidadosamente, cortados aqui, acrescidos acolá de uma nota explicativa ou enriquecidos de um detalhe que o redator possa haver esquecido, emendados, descem para a oficina”.¹²¹

Antes da publicação, mostrava-se necessário preparar o material enviado pelas agências internacionais de notícia, como demonstra uma reportagem publicada, em 1953, no *Anuário Brasileiro da Imprensa*. Conforme a reportagem, as agências se limitavam “a divulgar o fato, quase sempre em forma de “flashes”, sendo “muito raro se darem ao trabalho de preparar, fazer e distribuir reportagens”, e mais raro era “enviarem material fotográfico.”¹²²

Os próprios periódicos reconheciam o trabalho executado com material enviado pelas agências internacionais de notícias. No início das matérias, *O Estado de S. Paulo* chegou a registrar o trabalho de organização dos dados enviados pelas agências internacionais. A partir de 1947, as notícias vinham com a seguinte informação: “Serviço especial do ‘O Estado de S. Paulo’, organizado com dados fornecidos pelas agências ‘Reuters’, ‘France Press’ e ‘United Press’.”¹²³ Em outros momentos, constava apenas a expressão “noticiário elaborado com telegramas fornecidos pelas agências Reuters’; ‘France Press’ e ‘United Press’.”¹²⁴ De modo semelhante, o *Correio da Manhã* indicou o trabalho realizado com material proveniente das agências noticiosas internacionais, pois registrou a produção de resumos de alguns telegramas que chegavam a redação¹²⁵. Um editorial do *O Estado de S. Paulo* também parece fornecer informações sobre essa prática jornalística, já que salientou: “Certos momentos da vida internacional exigem, mesmo do simples comentário jornalístico, uma sinceridade integral que não pode limitar-se a apreciação do ‘fato do dia’”¹²⁶

É certo que, em muitos casos, as informações publicadas nos jornais eram selecionadas e remetidas por um redator telegráfico (JOBIM, 1960, p. 118). Afora isso, os jornais brasileiros também trabalhavam para modificar a natureza dos textos publicados. Como bem observou Danton Jobim (1960, p. 122-3), uma operação executada pelo jornal transformava o material recebido num material diferente daquele enviado pelas agências. Corrobora com essa noção a sugestiva formulação do jornalista Carlos Lacerda (1950, p. 33) que, no seu livro *A Missão da Imprensa*, ressaltou o fato de alguns jornais atuarem para “*torcer* o sentido do que vem no texto

¹²¹ *Anuário Brasileiro da Imprensa*. Out. 1949, p. 34-37.

¹²² *Anuário Brasileiro da Imprensa*. Jul. 1953, p. 94-5.

¹²³ OESP.12/04/1946, p.01.

¹²⁴ OESP.23/04/1947, p. 01

¹²⁵ CM. 12/09/1946, p. 01.

¹²⁶ OESP. 01/11/1946, p. 03.

do noticiário telegráfico.” É possível considerar, portanto, que os jornais, neste período, não se limitavam a apresentar o material telegráfico, mas selecionavam, ordenavam, estruturavam e narravam, “de uma determinada forma”, aquilo que elegiam como “fato digno de chegar até o público” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 11).

A própria tradução de um texto proveniente de uma empresa jornalística estrangeira pode ser considerada a construção de um novo texto que, incontestavelmente, está carregado de significados, objetivos e desejos (BIAGI, 2001, p. 14). Em algumas situações, a falta de qualidade das traduções foi alvo de críticas dos próprios jornalistas. Ao comentar um discurso de Winston Churchill, o editorial do *O Estado de S. Paulo* ressaltou que não era uma peça de conteúdo excepcional, sobretudo em função das “precárias traduções e sínteses dos telegramas”.¹²⁷

No final dos anos 1950, o assunto também apareceu em comentários veiculados pelo *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*. Em matéria sobre declarações de J. Foster Dulles, então Secretário de Estado do Governo norte-americano, é possível encontrar o registro: “seria útil que a imprensa carioca cuidasse melhor do inglês dos seus redatores e repórteres (...) As vezes o engano de tradução pode gerar mal entendidos e conseqüências mais graves.”¹²⁸ Nesse ponto, é importante lembrar o esforço da Associação Brasileira de Imprensa para oferecer cursos de inglês aos jornalistas brasileiros. No final da década de 1950, o Boletim da ABI festejou o curso de inglês oferecido conjuntamente pela Embaixada norte-americana e pelo Instituto Brasil-EUA aos profissionais cariocas¹²⁹. Se o fato, por um lado, demonstra a atuação da Associação, por outro, indica que a língua estrangeira fundamental para a tradução dos telegramas ainda não era de domínio dos profissionais da imprensa carioca mesmo no final dos anos 1950.

Deve-se notar, igualmente, que a língua inglesa provavelmente não era profundamente conhecida por todos os funcionários das agências noticiosas instaladas em território brasileiro. Em 1945, o escritório da *Reuters* situado em São Paulo contava com dois tradutores, três rádio-telegrafistas, redatores e datilógrafos. Dentre eles, o inglês não era idioma inteligível, por exemplo, para aqueles que trabalhavam como rádio-telegrafista, ou seja, pelos profissionais responsáveis por receberem os telegramas¹³⁰.

¹²⁷ OESP. 25/01/1948, p. 03.

¹²⁸ *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*. Ago. 1958. p. 02.

¹²⁹ *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*. Abr. 1959, p. 06.

¹³⁰ OESP. 08/05/1945, p.10.

A construção intelectual dos jornalistas ao escolherem, traduzirem, selecionarem e optarem pela sua utilização de determinado material tornou-se mais complexa em função do aumento do número de telegramas disponíveis. Aos poucos, a utilização do teletipo permitiu a transmissão de uma quantidade ainda maior de informações provenientes de diferentes agências noticiosas. Com decorrência das transformações tecnológicas provenientes da Primeira Guerra Mundial, o teletipo substituiu o telégrafo e o Código Morse em muitas redações. O aparelho caracteriza-se por conter duas extremidades. Numa delas se situa o terminal da agência de notícia e na outra o terminal dos jornais. Ambas as partes conectavam-se por uma ligação telefônica que conferia agilidade ao processo de transmissão da notícia. (NATALI, 2004, p. 34).

Após a década de 1950, o impacto dos avanços tecnológicos sobre o trabalho das agências noticiosas mostrou-se ainda mais marcante, já que o surgimento de novos recursos eletrônicos não afetou apenas a organização dos meios de comunicação social, mas facilitou ainda mais transmissão de notícias de diversas partes do mundo. Assim sendo, as agências adquiriram a possibilidade de utilizar os serviços por satélite, aceleraram as faculdades de transmissão de informação e aumentaram o volume de informação disponível no jornal. Com o novo recurso, alguns jornais dispunham, diariamente, de um volume de dez milhões de palavras dispostas em aproximadamente vinte mil notícias (BAHIA, 1971, p. 81;117-9).

Convém ressaltar que o campo jornalístico sentia os efeitos da produção das notícias como bens culturais altamente perecíveis. Em função da concorrência pela clientela – leitores e anunciantes – os jornais procuravam ter prioridade na publicação das “notícias mais novas”. A busca pelo furo jornalístico norteava a produção da notícia. Enfim, o signo da velocidade, a renovação permanente e o contato com a atualidade marcavam o trabalho dos profissionais da imprensa (BOURDIEU, 1997, p. 107).

Com pouco tempo para o trabalho, os jornais consideravam a necessidade de adequar o ritmo da produção à grande quantidade de telegramas recebidos diariamente¹³¹. Na década de 1950, os avanços tecnológicos certamente facilitavam o contato dos jornais com os acontecimentos mundiais. E o jornal da família Mesquita registrou as mudanças vividas pelo campo jornalístico do período:

¹³¹ Sylvia Moretzohn (2002) empreendeu relevante discussão sobre o aumento da velocidade no processo de produção da notícia. Ainda que não tenha abordado pontualmente o trabalho dos jornalistas com material telegráfico, a autora discutiu aspectos da transformação do jornal em mercadoria, refletindo, especificamente, sobre a valorização da informação instantânea e a conseqüente modificação das condições sociais de produção da notícia.

Já era isto verdade quando o mundo nos parecia imenso e misterioso, e as notícias chegavam às redações por sonolentos correios. Mas então tudo se media pelo mesmo metro e as máquinas de impressão eram modorrentas como os correios; pressa era palavra sem sentido e o tempo, de uma categoria ampla e confortável como os espaçosos aposentos de antanho. Agrade ou não, tudo isso acabou. O compasso de um jornal é marcado, em nossos dias, pela vertiginosa velocidade das rotativas modernas. (...) Já se foi o tempo dos doces isolamentos provincianos; hoje, todo o jornal que mereça este nome está no centro do mundo, pois os meios de comunicação e a teia incessante das relações humanas põem-no em contato quase instantâneo com todos os pontos do globo¹³².

Vale salientar que o redator de política internacional, o secretário de redação e o diretor do jornal “possuem pouco acesso direto às fontes que estão na origem da informação publicada”, mas, ao mesmo tempo, têm “diariamente um mundo de notícias” nas mãos (NATALI, 2004, p. 08-9), pois contam com o material telegrafado pelas agências internacionais de notícias. No período estudado, os próprios jornais reconheciam a grande quantidade de informação disponível. Ao tratar das intenções pacifistas da União Soviética, o articulista do *O Estado de S. Paulo* registrou em editorial: “Ontem, os jornais eram inundados por uma onda de telegramas”¹³³. Ao discutir acusações feitas ao político norte-americano Richard Nixon, sobre possíveis doações financeiras ilegais para a sua eleição como senador, outro editorial do matutino paulista salientou: “o fato é que saiu nos noticiários dos jornais. Surgiu como uma bomba. Veio o primeiro telegrama, outros telegramas chegaram logo em seguida. Num instante criou-se a expectativa.” Essa onda ininterrupta sobre o caso despertou opiniões em diversas partes do mundo, pois, no período, as mensagens telegráficas rapidamente cruzavam o espaço.¹³⁴

Além da quantidade de informação disponível, os articulistas também percebiam a falta de qualidade do material enviado pelas agências. No *Correio da Manhã*, o jornalista Raul Brandão ressaltou o grande volume de telegramas existentes, o fato dos jornais brasileiro não serem obrigados a publicar as mensagens telegráficas e salientou: “é de entristecer a pobreza das notícias do Brasil nos jornais da Europa e da própria América. Em alguns deles a sua falta é absoluta. Parece que não havendo aqui revolução ou coisa que se pareça, nada há para eles informar.” Em contrapartida, o jornalista constatava que “pelo volume de telegramas, nossos

¹³² OESP. 18/12/1951, p. 30.

¹³³ OESP. 08/02/1950, p. 03

¹³⁴ OESP. 25/09/1952, p. 03.

jornais dão provas do quanto são benevolentes. Tudo o que vem de fora serve, mesmo o que não presta”.¹³⁵

Às vezes, os próprios periódicos publicavam notas para tratar dos equívocos cometidos pelas agências. O *Correio da Manhã* veiculou, por exemplo, matéria em que tratou de despachos telegráficos publicados e, em seguida, desmentidos. Como o próprio jornal colocou: “A Casa Branca publica documentos, desmentindo os despachos das agências telegráficas.”¹³⁶

Além de recorrer às agências internacionais de notícias, os jornais brasileiros também utilizavam outro expediente para tratar de assuntos internacionais. Em alguns momentos, publicavam artigos de articulistas internacionais, como fez *O Estado de S. Paulo* ao veicular o texto intitulado “A semana internacional”¹³⁷, de J. M. Ponty, produzido especialmente para a *France Press*. A revista *O Cruzeiro* recorreu a expediente parecido. A partir de 1947, passou a publicar periodicamente um artigo de fundo assinado pelo jornalista norte-americano Drew Pearson.

Os jornais norte-americanos também figuravam como constante fonte de informação para a imprensa escrita nacional. A leitura de muitos deles aparecia como tarefa primordial para os jornalistas brasileiros. Alguns jornais adotaram, igualmente, a prática de comentar o material publicado pelo *New York Times* ou pelo *Washington Post*¹³⁸. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* considerou ser “bem instrutivo” o ato de ler os jornais dos Estados Unidos, sobretudo por permitir entrar em contato com dezenas de artigos e, desse modo, possibilitar a obtenção de informações para poder avaliar, por exemplo, os “efeitos que o apaziguamento na Coréia ameaça provocar sobre a economia mundial.”¹³⁹ O comentário do material veiculado por periódicos estrangeiros também pode ser considerado um recurso da imprensa partidária brasileira. O periódico *Vanguarda Socialista*, por exemplo, utilizou apenas uma vez o material publicado pelo órgão britânico *The Economist* para tratar da Conferência e do acordo de Postdam¹⁴⁰.

O interesse pela imprensa norte-americana foi reconhecido em publicações que comentavam as transformações da imprensa escrita brasileira, tal como ilustra o material

¹³⁵ CM. 01/07/1947, p. 01.

¹³⁶ CM. 01/12/1951, p. 01.

¹³⁷ OESP. 06/01/1948, p. 01.

¹³⁸ JB. 20/11/1952, p. 05.

¹³⁹ OESP. 01/05/1953, p. 03.

¹⁴⁰ Vanguarda Socialista. 26/10/1945, p. 06.

veiculado pelo *Anuário Brasileiro de Imprensa* em que a influência norte-americana foi colocada nos seguintes termos:

Os jornais procuram hoje seguir os modelos americanos na paginação e na distribuição da matéria. (...) As revistas Times, News e Newsweek possuem mesmo uma edição expressa, enviada ao Brasil por via aérea. Seus números nos chegam aqui tão frescos como ao leitor norte-americano. O New York Times, um dos mais prestigiosos e completos jornais do mundo planeja, (...) fazer uma edição para a América Latina e, forçosamente, para o Brasil. Ora, é impossível conceber um jornalista que leia inglês e não se interesse pela imprensa americana, fonte permanente de informação, rica de correspondência de todos os cantos do mundo (...) ¹⁴¹

A revista *Publicidade e Negócios* apresentou uma posição muito parecida. Consta num dos seus editoriais que a imprensa norte-americana exercia “a maior influência” sobre os jornais e revistas do Brasil, pois seus principais periódicos já podiam, na época, ser encontrados nas bancas brasileiras. Além disso, informou que o *New York Times* enviava sua edição internacional aos jornalistas brasileiros ¹⁴². O assunto também foi abordado pelo então presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Hebert Moses ¹⁴³. Em artigo comentando a influência externa sobre os jornais brasileiros, Moses alegava que os jornais brasileiros tinham “características próprias, as quais revelam, como é natural, influências técnicas e culturais dos países mais cultos e ricos”. Desse modo, salientou que os nossos jornais, “ao lado de pormenores nitidamente europeus, apresentam outros, fruto da evolução da imprensa dos Estados Unidos”. ¹⁴⁴

Moses ponderou ao equiparar a influência européia à norte-americana. Essa não foi, contudo, a posição que predominou nas páginas do *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Na mesma edição em que o texto de Herbert Moses fora veiculado, pode-se encontrar uma matéria que

¹⁴¹ *Anuário Brasileiro da Imprensa*. Out. 1949, p.42-53.

¹⁴² *Revista Publicidade e Negócios*. Mar. 1951, p. 02.

¹⁴³ Hebert Moses (1884-1972) nasceu no Rio de Janeiro, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais e participou, em 1911, da fundação do jornal *A Noite*. Em 1925, auxiliou Irineu Marinho na fundação de O Globo, tornando-se, posteriormente, diretor tesoureiro deste jornal. Em maio de 1931, foi eleito presidente da ABI, sendo sucessivamente reeleito por 33 anos. Durante sua gestão, promoveu a organização administrativa da entidade, construiu sua sede e defendeu a liberdade de imprensa. Moses também presidiu a Sociedade Brasileira das Nações Unidas e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 3922-3923).

¹⁴⁴ *Anuário Brasileiro da Imprensa*. 1950-1951, p. 05.

definiu a imprensa brasileira da época como mais próxima à “imprensa americana do que de qualquer outra.”¹⁴⁵

É certo que o contato dos jornalistas brasileiros com a imprensa norte-americana não pode ser considerado uma novidade do período. Jornalistas como Pompeu de Souza, Carlos Lacerda e Samuel Wainer tomavam-na como modelo para elaboração de textos, paginação, distribuição de matérias, organização administrativa comercial e utilização de publicidade. Antes disso, outros brasileiros estabeleceram contato com a imprensa norte-americana. Em 1926, intelectuais ligados a imprensa como Gilberto Freire, Nestor Rangel Pestanha e Edgard Leuenroth estiveram em Washington, Estados Unidos, para participarem do *I Congresso Pan-Americano de Jornalismo*. Aliás, esse encontro procurou estimular o contato dos jornalistas latino-americanos com a imprensa estadunidense (RIBEIRO, 2007, p. 55;328-9). Essa não foi, entretanto, uma ocasião única. O *V Congresso da Sociedade Interamericana de Imprensa*, realizado em Havana, em 1949, procurou orientar profissional e politicamente os jornalistas tendo como modelo a imprensa norte-americana (RAMOS, 1970, p. 242).

Em contrapartida, a grande imprensa pouco recorreu ao material originalmente veiculado pelos jornais soviéticos. Nas poucas vezes em que isso ocorreu, os periódicos brasileiros fizeram questão de registrar que estavam apenas reproduzindo o referido material. Assim procedeu *O Estado de S. Paulo* ao tratar da emenda brasileira sobre a questão de Trieste, apresentada na Conferência de Paz de Paris, em setembro de 1946. O jornal brasileiro registrou que o texto veiculado fora anteriormente publicado pelo *Pravda* e apenas “reproduzido pelo Estadão”¹⁴⁶. Outra estratégia foi utilizada pelo *Jornal do Brasil* que, para comentar a posição do periódico comunista *Izvétia*, utilizou material telegráfico enviado pela UP¹⁴⁷. O *Jornal do Brasil* adotou o mesmo procedimento com relação ao jornal soviético *Pravda*¹⁴⁸ e, em outro momento, registrou em editorial que a imprensa soviética, aborrecida com o governo brasileiro, não escolhia “palavras para atacar as nossas autoridades”, tomando como alvo preferido o presidente da República. Contudo, o *Jornal do Brasil* não indicou a utilização de jornais soviéticos para a confecção do referido editorial¹⁴⁹. O mesmo jornal recorreu às agências *Reuters* e UP para tratar

¹⁴⁵ *Anuário Brasileiro da Imprensa*. 1950-1951, p. 06-14.

¹⁴⁶ OESP. 08/09/1946, p. 01.

¹⁴⁷ JB. 17/03/1946, p. 07; 25/10/1950, p. 07.

¹⁴⁸ JB. 26/04/1953, p. 07.

¹⁴⁹ JB. 07/10/1947, p. 05.

das entrevistas concedidas por Stálin e originalmente publicadas nos periódicos soviéticos¹⁵⁰. Às vezes, esse material também reverberou nas edições seguintes do jornal carioca, pois motivou a produção de alguns comentários no espaço reservado para os editoriais¹⁵¹. Por sua vez, o *Correio da Manhã* utilizou material telegrafado pela agência *Reuters* para ter acesso aos despachos da agência soviética de notícias, procedentes de Sofia e publicados no *Izvestia*¹⁵². A *Folha da Manhã* também utilizou os telegramas das agências noticiosas internacionais para tratar do material veiculado pelos jornais soviéticos¹⁵³. Após a morte de Stálin, o periódico paulista atribuiu certa credibilidade às fontes soviéticas, como bem demonstra o seguinte trecho de uma das suas edições: “Os fatos estão falando, hoje, muito melhor do que os mais brilhantes propósitos feitos até pouco antes da morte de Stálin. Agora, é o ‘Pravda’, a agência ‘Tass’, a rádio de Moscou, que informam a opinião pública do mundo inteiro o que se passa no bojo do governo soviético¹⁵⁴”.

Mesmo indicando uma mudança na atuação dos órgãos de informação soviéticos depois da morte de Stálin, a *Folha da Manhã* continuou a utilizar o mesmo procedimento do período anterior, ou seja, comentava notícias publicadas no jornal soviético *Pravda* por meio de telegramas enviados pela AFP¹⁵⁵.

Nos momentos iniciais da Guerra Fria, os jornais brasileiros tinham uma quantidade muito maior de informações provenientes dos Estados Unidos do que da União Soviética. Como salientou Peres (2005, p. 38), uma espécie de “seleção natural” permitia que os jornais brasileiros tivessem acesso a uma quantidade maior de telegramas provenientes dos lugares com ampla cobertura da mídia em detrimento dos locais em que a cobertura jornalística era escassa. Mesmo considerando a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade como recursos necessários para as agências atenderem à lógica de mercado, não parece possível considerar as informações telegrafadas e o uso que os jornais faziam como neutras politicamente. Em suma, as agências atuam captando informações que, após serem selecionadas, recebem determinado tratamento e são difundidas para os jornais (BAHIA, 1971, p. 66).

¹⁵⁰ JB. 29/10/1948, 01/02/1949; p. 06; 03/10/1952, p. 07;

¹⁵¹ JB. 30/10/1948, p. 05; 01/02/1949, p. 05; 07/10/1952, p. 05;

¹⁵² CM. 03/12/1947, p. 01.

¹⁵³ FM. 01/08/1951.

¹⁵⁴ FM. 08/04/1953.

¹⁵⁵ FM. 26/05/1953.

A utilização de material proveniente de agências noticiosas internacionais, a veiculação de artigos produzidos por articulistas estrangeiros, a reprodução ou o comentário das matérias publicadas por periódicos internacionais foram práticas rotineiras do jornalismo brasileiro do período. É preciso indicar, entretanto, que os textos não foram reproduzidos mecanicamente pela imprensa impressa do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* selecionavam, traduziam e recortavam o material noticioso proveniente das agências internacionais de notícias e escolhiam o espaço para veiculá-lo. Nos anos iniciais da Guerra Fria, utilizavam material de agências situadas na área de influência capitalista, fato que, muito provavelmente, estava ligado à posição política dos periódicos. Convém lembrar que o anticomunismo marcou os jornais acima citados. Esse dado não deve, assim, ser desconsiderado para pensarmos a escassa utilização de material noticioso proveniente de agências e jornais soviéticos. Apesar disso, esporadicamente criticavam a qualidade do material recebido, suspeitavam da sua neutralidade e, com frequência, realizavam uma operação para modificar sua natureza. Como ressaltou Pierre Bourdieu (1997, p. 35), é fundamental refletir sobre como “são informadas as pessoas encarregadas de nos informar”, e, desse modo, entender que os jornalistas mantêm relações de troca muito complexas com agências internacionais de notícias ou com fontes oficiais como os responsáveis pelos ministérios.

Se, por um lado, não parece possível afirmar que, como fez Lins e Silva (1991, p. 31), o material produzido pelas agências noticiosas internacionais deturpava intencionalmente os fatos e impedia o leitor brasileiro de entender o que ocorria fora do Brasil. Por outro lado, pode-se recorrer a Somavia (1979, p. 130) quando considera que as agências internacionais de notícias ajudavam a reforçar a dependência cultural e econômica dos países da América Latina ou, então, que certa homogeneização dos padrões de consumo efetuada pelos telegramas desconsiderava completamente a “realidade cultural local”.

Portanto, é preciso notar a influência do padrão norte-americano de jornalismo sobre a imprensa brasileira sem, no entanto, afirmar que ela se tornou completamente submissa e meramente reprodutora de valores e conceitos alheios. Mesmo assim, a escolha de artigos, articulistas ou informações provenientes de agências internacionais de notícias não pode ser caracterizada como uma atividade neutra por parte dos jornais brasileiros. A opção dos jornais faz parte de um conjunto de estratégias fundamentais para a sua viabilização financeira e, além disso, integra o seu conjunto de estratégias políticas e demonstra vinculação aos Estados Unidos nos

anos iniciais da Guerra Fria (BIAGI, 2001, p. 115). Por fim, é pertinente ressaltar que a imprensa impressa brasileira não contava, tal como afirmou Danton Jobim (1960, p. 146), somente com as agências como meio para obter informação fora do raio de ação dos seus correspondentes internacionais.

3. Diplomatas e o Ministério de Relações Exteriores

Entre 1945 e 1953, a imprensa impressa brasileira não contava com uma significativa rede de correspondentes internacionais para (re)produzir representações sobre a paz mundial. Em função disso, possuía as agências internacionais de notícias como fonte de informação, sobretudo as agências situadas no chamado bloco capitalista como Reuters, UPI e API. Além de suspeitar do teor propagandístico do material telegráfico, os jornais também recorriam a outras fontes de informação, tal como sugeriu *O Estado de S. Paulo*: “em relação a causa da paz, problema que preocupa todo o mundo, temos tido a oportunidade de coligir a opinião de figuras conhecidas nas letras, na diplomacia e na política.”¹⁵⁶ Assim sendo, o corpo diplomático brasileiro era utilizado como fonte de informação para produção do material jornalístico sobre a paz mundial.

Alguns trechos dos discursos proferidos por membros de delegações brasileiras nas Assembléias da ONU eram amplamente publicados pelos periódicos brasileiros. De acordo com o editorial do *Jornal do Brasil*, esses discursos interessavam aos leitores brasileiros preocupados com o desenrolar da política externa. Como justificava o jornal carioca, tinha passado o tempo em que as decisões dos congressos, conferências e consultas internacionais não interessavam à opinião pública, pois, em 1951, a população já conhecia bem os problemas que deveriam ser discutidos e apaixonava-se pela política exterior de seu país, sem se convencer com evasivas, as quais não lhe davam a certeza da forma e do modo como eram defendidos os interesses nacionais.¹⁵⁷

Publicar os pronunciamentos do corpo diplomático brasileiro era fundamental para os jornais decifram o desenrolar das Conferências de Paz. A coluna específica do *Correio da*

¹⁵⁶ OESP. 28/12/1945, p. 36.

¹⁵⁷ JB. 08/04/1951, p. 05.

Manhã para tratar de assuntos internacionais abordou a dificuldade enfrentada para o leitor brasileiro entender a “teatralidade disfarçada ou patente” da política internacional, sendo que cada nação poderia ser classificada como uma atriz ou ator:

Tal estadista é um gallan, tal outro é uma “dama central”; aqui fala o “pai nobre” ali se exhibe a “caricata”. Hoje assistimos a uma ópera em que o famoso Josef Stálin canta o papel de “baixo profundo”. Amanhã ouvimos uma zarzuela que tem Francisco Franco por “1.o. triple”. Peron canta em sol muito sostenido, suas árias de soprano dramático. (...) Molotov desempenha rúbulas dramáticas para as galerias aplaudirem ...”¹⁵⁸

Embora observasse que a Conferência de Paz era um “teatro puro” com um elenco em cena para fundir cores e sonoridades num grande quadro solene, o colunista ressaltava o cuidado que o expectador deveria ter com as reuniões em que todos queriam aparecer: “o teatro nos alheia do mundo, nos afasta da vida real como um sonho que a arte cria com esse intuito – e a política internacional cria realidades sem arte procurando quase sempre que não tenhamos a consciência delas.”¹⁵⁹

A propaganda política presente nos discursos proferidos pelos líderes mundiais em assembléias e conferências e transmitidos para o público interessado também era percebida pelos jornais. Consta num editorial do *O Estado de S. Paulo* que os discursos apresentavam caracteres contraditórios, revelando ignorância da realidade e causando confusão no “homem comum”. Ainda de acordo com o jornal, a propaganda política:

vê-se compelida, pela própria natureza, a lançar mão de palavras enganosas, senão mesmo inverídicas. Se os governos cumprissem sempre os designos que anunciam, inútil se tornaria a ação persuasiva e justificadora dos instrumentos de propaganda oficial, pois os atos realizados, em si mesmo facultariam a interpretação das diretrizes governamentais. Exatamente quando os atos discrepam da orientação anunciada é que se julga necessária a propaganda. E como poderá o homem comum discernir entre a verdade e as fantasias ilusórias, por exemplo nas recentes afirmações que vêm do Kremilim? Não é realmente possível num mundo entregue as ilusões da guerra e da paz “psicológica”, lutar-se em prol da justiça e da segurança coletiva, armados apenas de bons sentimentos e honestidade de propósitos¹⁶⁰.

¹⁵⁸ CM. 17/07/1947, p. 01.

¹⁵⁹ CM. 17/07/1947, p. 01.

¹⁶⁰ OESP. 27/09/1946, p. 03.

Em alguns momentos, os pronunciamentos de líderes mundiais foram classificados pelos periódicos como “simples preâmbulos que antecedem as deliberações propriamente ditas”, mas que poderiam influir nas decisões. Como o próprio editorial do *O Estado de S. Paulo* procurou demonstrar, a enunciação de pontos de vista gerais acabava por influir, de qualquer maneira, nos trabalhos concretos das Comissões e no plenário da Conferência¹⁶¹.

Os jornais reconheciam o interesse do leitor brasileiro pela política externa e pela participação do corpo diplomático nacional nas Conferências de Paz. Procuravam, igualmente, diversificar o material jornalístico sobre os assuntos internacionais. Desse modo, veiculavam os pronunciamentos dos responsáveis pela condução da política externa brasileira, ou seja, publicavam os discursos dos ministros de Relações Exteriores do Brasil sobre a paz mundial. Durante a realização das Assembléias da ONU, aquele expediente era freqüentemente utilizado, tal como sugerem os números de matérias daquele teor publicadas entre os anos de 1946 e 1953: *O Estado de S. Paulo*, 15; *Folha da Manhã*, 08; *Diário de S. Paulo*, 06; *Correio da Manhã*, 16; *Jornal do Brasil*, 14.

É preciso ressaltar, no entanto, que a imprensa brasileira não reproduzia os pronunciamentos dos ministros das Relações Exteriores proferidos somente durante a realização das Assembléias da ONU ou no decorrer dos congressos, reuniões ou encontros internacionais. Os jornais também veiculavam esse tipo de material nos momentos que antecediam o embarque dos representantes brasileiros e publicavam os pronunciamentos por eles concedidos no regresso ao Brasil, como permite observar quinze entrevistas concedidas por Raul Fernandes¹⁶², João

¹⁶¹ OESP. 01/08/1946, p. 03.

¹⁶² Raul Fernandes (1877-1968) atuou como advogado, promotor e exerceu as legislaturas de Deputado Estadual (1903-1909) e Deputado Federal (1909-1917). Em 1919, foi nomeado delegado plenipotenciário à *Conferência de Paz de Versalhes*, integrando a delegação chefiada pelo senador Eptácio Pessoa. Representou o Brasil na *Comissão de Reparações de Guerra* (1919-1925) e nas *Assembléias da Liga das Nações* (1919, 1920, 1921, 1924 e 1925). Em decorrência dessas atividades, foi escolhido como um dos dez membros do *Conselho de Jurisconsultos*, encarregado de elaborar o estatuto da *Corte Permanente de Justiça Internacional*, reunido em Haia, Holanda. Em 1926, foi escolhido Consultor Jurídico Internacional de Haia e, em 1927 e 1928, atuou como Embaixador do Brasil em Bruxelas e como chefe da delegação brasileira à *VI Conferência Pan-americana*, em Havana. Na década de 1930, foi deputado estadual e federal. Em março de 1935, apoiou a aprovação da *Lei de Segurança Nacional*, medida que conferiu “poderes especiais” para o governo federal reprimir as atividades consideradas subversivas. Em agosto do mesmo ano, advogou em favor do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, num processo de calúnia movido pela *Aliança Nacional Libertadora*. Nos anos seguintes, tomou posição contrária ao Estado Novo. Participou da fundação da UDN e foi Ministro das Relações Exteriores no governo Dutra e entre 1954 e 1955 (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003, p. 2143-2146).

Nevas da Fontoura¹⁶³, Osvaldo Aranha¹⁶⁴ e Hidelbrando Accyolly¹⁶⁵, todas veiculadas pelo *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Folha da Manhã*. Os periódicos também informavam sobre a nomeação da delegação diplomática brasileira e sobre a participação desses agentes políticos na obtenção de resultados significativos para a manutenção da paz mundial.

Durante as Assembléias da ONU, os congressos, reuniões e encontros internacionais, os jornais veiculavam as entrevistas concedidas pelos representantes brasileiros ainda em território estrangeiro. Para isso, contavam com os serviços das agências internacionais de notícias, já que raramente enviavam correspondentes internacionais para acompanhar os trabalhos das missões diplomáticas brasileiras. Esse foi o caso, por exemplo, de uma entrevista concedida pelo então

¹⁶³ João Neves da Fontoura (1889-1963) bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, Em maio de 1928, foi eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Com a Revolução de 1930, viveu o primeiro momento expressivo da sua complexa relação com Getúlio Vargas. Apesar de ser o vice-presidente no governo gaúcho, viu Vargas transmitir o comando do Estado a Osvaldo Aranha. Em seguida, afastou-se dos círculos políticos oficiais, tornou-se consultor jurídico do Banco do Brasil, atuou como advogado no Rio de Janeiro e participou da Revolução Constitucionalista de 1932. Como decorrência dessa participação, permaneceu no exílio por dois anos e, apenas em 1935, retornou a Assembléia Constituinte Estadual. Durante o Estado Novo, retomou as atividades profissionais, aparecendo no cenário político, em 1940, na *II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores*, na cidade cubana de Havana. De 1943 até 1945, ocupou o cargo de embaixador do Brasil junto ao governo português e ajudou a articular o Partido Social Democrático (PSD). Durante os governos Dutra e Vargas, ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003, p. 2267-2280).

¹⁶⁴ Osvaldo Aranha (1894-1960) frequentou o Colégio Militar para, em seguida, ingressar na Faculdade de Direito, atuando posteriormente, como advogado e aderindo a fileiras do Partido Republicano. De 1923 até 1926, comandou tropas provisórias da legalidade nos conturbados acontecimentos do seu Estado natal e atuou decisivamente na Revolução de 1930. Nos primeiros anos do governo Vargas, ocupou os cargos de Ministro da Justiça e Interior e, na sequência, de Ministro da Fazenda. Além de liberal, anticomunista e defensor da família como base da sociedade, o político gaúcho passou a nutrir uma profunda admiração pelos EUA e pelas instituições norte-americanas, sobretudo a partir da sua nomeação como embaixador brasileiro em Washington. Passou, então, a defender a construção de relações especiais com os Estados Unidos. Ao retornar ao Brasil, levou esse projeto adiante e, de 1938 até 1944, atuou como Ministro de Relações Exteriores. No cargo, exerceu papel fundamental na negociação do apoio brasileiro as Nações Unidas na luta contra o nazi-fascismo. Além disso, ocupou a presidência da entidade cívica intitulada *Sociedade dos Amigos da América* nos anos de 1943 e 1944. Participou da organização da UDN e, na política externa, atuou junto as Assembléias da ONU (HILTON, 1994, p. 02-10;40;75;114;164-188;214;264-5;303;402-464).

¹⁶⁵ Hidelbrando Pompeu Pinto Acióly (1888-1962) formou-se em Direito e, em 1914, ingressou na carreira diplomática. Em 1945, representou o Brasil na Conferência Interamericana Sobre Problemas da Guerra e da Paz. No ano seguinte, participou da Conferência de Paz de Paris e, posteriormente, assumiu interinamente a pasta das Relações Exteriores. Entre 1949 e 1950, participou de Comissões na Organização dos Estados Americanos (OEA). Dentre suas obras, pode-se destacar: *A evolução do pan-americanismo e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (1947) e *Raízes e causas históricas do pan-americanismo* (1953). (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003, p. 32-33).

ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes e veiculada pelo *O Estado de S. Paulo*. Chefe da delegação brasileira à Conferência de Paz de Paris, Fernandes foi procurado pela *United Press* para expor a sua posição sobre o projeto de Tratado de Paz com a Itália¹⁶⁶. Situação semelhante foi estabelecida quando o ex-chanceler brasileiro assumiu a presidência do Conselho de Segurança da ONU, em março de 1947. Na ocasião, o seu pronunciamento foi obtido pela AFP e enviado aos jornais brasileiros¹⁶⁷. Em momento posterior, a participação brasileira na Conferência de Bogotá, em 1948, chegou às páginas dos periódicos brasileiros mediante entrevista concedida por João Neves da Fontoura à *United Press*¹⁶⁸. No mesmo ano, a veiculação da opinião de Raul Fernandes sobre a participação brasileira nas reuniões da ONU também foi possível em decorrência dos serviços prestados pelas agências internacionais de notícias¹⁶⁹. Na falta de telegramas, os jornais também recorreram a imprensa estrangeira. Ao noticiar a realização de uma reunião dos chanceleres representando Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França, *O Estado de S. Paulo* reproduziu uma entrevista originalmente concedida por João Neves da Fontoura ao *Le Monde*¹⁷⁰.

Apesar de utilizar os serviços das agências telegráficas internacionais ou de reproduzir o material originalmente veiculado por periódicos estrangeiros, os jornais brasileiros encontravam dificuldades para obter entrevistas dos delegados brasileiros durante as reuniões da ONU. Sobre a reunião diplomática realizada em Paris, em 1946, um articulista do *O Estado de S. Paulo* reconheceu que, como a posição da delegação brasileira não havia sido amplamente divulgada, tornava-se mais fácil aos “jornais de propaganda” formular críticas aos artigos publicados por aquele periódico¹⁷¹. O artigo objetivava rebater as críticas formuladas pela imprensa comunista sobre a maneira como *O Estado de S. Paulo* noticiou a reunião internacional, mas também indicava a dificuldade enfrentada pelos periódicos para coletar entrevistas dos próprios representantes brasileiros no decorrer das Conferências. Tal dificuldade pode ser relacionada à dependência dos serviços prestados pelas agências internacionais de notícias e aos obstáculos financeiros enfrentados pelos jornais para manterem e contarem com correspondentes internacionais.

¹⁶⁶ OESP. 02/08/1946, p. 01.

¹⁶⁷ OESP. 02/03/1946, p. 56.

¹⁶⁸ OESP. 28/03/1948, p.44.

¹⁶⁹ JB. 28/09/1948; 29/09/1948.

¹⁷⁰ OESP. 30/08/1946, p. 01.

¹⁷¹ OESP. 10/08/1946, p. 16.

Os discursos e as entrevistas do corpo diplomático brasileiro também alimentavam outras seções dos jornais, fornecendo dados, principalmente para a redação dos editoriais. Apenas para ilustrar essa prática jornalística, pode-se indicar o editorial em que *O Estado de S. Paulo* comentou a posição do então ministro Raul Fernandes na Conferência de Paz de Paris, em 1946, pontuando a declaração por ele proferida na *Comissão de Assuntos Territoriais e Italianos*:

difícil, para nós, comentar as afirmações do delegado nacional na medida em que elas contêm, com inteira justiça, os pontos essenciais que vimos sublinhando desde antes da Conferência de Paris. Sem contraditar os discursos anteriores do Sr. João Neves da Fontoura, a nossa delegação conseguiu, afinal, exprimir sem rodeios ou meias palavras o sentimento do brasileiro no tocante a política internacional e marcar um programa de idéias claro e definido.¹⁷²

O jornal também utilizou esse procedimento para comentar as declarações de Osvaldo Aranha, em 1947, sobre o Conselho de Segurança da ONU¹⁷³. Em outra ocasião, utilizou esse expediente para tratar da participação brasileira no conflito da Coréia, quando, em editorial, debateu aspectos da entrevista concedida por Raul Fernandes para informar sobre a posição do Brasil frente à situação internacional¹⁷⁴. A prática de comentar os pronunciamentos de ministros de Relações Exteriores ou de membros do corpo diplomático brasileiro não era exclusividade do matutino paulista. Em 1946, o *Correio da Manhã* veiculou editorial sobre a entrevista concedida por João Neves da Fontoura para esclarecer a posição do Brasil na Conferência de Paris¹⁷⁵. Dois anos depois, Costa Rêgo também utilizou esse expediente para abordar o discurso proferido pelo então ministro Fontoura durante a Conferência de Bogotá¹⁷⁶. Ainda em 1948, um articulista do matutino carioca posicionou-se sobre o relatório elaborado por João Neves da Fontoura referindo-se à situação internacional e encaminhado ao presidente Eurico Gaspar Dutra¹⁷⁷. O mesmo expediente pode ser observado no *Jornal do Brasil* e na *Folha da Manhã*. Em algumas ocasiões, os editoriais do periódico carioca enfocaram as entrevistas de Raul Fernandes¹⁷⁸. Já no

¹⁷² OESP. 06/09/1946, p. 03.

¹⁷³ OESP. 07/03/1947, p. 03; 04/07/1947, p. 14.

¹⁷⁴ OESP. 07/12/1950, p. 03.

¹⁷⁵ CM. 23/07/1946, p. 04.

¹⁷⁶ CM. 31/03/1948, p. 04.

¹⁷⁷ CM. 21/01/1948, p. 02.

¹⁷⁸ JB. 02/08/1946; 13/09/1946; 03/09/1947; 30/09/1948.

matutino paulista é possível encontrar textos sobre as entrevistas concedidas por João Neves da Fontoura¹⁷⁹.

É preciso lembrar, igualmente, que os meios de comunicação modificam o espaço político, sobretudo o contato entre os líderes com sua base. De certa forma, ampliam o acesso do público aos agentes políticos e aos seus discursos. (MIGUEL, 2002, p. 155; 158). Atualmente, um presidente não se sente líder se não “exortar o público constantemente,” com os discursos produzidos por redatores especializados para as mais diversas situações (SOARES, 1998, p. 85) e veiculados pelos meios de comunicação. Mesmo assim, a publicação de discursos presidências sobre a paz mundial era prática menos usual no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Em decorrência dos debates sobre a participação brasileira na Guerra da Coréia, *O Estado de S. Paulo* veiculou pronunciamentos de Dutra¹⁸⁰ e Vargas para tratar da paz mundial¹⁸¹.

Pode-se salientar que o presidente Dutra pouco participou da política externa brasileira, mesmo com a projeção internacional que o Brasil obteve como aliado e fundador das Nações Unidas. A viagem que realizou aos Estados Unidos, entre 17 e 19 de maio de 1949, a primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro aquele país, pode ser considerada como o “grande ato da diplomacia presidencial”. O segundo governo Vargas também pode ser caracterizado como pouco atento à diplomacia presidencial. Cumpre lembrar que Getúlio Vargas direcionou sua atuação para questões internas que, por sua natureza, estavam relacionadas com aspectos da política externa, como a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. No seu segundo governo, o presidente pouco se ocupou da gerência da política externa brasileira (DANESE, 1999, p. 308-313).

Desse modo, os jornais utilizavam as informações produzidas pelos ministros de Relações Exteriores que, ao procurar formular, decidir e colocar em prática a política externa brasileira, também discutiam questões ligadas à paz mundial. Deve-se lembrar que os membros do corpo diplomático deveriam incorporar “formulações políticas”, “sistemas de crenças”, “códigos operacionais” e “lições de mundo”. Ao ingressarem no mundo do Itamaraty, um órgão do Estado com recursos organizacionais e certa autonomia decisória, incorporavam determinada visão de mundo. Assim sendo, certa tradição pacifista e o respeito ao direito internacional figuravam como elementos tradicionais na visão de mundo transmitida ao corpo diplomático brasileiro (MELLO E

¹⁷⁹ FM. 28/03/1951.

¹⁸⁰ OESP. 20/05/1949, p. 01.

¹⁸¹ OESP. 06/12/1950.

SILVA, 1998, p. 142-7). Portanto, abordar a paz mundial era tarefa que os próprios jornais reconheciam ser dos diplomatas brasileiros, especificamente dos ministros de Relações Exteriores.

O discurso proferido por Souza Dantas e publicado pelo *Correio da Manhã* reforça tal perspectiva. Em meio a realização da Assembléia da ONU, Dantas ressaltou que o Brasil “jamais lançou mão das armas, a não ser em defesa da causa dos povos ameaçados em sua independência”, pois, continuava o diplomata brasileiro, “seu sangue foi então vertido juntamente com seus aliados, e seus recursos postos a serviço de todos sem outra exigência que a do estabelecimento da paz e da segurança coletiva”.¹⁸²

Ainda de acordo com o material jornalístico veiculado no *Correio da Manhã*, a busca pela paz era o pilar que sustentava a atuação do corpo diplomático brasileiro no cenário internacional, pois

Abandonados os projetos de expansão no Prata, o Brasil só aspirou a manter a paz, especialmente no continente americano. Raul Fernandes disse, com razão, que o Brasil, do ponto de vista internacional era o arbitramento. Com efeito, além de proporcionar o princípio nas suas Constituições, ele se esforçou para por em prática um sistema bi- ou multilateral de resolver pacificamente as disputas internacionais, seja pelo arbitramento e a solução judiciária, seja pelos bons ofícios e a mediação.¹⁸³

O *Jornal do Brasil* indicava que o Brasil sempre havia dado demonstrações inequívocas de “espírito conciliador”, ilustrando com atos e atitudes pacificadoras a história mundial.¹⁸⁴ Celebrava também a tradição pacifista do Itamaraty e ressaltava a política externa brasileira como marcada pelo respeito aos tratados, acordos e ajustes internacionais. Com essa perspectiva, registrava que o país:

não precisa de lições no sentido da paz internacional, que sempre foi orientação unânime dos governos republicanos, tendo a nossa diplomacia adquirido relevo, na América e em todo o mundo, pelo entusiasmo com que abraçou, em todos os períodos de sua evolução, os propósitos amistosos na solução dos conflitos surgidos na esfera das relações internacionais, tendo o Brasil se feito notar pelo denodo com que defendeu o princípio de arbitragem para dirimir qualquer divergência neste particular. Um povo que sempre deu essa prova inequívoca de

¹⁸² CM. 15/01/1946, p. 01.

¹⁸³ CM. 13/06/1951, p. 11.

¹⁸⁴ JB. 24/04/1947, p. 05.

pacifismo, e que em todas as emergências de sua vida na comunhão com os povos livres jamais se afastou dessas diretrizes ¹⁸⁵.

Parece bastante sugestivo, igualmente, o texto de Costa Rego sobre as relações entre a diplomacia e a paz mundial. Consta na matéria veiculada pelo *Correio da Manhã* que a política podia preparar ou evitar a guerra e que apenas as conversas diplomáticas podiam agitar-se para a manutenção da paz:

A política prepara ou evita a guerra. As forças armadas ganham ou perdem a guerra. Os diplomatas agitam-se na paz. Mas podemos dizer que sejam os diplomatas os elaboradores da paz? Sim... e não...Sim, por que requer uma série de conversas para chegar ao bom epílogo, devem exprimir a soma geral de interesses que verdadeiramente estabelecem a paz. O diplomata não é elemento criador na obra da paz; é apenas, dentro dela, elemento plástico ¹⁸⁶.

A maneira como os jornais enxergavam a diplomacia brasileira pode ser percebida mais claramente em outro artigo. No texto sugestivamente intitulado “A diplomacia”, a redação do *O Estado de S. Paulo* afirmou que os diplomatas examinavam o “*modus operandi*” das grandes potências no após guerra e chegavam a conclusões interessantes que talvez ainda viessem salvar a humanidade de uma “guerra estúpida e desnecessária”. No entanto, salientava que os impasses do cenário internacional dificultavam os entendimentos entre as potências mundiais. Por isso, argumentava que a diplomacia não estava prestando os serviços dos “tempos idos” e, portanto, se fazia necessário pô-la de novo no “caminho certo”. Concluía que ninguém queria “a volta da velha diplomacia, cega e irracionalista”, nem dispensar a Organização das Nações Unidas, em virtude do que ela prometia para manter a paz no mundo. ¹⁸⁷

Na coluna de assuntos internacionais, a redação do *Correio da Manhã* reconhecia a necessidade de recorrer aos estadistas, aos ministros de Relações Exteriores ou aos diplomatas de carreira para conferir maior fidedignidade aos textos jornalísticos. Ademais, relacionava a utilização desse expediente à falta de conhecimento do brasileiro sobre a política externa, ou como enunciava: “O povo brasileiro não é diplomata. Diz o que quer, quando e como quer.” ¹⁸⁸ Ao tratar das tensões iniciais da Guerra Fria, Frederico Heller, jornalista que constantemente

¹⁸⁵ JB. 28/07/1951, p. 05.

¹⁸⁶ CM. 27/08/1949, p. 04.

¹⁸⁷ OESP. 01/11/1947, p. 18.

¹⁸⁸ CM. 10/05/1950, p. 01.

assinava artigos no *O Estado de S. Paulo*, ressaltou que poderia tecer comentários sobre a situação internacional apesar dos jornalistas disporem apenas das informações transmitidas pelas agências telegráficas, e de não serem tão bem informado quanto os estadistas¹⁸⁹. Ainda que não figure como temática central da sua observação, Heller explicitava o fato de os agentes ligados à política externa serem mais informados que os jornalistas sobre as tensões mundiais.

Segundo o *Correio da Manhã*, a aprendizagem e a dedicação profissional caracterizavam-se como duas qualidades fundamentais para a atuação do diplomata. Desse modo, o integrante do corpo diplomático brasileiro deveria “agradar, bem entendido, sem dissimulação”. Ainda de acordo com o jornalista a “cortesia exagerada, os ademanos artificiais, a galantaria preconcebida, podem traduzir um homem astucioso”, mas não “um espírito diplomático”. Por isso, concluía que tudo em diplomacia era simples: “Nada de sentimentos graves, nem de locuções proféticas. A diplomacia exige uma aprendizagem coordenada e a vocação para viver esquecido dos seus, em um longo exílio profissional”¹⁹⁰.

Parece pertinente observar que esses agentes do Estado catalisam a atenção da mídia, primeiramente por visitarem o exterior (DANESE, 1999, p. 67). No entanto, outros motivos também levavam os jornais a recorrer ao corpo diplomático como fonte de informação privilegiada para a construção da paz mundial. É preciso considerar que as instâncias governamentais funcionam como fontes oficiais e pressionam os jornais exercendo o monopólio da informação vista como legítima. Além disso, algumas autoridades ligadas ao Estado possuem excepcional poder simbólico e capacidade para definir e intervir na pauta diária dos assuntos publicáveis na imprensa impressa (BOURDIEU, 1997, p. 101-2).

Com frequência, os periódicos utilizavam os discursos e as entrevistas por enxergarem neles um vocabulário mais elaborado, extraído do “jargão” do direito, da economia, ou da sociologia. Ao adotarem essa prática, buscavam conferir elementos diferenciadores para produzir um efeito de legitimidade ao próprio discurso jornalístico. Os pronunciamentos foram utilizados, então, para conferir uma competência específica ao material veiculado pela imprensa (MIGUEL, 2002, p. 178), já que as citações funcionavam como importante estratégia para conferir “o efeito de objetividade”, com a pretendida imparcialidade e isenção. Convém lembrar, contudo, que o uso do discurso de outro nunca é neutro e, ao narrar ou reconstruir o discurso de outro, o jornal,

¹⁸⁹ OESP. 21/03/1947, p. 16.

¹⁹⁰ CM. 22/01/1948, p. 04.

muito provavelmente, sintetizava o enunciado e suprimia particularidades expressivas (BENITES, 1995, p. 04; 24).

Os jornais também conferiam prestígio aos autores dos pronunciamentos utilizados para a confecção dos textos jornalísticos. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, atribuiu prestígio ao então chanceler brasileiro Raul Fernandes. Ao comentar sobre a Conferência de Paris, de 1946, o jornal não economizou elogios ao diplomata brasileiro: “o Sr. Raul Fernandes, legítimo representante do Brasil, abdicando temporariamente das cautelas de diplomata e da frieza de jurista, soube ser duramente sincero afirmando ser para nós inadmissível ‘que a Carta do Atlântico seja lançada as urtigas’.”¹⁹¹ O matutino paulista também representou Fernandes como “a grande figura da delegação brasileira à Conferência de Paz”¹⁹², e, no ano seguinte, indicou-o como “representante de tudo que há de bom no Brasil”¹⁹³. Num editorial, exaltou ainda mais as qualidades do ministro brasileiro, registrando que, para a felicidade da nação e proveito da coletividade, o Itamaraty era dirigido “pelo mais competente dos nossos diplomatas e um dos maiores dos nossos internacionalistas”.¹⁹⁴

Ainda em 1947, informou sobre o desfecho da Conferência de Petrópolis, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e, novamente, conferiu uma lista de qualidades ao ministro de Relações Exteriores do Brasil. Em editorial, a redação registrou que o tino, a cultura e a ação do chanceler promoviam admiração em todos aqueles que conheciam a vida diplomática e política brasileira. Ainda conforme o periódico, só uma análise minuciosa poderia revelar a contribuição de Raul Fernandes à causa nacional e à da paz. E prosseguia:

depois de muitos anos em que a diplomacia brasileira, minada pela mediocridade, decaía continuamente, vemos, em poucos meses, restaurar-se o seu renome e restabelecer-se o conceito honroso que, para ela, criaram nomes como Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros da mesma cultura. Por isso, no momento em que anuncia a Universidade de São Paulo dar o título de doutor “honoris causa” ao nosso chanceler, queremos aplaudir nossa iniciativa e emprestar o nosso apoio sincero¹⁹⁵.

¹⁹¹ OESP. 06/09/1946, p. 03.

¹⁹² OESP. 06/09/ 1946, p. 03.

¹⁹³ OESP. 22/08/ 1947, p. 14.

¹⁹⁴ OESP. 26/07/1947, p. 03.

¹⁹⁵ OESP. 05/09/1947, p. 03.

O Estado de S. Paulo também chegou a registrar que, dentre todos os diplomatas brasileiros, Raul Fernandes era capaz de retirar a diplomacia brasileira da “mediocridade” em que ela ficava inserida durante muito tempo, restaurando o seu “renome e restabelecendo o seu conceito honroso”¹⁹⁶, uma vez que o diplomata desfrutava do mais sólido prestígio internacional¹⁹⁷. Embora o jornal atribuísse enorme prestígio ao diplomata, formulava críticas pontuais ao governo de Dutra, ao qual Fernandes estava vinculado: “Por que comprometer o prestígio de um brasileiro desse valor em um governo para o qual os valores morais não têm importância alguma e que será capaz de, amanhã, sem a mínima consideração pelos seus merecimentos e pelos seus serviços, lhe apontar a porta da rua”¹⁹⁸.

O *Jornal do Brasil* reconheceu a “elevada formação” dos diplomatas brasileiros e, ao tratar da carreira diplomática, afirmou que todos eram “unânicos em reconhecer um nível elevado aos nossos funcionários do serviço exterior.”¹⁹⁹ Entretanto, procedeu de modo muito parecido ao *O Estado de S. Paulo* e atribuiu extrema notoriedade a Raul Fernandes. Comentou a declaração do chanceler brasileiro na *Conferência Interamericana de Petrópolis*, de 1947, como “proverbial atitude serena e franca” daquele que “detalhou com precisão” e “esboçou de modo admirável a situação”. Classificou esse pronunciamento como uma “magnífica oração” proferida por quem possui “brilhante oratória” e, ainda, com palavras que “traduziram claramente o alto conceito guiador que ora inspira a vida internacional”, além de oração que “soube interpretar, de modo iniludível, o sentimento que orienta o verdadeiro caminho a seguir.”²⁰⁰ Em decorrência da *Assembléia Geral das Nações Unidas*, em 1948, o jornal carioca representou Raul Fernandes como chanceler que “interpretou com precisão” e “absoluta fidelidade a doutrina do Itamaraty”²⁰¹, ajudando a “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, criar ambiente e condições que favoreçam a paz e a justiça pelos direitos fundamentais dos povos, assegurando que nenhum usará a força armada senão a serviço do interesse comum.”

Num momento posterior, o *Jornal do Brasil* teceu comentários ainda mais elogiosos a Raul Fernandes. Ao celebrar os dois anos do chanceler à frente da diplomacia brasileira, definiu-o como “jurista dos mais ilustres e diplomata dos mais experimentados”, bem como diplomata

¹⁹⁶ OESP. 04/09/1947, p. 03.

¹⁹⁷ OESP. 18/06/1948, p. 03.

¹⁹⁸ OESP. 15/11/1946, p. 03.

¹⁹⁹ JB. 12/12/1952, p. 05.

²⁰⁰ JB. 03/09/1947, p. 05.

²⁰¹ JB. 30/09/1948, p. 05.

“inconfundível pela elegância e generosidade do seu comportamento e pelo senso de equilíbrio das suas tendências e decisões”. Na sequência, salientou que o chanceler brasileiro caracterizou a sua obra “por um elevado espírito de prudência, por uma vasta cultura sociológica e pelo profundo estudo dos vários problemas que dificultam o plácido desenvolvimento das relações entre os povos.”²⁰²

Já *O Correio da Manhã* classificou Raul Fernandes como “figura lúdica, ativa e digna.”²⁰³ O jornal não acreditava que os rumos da política externa brasileira pudessem ter “melhor timoneiro” do que tinha, pois via em Fernandes um diplomata com formação jurídica e agudeza de inteligência²⁰⁴. No entanto, foi em outro momento que o periódico mostrou-se ainda mais elogioso. Ao traçar um perfil do então ministro de Relações Exteriores, durante a Conferência Panamericana, ressaltou: “com uma energia inquebrantável, Raul Fernandes andou limando arestas, dissolvendo mal entendidos, reduzindo obstáculos, até abrir diante das delegações uma estrada real lisa e limpa.” Ainda segundo o perfil jornalístico, o ministro era definido como “homem de cultura e de firmeza moral”, ou: “de uma dignidade que diríamos física, da influência que se depreende da própria pessoa do nosso chanceler, cujo perfil, composto, dir-se-ia, de mármore, resiste aos ângulos mais audaciosos da fotografia e mesmo aos malabarismos da caricatura.”²⁰⁵

É preciso ter presente que Raul Fernandes exerceu papel fundamental na fundação da UDN e apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, em 1945. Mesmo assim, foi convidado pelo presidente Dutra para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Durante sua gestão, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e realizou, em agosto de 1947, a *Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança*, em Petrópolis (RJ), encontro que estabeleceu as bases para o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. No ano seguinte, chefiou a delegação brasileira à *III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas*, em Paris e, na *IX Conferência Pan-Americana*, em Bogotá, ocasião em que assinou, juntamente com Estados Unidos e Chile, um projeto com uma resolução de combate ao comunismo. Em seguida, acompanhou o presidente Dutra em sua visita aos Estados Unidos, participou do início das discussões em torno do envio de soldados brasileiros

²⁰² JB. 14/12/1948, p. 05.

²⁰³ CM. 13/06/1947, p. 01.

²⁰⁴ CM.02/08/1947, p. 01.

²⁰⁵ CM. 23/08/47, p. 01.

para o conflito da Coréia e enfrentou os debates sobre a criação da Comissão Mista Brasil-EUA, deixando o cargo em janeiro de 1951 (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003, p. 2143-46).

A formação jurídica e a experiência de Fernandes nas discussões relativas à paz mundial, muito provavelmente, eram trunfos reconhecidos pelo *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Com exceção do último, os outros dois periódicos declaravam apoio à UDN e, conseqüentemente, a Raul Fernandes, membro fundador e político atuante do partido, embora o *Jornal do Brasil* apoiasse o governo Dutra. Certamente, os três jornais compartilhavam dos ideais expressos nas medidas tomadas pelo então ministro de Relações Exteriores, tais como o alinhamento aos Estados Unidos e o esforço para o combate ao comunismo, sobretudo o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Assim, parece possível entender a notoriedade conferida pelos jornais a Raul Fernandes e a ampla utilização das suas entrevistas e dos seus discursos para tratar da paz mundial. Mas é preciso lembrar que pelo menos *O Estado de S. Paulo* distinguia Fernandes do governo Dutra.

Tratamento diferente fora conferido a João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha. Os discursos e as entrevistas de João Neves da Fontoura foram veiculados para tratar da paz mundial, mas os periódicos não conferiram a ele comentários elogiosos. Fontoura apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. Por um breve momento de 1946, foi ministro das Relações Exteriores e, em 1948, chefiou da delegação brasileira à *IX Conferência Interamericana*, reunida em Bogotá. Já no governo seguinte, teve seu grande momento a frente da diplomacia brasileira. Como ministro das Relações Exteriores do presidente Vargas, participou da *IV Reunião dos Chanceleres*, em Washington. Na ocasião, proferiu o discurso de abertura em que tratou do “perigo comunista, revigorado após a Guerra, o que impunha um combate mais intenso às ideologias subversivas”. Também foi um dos principais defensores do envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia e exerceu papel fundamental no estabelecimento do acordo Militar entre Brasil e EUA. As críticas dos opositores ao acordo, visto como instrumento que subordinava o Brasil aos interesses do governo norte-americano, ocasionaram, em junho de 1953, sua saída do ministério (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003, p. 2267-2280).

Já os discursos de Osvaldo Aranha foram veiculados nas páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário de S. Paulo*. Por sua vez, a revista *O*

Cruzeiro veiculou elogios a Aranha. Em reportagem fotográfica assinada por David Nasser, o texto considerava:

O assunto Osvaldo Aranha na ONU constitui, para os norte-americanos, um prato quase diário, pela maneira brilhante e inteligente com que se ouve o democrático brasileiro na presidência da Assembléia das Nações Unidas. (...) Conquistou uma BOA IMPRENSA, não com o seu sorriso, com a sua palavra quente e amiga, mas com a atitude de lealdade e sinceridade. (...) E todos os delegados, todos os partidos em luta o aceitaram como palavra insuspeita.²⁰⁶

O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* não teciam críticas abertas a Aranha, mas também não o elogiavam. Em alguns momentos, Aranha foi criticado pelo jornal da família Mesquita. Em 1948, foi classificado como “figura habitual nos arranjos políticos desde 1930, mas nunca conseguiu passar do Segundo Plano no cenário da vida política nacional”²⁰⁷.

Com o processo de redemocratização política do Brasil, Osvaldo Aranha participou da organização da UDN, sem, contudo, compartilhar de muitas deliberações partidárias ou receber o apoio do partido nas suas proposições. Durante o governo Dutra, outra atuação lhe conferiu prestígio. Aranha ganhou destaque no cenário internacional como representante brasileiro no *Conselho de Segurança das Nações Unidas*, presidindo as reuniões de março de 1947, assim como ficando à frente da sessão extraordinária e da segunda sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU. Ainda em 1947, foi indicado para concorrer ao *Prêmio Nobel da Paz* (HILTON, 1994, p. 303;402-464), em razão do seu papel na criação do Estado de Israel.

Mesmo assim, Aranha não foi classificado elogiosamente pelos periódicos brasileiro e chegou a ser criticado pelo *O Estado de S. Paulo*. Apesar de liberal, anticomunista, defensor de relações especiais com os Estados Unidos e com uma extensa folha de serviços prestados à causa da paz mundial, Aranha certamente tinha um defeito capital aos olhos do matutino paulista. Na condição de Ministro da Fazenda foi enviado pelo governo provisório, em 1932, para negociar com os paulistas e acalmar os ânimos dos partidários da instauração da Constituinte. Logo que chegou a São Paulo, o gaúcho recebeu severas críticas de Júlio de Mesquita Filho que, nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, declarou: “Paulistas! Mais uma vez o ministro Osvaldo Aranha, como enviado especial do ditador, vem a São Paulo com o intuito de arrebatar ao povo

²⁰⁶ O *Cruzeiro*. 05/07/1947, p. 09.

²⁰⁷ OESP.18/06/1948, p. 03

paulista o sagrado direito de escolher os seus governantes”. Por fim, sentenciava que o povo paulista não mais suportaria “tamanho afronta e humilhação” (MORAIS, 1994, p. 133)

De certa forma, a qualificação atribuída pelo *O Estado de S. Paulo* a Osvaldo Aranha como “figura habitual nos arranjos políticos” pode ser relacionada à “missão política” que desempenhou para Vargas em 1932. Além disso, o próprio nome de Getúlio Vargas quase não apareceu no *O Estado de S. Paulo* durante os primeiros anos da década de 1950. Deve-se evidenciar, portanto, que os acontecimentos de 1932 e, sobretudo a intervenção sofrida pelo jornal no período do Estado Novo, e a perseguição imposta por Getúlio Vargas a Júlio de Mesquita, resultando em prisões e exílio do dono do periódico, ajudam a entender o modo pelo qual *O Estado de S. Paulo* enxergava e definia Osvaldo Aranha. Mesmo assim, a atuação internacional de Aranha levou o matutino paulista a veicular seus discursos e entrevistas, até porque seus concorrentes diretos assim procediam.

Enfim, é possível ressaltar que informações do corpo diplomático brasileiro eram utilizadas como fonte para os órgãos da chamada grande imprensa. Diferentemente do tratamento conferido ao material telegráfico enviando pelas agências internacionais de notícias, as incertezas, dúvidas e desconfianças da imprensa não recaiam sobre a veracidade das informações ou sobre o possível teor propagandístico dos discursos proferidos e das entrevistas concedidas pelos diplomatas brasileiros. No entanto, os jornais consideravam os limites de atuação dos ministros de Relações Exteriores e procuravam enxergá-los antes pela lente político-partidária do que somente como fonte de informação neutra, objetiva e imparcial.

CAPÍTULO III – EXPECTATIVAS DA IMPRENSA SOBRE O RETORNO DA PAZ MUNDIAL ENTRE APAGAR DA GUERRA QUENTE E O ASCENDER DA GUERRA FRIA

1. Do júbilo da paz à ameaça de hecatombe nuclear

Alguns estudiosos tem-se ocupado em desvendar aspectos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, o impacto provocado pela derrota da Alemanha nazista sobre o Estado Novo. Diversos autores argumentaram, inclusive, que a aproximação da vitória aliada contribuiu para o rompimento da censura e para o enfraquecimento da ditadura varguista. No entanto, a historiografia pouco analisou a maneira como os órgãos impressos brasileiros noticiaram o desfecho do conflito e o lançamento das bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

Os jornais brasileiros informavam sobre o desenrolar da Segunda Guerra Mundial enfocando, principalmente, a participação do Brasil nos combates. Em alguns momentos, os periódicos defendiam a participação ativa do país. A *Folha da Manhã*, por exemplo, ressaltava o papel que o Brasil deveria assumir na guerra, sugeria que o país não entrasse no conflito como “peso morto” e não assumisse um “valor passivo no concerto ocidental”, mas que contribuísse com alto poder de representação no hemisfério sul, igualando-se ao papel representado pelos Estados Unidos no hemisfério norte (CAPELATO, 1989, p. 67). Além disso, o jornal argumentava que a guerra oferecia a grande oportunidade da história do Brasil que, interligado a outros países da América, poderia impulsionar a solidariedade americana. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 74-6).

Contudo, a participação brasileira não ocorreu desde o início da guerra. Para alguns estudiosos, o apoio popular à participação do país no conflito começou a se formar após o ataque alemão aos navios mercantes brasileiros. Santos (2006, p. 14) apontou que o acontecimento de 1942 foi utilizado pelo DIP para endossar a participação brasileira no conflito, posição consagrada na *Revista Cultura Política*, de agosto de 1943, na edição extraordinária intitulada “O Brasil na Guerra”. Já para Cytrynowicz (2002, p. 15-17), o Estado Novo procurou constituir um “*front* interno”, mantendo a sociedade de prontidão e mobilizada para possíveis batalhas. De

acordo com o seu trabalho, a escassez de diversos gêneros foi fruto de uma imposição estadonovista para a população de São Paulo, com o objetivo de instituir um clima de privação coletiva para unir os paulistas em torno dos ideais do Estado Novo. Consta ainda que a escassez planejada, principalmente de infra-estrutura urbana, contribuiu para a mobilização em torno da guerra e, em 1944, caracterizou-se como uma prática decisiva para a organização e disciplinarização da população paulista (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 24-5).

A partir do segundo semestre de 1944, o avanço das tropas aliadas e a iminência de derrota do nazi-fascismo europeu coadunaram com os sinais de esgotamento político do Estado Novo. O surgimento de grupos de resistência ao regime estadonovista, a atitude das correntes políticas oposicionistas em indicar o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, em outubro daquele ano, como candidato à sucessão de Vargas, a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, clamando por liberdade de expressão e pelo sufrágio universal e, no mês seguinte, a entrevista concedida por José Américo de Almeida exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República podem ser considerados acontecimentos que expressaram o rompimento da censura e o enfraquecimento do próprio regime (FERREIRA, 2003, p. 16-7).

Em maio de 1945, os primeiros sinais de enfraquecimento do regime estadonovista eram evidentes (CAPELATO, 1989, p. 239). Nesse contexto, a notícia da vitória dos aliados sobre os países do eixo chegou ao público brasileiro pelas emissoras de rádio. Desse modo, o serviço radiofônico exerceu um papel importante na transmissão de informações sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, sobretudo por funcionar de modo diferente da imprensa impressa, permitir a modificação da programação diária e possibilitar a inclusão de novas informações imediatamente após os acontecimentos.

A cobertura jornalística sobre o desfecho do conflito contou com a atuação de diversas emissoras de rádio. As *Rádios Associadas de São Paulo* informaram sobre a rendição da Alemanha e sobre o delírio que tomou conta do povo paulista depois de quase seis anos de conflito²⁰⁸. A boa notícia também foi levada aos lares brasileiros pelas emissoras paulistas *Excelsior* e *Cruzeiro do Sul*, pois ambas beneficiaram-se da agilidade dos serviços prestados pela agência internacional de notícias *Reuters*, instalada na Vila Mariana, num prédio pertencente à família Mesquita. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* informava que o funcionário

²⁰⁸ DSP.08/05/1945, p. 01.

responsável pela tradução empalideceu ao ler o telegrama proveniente de Londres. Ao perceber que a notícia era “grave e importante”, o funcionário ressaltou que aquele momento constituía “a maior recompensa aos dedicados esforços de um jornalista”. Com a chegada do telegrama, o escritório teria virado “um verdadeiro reboiço” e, rapidamente, as ordens foram dadas de forma enérgica e precisa. Por fim, a matéria salientava que a máquina da *Reuters* passou a emitir telegramas de forma segura, vencendo todos os obstáculos e ganhando a mais formidável corrida jornalística naquele momento²⁰⁹.

De certa forma, a notícia da rendição da Alemanha momentaneamente permaneceu restrita às salas, cabines e aos estúdios das agências e estações, à espera de uma hora burocrática para a divulgação e, como “ninguém tinha força para contê-la”, rapidamente se espalhou das emissoras de rádio para as ruas das cidades²¹⁰. Com o intuito de demonstrar agilidade na transmissão da notícia, uma disputa começava a ser travada pelas empresas jornalísticas. Assim sendo, os jornais informavam sobre o trabalho das emissoras de rádio para noticiar o final da Segunda Guerra Mundial. Além de tratarem da aproximação do fim do conflito, da rendição do Reich e do fim da guerra da Europa²¹¹, os diferentes periódicos travavam uma disputa para demarcar a empresa jornalística mais ágil na transmissão da notícia naquela que era considerada a mais formidável corrida jornalística.

A euforia criada pela proximidade da vitória dos aliados não mobilizou as empresas jornalísticas apenas no momento de transmissão da notícia, mas também na veiculação de anúncios publicitários na imprensa impressa brasileira. Pouco freqüente durante o conflito, anúncios com a temática da paz ganharam espaço nas páginas dos jornais em meados de 1945. Antenadas com a relevância do acontecimento, algumas empresas aproveitaram para veicular peças publicitárias nas páginas impressas. A empresa de capitalização Prudência, por exemplo, aproveitou o momento para fazer uma breve alusão a possibilidade de a paz voltar “a reinar sobre a terra”²¹². A companhia de seguros Vitória saudou seus amigos e clientes no dia da vitória. A associação entre dia da vitória, paz, liberdade e o nascimento de uma nova época era o mote da propaganda comemorativa dos 30 anos da Texaco no Brasil. Parece bastante sugestivo observar o texto do anúncio publicitário da empresa:

²⁰⁹ OESP. 08/05/1945, p. 10.

²¹⁰ CM. 09/05/1945, p. 14.

²¹¹ OESP. 06/05/1945, p. 16, 08 e 09/05/1945, p. 01; FM. 01 e 09/05/1945, p. 01; JB. 04 e 08/05/1945, p. 07; CM. 06 e 08 e 09/05/1945, p. 01.

²¹² CM 08/05/1945, p. 03.

LIBERDADE ! PAZ! Uma nova era que se inicia, um novo mundo que nasce! Entre as celebrações da vitória, voltemos o pensamento para os que a conquistaram. E adotemos como palavra de ordem: construir! Para sobreviver e para merecer da paz que com seu sangue e sua vida alcançaram os soldados, marinheiros e aviadores do Brasil – sentinelas avançadas da civilização. Trabalhem com afã e confiança, com plano e consciência, sem esmorecer. Por um só ideal – consolidar a paz! E pela decisão universal de eliminar para sempre a ameaça de qualquer guerra!²¹³

Contudo, a inserção de anúncios publicitários com a temática da paz não foi o único resultado gerado pela proximidade do desfecho da Segunda Guerra Mundial. Certamente, a possibilidade de estabelecimento da paz mobilizava a população brasileira. Assim que as notícias radiofônicas foram transmitidas, diversas cidades brasileiras se transformaram em palco de efusivas manifestações populares para comemorar o dia da Vitória, sendo que a imprensa não deixou de reportá-las em suas páginas.²¹⁴

Com a transmissão da notícia, as atividades dos estabelecimentos comerciais e das repartições públicas foram paralisadas na cidade de São Paulo. Aos poucos, cerca de 80 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé. Logo pela manhã, um comício foi organizado e diversos oradores revezaram-se para celebrar a rendição da Alemanha. Ainda no mesmo local, foram realizadas cerimônias religiosas em ação de graças pela paz. Nas ruas lotadas, homens, mulheres e crianças manifestavam seu caloroso contentamento pela notícia tão esperada. As manifestações populares atingiram seu auge no período tarde, quando se realizou grande passeata no centro da cidade. Com “alegria delirante”, o povo paulista festejou a rendição das forças alemãs e a chegada da paz na Europa, lotando as ruas centrais da cidade para receber “ruidosamente” o final do conflito, espalhar “milhões de pedacinhos de papel, à moda novayorkina”, criando, assim, um “ambiente colorido e entusiástico”. Os manifestantes conduziam bandeiras e dísticos dando vivas às Nações Unidas e aos líderes das “grandes potências que esmagaram definitivamente às últimas forças nazi-fascistas”. Nesse clima, a notícia da rendição incondicional da Alemanha “inflamou a alma popular” e, aos poucos, atingiu às “proporções de um verdadeiro delírio”. Num autêntico carnaval, os anônimos se misturavam para vibrar e saudar intensamente o surgimento de um mundo novo. De forma ininterrupta, os festejos foram até as últimas horas da madrugada. Consta

²¹³ OESP. 08/05/1945, p. 13.

²¹⁴ As comemorações foram tema centra de reportagem fotográfica de David Nasser publicada na revista O Cruzeiro. 12/05/1945, p. 09-17.

nas páginas impressas que a alegria imperava nas ruas da cidade, já que, “entre espoucar de foguetes e estouros de bombas”, o povo se agitava “dando livre expansão ao seu contentamento”²¹⁵.

A organização das manifestações populares não foi atribuída a um órgão governamental ou entidade específica, tendo, segundo o *Diário de S. Paulo*, um caráter espontâneo: “o mais notável é que nenhum órgão, oficial ou privado, teve a presunção de dirigir ou orientar as comemorações, pois elas foram espontâneas e livres, emergindo ao sabor das circunstâncias em plena rua”.²¹⁶

As comemorações também atingiram as ruas da capital federal. No Rio de Janeiro, os órgãos impressos noticiavam que o júbilo pela rendição da Alemanha tomou conta da Avenida Rio Branco e de outras ruas centrais da cidade. Nelas, o povo dava expansão a sua alegria, pois homens e mulheres de todas as condições e de todas as classes sociais começavam a festejar o fim da carnificina na Europa e a perspectiva de regresso “à pátria dos milhares de brasileiros que foram pelejar no solo da Itália pela causa da liberdade e da democracia.” Desse modo, o dia da vitória comportava tanto “a pompa das marchas triunfais e os cantos patrióticos” quanto o “choro do homem do povo, feliz por que o reino da paz voltou enfim a seus lares”. Com isso, pairava a esperança de que das “tremendas calamidades da guerra” sairia um mundo “melhor e mais feliz”.²¹⁷

A qualidade da cobertura realizada pelos jornais cariocas foi reconhecida por parte da imprensa paulista. Segundo *O Estado de S. Paulo*, os jornais cariocas produziram edições extraordinárias com a notícia que “inflamou a alma popular” e atingiu, aos poucos, “as proporções de um verdadeiro delírio”. Desse modo, contribuíram com a “indescritível alegria” que imperou nas ruas da capital brasileira²¹⁸.

Em contraposição a maioria das matérias veiculadas na primeira página, os artigos assinados e os editoriais não se limitavam a descrever as comemorações do dia da Vitória. Nas páginas do *Correio da Manhã*, o poeta Augusto Frederico Schmidt ponderou sobre as comemorações e alegou que o pensamento dos brasileiros deveria fugir de toda alegria que se manifestava tão ruidosamente para se voltar ao silêncio em que estavam guardados os que

²¹⁵ FM. 08/05/1945, p. 01; OESP. 08/05/1945, p. 01, 04 e 18; 04; 09/05/1945, p. 01; DSP. 08/05/1945, p. 01.

²¹⁶ DSP. 08/05/1945, p. 01.

²¹⁷ CM. 08/05/1945, p. 14.

²¹⁸ OESP. 08/05/1945, p. 18.

morreram na luta. Intitulado *A Legião Invisível* e veiculado na quarta página do jornal, espaço normalmente reservado para a publicação do artigo assinado por Costa Rego, na época diretor do *Correio da Manhã*, o texto de Schmidt concluía que era justo que todos cantassem e que a alegria estivesse presente, mas alguém precisava velar os mortos.²¹⁹

Além de informarem sobre as comemorações populares no dia da vitória, os jornais também veicularam opinião sobre a contribuição do Brasil à vitória dos aliados. Mesmo sob intervenção federal imposta durante o Estado Novo, *O Estado de S. Paulo* ressaltou a necessidade de sermos dignos da vitória e continuarmos unidos “não só para melhor resolver os nossos problemas internos, mas ainda com o intuito de ajudar a estender, sobre a face da terra, os benefícios de uma paz justa e duradoura”²²⁰. Consta em matéria publicada na última página do jornal que:

Comemorando a paz que afinal foi conquistada, as nossas populações, pelo muito que fizeram, hão de sustentá-la, ao lado de outros povos, com todas as suas forças e inteligência, para que o sangue generoso da mocidade, derramado nas batalhas, tenha sempre a significação que hoje todos lhe reconhecemos: o fim da opressão e o começo da liberdade, cuja existência se deve a milhões de homens, mulheres e crianças sacrificadas²²¹.

Deve-se salientar que a intervenção estadonovista ainda recaía sob o periódico paulista. Por isso, alguns textos jornalísticos tratavam positivamente o papel exercido pelo chefe da nação no desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Em artigo assinado, Mário Guastini ressaltou a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como fruto da “pronta e positiva” atitude de Vargas, “digna de admiração dos povos amantes da liberdade”. Ainda segundo o autor, o presidente brasileiro figuraria, quando “a história deste período for escrita, digna e legitimamente, ao lado dos três grandes líderes”, pois os acompanhou no ritmo das grandes atitudes igualando-se a Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Joséf Stálin²²². Convém lembrar, no entanto, que a associação que Guastini elaborou entre Vargas e a liberdade não foi aleatória, sobretudo por ter sido formulada num momento em que o Estado Novo já se encontrava fragilizado. É válido observar, igualmente, que o mesmo jornalista também colaborava com as edições do *Diário de S.*

²¹⁹ CM. 09/05/1945, p. 04.

²²⁰ OESP. 08/05/1945, p. 03.

²²¹ OESP. 08/05/1945, p. 18.

²²² OESP. 08/05/1945, p. 03.

Paulo e, nos seus textos, procurava imprimir elementos ideológicos do Estado Novo. Portanto, era um notório colaborador do regime estadonovista que procurava tributar a Vargas papel de destaque na vitória dos aliados.

Essa não foi, entretanto, uma posição uníssona nos órgãos impressos brasileiros. Por meio do seu proprietário, *O Diário de S. Paulo* criticava as formas de despotismo. Em artigo, Assis Chateaubriand bradava por liberdade de iniciativa para os países latino-americanos na organização dos estatutos da nova Sociedade das Nações. Registrava, igualmente, que lei, honra, ordem e justiça eram “o apanágio dos Estados do Continente em sua colaboração para derrotar a tirania e o despotismo no mundo”²²³. Se, por um lado, valorizava a manutenção da ordem, por outro, criticava a existência da tirania. Essa posição contrária à tirania, mas pouco contundente com relação ao regime na época vivido pelo Brasil, deve ser pensada frente a complexa relação de Chateaubriand com o poder e, principalmente, com Getúlio Vargas, sempre com vistas a obter benesses do poder federal aos *Diários Associados* e ao seu proprietário. Deve-se ter presente, também, a admiração nutrida por Chateaubriand com relação à Alemanha e o seu empenho em defender os estados totalitários. Portanto, conferiu aos seus periódicos uma orientação liberal até a instauração do Estado Novo, momento em que passou a externar apoio ao regime e a exigir que Vargas conduzisse o Estado “inspirado por Hitler” (CAPELATO, 1989, p. 22).

A dubiedade da posição assumida por Chateaubriand contrasta com outro texto publicado na mesma edição do jornal. A redemocratização do Brasil foi o tema central da reportagem sobre o retorno de Otávio Mangabeira do exílio imposto pelo Estado Novo. Posicionada no centro da página inicial, a reportagem ressaltava:

Constituiu vibrante a manifestação de fé na redemocratização do país a manifestação de que foi alvo o Sr. Otávio Mangabeira, ao desembarcar no aeroporto ‘Santos Dumont’, após mais de sete anos de exílio. Grande multidão aclamou o líder democrático, no comício realizado nas escadas do Municipal, onde mais de uma vez o Sr. Otávio Mangabeira verberou os malefícios da ditadura no seu discurso ontem publicado pelo DIÁRIO DE S. PAULO.²²⁴

A propaganda fé na redemocratização do Brasil e o trabalho do jornal publicando discursos com os malefícios da ditadura contrastavam com a pouco incisiva posição de Chateaubriand. Em certo sentido, essa situação estabelece uma lógica muito interessante: as

²²³ DSP. 13/05/1945, p. 01.

²²⁴ DSP. 13/05/1945, p. 01.

críticas ao Estado Novo e a Getúlio Vargas começavam a aparecer nos Diário Associados, mas, nem sempre, partiam da pena do seu proprietário. A voracidade dos textos do proprietário certamente aparecia nos momentos mais propícios às barganhas políticas e econômicas com o poder federal.

Por sua vez, a *Folha da Manhã* indicava o que considerava como a melhor contribuição que o Brasil poderia oferecer naquele momento:

Se tudo correr bem, resolvidos pacificamente e a contento os problemas europeus do após guerra, a tarefa das Nações Unidas será, nos próximos 05 anos, a reconstrução da Europa e dos demais países devastados pela guerra também no Extremo Oriente. Nossa maior e melhor contribuição será o abastecimento de gêneros alimentícios e de material de indumentária, se soubermos produzir para as necessidades internas e para as solicitações de exportação (...) infelizmente, não teremos para exportar senão café, algodão e pouca coisa mais, das que se incluem na rubrica 'diversos'.²²⁵

Desse modo, o editorial ressaltou que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para produzir e exportar para as nações européias foram criadas pela política centralizadora e intervencionista do Estado Novo, regime político responsável por instaurar uma burocracia na capital federal, conduzir o país ao “caos econômico” e paralisar todas as iniciativas locais. Ainda de acordo com o editorial, a reconstrução do Brasil na liberdade política, na justiça social e na eficiência econômica deveria pautar as atividades dos homens públicos, pois, tendo padecido os males da guerra, o país poderia colher em compensação os benefícios da paz e consolidar a posição de destaque que conquistou no cenário das nações.²²⁶ Ao tratar da contribuição brasileira para a reconstrução do mundo na época de tentativa de restabelecimento da paz, a *Folha da Manhã* abria espaço para criticar a política econômica estadonovista, ou seja, avaliava a situação internacional e aproveitava para se posicionar no campo político brasileiro.

A posição favorável à redemocratização do Brasil foi acompanhada pelos articulistas do jornal paulista. O jornalista Rubens Amaral, por exemplo, associou a vitória dos aliados à necessidade de instauração da democracia no Brasil. Em letras garrafais, valorizava o triunfo das nações unidas e salientava que a vitória possibilitava aos brasileiros proclamarem o regozijo que seis anos de dores e sofrimento não bastaram para destruir ou amortecer. Conforme Amaral, a

²²⁵ FM. 08/03/1945, p. 04.

²²⁶ FM. 08/05/1945, p. 04

guerra foi uma só, assim como: “Uma só foi a vitória – a vitória da democracia, nas planícies da Vestfália e nas montanhas da Baviera, em toda a Europa e em todos os continentes. Portanto, na América. Portanto, no Brasil”.²²⁷

Mesmo sem criticar diretamente o Estado Novo, o artigo celebrava o estabelecimento da paz como sendo uma vitória da democracia em todo o mundo. Assim sendo, evidenciava a necessidade de se lutar pela retomada e consolidação da democracia, mas, apesar disso, a *Folha da Manhã* não veiculava que a resolução de todos os problemas nacionais fosse tarefa simples. A falta de consciência política da população foi invocada para justificar a necessidade de participação das “elites intelectuais” na resolução dos problemas nacionais (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 153).

Outra foi a posição expressa por Costa Rego no *Correio da Manhã*. Apesar de não poder ser caracterizado como o periódico carioca católico por excelência, o jornalista veiculou um texto sobre a necessidade de se instaurar uma paz em honra dos mártires da guerra, mas, principalmente, que ela fosse “de amor, na forma da doutrina cristã; de justiça, na harmonia da sociedade; porém, de segurança, na garantia dos povos de boa índole contra os povos de rapina”.²²⁸

Entretanto, nenhum artigo veiculado pelo periódico carioca apresentou tão nitidamente a ligação entre os fundamentos de uma espécie de catolicismo democrático e o estabelecimento da paz mundial como o de autoria do padre Arlindo Vieira, no qual o religioso definia a “lei de Deus” como primeiro fundamento da paz. Nesse sentido, visando enfatizar as relações entre paz, democracia e moral cristã, argumentava que os estadistas deveriam pensar em “reformular as nações descristianizadas” para consolidarem a pacificação do mundo. Consta ainda que o governo ideal deveria ser baseado na lei de Deus e na promoção do bem estar geral. Desse modo, a paz mundial não dependia apenas de uma forma de governo única para todas as nações, pois nenhum Estado, por pequeno que fosse, poderia ser privado de sua liberdade, integridade e segurança. Para as tentativas de paz não se converterem em sementes de discórdia, o padre Arlindo Vieira sugeria que todas as nações tivessem livre acesso as riquezas do mundo, respeitassem os direitos de Deus e a moral cristã.²²⁹

²²⁷ FM. 08/05/1945, p. 04.

²²⁸ CM. 10/05/1945, p. 04.

²²⁹ CM. 08/05/1945, p. 04.

Assim como no artigo veiculado pelo *Correio da Manhã*, a marcante religiosidade do *Jornal do Brasil* apareceu como condição central para o estabelecimento de uma paz duradoura e para a instauração de liberdade nas nações cristãs. Convém, então, observar o sugestivo editorial do jornal carioca:

A ordem de cessar fogo implica na ordem de cada um tomar conhecimento da loucura que é a guerra, da insensatez do apelo as armas para diminuir as divergências surgidas na vida de relações entre os povos. A ordem de ensareilhar as armas é a hora em que o homem, tantos anos esquecidos de sim mesmo, no torvelinho dos combates, toma posse do seu espírito, entra em contato com a sua alma e se considera outra vez feito a imagem e semelhança de Deus. (...) Bendita hora esta em que a paz desce como uma benção sobre a terra. (...) Só agora nesta atmosfera risonha que a paz estende diante dos olhos dos que lutaram e sofreram, compreendem que os seus ídolos tinham pés de barro, e que o mais leve abalo os atterrara em pedaços no chão.

O editorial do *Jornal do Brasil* definia, igualmente, uma formula para o período de paz não se transformar numa mera pausa entre duas guerras. Conforme o editorial, a paz deveria ser dos povos livres e das nações cristãs, inclinando os homens a se entenderem como homens, dotados de alma e de bondade para que os sacrifícios da vida fossem mais livres e os infortúnios menos aflitivos.²³⁰

A partir de agosto, a perspectiva de estabelecimento da paz mundial cedeu espaço para outro tema na imprensa escrita brasileira: o lançamento das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Embora posteriormente o mundo viesse a conhecer os detalhes sobre os efeitos físicos provocados pelas bombas atômicas na população das duas cidades japonesas, é possível ressaltar que, no momento imediatamente posterior ao acontecimento, a imprensa brasileira não dedicou matérias ou crônicas jornalísticas sobre aquela temática. Ao contrário do que afirmou Ribeiro (2003, p. 40-6), as informações pormenorizadas sobre os efeitos provocados pelas bombas atômicas não figuraram nas páginas impressas brasileiras. Provavelmente, esse aspecto não era conhecido pelos órgãos impressos brasileiros devido a impedimentos decorrentes da propaganda realizada pelas nações aliadas ou pelo fato dos próprios jornais, em seu inicial direcionamento ideológico, optarem por não tratar dos horrores provocados pela utilização da nova arma, mas apenas enfatizar o fim da guerra e o papel dos Estados Unidos na vitória das democracias ocidentais. É preciso considerar, ainda, que os

²³⁰ JB. 09/05/1945, p. 05.

periódicos também atuam narrando os fatos e, para vender exemplares, utilizam expedientes jornalísticos que envolviam um tratamento humanizado da informação.

Ainda assim, os órgãos impressos brasileiros veiculavam posição sobre o lançamento das bombas atômicas. Assíduo colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo*, Benedito Costa Netto, posteriormente ministro da justiça do governo Dutra entre outubro de 1946 e novembro de 1947, registrou que os engenhos da destruição alcançavam, naquele momento, um grau tão poderoso de aperfeiçoamento que qualquer guerra futura poderia colocar um “ponto final na história das civilizações humanas.”²³¹. Em primeira página, o periódico também apresentava posição semelhante ao informar sobre o lançamento daquela que foi apontada como “uma poderosa arma para a paz e para a guerra”²³². Além disso, tratava o armamento como inaugurador de um novo período, a chamada “era da energia atômica” e qualificou-o como “o engenho mais poderoso que o mundo já viu.”²³³.

No entanto, foi outro artigo assinado por Benedito Costa Netto que mais claramente expressou a situação da cobertura jornalística sobre lançamento das duas bombas-atômicas. Veiculado pelo *O Estado de S. Paulo*, seu artigo salientava que as explicações da imprensa sobre a natureza da invenção, seus prováveis efeitos morais, econômicos e políticos apresentavam duas características: muito escassas ou demasiadamente técnicas. Na sequência, Costa Netto salientava que apesar do perigoso e fascinante engenho inaugurar uma nova era na história universal, ele parecia não provocar entre a população de modo geral “admiração correspondente à sua importância”. Por fim, explicava esse desinteresse da seguinte forma: o som, a luz e o calor que resultaram da bomba atômica passaram muito longe dos nossos sentidos e, por isso, os brasileiros não se sentiam ameaçados por uma indesejável aproximação daquele “terrível engenho bélico”.²³⁴

O *Correio da Manhã* portou-se de maneira contrária às considerações de Benedito Costa Netto sobre o limitado interesse da população brasileira com relação ao potencial destrutivo da nova arma e a imunidade do território nacional contra o armamento nuclear. Na sua edição de 08 de agosto, o periódico dedicou todo o espaço da sua primeira página para noticiar o lançamento da bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima. A idéia de destruição era explicitada na

²³¹ OESP. 08/08/1945.

²³² OESP. 07/08/1945, p. 01.

²³³ OESP. 08/08/1945, p. 01.

²³⁴ OESP. 11/08/1945, p. 05.

manchete principal: “Mais da metade de Hiroshima arrasada!”; e reforçada com afirmações apresentadas ao longo da matéria, como, por exemplo: “A destruição na área mencionada foi absolutamente total.” Os títulos de outras matérias da página inicial – “Hiroshima desapareceu”, “Rendição ou Arrasamento” e “O mundo inteiro emocionado pela descoberta” – revelavam a intenção do jornal em ressaltar o impacto destrutivo do armamento utilizado pelos Estados Unidos para por fim à guerra. Os conteúdos das matérias oscilavam entre descrever a destruição e considerações analíticas sobre as consequências que adviriam pelo uso da bomba atômica, sem, contudo, deixar de enfatizar que nenhuma parte do mundo estaria imune à concorrência armamentista nuclear.

Assim sendo, em matéria elaborada com base em informações transmitidas pela UPI, o jornal descrevia o momento de lançamento da bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima do seguinte modo:

precipitou-se como gigantesco trovão; Hiroshima desapareceu numa nuvem de fumaça rubra e chamas, segundo os tripulantes do ‘ Super-fortaleza’ que lançou o projétil. Às 9,15 havia sido uma cidade dedicada a seus afazeres normais, transformou-se substancialmente numa montanha de fumaça negra e pó, com uma abobada de fumaça mais clara que atingia 15.000 metros.²³⁵

Em outra matéria veiculada na primeira página, o *Correio da Manhã* reproduzia trechos de editorial do *New York Times*, o qual, segundo citação feita pelo jornal carioca, afirmava que a bomba lançada em Hiroshima fora ouvida moralmente em todo o mundo, embora considerasse que o poder da nova arma, para o bem ou para o mal, era tão grandioso que o mundo tardaria em compreendê-lo. Ainda segundo a matéria do jornal carioca, o editorial do *New York Times* considerava que: a revolução bélica e científica deveria ser acompanhada de uma “revolução política”, pois somente dessa maneira a civilização e a humanidade poderiam sobreviver; diante da horrível perspectiva de aniquilamento pela bomba atômica, seria difícil imaginar que qualquer povo ou nação desejasse outra guerra. E a matéria destacava a conclusão do editorial do jornal norte-americano: a necessidade de se reduzir e eliminar sistematicamente todas as causas potenciais da guerra, sem, no entanto, deixar de haver empenho no combate às barreiras do

²³⁵ CM. 08/08/1945, p. 01.

comércio internacional e de envidar esforços para confinar ou suprimir ditaduras e despotismos, ampliando, dessa maneira, o alcance geográfico da democracia.²³⁶

Em outra matéria, o *Correio da Manhã* definia que as resoluções de Postdam, Teerã e Yalta pareciam obsoletas após a utilização da bomba atômica, posto que mais relevante que as fronteiras estratégicas era o controle da fabricação de bombas atômicas. De maneira especulativa, mas não menos realista, a matéria sustentava que o poderoso instrumento bélico lançado pelos norte-americanos poderia se transformar em objeto de competição entre as grandes potências mundiais. E, por fim, clamava: “Nada, a não ser a paz internacional, poderá dar ao mundo sensação e sentido de segurança.”²³⁷ Dias depois, o jornal evidenciava que o emprego da bomba atômica não havia constituído violação de nenhuma convenção internacional fixadora de normas de guerra. Além disso, informava que o governo norte-americano continuaria alertando os japoneses de que outras bombas poderiam ser jogadas até o Japão se render.²³⁸

O artigo assinado por Helio Silva, colaborador que recorrentemente publicava no *Jornal do Brasil*, tratava pontualmente da rendição japonesa e do estabelecimento da paz mundial como conseqüências da utilização da bomba atômica. Após observar que o poder de destruição da nova arma deveria ser considerado terrível, Silva avaliava que era lícito os americanos, combatentes que travavam “a guerra pela paz, lançarem mão de todos os recursos bélicos para esmagar uma resistência fanática de um povo que fora o primeiro a rasgar todos os códigos de honra e de moral. Por fim, ressaltava que a ação fez com que “os sábios alemães se atrasassem cinco meses e os homens livres, reunidos na livre América, descobrissem primeiro que os japoneses, a bomba atômica, que bem pode ter este outro nome que melhor exprime a força impossível de ser contida – Liberdade”²³⁹.

No mês seguinte, Barbosa Lima Sobrinho utilizou o seu espaço jornalístico, costumeiramente reservado pelo *Jornal do Brasil*, para realizar discussão semelhante à de Hélio Silva. Primeiramente, defendeu que o fim do conflito bélico tinha sido conseqüência do lançamento das bombas-atômicas, minimizando a importância da participação soviética para o desfecho da guerra. De acordo com a sua avaliação, os Estados Unidos haviam feito esforço gigantesco para vencer a guerra e, depois de três anos e meio de batalhas incessantes, não

²³⁶ CM. 08/08/1945, p. 01.

²³⁷ CM. 08/08/1945, p. 01.

²³⁸ CM. 10/08/1945, p. 01.

²³⁹ JB. 09/08/1945, p. 05.

poderiam ficar “devendo à Rússia a vitória final”. Em seguida, afirmava que a vitória norte-americana fora obtida sem a participação soviética:

Se veio mais depressa do que se esperava, foi menos pela influência de declaração de guerra da Rússia, do que pelos efeitos fantásticos da bomba atômica. Se o Japão já estava derrotado, se não podia ter, depois da rendição alemã, nenhuma esperança de vitória, é claro que não poderia conservar-se indiferente ao espetáculo de destruição de suas cidades. Reordenar-se era a única atitude possível e explicável, depois de 05 de agosto, data da destruição de Hiroshima pela primeira bomba atômica.

Lima Sobrinho estabeleceu, ainda, conexões entre o poder de destruição da bomba atômica e à paz mundial, alegando que a utilização de armamentos altamente destrutivos poderia abreviar os conflitos, trazendo vantagens à humanidade, uma vez que exterminaria exércitos e impossibilitaria as guerras. A associação que o jornalista fez entre bomba atômica, fim da guerra e paz mundial não contempla, porém, que a arma também provocaria efeitos nefastos sobre a população atacada. Certamente, seu conhecimento sobre a destruição provocada nas cidades de Hiroshima e Nagasaki era mínimo.

Ainda conforme o autor, a bomba atômica dominaria o universo e constituiria uma razão irresistível contra as guerras, desde que o segredo de sua descoberta não chegasse a ser violado. Desse modo, antevia que o mundo entraria numa fase de paz e de concórdia, embora ela fosse “um pouco forçada, mas inviolável”, dentro das condições de desequilíbrio bélico favorável aos Estados Unidos, sobretudo em decorrência da posse da nova arma. Perspectivas futuras que, segundo o colaborador do *Jornal do Brasil*, justificavam a concessão do Prêmio Nobel da Paz ao inventor da bomba atômica.²⁴⁰

O interesse norte-americano em apagar a participação soviética no conflito no Oriente foi considerado pela redação do *Correio da Manhã* nos seguintes termos: “a bomba atômica foi estreada, e seu advento sublinhado com máxima orquestração em todo o mundo, numa data a cuja escolha terá presidido também a idéia de atenuar ou diluir à repercussão mundial da entrada da Rússia na guerra do Oriente.”²⁴¹

Deve-se ressaltar o caráter político da decisão tomada pelos dirigentes norte-americanos em utilizar a bomba atômica nas cidades japonesas. Delmas (1979, p. 42-44) ponderou que a

²⁴⁰ JB. 04/09/1945, p. 03.

²⁴¹ CM. 10/08/1945, p. 01.

arma atômica foi decisiva na derrota nipônica, mas também foi inspirada na preocupação de evitar uma ampliação do poder russo na Ásia. Portanto, definiu que o recurso à arma atômica teve dois significados, a saber: foi o último ato militar da Segunda Guerra Mundial; e a primeira operação importante do enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética.

É preciso lembrar que, ainda em julho de 1945, Winston Churchill declarou a Truman que a bomba atômica permitiria “isolar a União Soviética da vitória do Extremo Oriente, para a qual ela não tinha, até então, contribuído de forma alguma.” Mesmo considerando a grande quantidade de tropas disponíveis e a existência de numerosos voluntários *Kamikases*, parece incontestável que a decisão de utilizar o armamento atômico não objetivava apenas obter a rendição do Japão, mas, acima de tudo, demonstrar ao mundo a capacidade de destruição “da nova arma e, simultaneamente, tornar desnecessária a ajuda militar da União Soviética para derrotar o Japão”. (GONÇALVES, 2000, p. 191-2). O historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 34-5) chegou a ressaltar que o lançamento das bombas atômicas não foi justificado como indispensável para a vitória norte-americana, mas como um meio para salvar vidas de soldados americanos. Salientou, entretanto, que a medida procurava impedir a União Soviética de reivindicar uma participação na derrota do Japão.

Convém ter presente que a Batalha de Stalingrado foi decisiva para o desfecho da guerra e iniciou a trajetória que elevou a União Soviética à categoria de superpotência mundial (GONÇALVES, 2000, p.184-5). Apesar de possuir uma obra preocupada em fazer propaganda do regime soviético, Lebedev (1983, p. 134) ressaltou que o prestígio internacional da União Soviética e sua influência sobre o desenvolvimento mundial cresceram de maneira significativa no pós-guerra. Desse modo, ao lado dos Estados Unidos, tornou-se, apesar da guerra ou por causa dela, a segunda força industrial e militar do planeta. Nas mãos destas duas superpotências estariam entregues a supervisão dos destinos dos Estados e das nações por algumas décadas (REIS FILHO, 1997, p.169).

No entanto, no momento específico do desfecho atômico da Segunda Guerra Mundial, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* praticamente silenciavam sobre a participação soviética e ressaltavam o papel desempenhado pelos EUA para o fim da guerra. Mesmo de maneira tênue, começavam a se posicionar ideologicamente ao lado das chamadas nações democráticas. Associar o dia da vitória e as perspectivas de paz mundial ao fortalecimento dos regimes democráticos, divulgar as

comemorações populares realizadas em função da derrota da Alemanha e indicar o lançamento das bombas atômicas como fundamental para a pacificação do mundo parecem claros indícios da posição política assumida pelos órgãos impressos brasileiros. Portanto, relacionavam os acontecimentos internacionais à vitória da democracia e a instauração da liberdade no mundo, avaliação que possibilitava a atuação no campo político brasileiro, a produção de críticas ao Estado Novo e a Getúlio Vargas.

Nesse quadro, a união dos países aliados na guerra apresentava claros sinais de enfraquecimento e na medida em que não havia “um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais.” (HOBBSAWM, 1995, p. 177). A preparação para Assembléia das Nações Unidas seria o primeiro campo de batalha.

2. Sementes de outra guerra na Assembléia da ONU

O confronto entre norte-americanos e soviéticos acirrou-se ainda no ano de 1945, mais especificamente durante a Conferência que reunia ministros da União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra para discutirem e estabelecerem os termos dos *tratados de paz* que deveriam ser firmados com Finlândia, Hungria, Romênia e Bulgária. As opiniões sobre a liberdade de imprensa e garantia das liberdades individuais foram apenas dois pontos de divergências sobre o futuro político daquela parte da Europa (FENELON, 1983, p. 77). Os participantes discordavam, igualmente, sobre as reparações de guerra e a definição de limites territoriais entre a Itália e a Iugoslávia. As nações envolvidas também não chegavam a um consenso com relação à pretendida participação soviética num Conselho para controlar o Japão. (MAGNOLI, 1988, p. 23).

A despeito das divergências no campo diplomático, os jornais brasileiros veiculavam avaliações positivas sobre o cenário internacional. Em artigos e colunas, 1946 apareceu como o ano de consolidação da paz mundial²⁴². A redação do *Correio da Manhã* comentava que, com o desfecho do ano 1945, a humanidade “inteira ferida com a guerra e deslumbrada com a paz” vivia um momento de grande intensidade. Assim sendo, o matutino carioca apresentava expectativas que o novo ano fosse uma continuação do “ano da Vitória”, cheio de realidades felizes “na tarefa

²⁴² CM. 01/01/1946, p. 02; JB. 01/01/1945, p. 05; DSP. 01/01/1946, p. 06.

sem dúvida escabrosíssima de pacificar o mundo.”²⁴³ Apesar da perspectiva de dificuldades para se pacificar o mundo, o *Diário de S. Paulo* depositava esperanças de constituição de um mundo pacífico, sobretudo em função da organização das Nações Unidas²⁴⁴.

É preciso lembrar, porém, que a ONU não começou a ser organizada somente em 1946. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, os países aliados assinaram a Declaração das Nações Unidas, documento prevendo a criação de um sistema de paz e segurança para o mundo. Em meados de 1945, esse sistema foi implantado na Conferência de São Francisco (DELMAS, 1979, p. 44). Em outubro do mesmo ano, entrou em vigor o Estatuto das Nações Unidas, documento que, nas primeiras linhas do seu preâmbulo, estabelecia a necessidade de salvar as gerações futuras do flagelo das guerras mundiais (BOBBIO, 2009, p. 120). Em janeiro de 1946, a Organização das Nações Unidas começou a funcionar de maneira efetiva. Na primeira fase da Assembléia Geral, foram constituídos o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e a Comissão de Energia Atômica (BUENO, 1994, p. 62).

Os periódicos da chamada grande imprensa brasileira noticiaram a solenidade de instalação da Assembléia das Nações Unidas, enfocando a grandeza da cerimônia e anunciando o debate sobre a utilização da energia atômica como tema central daquela reunião²⁴⁵. O problema da energia atômica ilustrava o início das tensões entre Estados Unidos e União Soviética. Na Assembléia foi aprovada a criação de uma Comissão de Energia Atômica. No entanto, os participantes não chegaram a um acordo sobre os métodos a serem empregados para evitar uma nova e temida utilização da bomba atômica, tal como ocorrerá anteriormente nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (DELMAS, 1979, p. 49-50).

Os debates sobre o controle dos armamentos atômicos foi tema de charge veiculada pela *Folha da Manhã*. Ao lado de uma matéria sobre a formulação de resoluções internacionais para impedir a utilização da energia atômica, o jornal paulista veiculou uma charge que, intitulada “O Tema” e de autoria de Flax, representava uma reunião dos ministros do Exterior dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, na época representantes das potências mundiais ocupados com a discussão daquela questão.

²⁴³ CM. 01/01/1946, p. 02.

²⁴⁴ DSP. 10/01/1946, p.01.

²⁴⁵ OESP. 10 e 11/01/1946, p. 01; JB. 10/01/1946, p. 01; DSP. 10/01/1946, p. 01.



A charge suscita o interesse da União Soviética, representada por Molotov, com relação ao uso futuro do armamento atômico pelo Ocidente, então representado pelos ministros do Exterior de Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente Bevin e Byrnes. Afinal, Bevin anunciava que eles estavam lá para a entrevista e Byrnes perguntava por onde começar, mas Molotov quem pautava o início da entrevista. É pertinente considerar que o clima positivo sobre as possibilidades do uso pacífico da energia atômica envolvesse a entrevista, tanto que o representante soviético hesitara em pauta-la com o tema da “bombinha”. A charge também localizava a entrevista numa saleta, sugerindo que o plenário do Conselho de Segurança da ONU não era o único espaço utilizado para a realização de reuniões e de discussões relativas à utilização da energia atômica. Apesar de não ser o tema central, pode-se inferir que o autor indicasse a dificuldade enfrentada pelos jornalistas para realizarem a cobertura jornalística dos

debates travados durante a Assembléia da ONU, dado que era muito difícil se obter informações que não derivassem dos pronunciamentos oficiais dos participantes.

Os jornais procuravam destacar a posição assumida pelos representantes brasileiros na ONU, sobretudo a preocupação deles com a posição das potências mundiais em relação ao controle das armas atômicas e as ameaças à manutenção da paz mundial. Pode-se afirmar que a diplomacia brasileira se empenhou para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Contudo, o Brasil foi eleito para ocupar primeiro lugar não permanente do Conselho, com mandato de dois anos. Essa eleição pode ser vista como prêmio de consolação ao país, principalmente como retribuição norte-americana à orientação do Brasil em seguir os Estados Unidos nas votações (BUENO, 1994, p. 66).

Vale registrar que a imprensa brasileira do período não considerou a eleição do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU como prêmio de consolação. Ao contrário, a eleição do Brasil, com amplo destaque na imprensa nacional, foi definida como um momento em que a diplomacia brasileira obteve reconhecimento internacional.²⁴⁶ O *Diário de S. Paulo* entendia o fato como uma “demonstração de apreço das nações democráticas pela conduta mantida pelo Brasil na paz e na guerra”²⁴⁷. Parece pertinente observar a posição apresentada pela redação do jornal paulista. No período de guerra, o Brasil vivia sob o signo do Estado Novo. Mesmo assim, a reportagem evidenciou o apreço das nações democráticas pela conduta do Brasil. Provavelmente, a redação do jornal se referia a participação brasileira juntamente com os aliados na luta contra o nazi-fascismo e, portanto, não aludia ao cenário político interno durante o Estado Novo. Deve-se salientar que o *Correio da Manhã* também reconheceu o papel que o país desempenhara “em defesa da América e da civilização”²⁴⁸ no desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

A conduta do Brasil na paz e na guerra não foi tema apenas das reportagens. A participação brasileira na luta contra o nazi-fascismo foi objeto de discurso proferido por Souza Dantas, na Assembléia da ONU, o qual foi noticiado nas páginas da grande imprensa. Em seu discurso, o então chefe da delegação brasileira agradeceu a eleição do Brasil como membro não permanente do Conselho de Segurança, valorizou o trabalho brasileiro para o estabelecimento da

²⁴⁶ OESP. 13 e 15/01/1946, p. 01; FM. 15/01/1946, p. 01; DSP. 11, 13 e 25/01/1946, p. 01; CM. 13/01/1946, p. 01; JB. 15/01/1946, p. 01.

²⁴⁷ DSP. 13/01/1946, p. 01.

²⁴⁸ CM. 13/01/1946, p. 01.

paz e considerou a solidariedade e a compreensão como dois pilares da tradição diplomática nacional. Segundo o diplomata, a nação brasileira:

jamais deixou de trabalhar para a paz e se sente orgulhosa de ser talvez a primeira Nação a inserir na sua Constituição a cláusula de arbitragem obrigatória em todos os conflitos internacionais. Sua história diplomática foi invariavelmente escrita por meio de tratados e acordos que se revestem da característica de seu espírito de compreensão e de solidariedade. E foi por essa razão que lançou mão das armas para servir a causa dos povos ameaçados na sua independência e na sua integridade²⁴⁹.

Ainda de acordo com Souza Dantas, o governo brasileiro não pouparia esforços para que os canhões jamais voltassem a tocar. Para isso, o diplomata sugeria a criação de uma moral internacional que orientasse “as forças vivas de todo gênero” e desenvolvesse a fraternidade humana por todos os meios intelectuais e morais. Desse modo, advogava a necessidade de combater aqueles que perturbassem a paz ou, conforme enunciou, às Nações Unidas deveriam evitar em todos os recantos da terra os perturbadores da paz, pois a nação que tentasse perturbar a pacificação do mundo e semear a discórdia entre a população enfrentaria a vontade inflexível de todos os povos que haviam sofrido as agruras da guerra e não desejariam novamente se verem envolvidos num cataclisma parecido ao da Segunda Guerra Mundial²⁵⁰. Em certo sentido, o discurso procurava reforçar uma tradição brasileira, ou seja, objetivava ressaltar que o país era dedicado a manutenção da paz mundial, primando pela convivência fraterna e solidária com os seus vizinhos, bem como pela constituição de relações harmoniosas com outros Estados (SARDENBERG, 1995, p.121).

Convém observar que os jornais brasileiros rotineiramente teciam comentários sobre os discursos proferidos pelos participantes brasileiros na Assembléia da ONU. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, comentaria o discurso proferido por João Neves da Fontoura, inclusive em editorial. Assim, sugeria a formação de um sólido bloco americano como caminho para a construção de um mundo pacífico. Após elogiar as “felizes palavras do embaixador”, o matutino acrescentava que a política externa brasileira ficava “acima dos homens, mesmo dos grandes homens, que a encarnaram temporariamente”. E concluía que, nascida com a independência, a

²⁴⁹ OESP. 15/01/1946, p. 01.

²⁵⁰ FM. 15/01/1946, p. 01; OESP. 15/01/1946, p. 01

política brasileira de cooperação inter-americana superava “os grandes vultos que a executaram em gestos de amplitude cada vez maior”.²⁵¹

Ao abordar os embates diplomáticos travados no Conselho de Segurança da ONU, os jornais brasileiros começavam a identificar os perturbadores da paz mundial. Na ocasião, os representantes soviéticos criticavam a atuação do governo britânico na Grécia e protestavam contra a presença de tropas britânicas naquele país e na Indonésia, ocupação originada após a retirada das tropas nazistas e o desfecho da Segunda Guerra Mundial (DELMAS, 1979, p. 49). Sobre a primeira sessão realizada no Conselho de Segurança para discutir a ocupação da Grécia, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava que ela havia transcorrido num “clima quase tumultuário”, e comentava que os delegados haviam se esquecido “da cordialidade, senão mesmo da polidez diplomática”, tendo a sessão terminada, como “não podia deixar de acontecer, com a derrota do ponto de vista soviético”.²⁵²

A sessão da Assembléia das Nações Unidas que debateu a ocupação soviética e inglesa, respectivamente no Irã e Grécia, foi avaliada pela *Folha da Manhã* como um evento cômico. Conforme o jornal, o caso tinha um aspecto hilário, pois duas potências de “primeira ordem”, como a Inglaterra e a União Soviética, se digladiavam “pedindo a mesma coisa, a favor dos povos mais fracos, e nada queiram dar, só por que são elas que devem dar, cada qual por sua vez”.²⁵³

Em função das disputas decorrentes da ocupação da Grécia, o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a afirmar que os outros delegados não deveriam aceitar a posição soviética. Como bem ilustra o seu editorial:

Por mais de uma vez temos afirmado que o mal da antiga sociedade das nações foi principalmente a manutenção em seu seio das atitudes arrogantes e insubmissas dos que estavam ou julgavam estar na posse da maior parcela de força armada. Era de se esperar, portanto, à vista do malogro anterior, que os componentes da Organização das Nações Unidas evitassem o erro passado.

No trecho final, o editorial amenizava as críticas aos soviéticos, ressaltando que as perspectivas para o cenário internacional não eram catastróficas e sugerindo que as nações poderosas, não apenas a russa, deveriam se convencer de que, conscientemente ou sem saberem,

²⁵¹ OESP. 06/02/1946, p. 03.

²⁵² OESP. 01/02/1946, p. 03.

²⁵³ FM. 25/01/1946, p. 02.

tinham ensejado a existência de uma entidade que ultrapassava o poder, a jurisdição e a personalidade dos Estados particulares: a ONU.²⁵⁴

A posição crítica à atuação das duas potências mundiais envolvidas no embate diplomático/militar não ficou circunscrita aos artigos e editoriais, pois também esteve presente nos traços de humor. Intitulada “Pergunta Ociosa”, a charge de Flax veiculada pela *Folha da Manhã* construía uma imagem dos embates entre União Soviética e Inglaterra.



A charge claramente referia-se as dúvidas relacionadas à ocupação da Grécia. Em posição de movimento, o primeiro ministro britânico era indagado por Stálin. A pergunta, no entanto, aparecia como desnecessária, pois ambos sabiam que um diálogo entre Inglaterra e União Soviética teria como tema a Grécia. É preciso lembrar, ainda, que a charge tratou de uma situação excepcional, já que, para resolver questões similares, dificilmente os chefes de Estado dialogavam sem uma anterior atuação do corpo diplomático dos dois países.

²⁵⁴ OESP. 01/02/1946, p. 03.

Entre os periódicos consultados, matérias de primeira página registravam que a ameaça de guerra estava presente nos embates travados na Assembleia da ONU. O *Jornal do Brasil* indicava as disputas por territórios como “sementes de outra guerra”²⁵⁵. Por sua vez, o *Correio da Manhã* veiculava que o ocorrido era fruto da “propaganda de Moscou” que ameaçava a paz mundial²⁵⁶. Segundo o *Diário de S. Paulo*, os soviéticos se preocupavam com a possibilidade de serem atacados por alguma das potências mundiais ou por uma coligação delas e, por isso, introduziram dois elementos na composição da sua política externa. Por um lado, ampliavam, em proporções significativas, o âmbito estratégico da sua cintura de defesa e, por outro lado, passavam a procurar, nos países incorporados a ela, as compensações econômicas de que necessitam para a “reconstrução do seu aparelho interno horivelmente devastado pela guerra”²⁵⁷.

Alguns jornais começavam a identificar as disputas por territórios como uma possível ameaça à pacificação do mundo. Ainda que de forma muito tênue, algumas reportagens começavam a veicular representações sobre a União Soviética como uma nação que ameaçava à manutenção da paz mundial no momento posterior ao desfecho da Segunda Guerra. A tradição brasileira de lutar pela paz mundial – temática presente nos discursos do corpo diplomático reproduzidos pela imprensa escrita – e o papel da Organização das Nações Unidas para evitar as guerras também foram temas da pauta jornalística. No entanto, é preciso lembrar que as negociações para se estabelecer a paz mundial ocorriam sob o impacto do lançamento das bombas atômicas e num período de difícil caracterização para os contemporâneos, pois nem a aliança entre anglo-americanos e soviéticos para derrotar o nazi-fascismo possuía a mesma configuração dos tempos de guerra e nem o embate entre os blocos capitalista e comunista estava delineado.

É preciso lembrar que os jornais produziam no calor da hora e, desse modo, não possuíam o juízo da história para avaliar a situação internacional. Com o transcorrer dos anos, os historiadores avaliariam a situação do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Eric Hobsbawm (1998, p. 230-1), por exemplo, ressaltou que a União Soviética não constituía um perigo imediato para nações que estivessem fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho, sobretudo em função da precária situação econômica em que se encontrava e da necessidade de reconstruir seu território em decorrência da destruição provocada pelas batalhas da Segunda

²⁵⁵ JB. 15/02/1946, p. 01.

²⁵⁶ JB. 02/02/1946, p. 01.

²⁵⁷ DSP. 01/12/1945, p. 04.

Guerra Mundial. Em contrapartida, os Estados Unidos experimentavam uma situação oposta, já que seu território não fora destruído pela guerra e sua situação econômica mostrava-se bem positiva.

Ainda de acordo com Hobsbawm (1998, p. 230-1), o governo norte-americano se preocupava com o perigo de uma possível supremacia soviética e, por outro lado, Moscou temia a hegemonia dos Estados Unidos em territórios não ocupados pelo Exército Vermelho. Mesmo assim, a política marcada por permanente rivalidade e por uma intransigência mútua não implicava no perigo diário de guerra.

Com vislumbres sobre o aumento do antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética, os jornais brasileiros começaram a veicular material enfocando as possibilidades de uma nova guerra e as dificuldades para o estabelecimento ou manutenção da paz mundial. Com o brado anticomunista proferido pelo político britânico Winston Churchill, as críticas ao governo soviético veiculadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* começavam a tomar forma e se mostrariam mais incisivas.

3. Marchas e contra-marchas: a formação dos blocos ameaça a paz mundial

Os ventos da Guerra Fria começavam a soprar no início de 1946. Aos poucos, os pronunciamentos dos líderes mundiais ampliavam as tensões entre EUA e URSS. Para os países na órbita de influência do governo norte-americano, os desentendimentos resultavam das ações empreendidas pelo Kremilín e pelos partidos comunistas, sobretudo com a pretensão soviética em aproveitar as alterações geopolíticas provocadas pela guerra e disseminar regimes comunistas pelo mundo. Em contrapartida, os representantes de Moscou acusavam os líderes do Ocidente de não aceitarem a ação dos movimentos inspirados no marxismo-leninismo (DELMAS, 1979, p. 48).

Nesse contexto político-ideológico, o discurso proferido por Winston Churchill, numa universidade norte-americana situada na cidade de Fulton, afirmando que uma cortina de ferro descera sobre metade da Europa, transformou-se em símbolo maior dos ventos da Guerra Fria (VIZENTINI, 2000, p. 198-202). Seu pronunciamento ressaltou a deterioração das relações entre os antigos aliados e procurou sensibilizar a opinião pública norte-americana para o perigo que representava a sovietação do Leste Europeu. Ademais, apelou ao governo norte-americano para

que Grécia e Turquia não passassem para a área de influência soviética (MARQUES; BERUTTI; FARIA, 2003, p. 13).

O discurso de Churchill despertou o interesse mundial, como bem indicava a matéria jornalística publicada pelo *O Estado de S. Paulo* e intitulada “Grande repercussão provocam os ataques de Churchill à Rússia”²⁵⁸. Deve-se considerar, porém, que um jornal não é um espaço que produz apenas representações sociais homogêneas e, às vezes, comporta posições divergentes sobre o mesmo tema. A despeito das informações sobre a repercussão mundial obtida pelo pronunciamento do líder britânico, o Conde Emanuel de Benningsen publicou um artigo demonstrando que o discurso de Churchill não produzira fatos novos e, de acordo com o articulista, a sua repercussão nos círculos políticos havia sido pequena, haja vista a existência de apenas um telegrama de Washington e outro de Moscou, remetidos para os órgãos impressos brasileiros.²⁵⁹

É preciso lembrar, igualmente, que a imprensa escrita brasileira também publicou trechos do discurso de Churchill. *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo* e *Jornal do Brasil* o classificaram como uma advertência das democracias ao expansionismo soviético²⁶⁰. Já outros dois periódicos relacionavam trechos do discurso à manutenção da paz e ao fortalecimento da aliança anglo-americana. No olho da matéria, *O Estado de S. Paulo* destacava que, conjugando suas forças, os povos de língua inglesa poderiam preservar a paz no mundo e garantir a sua própria segurança.²⁶¹ Por sua vez, o *Correio da Manhã* ressaltava que a paz não poderia ser “resguardada sem o escudo do poder bélico” criado pelas nações aliadas.²⁶²

Nos dias seguintes, o pronunciamento do líder britânico foi debatido em reportagens, artigos e editoriais²⁶³. *O Estado de S. Paulo*, a *Folha da Manhã* e a revista *O Cruzeiro* não construíram representações idênticas sobre o tema. O jornal da família Mesquita salientava que as opiniões favoráveis ou contrárias à política russa estavam divididas e que as palavras de Churchill não poderiam ser tomadas como uma oração em “favor do reacionarismo intransigente anti-russo”, mas apenas como críticas construtivas apontando “os defeitos soviéticos”, sem, contudo, “esquecer de castigar os erros das democracias”. Ainda assim, ressaltava que as nações

²⁵⁸ OESP. 07/03/1946, p. 01.

²⁵⁹ OESP. 12/03/1946, p. 18.

²⁶⁰ FM.07/03/1946, p. 01; DSP. 07/03/1946, p. 01; JB. 07/03/1946, p. 01 e 06.

²⁶¹ OESP. 07/03/1946, p. 01.

²⁶² CM. 09/03/1946, p. 01.

²⁶³ OESP. 09/03/1946, p. 16; FM. 09/03/1946, p. 01; DSP. 08 e 09/03/1946, p. 01.

poderosas não poderiam esmorecer a vigilância, pois, segundo a redação do periódico, independente das convicções políticas e preferências partidárias, os amantes da paz não poderiam ver a oração do ex-prêmio britânico como facciosa. Por fim, observava que, como “todos os democratas coerentes”, Churchill não temia que a Rússia desejasse a guerra, mas simplesmente os “frutos da guerra já concluída”²⁶⁴.

Em outro editorial, o matutino paulista ressaltava que o discurso proferido pelo líder britânico mostrava a gravidade da situação internacional e gerava inquietação, mas, ainda assim, tomava como pouco provável o início de uma nova guerra. Pautado nas noções de organização da política interna das nações democráticas e união das democracias mundiais, o jornal registrava que dentro das fronteiras internas os povos deveriam procurar harmonizar as suas dissensões e reduzir ao mínimo as ocasiões de atritos a fim de estabelecerem uma política de “tolerância e de cooperação.”²⁶⁵

Além de analisar e comentar o discurso de Churchill, *O Estado de S. Paulo* também advogava a neutralidade do Brasil no quadro internacional ocupado com a formação de dois blocos, alegando, principalmente, que o país não possuía recursos econômicos e forças militares para atuar num novo conflito. Afora a proclamada neutralidade, registrava que o Brasil alimentou uma índole pacífica durante anos e, por isso, deveria enquadrar-se na política mundial fazendo valer a grande arma das nações não guerreiras: “a luta pelo estabelecimento de bases justas e igualitárias para o convívio dos povos”²⁶⁶.

Na *Folha da Manhã*, Raul Pollilo considerava o pronunciamento de Churchill como uma “oração normal”, a qual não continha nada de novo, inclusive nos ataques à União Soviética. Na avaliação do jornalista, o mundo democrático estivera mais unido durante a guerra e, com o seu fim, se encontrava “desmembrado pela mesquinhez da paz”. Desse modo, o cenário internacional se mostrava mais inquietado quando tinha o Eixo pela frente, posto que esse ameaçava a sua existência.²⁶⁷ Noutro artigo, Pollilo afirmava que o discurso do ex-primeiro ministro britânico podia “conter muitos erros”, mas também “muita sabedoria”. Apesar de não esclarecer aquilo que o discurso continha de sabedoria, associava o seu conteúdo à instalação dos blocos políticos, situação que o jornalista considerava “perniciosa para a continuidade da paz”, uma vez que “todo

²⁶⁴ OESP. 07/03/1946, p. 03.

²⁶⁵ OESP. 08/03/1946, p. 03.

²⁶⁶ OESP. 09/03/1946, p. 03.

²⁶⁷ FM. 08/03/1946, p. 02.

bloco político que se forma tem a finalidade de se opor a alguma coisa”. E explicitava que o pronunciamento de Churchill instalava, de uma vez por todas, no rol dos temores internacionais, a probabilidade de um conflito bélico entre o bloco soviético e o anglo-americano: “é a realidade da oposição declarada entre os interesses do mundo de língua inglesa e os interesses do mundo de ideologia soviética. E é miopia não ver nisso o germe de uma futura guerra – se Deus não se apiedar da humanidade”²⁶⁸.

Na imprensa nem todos tomavam a nascente oposição entre os dois blocos como germe de uma nova guerra. Nas páginas da revista *O Cruzeiro*, Austrogésilo Athayde afirmava que Churchill não incitou a guerra, mas salientava que gostaria de vê-lo tomando o bastão de “peregrino para pregar a paz.”²⁶⁹

Embora grande parte da imprensa escrita brasileira tivesse silenciado sobre a expectativa em torno de uma resposta da União Soviética ao discurso de Churchill, o jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou reportagem com o sugestivo título: “A URSS ainda não reagiu ao discurso de Churchill”²⁷⁰. Dias depois, o líder soviético Josef Stálin se pronunciaria. Em entrevista ao jornal soviético *Pravda*, órgão oficial do Partido Comunista Soviético, Stálin tachou o pronunciamento de Churchill de provocador e enfatizou a necessidade de manter boas relações com EUA e Grã – Bretanha. Contudo, deixava clara sua posição de combater uma possível intervenção militar ocidental contra o regime soviético (MARQUES; BERUTTI; FARIA, 2003, p. 14).

A entrevista de Stálin ganhou as páginas da imprensa brasileira²⁷¹. No conjunto, os jornais destacaram que a entrevista de Stálin era uma resposta às afirmações do líder britânico sobre as tendências expansionistas da União Soviética. Porém, não atribuíram a mesma importância ao pronunciamento, como bem demonstra o pequeno espaço utilizado pelos periódicos para a sua veiculação. O registro feito pelo *O Estado de S. Paulo* sobre a entrevista de Stálin foi veiculado na sua décima oitava página e não em sua página inicial, tradicionalmente reservada para assuntos internacionais, expediente que permite inferir sobre a pouca visibilidade concedida pelo órgão impresso a entrevista do líder soviético.

Por sua vez, a redação da *Folha da Manhã* salientou que o governante soviético acusou o ex-premier britânico de “provocar a guerra para impor o domínio das nações de língua

²⁶⁸ FM. 09/03/1946, p. 02.

²⁶⁹ *O Cruzeiro*. 23/03/1946, p. 05.

²⁷⁰ OESP. 08/03/1946, 01.

²⁷¹ OESP. 14/03/1946, p. 18; FM. 14/03/1946, p.01; DSP. 14/03/1946, 01; CM. 14/03/1946, p. 01; JB. 14/03/1946, p. 01 e 06.

inglesa”²⁷². Apesar do conteúdo da matéria jornalística, a equipe editorial não teve a preocupação ou, então, o interesse de inserir todo o texto na primeira página, já que parte substancial do material fora veiculada na página seguinte. É certo, porém, que dificuldades de diagramação e de paginação contribuíam para os jornais publicarem a parte inicial das reportagens numa página e o restante numa página seguinte, sobretudo para abrirem maior espaço a veiculação de anúncios publicitários. Esse não foi, contudo, o expediente jornalístico adotado na veiculação do discurso proferido por Churchill, posto que os jornais brasileiros optaram por veicular na página de abertura.

Ao lado da parte final do texto, a *Folha da Manhã* veiculou uma charge referente ao pronunciamento de Stálin. Intitulada “Carnaval” e da pena de Flax, a charge formulou uma clara crítica à posição do líder comunista:



²⁷² FM. 23/03/1946, p. 01.

Pelo menos dois aspectos podem ser observados na charge. Em decorrência das características da festa, Stálin era representado como um folião, participante do carnaval que quer saber de farra durante alguns dias para, depois, regressar aos seus afazeres costumeiros. Além disso, o pronunciamento foi relacionado ao momento em que o líder soviético tirou a máscara, ou seja, mostrou suas intenções que, muito provavelmente, referiam-se a tentativa de expansão soviética na região do leste europeu.

Alguns dias depois, outra entrevista concedida por Stálin ganharia as páginas da imprensa brasileira. A confiança na ação da ONU para manter a paz mundial e o desejo de afastar os receios da guerra foram os temas destacados do discurso de Stálin pela imprensa nacional²⁷³. Apenas a posição veiculada pelo *O Estado de S. Paulo* destoou do material publicado nos outros jornais brasileiros. Em coluna publicada na página inicial, o matutino paulista salientou que a entrevista de Stálin visava acusar os grupos políticos ocidentais de espalharem as sementes da discórdia e da intranquilidade pelo mundo.²⁷⁴

Para a *Folha da Manhã*, a situação internacional parecia marcada pelos desentendimentos entre os líderes mundiais e por certa dificuldade em se produzir uma avaliação dos rumos tomados pela política mundial, tal como sugeriu o texto veiculado na sua coluna *O momento internacional*:

Se um historiador pretendesse levar adiante a iniciativa de definir a época que agora estamos atravessando, ele não encontraria, talvez, melhor maneira de fazer isso do que chamando o nosso tempo de “fase de desentendimentos e de ingratidão”. Por que o mundo inteiro vai se afundando nos desentendimentos, e não poucos países se manifestam arrogantemente ingratos para os homens e as nações que, na hora da amargura, lhes deram a mão. E por que essa é a nota fundamental e generalizadora do panorama que se desdobra por toda a face do planeta²⁷⁵.

Na avaliação veiculada na coluna, os desentendimentos entre as nações apareciam como uma nota fundamental no cenário internacional. Vale salientar que o pronunciamento de Churchill e às entrevistas de Stálin indicavam uma mudança nas relações entre os aliados em tempo de guerra e colocavam a possibilidade de um novo conflito como tema diário da imprensa escrita brasileira. Com o aumento das tensões entre as potências mundiais, *O Estado de S. Paulo*

²⁷³ OESP. 23/03/1946, p. 01; FM. 23/03/1946, p. 01; CM. 23/03/1946, p. 01.

²⁷⁴ OESP. 23/03/1946, p. 01.

²⁷⁵ FM. 14/03/1946, p. 02.

e *Correio da Manhã* começavam a registrar o que consideravam ameaças à manutenção da paz mundial. De acordo com o matutino paulista era possível, tanto no discurso de Churchill quanto na entrevista de Stálin, observar duas peças de franco realismo que caracterizavam a situação política do pós-guerra. Para a redação do jornal, os dois documentos registravam a linha de ação do bloco capitalista e do bloco de países de tendência comunista, exigindo, desse modo, que o observador de política internacional se reportasse a eles como ponto de partida de “uma nova fase” nas relações internacionais. E concluía: “não julguemos, contudo, que sobre tal base sejam possíveis quaisquer previsões. Ainda veremos muitas marchas e contra-marchas de cada um dos contendores antes de termos uma vaga idéia acerca das possibilidades de ser conservada ou abruptamente interrompida a paz”.²⁷⁶

Vale observar que o matutino paulista começava a reconhecer a existência da Guerra Fria, sobretudo por relacionar os discursos proferidos pelos dois líderes mundiais com a formação do “bloco capitalista” e, em oposição a este, o bloco de “tendência comunista”. Porém, essa situação não era claramente percebida e nem registrada cotidianamente por todos os órgãos impressos brasileiros. Mesmo com os discursos de Churchill e Stálin, os periódicos *Diário de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Jornal do Brasil* não veicularam imediatamente material referindo-se a formação dos dois blocos mundiais. O matutino de propriedade de Assis Chateaubriand chegou a publicar, inclusive, uma reportagem indicando que encaminhava-se para uma solução pacífica as divergências entre as grandes potências.²⁷⁷

Aos poucos, contudo, os periódicos passariam a construir representações da União Soviética como uma nação que colocava em perigo à paz mundial, como bem sugere o artigo de Frederico Heller, intitulado “Gigante confuso e desconfiado”. Heller destacava que a política do “gigante confuso” ameaçava à paz mundial. Apesar de indicar que as potências ocidentais não contribuíam para diminuir a confusão e a desconfiança dos dirigentes do Kremlin, Heller concluía que não deveria ser fácil lidar com um parceiro que insistia no seu poderio invencível e que tudo fazia para “debilitar os entraves a uma nova conflagração mundial”²⁷⁸.

Em outro artigo, Heller propõe adotar uma posição imparcial na sua análise das relações internacionais. O jornalista informava que havia sido questionado se ele achava a guerra inevitável. Como resposta, registrou o seguinte: “respondi sempre que não, mas via sempre nos

²⁷⁶ OESP. 23/03/1946, p. 03.

²⁷⁷ DSP. 19/03/1946, p. 01.

²⁷⁸ OESP. 31/03/1946, p. 52.

olhos dos meus interlocutores uma mal escondida incredulidade, às vezes acompanhada de algumas palavras, como assim, mas os russos ...?”²⁷⁹

Embora indicasse os esforços das potências mundiais para manutenção da paz²⁸⁰, o *Correio da Manhã* também publicava material referindo-se à União Soviética como promotora de desentendimentos que ameaçavam a construção de um mundo pacífico. No espaço delimitado em sua página inicial para debater os assuntos internacionais, o texto jornalístico apontava os responsáveis pelo aumento da tensão internacional:

Assistimos, infelizmente, a um espetáculo em que todos têm culpas. Hoje a coragem de dizê-los e a consciência de dizer que, no rol de culpas, as parcelas não são iguais. Os mais próximos de um justo equilíbrio, ou seja, os mais próximos do Direito Internacional em sua humana e inelutável verdade, são sem dúvida os anglo-americanos: mas cego seria quem cegamente os aplaudisse. (...) O alvo da Rússia e os erros tremendos que, à luz de sua ambição, insiste em cometer, estão tão patentes. (...) ela não quer a paz definitiva e imediata; necessariamente lhe convém a ocupação militar sem prazo nem controle. (...) O segredo da vitória, na guerra, esteve na pureza de um idealismo que a todos contagiava. É necessidade urgente não rescindir dessa força, que foi a mais verdadeira e a mais forte – se se quer todas as forças reunidas para vencer a guerra continuem a exprimir a mesma vontade invencível que tem de vencer a paz.²⁸¹

Opinião semelhante fora veiculada em outros espaços do jornal. Numa coluna estranhamente intitulada “Guerra”, o periódico indicava que, com inesgotável paciência e firmeza indomável, os anglo-americanos deveriam firmar uma posição em busca da paz. Em seguida, ressaltava que às ameaças ao estabelecimento da paz mundial não vinham do ocidente, mas das atitudes de Stálin. E completava que era necessário ter bem presente que a ameaça para a paz não vinha das forças de um admirável povo soviético, mas das possíveis “debilidades de um homem envelhecido”²⁸², isto é, Stálin.

Nas páginas do *Correio da Manhã*, o líder soviético não era representado como a única ameaça à paz. Luis Carlos Prestes passou a figurar como militante comunista que colocava em risco a convivência pacífica no cenário político interno. Em maio de 1946, o dirigente pecebista

²⁷⁹ OESP. 06/04/1946, p. 18.

²⁸⁰ CM. 23/04/1946, p. 01.

²⁸¹ CM. 07/05/1946, p. 01.

²⁸² CM. 18/05/1946, p. 01.

afirmou, num debate realizado na Associação dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, que os comunistas brasileiros ficariam ao lado da URSS no caso de uma guerra entre aquele país e o Brasil. Posteriormente, as palavras de Prestes foram utilizadas pelos seus adversários políticos. No interior da Assembléia Constituinte, ao ser questionado sobre a posição que assumiria em caso de uma guerra entre a União Soviética e o Brasil, o líder comunista teria afirmado: “Se algum governo cometer esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional” (GIOVANETTI NETO, 1986, p.94). Em editorial, o *Correio da Manhã* registrava duras críticas à posição assumida por Prestes, concluindo que a “infiltração comunista” em território brasileiro representava um perigo para todos os brasileiros de “boa fé” que amavam a sua pátria:

Perigo, por que além de ter as rédeas presas no estrangeiro, onde empunham os seus diretores russos, conspira os comunistas contra a segurança e a paz dos brasileiros. Insinceramente, por que, ao passo que o secretario do partido, Sr. Luís Carlos Prestes, prega na Assembléia Constituinte o amor à paz e o respeito pela tranqüilidade pública, manda seus adeptos subverter a ordem, lança o pânico e provoca cenas de degradação.

O editorial alertava que o governo brasileiro deveria enfrentar um inimigo que não era exclusivo do Brasil, mas da própria civilização ocidental. Para tanto, sugeria a coesão da nação para combater o comunismo, já que o país, saído da “grande crise do regime getulista” e tendo posto a “cabeça fora do pântano”, ansiava por respirar a vida livre dos povos “dignos e cultos”, em que os homens se respeitavam e não matavam o seu próximo, como fizeram os comunistas em 1935 e se encontravam “preparados para fazer de novo, à esperança apenas do pretexto e da fraqueza do governo”.²⁸³

Os outros periódicos não avaliavam a posição de Prestes como uma ameaça à paz, mas o temor de uma nova guerra integrava a pauta diária da imprensa. Em artigo publicado na revista *O Cruzeiro*, Austrogésilo Athayde indicava a preocupação da imprensa com a possibilidade de um novo conflito. Apesar de não representar, necessariamente, a posição da revista, Athayde concluiu, de modo bastante vago, que a imprensa universal estava, novamente, cheia de temores

²⁸³ CM. 29/05/1946, p. 04.

com relação à guerra, sobretudo por que se movimentavam as “forças subterrâneas” que desencadeavam os conflitos.²⁸⁴

Com isso, os periódicos passavam a estampar um número muito maior de matérias sobre os temores de uma nova guerra e construíam representações da União Soviética e de Stálin como ameaças à manutenção da paz mundial. Em primeira página, alguns jornais veiculavam matérias indicando a União Soviética como maior ameaça à paz mundial. Alguns títulos como “A Rússia é o maior perigo do mundo”²⁸⁵, “Unidos contra a URSS”²⁸⁶ e “Depende da URSS a paz internacional”²⁸⁷ parecem ilustrar essa posição.

Após iniciarem a construção de representações sobre a União Soviética como ameaça à paz mundial, os jornais apresentaram diferentes posições sobre o caminho que deveria ser trilhado para se evitar novos conflitos. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* registrava que a posição geográfica e os ideais políticos deveriam transformar o governo brasileiro em membro do “grupo ocidental democrático que a Rússia obrigou a formar-se”. E, num mundo dividido em dois blocos, indicava a necessidade de se compreender a posição brasileira e as tarefas que o país deveria cumprir. Para a redação do jornal, a conjuntura internacional exigia que o Brasil resistisse “aos assaltos vindos de fora” e conservasse o patrimônio pelo qual lutou arduamente. Desse modo, a ordem era:

Resistir sem estardalhaço, mas sem esmorecimento. Resistir aos avanços territoriais e aos movimentos que visem enfraquecer o prestígio [nacional] (...) A tudo isso nos obriga um mundo dividido em dois blocos antagônicos, em duas facções em choque. (...) Enquadrados no bloco ocidental devemos compreender nossas responsabilidades e cumprir nossa tarefa. Façamo-lo de maneira tal que ao menos numa metade do mundo continue havendo liberdade e dentro em breve haja melhor justiça. Deixemos que se patenteie, na ilusão oriental, sua verdadeira natureza discricionária, nacionalista e imperialista. Contentemo-nos com lutas pelos nossos próprios ideais já que não é permitido fazer deles os ideais de toda a humanidade²⁸⁸.

No editorial, o *Correio da Manhã* veiculou uma visão bastante singular sobre a posição que o Brasil deveria assumir frente à situação internacional. Num mundo dividido em dois blocos

²⁸⁴ O Cruzeiro. 06/04/1946, p. 05.

²⁸⁵ CM. 14/05/1946, p. 01.

²⁸⁶ CM. 28/05/1946, p. 01.

²⁸⁷ FM. 05/06/1946, p. 01.

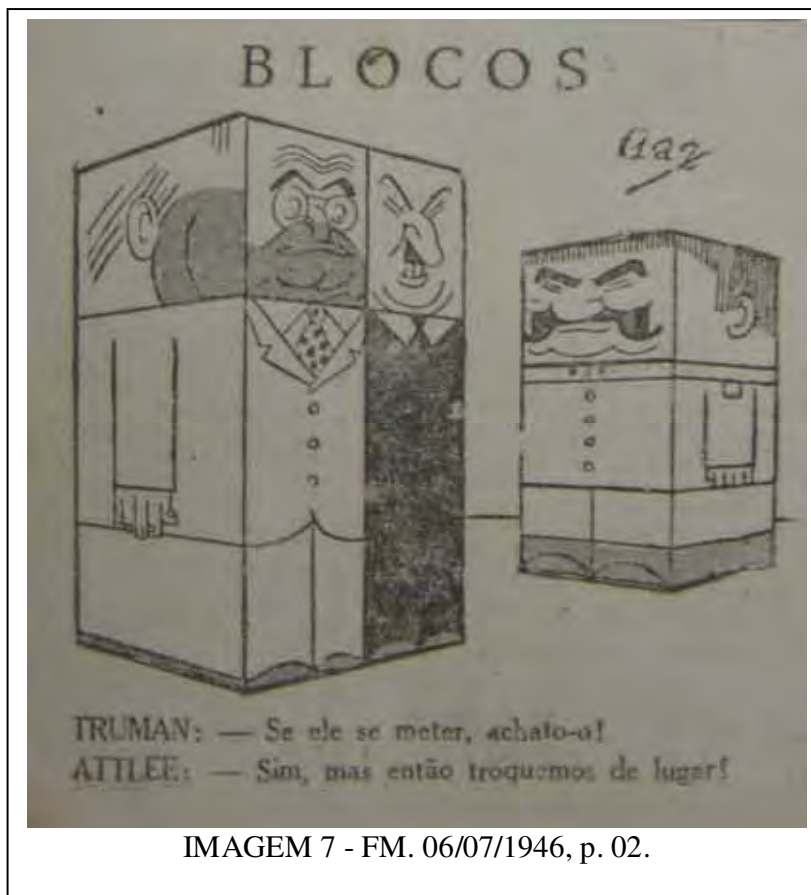
²⁸⁸ OESP. 02/06/1946, p. 03.

antagônicos, chamava a atenção para a tarefa daqueles que lutavam por liberdade e justiça, estabelecendo que os avanços territoriais do bloco político de natureza discricionária, nacionalista e imperialista poderiam ser contidos por certa universalidade da democracia. Para além da tradicional posição democrática expressa na avaliação feita pelo jornal do cenário interno, a posição publicada reflete o seu alinhamento aos princípios defendidos pelos Estados Unidos.

Mesmo ressaltando a dificuldade para se entender a conjuntura internacional, o *Jornal do Brasil* também indicava o caminho para a manutenção da paz mundial. Na coluna para discussão dos assuntos internacionais, veiculou material enaltecendo o esforço norte-americano para a consolidação da paz mundial e afirmou que a manutenção dela dependia da união dos países do Hemisfério Ocidental. Ao contrário do matutino paulista, registrava a necessidade de se compreender os complexos problemas do pós-guerra para a formulação de uma “paz total” como uma resposta às nações que desejassem “uma guerra total”. De acordo com a publicação, a obtenção dessa paz total legitimava o desencadeamento de conflitos contra as nações que desejassem fazer a guerra. Desse modo, a paz repousaria num “núcleo de força, cujas possibilidades de organização e emprego” fossem bem definidas, cabendo, aos Estados Unidos, por motivos óbvios, a previsão e organização desse núcleo, pois, ao liderar a conquista da vitória nos difíceis dias da guerra, teria o dever de orquestrar a manutenção da paz. Ainda segundo o periódico carioca, o Hemisfério Ocidental deveria organizar-se para manter a paz mundial. Apesar de registrar a liderança dos Estados Unidos como necessária, o *Jornal do Brasil* também salientava que a organização para evitar novos conflitos deveria fundamentar-se na rejeição dos ideais de supremacia, liderança, imperialismo e comando, haja vista que tais ideais afastavam-se do “verdadeiro sentido político do novo-mundo”, cujo panorama de entendimento poderia ser construído tendo como base a colaboração, a solidariedade e a fraterna concordância, noções que se chocavam com o “velho conceito de superioridade.” E concluía que tal organização possibilitaria a manutenção da paz mundial e evitaria que o Hemisfério Ocidental sucumbisse a uma nova guerra.²⁸⁹

A constituição dos blocos e o compromisso do governo norte-americano de impedir o avanço soviético foram registrados pelos traços de humor veiculados na *Folha da Manhã*. Intitulada “Blocos”, a charge abaixo reproduzida engendrava a representação dos blocos capitalista e comunista:

²⁸⁹ JB. 20/06/1946, p. 05.



A maneira como os personagens estão dispostos sugere a formação dos blocos capitalista e comunista. Nessa formação, parece interessante a posição de Stálin, indicando, muito provavelmente, um possível deslocamento em direção aos líderes das duas potências ocidentais ou até mesmo o interesse soviético na região do Leste Europeu. Na sequência da observação de Truman, a resposta oferecida por Attlee parece indicar a liderança aos Estados Unidos no bloco de países capitalistas. Num contexto de expansão da influência soviética, o primeiro ministro britânico sugeria que o governo norte-americano ocupasse uma posição de destaque no território europeu para, assim, tentar minimizar a influência soviética. Além disso, a observação de Attlee permite indicar que os britânicos reconheciam sua fragilidade material, econômica e, principalmente, militar frente a superioridade norte-americana e, em menor escala, soviética. A disposição dos blocos também possibilita uma leitura da posição geográfica das nações e, em caso de um ataque da direção leste para oeste, a Inglaterra seria atacada primeira pela União Soviética.

No dia seguinte, outra charge produzida por Flax foi veiculada pela *Folha da Manhã*. Com o título “Entendimento”, ela expressava o esforço empreendido pelos dois líderes ocidentais para tentarem compreender a política e os interesses soviéticos.



IMAGEM 8 - FM. 07/07/1946, p. 02.

O empenho dos dois políticos em aprender “o russo em 15 dias” aludia a uma tentativa de entendimento com a União Soviética. Depois de muito esforço, porém, os líderes ocidentais não encontravam a palavra camarada em russo. Dessa forma, texto e imagem procuravam demonstrar que uma terminologia utilizada entre os militantes comunistas não figurava nas relações entre a União Soviética e as nações ocidentais.

De modo contundente, outra expressão gráfica de humor construía uma representação de Stálin como o líder mundial que afastava a paz do horizonte internacional e, conseqüentemente, colocava dificuldades para o presidente norte-americano enxergá-la.



IMAGEM 9 - FM. 11/07/1946, p. 02.

Na charge de Flax, a paz mundial, simbolizada pela pomba, escapava das mãos dos líderes mundiais que a podiam manter. No diálogo, Stálin aparece adotando uma postura defensiva ao negar que agia com intuito de afastar a paz mundial do horizonte das relações internacionais. Já Truman sugeria que as nações poderiam perdê-la de vista e, por sua vez, Attlee lembrava que a paz estava fragilizada naquele momento. Enfim, a paz era representada como um ideal distante no horizonte das relações internacionais.

Com a proximidade da Conferência de Paris das Nações Unidas criou-se expectativas sobre um possível entendimento entre as potências mundiais e sobre a manutenção da paz mundial. Para parte da imprensa brasileira, a Conferência de Paz era esperada com otimismo,

pois a sua realização trazia promissoras expectativas quanto ao entendimento entre as nações²⁹⁰. Tais expectativas também eram compartilhadas pelo governo brasileiro que, em meados de 1946, conseguiu um assento entre as vinte e duas nações reunidas em Paris para debater os problemas do pós-guerra. Chefiada por João Neves da Fontoura, a delegação brasileira proclamava a soberania e a igualdade jurídica entre as nações como princípios fundamentais da política externa nacional. Mas, no desenrolar da atividade, o próprio ministro verificou que os procedimentos utilizados na reunião asseguravam apenas o respeito à posição das quatro grandes nações. Mesmo assim, a delegação brasileira participou da elaboração do tratado de paz com a Itália e procurou projetar o Brasil no cenário internacional (MOURA, 1991, p. 61).

As atividades desenvolvidas na Conferência foram amplamente noticiadas pela imprensa escrita brasileira²⁹¹. Novamente, os jornais abordavam as dificuldades de entendimento entre os blocos capitaneados por Estados Unidos e União Soviética. É pertinente observar que a imprensa divulgava a visão de que a Conferência de Paris não era marcada pelas divergências entre representantes dos países, mas pelo “conflito entre dois tipos, duas formas, dois estilos de civilização.” Para o *Correio da Manhã* o mundo se mostrava dividido, já no segundo semestre de 1946, pela notória oposição de dois blocos, situação disfarçada por algum tempo pela diplomacia entre as grandes potências²⁹². De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a situação de tensão internacional diluía a crença na constituição de um “mundo só”, estabelecida, anteriormente, nas discussões e resoluções formuladas em encontros como os de Yalta e Teerã. Se, por um lado, o periódico recordava que a geração do pós Primeira Guerra Mundial conviveu com a mística da paz, por outro lado, argumentava que a geração do pós Segunda Guerra Mundial não possuía nem esse “consolo espiritual”. E concluía: “a história um dia saberá indagar os culpados pela morte de um ideal”²⁹³. Embora não indicado textualmente no editorial do matutino paulista, o material jornalístico veiculado nas semanas anteriores permite constatar que o jornal já emitira o seu veredito sobre a questão: a União Soviética era a responsável pela morte do ideal de pacificação do mundo.

Como correspondente do matutino paulista na Conferência de Paris, Carlos Lacerda também não esperou a história indicar os culpados pela morte de um ideal, pois argumentou que a

²⁹⁰ OESP. 28/07/1946, p. 01, DSP. 14/07/1946, p. 01.

²⁹¹ OESP. 30/06/1946, p. 01, 30/07/1946, p. 01; 04 e 08/08/1946, p. 01; CM. 30/06/1946, p. 01; FM. 30/06/1946, p. 01; JB. 24 e 28/07/1946, p. 05.

²⁹² CM. 05/07/1946, p. 04, OESP. 09/08/1946, p. 03.

²⁹³ OESP. 09/08/1946, p. 03.

Conferência fora transformada numa “reunião de sofrível eloquência” que evidenciava o propósito russo de sustentar a política de dois blocos mundiais²⁹⁴. Em outro artigo, Lacerda foi mais veemente sobre a atuação dos líderes soviéticos como ameaçadora da paz mundial. Afirmou que todos os esforços para que se conseguisse harmonia no plenário foram feitos, mas “uma dramática tensão” provocada pelos líderes russos “armando ridículas e penosas situações” dominava “os desacordos dos bastidores”. Desse modo, concluiu que a “agressividade do bloco russo” transformava a Conferência numa reunião para cuidar “apenas dos objetivos estratégicos para a próxima guerra.”²⁹⁵

A convergência entre os comentários e análises de Carlos Lacerda e as do *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* era total. Desde o princípio da sua atividade como correspondente internacional, Lacerda indicava a União Soviética como ameaça à paz mundial, já que ela estava preocupada, segundo sua visão jornalística, apenas com os preparativos para a próxima guerra. O *Correio da Manhã*, por exemplo, publicou reportagem de primeira página informando que o mundo desejava encontrar uma paz que traduzisse princípios jurídicos e ideais de justiça. Paz, no entanto, dificultada pela Rússia, “a grande incógnita” que provocava aborrecimentos às nações ocidentais.²⁹⁶ Por sua vez, o matutino paulista procurava mostrar para os leitores que a União Soviética não trepidava em “prejudicar friamente os interesses pacíficos da humanidade”²⁹⁷. Posição anticomunista dos jornais, que além da convergência com Lacerda, revelava-se em sintonia com as agências internacionais de notícia. Situação que demonstrava que naquele momento ambos, jornais e correspondente internacional, pareciam desconsiderar o fato das agências internacionais de notícias emitirem apreciações críticas no material distribuído em seus telegramas.

Tal posição ainda não era hegemônica na imprensa brasileira. Apesar dos telegramas remetidos pelas agências de notícias AFP, UPI e Reuters ou da atuação de correspondentes internacionais como Carlos Lacerda, a *Folha da Manhã* permitiu a veiculação de uma posição diferenciada. Em espaço jornalístico marcado pela emissão de sua opinião, o jornal publicou uma charge sobre os desentendimentos entre os diplomatas sem, contudo, alimentar a posição de que a União Soviética prejudicava os interesses pacíficos da humanidade. Elaborada por Belmonte e

²⁹⁴ OESP. 10/08/1946, p. 01.

²⁹⁵ OESP. 23/08/1946, p. 01.

²⁹⁶ CM. 30/07/1947, p. 01.

²⁹⁷ OESP. 25/08/1946, p. 03.

intitulada “A lição dos chavantes”, a charge procurava retratar as atividades diplomáticas durante a *Conferência de Paz* de Paris.



A charge construía uma representação da paz como um bem universal, desejada por diferentes grupos sociais e transcendendo as diferenças culturais. Desse modo, o trabalho de Belmonte procurava comparar duas situações distintas. Dividida em dois quadros, a charge jogava com a oposição entre “selvageria” e “civilidade”. Com certa ironia, apresentava os “Civilizados” como empenhados em promover a guerra e os “Selvagens” como aqueles que queriam a paz. Portanto, engendrava uma representação sobre a reunião diplomática como marcada pelas tensões, discussões acaloradas e desentendimentos, indicando, inclusive, que os “chavantes” poderiam ensinar o caminho para obtenção da paz aos líderes mundiais.

É certo, porém, que a Conferência de Paz como espaço de conflito não foi objeto apenas da charge produzida por Belmonte, pois outras também empreenderam discussão semelhante, como bem sugere aquela intitulada “A paz em guerra”.



Produzida por Flax, a charge procurava construir uma representação de uma reunião realizada pelos ministros do exterior na Conferência de Paris. Novamente, o chargista procurou demonstrar que a discussão para estabelecer as bases dos acordos de paz com países como Grécia, Itália, Palestina, Irã, Polônia, Finlândia, Alemanha e Bulgária não ocorreu no plenário da Conferência, mas num espaço reservado e em separado dos demais participantes, inclusive das nações interessadas. Sugeriu, igualmente, que nem sempre as reuniões diplomáticas eram marcadas pela cordialidade. Ao contrário, evidenciou um ambiente de tensão e confronto de posições. Na falta de um inimigo comum a combater como ocorrera durante a Segunda Guerra Mundial, a luta por territórios e para influenciar nações permitia concluir que “a guerra era mais tranquila!”.

Alguns dias depois, a paz foi representada como uma rara possibilidade. Ao posar de modelo, a pomba, símbolo da paz, foi interpretada de modo diferente pelos líderes mundiais, já que, nas telas, eles procuravam reproduzi-la no formato de armas altamente destrutivas.



IMAGEM 12 – FM. 21/09/1946.

A charge de Flax parece associar a corrida armamentista à busca e manutenção da paz mundial. Na charge, é possível depreender que a bomba atômica funcionava como uma garantia de paz para o governo norte-americano, ou seja, os Estados Unidos detinham uma solução pronta

para a pacificação do mundo. Apesar de considerar a importância de seu aliado possuir a arma atômica, o representante britânico a reproduzia num esboço pouco nítido. Já para a União Soviética a paz era retratada como uma equação não resolvida, sobretudo por que o país não possuía a bomba atômica. Portanto, o governo norte-americano figurava à frente dos outros representantes, especialmente da URSS, como bem sugere a imagem de Stálin excessivamente obeso, uma possível alusão crítica às dificuldades de movimentação soviética para armar-se e, ainda mais, para consolidar a paz.

Para a imprensa brasileira, as discussões na Conferência de Paris eram consideradas inócuas, pois a maioria das resoluções preparava “a engrenagem da discórdia futura, colocando uma bomba nas mãos de gerações vindouras” e transformando a esperança de paz na “guerra de amanhã”. Ainda assim, alguns espaços opinativos de órgãos impressos brasileiros registravam que as nações não queriam a guerra e que a divulgação de notícias sensacionalistas era responsável pelo estado de inquietação que o mundo era mantido, sugerindo que os responsáveis por espalhar tais notícias deveriam ser mais prudentes nas suas conclusões²⁹⁸.

O *Correio da Manhã* destacaria o prudente discurso proferido na Assembléia da ONU por Leão Veloso. O diplomata afirmava que não enxergava o perigo de uma nova guerra mundial num futuro previsível, destacava, igualmente, que o temor de um novo conflito era fruto de “comentários e opiniões exageradas”, veiculadas pela imprensa ou presentes nos discursos de “certos círculos diplomáticos”. Salientava, ainda, a capacidade das potências mundiais para prever um novo conflito ou trabalhar para manter a paz. Após afirmar que cada uma das grandes potências estavam lutando por seus próprios interesses, mas, mesmo assim, desejando apaixonadamente a paz, Veloso concluía: “É perfeitamente humano que os interesses nacionais sejam por vezes exagerado em qualquer grande reunião internacional, mas o tempo trabalha sempre a favor da paz”²⁹⁹.

Enfim, os periódicos veiculavam material jornalístico clamando pela paz mundial e, ao mesmo tempo, procuravam analisar o papel da imprensa, sobretudo o cuidado que os próprios jornais deveriam possuir com a divulgação de notícias referentes a possibilidade de uma nova guerra mundial. Como o embate entre as duas potências mundiais ainda não estava claramente definido, os jornais mantinham relativa autonomia para analisar a situação internacional e

²⁹⁸ CM. 26/09/1946, p. 01, OESP. 10/10/1946, p. 16.

²⁹⁹ CM. 31/10/1946, p. 01.

produzirem material jornalístico sobre a paz mundial. Após o discurso de Churchill, as entrevistas de Stálin e a Conferência de Paz da ONU, realizada em Paris, os órgãos impressos brasileiros veiculavam material que estabelecia certa dúvida sobre a possibilidade de uma nova guerra. Os jornais indicavam, principalmente nos espaços jornalísticos reservados para emissão de opinião, a idéia de que a União Soviética, Stálin e os militantes comunistas eram os possíveis responsáveis pelo desencadeamento de novos conflitos, bem como as reuniões da ONU como marcadas pelo desentendimento entre as nações. Embora não fosse um expediente sistemático, começavam a construir representações dos Estados Unidos como nação responsável por liderar o hemisfério ocidental na luta pela manutenção da paz mundial e, além disso, cobravam empenho do Brasil na tentativa de estabelecer um mundo pacífico. Mesmo assim, periódicos como o *Jornal do Brasil* avaliavam que a relação entre as nações ocidentais deveria ser pautada na cooperação mútua e não pela liderança irrestrita dos Estados Unidos, indicando, ainda que de modo tênue, certa autonomia jornalística para avaliar a posição que o Brasil deveria assumir no embate diplomático que se estabelecia.

4. Democracias unidas pela paz mundial

Nos primeiros dias de janeiro, os jornais utilizavam um expediente jornalístico muito peculiar. No começo do mês que homenageava Jano (*Janus*), deus romano com duas cabeças, uma voltada pra trás e a outra virada para frente, era comum a publicação, ao mesmo tempo, de um balanço do ano passado e das expectativas do ano vindouro, tratando, inclusive, de temas como guerra e paz. Na data da confraternização universal dos povos, *O Estado de S. Paulo* veiculou uma clara posição ao associar a manutenção da paz mundial ao empenho político das chamadas nações democráticas. Na coluna intitulada “O momento político”, o jornalista Rafael Correia de Oliveira abordou o papel das democracias para manter a paz no mundo. Embora não alimentasse “esperanças de paz, trabalho e bom entendimento entre os homens”, Oliveira defendeu que o mundo deveria dar um passo decisivo no sentido do progresso e da civilização, mas, se não o fizesse, a humanidade poderia entrar numa crise sem precedentes na história. Para isso, argumentou que o futuro da humanidade dependia das democracias do mundo inteiro, dos

homens que possuíam fé nas idéias e amavam a vida pelo que nela podiam construir de belo e de útil³⁰⁰.

Posição semelhante se encontrava nos discursos proferidos por membros do corpo diplomático brasileiro. Como participante de fórum de assuntos internacionais organizado pela revista *Times*, realizado na cidade de Cleveland, Ohio, Osvaldo Aranha abordou a atuação dos Estados Unidos para expandir a política de boa vizinhança e robustecer o pan-americanismo. Além disso, o diplomata brasileiro relembrou princípios de certa tradição pacifista americana para afirmar que o continente nunca tinha sido fonte de guerra³⁰¹.

Tal expediente jornalístico era freqüentemente utilizado por jornais como *O Estado de S. Paulo*. Além de veicular o pronunciamento de Osvaldo Aranha, o matutino paulista também publicou uma entrevista concedida pelo General Cesar Obino, ainda no aeroporto de Santos Dumont, ao regressar de uma visita oficial aos Estados Unidos para discutir, com militares norte-americanos, a confecção de um Tratado Militar de Assistência Recíproca. No regresso da visita oficial, o general brasileiro anunciou que nos Estados Unidos ninguém trabalhava com a preocupação de fazer uma nova guerra.³⁰²

O período não era, porém, de tranqüilidade nas relações internacionais. Ao contrário, o mundo experimentava um aumento da tensão entre Estados Unidos e União Soviética, sobretudo em função do discurso de Churchill, da resposta de Stálin, da ocupação da Grécia, dos debates travados no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e do início do conflito na Indochina (DELMAS, 1979, p. 52). Desse modo, os órgãos impressos brasileiros reconheciam a intensificação dos embates diplomáticos, militares e ideológicos entre as duas potências mundiais.

De modo mais constante, os jornais começavam a criticar a política externa soviética. O *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* questionavam aspectos da política expansionista empreendida pela URSS. Na coluna responsável pelo comentário dos assuntos internacionais, o periódico carioca veiculou que os bolchevistas eram “melindrosos”, já que pertenciam a uma nação que atuava como um polvo procurando estender seus tentáculos sobre o mundo, sem distinguir pátrias ou povos e desconsiderando que suas intenções fossem tornadas

³⁰⁰ OESP. 01/01/47, p.03.

³⁰¹ OESP. 11/01/47, 16; JB. 11/01/47, p. 01 e 07.

³⁰² OESP. 14/01/1947, p. 02.

públicas.³⁰³ A *Folha da Manhã* foi bem mais direta, posto que destacou a realização de protestos nos Estados Unidos contra a intervenção soviética na Hungria³⁰⁴. Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* analisava a política expansionista soviética e advogava a necessidade de se tomar partido ao lado das democracias ocidentais. Em editorial, o jornal informava que União Soviética e Estados Unidos defrontavam-se e que não era legítimo alimentar qualquer esperança de conciliação. Ainda de acordo com o jornal, não cabiam “contemporizações” e era necessário que o Brasil assumisse uma posição, mesmo que não estivesse competindo diretamente no jogo de forças travado pelas duas potências mundiais. O conflito travado entre as nações dos dois blocos exigia, segundo sugestão do jornal, que o governo brasileiro recorresse a tradição estabelecida no passado político do país para, desse modo, posicionar-se de forma clara e legítima juntamente com as nações que defendiam posições democráticas³⁰⁵. Reiterando suas tradições democráticas, o matutino paulista analisava a competição entre as duas grandes potências no início da guerra fria e contemplava a necessidade de o Brasil se alinhar ao bloco de nações liderado pelos Estados Unidos.

É preciso lembrar, no entanto, que o poder militar soviético era inferior ao norte-americano, pois os soviéticos não detinham a bomba atômica, sua marinha era ineficiente e sua força aérea estratégica não possuía potencial de longo alcance, tomando a América Latina segura de possíveis ataques. Em decorrência dessa configuração e da política externa soviética, o governo norte-americano voltava a sua atenção para a Europa Ocidental e o Oriente Próximo. Nesse quadro, o temor de uma agressão soviética contra a Turquia e a Grécia levou à proclamação da Doutrina Truman (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 48), iniciando, de acordo com a avaliação de Hobsbawm (1995, p. 226), o período mais explosivo dos anos iniciais da chamada Guerra Fria.

Mesmo que a União Soviética não estivesse preparada militarmente, o governo norte-americano procurou conter a expansão da influência comunista no território europeu. Proclamada concomitantemente à realização da Conferência Econômica de Moscou, encontro que tratou, em princípios de 1947, da concessão de ajuda financeira americana para a reconstrução da Europa, a Doutrina Truman pode ser entendida como uma política de auxílio dos Estados Unidos aos chamados “povos livres” que encontravam-se ameaçados por uma possível agressão comunista.

³⁰³ CM. 20/02/1947, p. 01.

³⁰⁴ FM. 07/03/1947, p. 01.

³⁰⁵ OESP. 12/03/1947, p. 03.

Por agressão comunista entendia-se a orientação expansionista da política externa soviética e a ação dos militantes comunistas no cenário interno das nações ocidentais (VIZENTINI, 2000, p. 201).

Em março de 1947, o presidente norte-americano Harry Truman solicitou ao Congresso Nacional a aprovação de uma ajuda de 400 milhões de dólares para a Grécia e Turquia. No seu discurso, Truman definiu a doutrina de auxílio aos governos e aos povos comprometidos em lutar para manter “suas livres instituições contra o comunismo”, indicando, ao mesmo tempo, preocupação com a Europa e com a política interna do seu país (FURET, 1995, p. 468). Com a medida, os Estados Unidos pretendiam conter a ampliação do processo que já havia resultado na instalação de regimes comunistas na Polônia, Bulgária, Romênia e Hungria. Assim sendo, o auxílio econômico não pode ser classificado como uma ajuda caridosa ou humanitária na reconstrução europeia após a Segunda Guerra Mundial, mas como um socorro econômico com significação e objetivos políticos definidos (DELMAS, 1979, p. 52). Portanto, a Doutrina Truman pode ser classificada como “verdadeira exortação contra a expansão do perigo comunista” (MARQUES; BERUTTI, 2003, p. 17; BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 309; FICO, 2000, p. 165).

Lebedev (1983, p. 136) ressaltou que, sob o pretexto de combater o comunismo, a Doutrina Truman legitimava a intervenção dos Estados Unidos em assuntos internos de outros países para implantar regimes do seu agrado. Reforçava, portanto, postulados anticomunistas da política externa estadunidense e as pretensões do governo norte-americano de exercer a hegemonia mundial.

É preciso lembrar que governo norte-americano comunicou o empréstimo à Grécia e à Turquia no Conselho de Segurança da ONU. A proposta de auxílio financeiro foi recebida com críticas pelos representantes soviéticos e poloneses. Já Osvaldo Aranha, na época representante brasileiro no Conselho, defendeu o direito de solicitação e recebimento de auxílio financeiro, bem como de auxílio técnico, independente de autorização da ONU. Na ocasião, Aranha votou a favor dos Estados Unidos e contra a objeção feita pela União Soviética (BUENO, 1994, p. 66-7). Deve-se ressaltar, portanto, o apoio que a doutrina Truman recebeu de representantes do governo brasileiro, atitude que, muito provavelmente, sugeria um interesse similar por parte do Brasil, isto é, receber auxílio financeiro, técnico e material dos Estados Unidos.

Com a intenção de se beneficiarem da Doutrina Truman, as elites latino-americanas alistaram-se na cruzada anticomunista que os Estados Unidos desejavam impor à região (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 309). Dentro desse quadro, a imprensa escrita brasileira noticiou a proposta de assistência econômica e militar dos Estados Unidos à Grécia e à Turquia, veiculou trechos do discurso de Truman e abordou a reação soviética ao pronunciamento do presidente norte-americano³⁰⁶.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, ressaltava, em artigo na última página, que os EUA decidiram se levantar na luta pela hegemonia mundial a fim de anular as pretensões soviéticas e, por isso, o Brasil deveria se colocar ao lado do governo norte-americano, disposto a enfrentar tudo aquilo que a situação exigisse³⁰⁷. Em editorial, deixava claramente exposta a relação que o periódico estabelecia entre União Soviética, Estado Unidos, Doutrina Truman e a manutenção da paz:

queiram ou não queiram ver, desejem ou não desejem conhecer a verdade, até os detratores da decisão do governo norte-americano acabarão cedendo à evidência que logo se estabelecerá. E, então, o mundo inteiro verá e saberá que, ao se oporem a monstruosa “Pax Moscovita”, os Estados Unidos não pensam em substituí-la por uma “Pax americana”, oportunista e interessada, mas, pelo contrário, intentam estabelecer em proveito da humanidade uma legítima e necessária “Pax democrática”.³⁰⁸

Porém, nem todos os periódicos associaram a Doutrina Truman à manutenção da paz mundial. Conforme um editorial publicado pelo *Jornal do Brasil*, os Estados Unidos, na interpretação luminosa de Truman, pretendiam restaurar a saúde da Europa, estabelecendo as condições de igualdade e de respeito mútuo, sobretudo em função do inabalável propósito de fornecer ajuda material e moral para fomentar a recuperação mundial³⁰⁹.

Os espaços jornalísticos destinados à emissão de opinião como os editoriais e, principalmente, os artigos assinados e as charges possibilitavam outras análises sobre a Doutrina Truman. A *Folha da Manhã*, por exemplo, veiculou uma charge com críticas à Doutrina Truman. Com o título “Os protetores”, a charge produzida por Belmonte e publicada no jornal paulista

³⁰⁶ OESP. 07, 13/14 e 28/03/1947, p. 01; OESP. 22/03/1947, p. 03; FM. 13/03/1947, p. 01; JB. 27/03/1947, p. 01 e 07.

³⁰⁷ OESP. 14/03/1947, p. 14.

³⁰⁸ OESP. 16/03/1947, p. 03.

³⁰⁹ JB. 13/06/1946, p. 05.

referia-se criticamente tanto aos interesses norte-americanos quanto aos objetivos soviéticos com relação à Grécia e Turquia.



IMAGEM 13 - FM. 18/03/1947, p. 05.

Inicialmente publicada na *Folha da Noite*, a charge de Belmonte indicava que a Grécia e a Turquia eram alvos da disputa travada entre norte-americanos e soviéticos. Ao destacar o tamanho e a posição das pernas dos protetores frente às duas nações indefesas, Belmonte conferiu uma dimensão esmagadora tanto aos interesses norte-americanos quanto aos objetivos soviéticos. Convém perceber, porém, os diferentes calçados utilizados pelos dois personagens que figuravam como protetores. De um lado, tem-se uma bota, uma possível alusão a pretensão soviética de dominar outras nações no plano militar. De outro, é possível visualizar um sapato, provável indicação de tentativa de influenciar nos planos econômico e político, já que esse tipo de calçado pode ser associado ao traje social, normalmente utilizado por homens de negócios ou, então, por políticos e diplomatas. Provavelmente, esse protetor simbolizava os interesses dos Estados Unidos, mais próximo aos da Grécia e da Turquia. Enfim, proteger significava influenciar as duas

nações debilitadas pela Segunda Guerra Mundial ou, no limite, a charge permite colocar a seguinte indagação: Qual das duas potências mundiais pisotearia primeiro as “nações menores”?

O período de aprovação e assinatura do Plano de Auxílio à Grécia e à Turquia foi noticiado pela imprensa escrita brasileira como desfavorável à manutenção da paz mundial³¹⁰. As dificuldades para se conservar um mundo pacífico ganharam as páginas da *Folha da Manhã* numa charge sobre o encerramento da Conferência de Moscou.



IMAGEM 14 - FM. 28/05/1947, p. 04.

Elaborada por Flax e intitulada “Brinde em Moscou”, a charge procurava construir uma representação de um peculiar entendimento entre Truman e Stálin, ou seja, o brinde entre os dois líderes mundiais, no encerramento da Conferência de Moscou, não simbolizava o estabelecimento da paz nem o início de um conflito bélico. Ainda assim, a legenda indica certa

³¹⁰ OESP. 23/04/1947, p. 01 e 23/05/47, p. 16; JB. 23/05/1947, p. 07.

dúvida sobre o conteúdo da paz a ser estabelecida, sobretudo em função da indagação no final: “Paz? De que paz, esta vez?”

O *Correio da Manhã* também veiculava reportagens sobre a possibilidade de desencadeamento de uma nova guerra. Em princípios da Guerra Fria, porém, a lógica das relações internacionais não possibilitava ao jornal estabelecer o momento inicial do esperado conflito bélico. Por isso, registrava que, se houvesse no mundo um resto de lógica, uma nova guerra poderia começar a qualquer momento, rebentando como barril de pólvora ou bomba de dinamite³¹¹.

É certo que a possibilidade de um novo conflito mundial ocupava as páginas impressas e preocupava os leitores, pois se publicava notícias sobre a possibilidade de uma guerra em todos os recantos, até nos mais afastados lugares do possível teatro das hostilidades. Contudo, os órgãos impressos não veiculavam apenas material jornalístico demonstrando certeza sobre o início de um novo conflito. Em artigo assinado e veiculado pelo *O Estado de S. Paulo*, Emanuel de Benningsen registrava que o temor de uma nova guerra baseava-se em “boatos e suposições infundadas”³¹². O tema foi objeto de outro artigo produzido pelo jornalista. Ao tratar da credulidade humana, salientava que os homens estavam propensos a acreditar em qualquer boato, muito mais do que em notícias oficiais. Explicitava que sua intenção em produzir um artigo sobre a boataria referente ao desencadeamento de uma nova guerra se devia ao fato de ele acreditar que os leitores devessem permanecer calmos diante das “notícias mais alarmantes”. A partir dessa perspectiva, reconhecia a existência de uma propaganda responsável por “uma atmosfera desfavorável para a paz” que poderia “levar à guerra”³¹³.

Porém, essa não era a posição editorial frequentemente apresentada pelo matutino paulista. Diariamente, o jornal indicava a possibilidade de um novo embate bélico e a nação responsável pela manutenção da paz mundial. Conforme a posição editorial do periódico, os Estados Unidos lutavam pela causa da paz, dispondo-se a enfrentar “vitoriosamente qualquer perigo” e, também, mostravam-se interessados em combater o aviltamento da liberdade praticado nos países satélites dos soviéticos, sobretudo por que a União Soviética lançava mão de todos os recursos disponíveis numa verdadeira mobilização geral de agressões imperialistas e, a cada

³¹¹ CM. 03/06/1947, p. 01 e 13/06/1947, p. 01.

³¹² OESP. 15/05/1947, p. 24.

³¹³ OESP. 21/05/1947, p. 18.

passo soviético, os norte-americanos se mostravam vigilantes³¹⁴. E ressaltava a importância de ser objetivo no comentário sobre a situação internacional, posto que:

Representaria esforço inútil qualquer tentativa de esconder, nestes comentários dedicados a vida internacional, a gravidade do momento presente. Todos sabem que, nos últimos dias, estamos na segunda fase da “guerra política” desencadeada entre Washington e Moscou, desde a divulgação da chamada “doutrina Truman”. Neste instante, a Rússia contra-ataca.³¹⁵

A posição defendida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* era de incredulidade com relação aos interesses pacifistas da União Soviética. Em outro editorial, o matutino paulista ressaltava não querer parecer parcial com o Estado soviético, mas, mesmo assim, era levado “a confessar que nada, absolutamente nada” nas atitudes soviéticas possibilitava “prever uma tão completa conversão dos soviéticos à causa da paz e da humanidade.”³¹⁶

O papel de liderança dos Estados Unidos junto ao bloco de nações capitalista foi reafirmado com o lançamento do Plano Marshall. Em julho de 1947, foi realizada uma Conferência, na capital francesa, para iniciar as discussões referentes a implementação do Plano Marshall. Na ocasião, as nações européias participaram da elaboração do Programa de Recuperação Econômica da Europa. Consoante com essa perspectiva, os órgãos impressos brasileiros defendiam que aqueles que se interessavam pela paz não poderiam abrir mão da reconstrução européia³¹⁷.

Pode-se ressaltar que o plano previa a concessão de empréstimos a juros baixos para reconstrução dos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. Para isso, o governo norte-americano estabeleceu que os recursos financeiros cedidos deveriam ser utilizados, prioritariamente, para a aquisição de mercadorias produzidas nos Estados Unidos. Além disso, as nações beneficiadas deveriam abrir suas economias aos investimentos norte-americanos. Essas exigências contribuíram para que a União Soviética e os países sob sua influência rejeitassem a ajuda econômica, alegando que se tratava de uma invasão econômica e de uma tentativa de

³¹⁴ OESP. 04/06/1947, p. 03.

³¹⁵ OESP. 11/06/1946, p.03.

³¹⁶ OESP. 13/06/1947, p. 03.

³¹⁷ OESP. 27/06/1947, p. 01; 01/07/1947, p. 18; 04/07/1947, p. 01; 09/07/1947, p. 18; 11/07/1947, p. 14; 18/07/1947, p. 03; CM. 27/06/1947, p. 01; 04/07/1947, p. 01; FM. 11/06/1947, p. 01; JB. 16/07/1947, p. 07

estabelecer influência política estadunidense em regiões da esfera soviética de poder (VIZENTINI, 2000, p. 201-202).

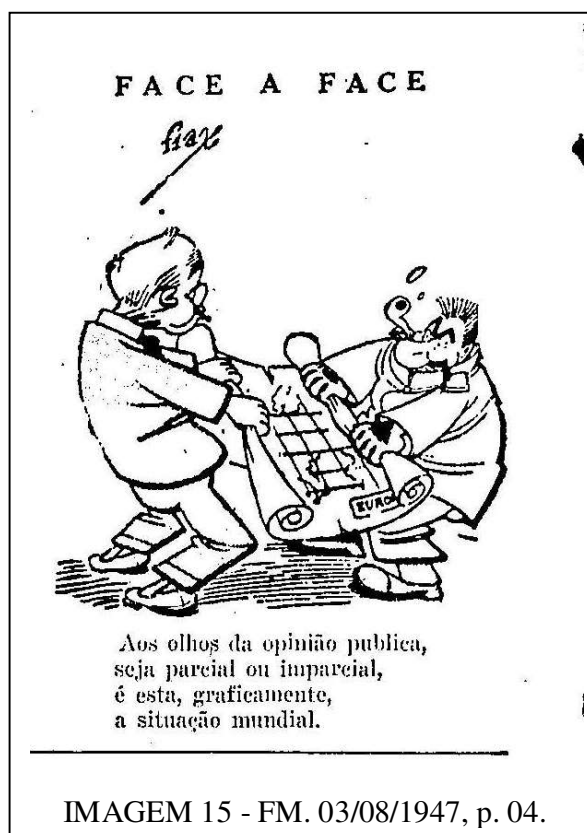
A Doutrina Truman e o Plano Marshall integravam a chamada “doutrina de contenção”, uma orientação da política externa norte-americana que considerava agressiva a política externa soviética. Desse modo, o governo norte-americano adotava uma postura de defesa, estabelecendo a contenção das “tendências expansionistas russas” como elemento referencial da sua política exterior. (LEBEDEV, 1983, p. 137). Portanto, é possível considerar que a doutrina Truman e o Plano Marshall ajudaram a materializar a partilha da Europa, a delimitação das áreas de influência e a formação dos blocos político-militares (VIZENTINI, 2000, p. 202).

Na imprensa brasileira do período, entretanto, o que se via era apenas o tratamento jornalístico sobre as ações soviéticas para o estabelecimento de áreas de sua influência na Europa. *A Folha da Manhã* veiculou a imagem do mapa-mundi e um pequeno texto contendo uma análise que visava esclarecer os leitores brasileiros sobre os movimentos da política externa da Rússia. No texto, ressaltava a preocupação soviética em ocupar territórios vizinhos e atrair nações independentes para a sua órbita de influência com duplo objetivo: estender sua linha de defesa em caso de uma nova guerra e fortalecer a sua defesa interna³¹⁸. Na coluna delimitada ao comentário dos assuntos internacionais, o periódico *Correio da Manhã* veiculou informações sobre as modificações no mapa europeu e ressaltou a fragilidade da posição soviética. A coluna sugeria ainda que o leitor familiarizado com o mapa da Europa deveria traçar mentalmente a fronteira entre os dois ‘blocos’ para compreender melhor as “inibições e fraquezas incuráveis do bloco russo”.³¹⁹

Novamente, é importante destacar o papel exercido pelas charges na *Folha da Manhã*, sobretudo por destoar do noticiário informativo veiculado na sua página inicial. Produzida por Flax e intitulada “Face a Face”, a charge ilustrava a disputa por territórios travada entre Estados Unidos e União Soviética:

³¹⁸ FM. 01/06/1947, p. 01.

³¹⁹ CM. 15/07/1947, p. 01.



Pautada na peculiar situação de embate que caracterizava o início da Guerra Fria, a charge indicava a disputa empreendida entre Estados Unidos e União Soviética para o estabelecimento de áreas de influência no continente europeu. Mesmo num material jornalístico caracterizado pela emissão de opinião, o chargista não atribuiu somente ao governo soviético a criação de áreas de influência na Europa, procurando apresentar-se como um produtor neutro sobre a opinião pública, uma vez que incluía os Estados Unidos com o mesmo impacto soviético na formação de um bloco de países sob sua influência.

Não obstante as disputas entre Estados Unidos e União Soviética para o estabelecimento de áreas de influência no continente europeu, tornavam-se mais frequentes os materiais jornalísticos que indicavam somente a política externa soviética como expansionista e, conseqüentemente, responsável por dificultar a manutenção da paz mundial. Em decorrência dessa posição, os jornais passavam a apontar e a cobrar uma posição do governo brasileiro na luta pelo estabelecimento da paz mundial. As idéias da necessidade do Brasil se alinhar ao bloco de nações capitalistas ou tomar partido na luta pela paz mundial começavam a figurar nas folhas

impressas. Assim sendo, os jornais passavam a exigir uma posição do governo brasileiro para opinarem sobre o jogo de forças travado no cenário internacional. A posição do governo brasileiro poderia respaldar a publicação do material jornalístico ou, então, fornecer uma oportunidade para os jornais criticarem a direção da política externa nacional e, conseqüentemente, atuarem como agentes do campo político brasileiro. Ainda durante o momento inicial da guerra fria, a chamada grande imprensa intensificava a veiculação de representações sobre a União Soviética como ameaça à constituição de um mundo pacífico.

CAPÍTULO IV – UNIDADE CONTINENTAL E BRASIL NA MANUTENÇÃO DA PAZ MUNDIAL: EXPECTATIVAS JORNALÍSTICAS

1. Entre a cena internacional e a perspectiva de manutenção da paz interna

Como apresentado anteriormente, as autoridades diplomáticas, militares e da administração federal concebiam a possibilidade de o Brasil exercer um papel de destaque no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial. Vislumbravam a possível participação brasileira no reordenamento do sistema de poder mundial e nas conversações sobre a paz no pós-guerra. Desse modo, estavam interessados em atribuir uma nova dimensão à política externa do Brasil (MOURA, 1991, p. 26). Acreditavam, por exemplo, na possibilidade de estabelecer uma fase de “relações especiais” com os Estados Unidos, sobretudo em função do processo político de redemocratização do Brasil, da constante colaboração brasileira com a política norte-americana na América Latina e, também, em função do auxílio brasileiro no esforço de guerra. Tal perspectiva, entretanto, não se concretizou. Os EUA passaram a figurar como um dos pólos do poder mundial e priorizaram a elaboração de um sistema planetário de segurança, voltando suas atenções e seus investimentos para a Europa, Oriente Próximo, Extremo Oriente e África (BUENO, 2002, p. 270).

As discussões para a elaboração do tratado de paz com a Alemanha possibilitam perceber que o corpo diplomático brasileiro continuou a reivindicar maior participação do Brasil nas decisões tomadas por Estados Unidos, URSS, França e Inglaterra. Nas Conferências realizadas, em 1947, nas cidades de Moscou e Londres, a delegação brasileira divergiu da posição norte-americana, posto que defendeu a reparação financeira para os antigos inimigos da Alemanha. Essa posição não representava somente a busca de um benefício econômico, mas a tentativa de estabelecer uma posição política de destaque na conjuntura posterior à Segunda Guerra Mundial. Portanto, discutir com as grandes potências e compartilhar compensações financeiras parecia significar que o país era realmente importante no cenário da política internacional. (MOURA, 1991, p. 62)

A participação brasileira na elaboração do tratado de paz com a Alemanha ganhou destaque na imprensa brasileira. De acordo com a coluna internacional do *Correio da Manhã*, o Brasil ocupava uma relevante posição no cenário externo e, por isso, deveria ser ouvido por outras nações. Posição justificada pelo jornal em razão de o Brasil ter sido o único país latino-

americano que empreendera “duros sacrifícios” durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, o jornal sugeria a delegação brasileira um posicionamento mais ativo para si e outros “pequenos” países nas discussões sobre a paz com a Alemanha, inclusive indicando a necessidade de se formar um movimento interno de opinião sobre a questão:

Quais são, em relação à paz, os pontos de vista do Brasil? Está sua definição em muito boas mãos, sem dúvida nenhuma. Mas deveria um forte e consciente movimento de opinião, em toda a imprensa e fora dela, de norte a sul do país, abstrair quando pudesse das febres da política interna e atentar a alta posição externa que ao Brasil adviria se, neste momento, dissesse em voz alta meia dúzia de verdades para o mundo ouvir

A posição veiculada na coluna era totalmente contrária ao fato de somente Estados Unidos, URSS, França e Inglaterra possuírem o direito de definir os termos de paz com a Alemanha. Após salientar que aquela situação era intolerável, inaceitável e inadmissível, a matéria concluía que o Brasil “deveria erguer um duplo perdão, exigindo voto na matéria para si e para os outros – e exigindo não vingança mas punição, não crueldade mas justiça”.³²⁰

Em editorial, o *Correio da Manhã* ressaltava que a paz deveria ser tomada como “o sentimento universal dos homens de boa vontade”, sem, contudo, deixar de criticar os embates entre os dois blocos políticos na Conferência de Moscou. Apesar de reconhecer que os homens aspiravam a paz, salientava que no seio dos povos circulavam posições favoráveis à guerra, alimentadas por sensação de cobiça, ressentimento, medo e desconfiança, bem como pelo embate travado entre duas concepções opostas de mundo, definidas, pelo jornal, como a comunista e a cristã, a totalitária e a democrática, a oriental e a ocidental. E concluía que o embate entre os dois blocos representava “a causa de um desentendimento muito mais profundo e até irremediável” do que surgia “no noticiário telegráfico, capaz de colocar no vácuo a Conferência de Moscou, como já aconteceu com a de Paris, tornando a nossa época simplesmente um período interbélico no desenvolvimento das relações internacionais”.³²¹

A dinâmica das relações entre as grandes potências e a posição dos outros países no cenário internacional foram temas anteriormente abordados pelo *O Estado de S. Paulo*. Um artigo publicado no matutino paulista indicou as divergências entre soviéticos e norte-americanos nas discussões referentes à elaboração dos tratados de paz e nas questões relacionadas ao

³²⁰ CM. 05/01/1947, p. 01.

³²¹ CM. 23/03/1947, p. 04

desarmamento mundial. Além disso, sugeriu a postura que deveria ser adotada por nações como o Brasil. A posição do jornal nesse caso era a seguinte:

Os jornais estão cheios de queixas dos “menores”, que acham que seu papel na discussão dos tratados de paz é nulo, mas qual será ele no problema do desarmamento? Todos esses países estão divididos em blocos, que se interessam quase que exclusivamente por seus problemas particulares e para os quais o problema do desarmamento parece não existir. Entretanto, a pressão moral não é um fator desprezível e os países outros que não os grandes poderiam utilizá-la com grande êxito, se é que realmente se interessam pela paz mundial³²².

Em meio à elaboração dos tratados de paz, o papel do Brasil como aliado dos Estados Unidos foi objeto de discussão em outro artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com o articulista, o Brasil podia ser considerado uma das nações – chave na guerra e na paz, sobretudo por servir de apoio aos Estados Unidos num mundo de incertezas. Em função disso, ressaltava que o país possuía o direito de falar alto e ser ouvido nas decisões internacionais³²³. Em um momento posterior, o jornal voltou a publicar um artigo indicando que o alinhamento aos Estados Unidos poderia transformar o Brasil numa potência mundial³²⁴.

Pode-se observar, portanto, que os periódicos veiculavam textos favoráveis à participação brasileira no processo de elaboração dos tratados de paz. Os jornais criticavam a participação majoritária das potências mundiais na definição dos termos de paz ou defendiam que as chamadas nações menores deveriam exercer pressão moral sobre os debates. Em primeira página, estampavam manchetes sobre a elaboração dos tratados de paz com a Áustria, Itália e Alemanha. Ao informarem sobre as atividades realizadas nas Conferências de Moscou e de Paris, destacavam a posição brasileira em reivindicar participação nas reparações de guerra que eram impostas à Alemanha³²⁵.

Ao contrário da posição defendida pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, as decisões sobre a elaboração do tratado de paz com a Alemanha e da divisão daquele

³²² OESP. 18/03/1947, p. 16.

³²³ OESP. 16/04/1947, p. 16.

³²⁴ OESP. 25/04/1947, p. 18.

³²⁵ OESP. 01/01/1947, p. 01; 07/02/1947, p. 16; 09/03/1947, p. 01, 30/07/1947, p. 01; FM. 24/01/1947, p. 01; 01/02/1947, p. 01; 26/03/1947, p. 01; 11,12 e 30/07/1947, p. 01; DSP. 30/07/1947, p. 01; CM. 15/01/1947, p. 01; 11/07/1947, p. 03; 09/11/1947, p. 01; JB. 24/01/1947, p. 01 e 07; 26/02/1947, p. 01 e 05.

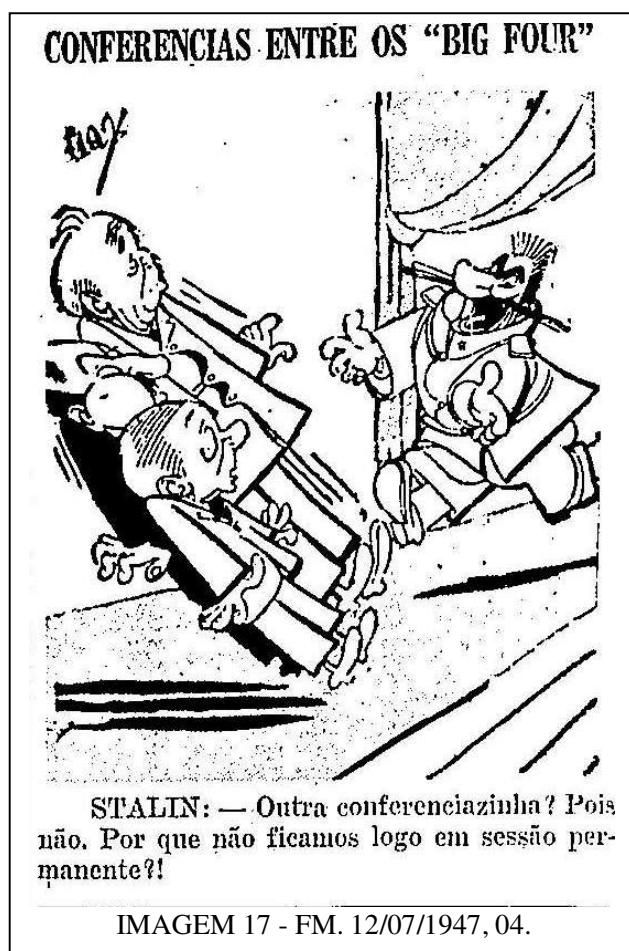
território ficaram restritas às potências mundiais. Situação satirizada pela seguinte charge publicada pela *Folha da Manhã*.



IMAGEM 16 - FM. 10/04/1947, p. 02.

A charge de Flax ironizava o desenrolar dos debates entre representantes dos Estados Unidos, da União Soviética, França e Grã-Bretanha para a formulação do tratado de paz com a Alemanha. Assim sendo, indicava que aquelas nações estavam armadas e preparadas para a agressão, já que os seus representantes diplomáticos figuravam com faca em posição de ataque. Em princípio, o ataque era voltado somente para a partilha da Alemanha. No entanto, o alerta para um futuro conflito era feito na legenda: “só por um milagre um não acertará na cabeça do outro”.

Em outra charge, com o sugestivo título “Conferências entre os ‘Big Four’”, Flax ironizava as relações entre os quatro grandes países, indicando a aliança entre Estados Unidos, França e Inglaterra contra à União Soviética.



Ao indicar o espanto dos representantes dos Estados Unidos, França e Inglaterra com o ato de Stálin saindo de trás de uma cortina, provável alusão a “cortina de ferro”, a charge deixava transparecer a teatralidade das reuniões para o estabelecimento da paz com a Alemanha, mesmo em termos da centralização das decisões nas mãos dos “quatro grandes” países, bem como às dificuldades para se estabelecer acordos entre os líderes mundiais. Por fim, a legenda faz uma alusão à maneira como o líder soviético tomava as reuniões, sugerida com certo desdém com a utilização do termo “conferenciazinha”.

No período, nenhuma charge curiosamente representava em seus traços a participação dos diplomatas brasileiros na elaboração dos tratados de paz. Isto se devia, muito provavelmente, em decorrência dos jornais brasileiros publicarem, em maior quantidade, material produzido por chargistas estrangeiros e adquirido junto às Agências Internacionais de Notícias, quando se tratava do tema reuniões para a elaboração do acordo de paz com a Alemanha.

Apesar de o Brasil não influir decisivamente na elaboração dos tratados de paz e não alcançar uma almejada posição de destaque no cenário internacional, alguns órgãos da chamada grande imprensa continuavam indicando o papel do país na manutenção da paz mundial. Além de defenderem o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e de construírem representações sobre à URSS como elemento ameaçador da manutenção da paz mundial, alguns jornais associavam o combate ao comunismo no cenário interno como premissa para a construção de um mundo sem conflitos bélicos.

O *Correio da Manhã*, por exemplo, indicava que os comunistas brasileiros falavam de paz, mas não a praticavam. Argumentava que o partido disciplinava os militantes fazendo-os aparecer pacificamente para espalhar a “desordem” pelo Brasil³²⁶. Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* salientava que o país precisava de paz para reestruturar a sua economia, mas as próprias autoridades fomentavam graves agitações permitindo que o partido comunista arregimentasse militantes³²⁷. Em editorial, o *Jornal do Brasil* advogou a consolidação do pan-americanismo como instrumento para combater o comunismo, considerado provocador de guerra no exterior e de desordem político-social no plano interno. Após registrar que a ameaça de um novo conflito pairava no ar e que o imperialismo soviético era “uma erva daninha” que havia se espalhado pelo território europeu, o período carioca ressaltou:

Os rebentos do totalitarismo estão deitando raízes e destilando veneno no ar. A voz dos líderes da América começa a ecoar, conclamando todos ao pan-americanismo, que é grande linha de defesa e única esperança de não sucumbirmos aos novos arreganhos da força e da violência. Contra o comunismo, que implica guerra no exterior e significa desordem dentro das fronteiras de cada nação, só existe uma arma infalível: o Pan-americanismo³²⁸.

³²⁶ CM. 03/01/1947, p. 04.

³²⁷ OESP. 16/04/1947, p. 16.

³²⁸ JB. 02/07/1947, p. 05.

Poucos dias depois, o pan-americanismo voltava a ser evocado como instrumento de combate ao comunismo e como recurso fundamental na colaboração das nações americanas para o estabelecimento da paz mundial. Além de indicar que as Américas ganharam a guerra e ofereceram a fórmula de colaboração entre os povos para a pacificação, o *Jornal do Brasil* destacava que o Brasil não tinha o “menor interesse” em modificar aquela “sábia política de mãos estendidas para os vizinhos”, voltando a atenção para “certos países europeus”, que nunca lhe haviam prestado a menor colaboração, “nem na esfera mental, nem na material.” Por fim, ressaltava que o pan-americanismo deveria ser considerado “uma concepção de vida e de relações de povo a povo inteiramente original”, e, que tal evolução pudesse ser invocada como modelo possível de se viver em paz³²⁹.

Já o jornalista Costa Rego publicou, no *Correio da Manhã*, um artigo sobre a impossibilidade de o Brasil se manter neutro no cenário internacional. No texto, argumentou que o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial havia sido resultado da neutralidade das nações frente à preparação alemã para o conflito. Ressaltou, ainda, que para evitar um novo embate bélico, o Brasil deveria acompanhar a marcha do mundo, reconhecendo o fim da neutralidade e preparando-se para impor a vontade brasileira a todas e quaisquer aventuras guerreiras que estivesse sendo tramadas no vasto mundo.³³⁰

Enfim, a construção de relações especiais com os Estados Unidos norteava a política externa brasileira, tema que figurava nas páginas impressas sobretudo em função dos jornais utilizarem pronunciamentos de membros do corpo diplomático brasileiro como fonte de informação para a produção de material jornalístico. Com frequência, foram publicadas reportagens, colunas e editoriais informando sobre a possibilidade do Brasil exercer um papel de destaque no cenário internacional e defendendo sua maior participação nas negociações de paz. Desse modo, os jornais procuravam reforçar certa tradição pacifista do país. A concepção da imprensa brasileira sobre a manutenção da paz mundial começava a se consolidar. Reforçar o pan-americanismo e combater o comunismo no campo político brasileiro figuravam como contribuições brasileiras na luta pela paz. Os jornais realizavam, portanto, um singular movimento, pois passavam da análise da situação internacional para a apresentação da contribuição brasileira à causa da paz. A Conferência Interamericana, realizada em Petrópolis,

³²⁹ JB. 05/07/1947, p. 05.

³³⁰ CM. 30/07/1947, p. 04.

forneceria o ensejo para os periódicos se posicionarem diariamente, naqueles termos com relação à paz.

2. Solidários na guerra e unidos na paz

Em 1947, Osvaldo Aranha ocupava posição de destaque na Organização das Nações Unidas. Como presidente do Conselho de Segurança, da Assembléia-Geral Extraordinária e da II Assembléia Geral, Aranha considerou que um embate bélico entre Estados Unidos e União Soviética tornava-se pouco provável. Observou também que havia certo grau de colaboração entre as duas potências e que os Estados Unidos não possuíam muito interesse no continente americano, mas estavam preocupados com a Ásia e a Europa. Apesar de admirador da civilização norte-americana, o já conceituado diplomata aconselhou discrição no envolvimento brasileiro nas disputas travadas entre União Soviética e EUA no seio das Nações Unidas. Na época, outra posição era defendida pelo então ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes. Ele estava certo do desencadeamento de um novo conflito bélico entre os blocos capitalista e comunista, defendia a ação enérgica para conter uma possível bolchevização da Europa e advogava em favor da participação brasileira numa frente ocidental unida, sob o comando dos Estados Unidos (MOURA, 1991, p. 62-3). Porém, os dois diplomatas brasileiros manifestavam posição muito semelhante sobre o papel que a união das Américas deveria desenvolver no estabelecimento da paz no mundo.

Em entrevista concedida antes da realização da Conferência Interamericana e publicada em órgãos da imprensa, Osvaldo Aranha abordou o problema da paz mundial. Na ocasião, defendeu que as grandes potências compreendiam seus deveres com os povos de todas as outras nações, e, por isso, a paz estava sendo organizada mais rapidamente do que em ocasiões anteriores. De forma otimista, o diplomata concluiu que a União Pan-americana era uma experiência de vida pacífica e solidária de vinte e uma nações que deveria servir de base e inspiração para a organização de todos os povos e para a implantação de uma paz que se fundisse “não na vontade dos governos, mas na deliberação das consciências e na vontade soberana dos povos”³³¹

³³¹ OESP. 23/05/1947, p. 16.

Por sua vez, Raul Fernandes, ao conceder entrevista sobre a realização da Conferência Interamericana, enfocou a tradição pan-americana como modelo para constituição de um mundo pacífico. Como sugere editorial publicado no *O Estado de S. Paulo*, o pronunciamento de Fernandes foi extremamente crítico sobre a atuação da ONU e, por isso, indagava o periódico: “Se, como tão bem compreendeu o Sr. Raul Fernandes, a ONU se incapacitou para várias de suas tarefas fundamentais por que a infelicitou um defeito congênito, não nos caberá a obrigação de evitar que o mesmo aconteça na ordem particular das Américas?”. O jornal asseverava ainda que a tradição americana ilustrava, de forma precisa, a “luta constante em prol da solidariedade pacífica e juridicamente organizada.”³³²

Contudo, os jornais não apresentavam uma posição idêntica em todos os assuntos sobre os preparativos para a Conferência Interamericana. Se, por um lado, todos os jornais manifestavam expectativa com relação à reunião, por outro lado, dois periódicos apresentavam justificativas diferentes para explicar a composição da delegação brasileira para o evento. O *Correio da Manhã*, por exemplo, admitiu que Osvaldo Aranha era um “ilustre estadista”, com “valiosa experiência” e de “merecido renome internacional”, podendo, por isso, liderar a delegação nacional. Alegava, no entanto, que o Brasil possuía outros “homens capazes de representar dignamente os altos interesses nacionais”, sem, contudo, declinar nomes possíveis para composição da delegação nacional. Embora reconhecesse o prestígio internacional de Osvaldo Aranha, o periódico carioca manifestava-se favorável à escolha de Raul Fernandes³³³. Já *O Estado de S. Paulo* veiculou elogios sobre a composição da delegação, ressaltando a capacidade e o devotamento dos representantes brasileiros³³⁴. Apesar do renome internacional obtido por Aranha, é preciso considerar a posição política dos jornais e o prestígio que ambos atribuíam ao então ministro das relações exteriores Raul Fernandes, como visto anteriormente no segundo capítulo. Existia, portanto, um embate político do qual os órgãos impressos participavam ativamente, principalmente ao apoiarem a escolha do chefe da delegação brasileira na Conferência de Petrópolis.

Antes do início da Conferência, Raul Fernandes concedeu uma entrevista à imprensa brasileira, em que ressaltava o fato da ameaça de guerra ter atingido direta ou indiretamente todos os povos civilizados, colocando em perigo os grandes “princípios de liberdade e justiça”.

³³² OESP. 08/06/1947, p.03.

³³³ CM. 25/07/1947, p. 03.

³³⁴ OESP. 26/07/1947, p. 03.

Argumentava, ainda, que a atuação de algumas nações para perturbar a paz deveria constar na pauta de preocupações de todos os povos da América³³⁵. Manifestação que recebeu comentários elogiosos da chamada grande imprensa brasileira.

Entre os meses de junho e agosto, a imprensa brasileira publicou matérias sobre os preparativos, a proximidade e a “intensa expectativa” que cercava a reunião de Petrópolis³³⁶. Num artigo publicado no *Correio da Manhã*, Carlos Lacerda argumentava que o Brasil deveria ter tranquilidade e confiança para oferecer a sua contribuição ao “edifício da solidariedade continental”. Após fazer críticas à ONU, ressaltava que “o organismo vitalizado, capaz de prevenir a guerra entre as nações americanas e de solidarizá-las ante o ataque de potências estranhas” seria construído na Conferência de Bogotá. Porém, salientava que seria na Conferência de Petrópolis que se decidiria como, por que e, até mesmo, para o que deveria ser empreendida aquela construção.³³⁷

Aos poucos, a Conferência de Petrópolis ganhava foro de acontecimento internacional, contando, inclusive, com a presença de ilustre líder mundial. Num clima de expectativa, os órgãos da imprensa veiculavam notícias sobre a chegada do presidente norte-americano, Harry Truman, ao Rio de Janeiro. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* registrou seu júbilo pela possibilidade do Brasil receber o líder norte-americano, sobretudo em função de considerar que a visita seria importante para a causa da paz e da solidariedade americana. Além disso, indicou que a viagem do chefe do executivo norte-americano ao Rio abriria oportunidade para que, mais uma vez, se expandisse a simpatia que unia os brasileiros a todos os povos do hemisfério, dentre os quais se distinguia “com especial carinho os Estados Unidos.”³³⁸ Ademais, os jornais também veicularam material sobre a chegada da delegação norte-americana ao Rio de Janeiro e sobre a possível presença do general Marshall.³³⁹ Dentre as publicações, pode-se destacar um editorial elogioso veiculado pelo *O Estado de S. Paulo*. De acordo com o jornal, a delegação estadunidense seria “capaz de defender com brilho e precisão seu próprio ponto de vista” na luta

³³⁵ OESP. 03/08/1947, p. 40 e 08/08/1947, p. 03; FM. 03/08/1947, p. 01; CM. 03/08/1947, p. 01 e JB. 03/08/1947, p. 01

³³⁶ CM. 13/06/1947, p. 04; OESP. 28/06/1947, p. 01; CM. 13, 20 e 24/07/1947, p. 04; OESP. 26/07/1947, p. 01; JB. 11, 18, 23, 25 e 27/07/1947, p. 05; FM. 13 e 26/06/1947, p. 01; FM. 11/07/1947, p. 01;

³³⁷ CM. 13/08/1947, p. 02.

³³⁸ OESP. 22/06/1947, p. 03.

³³⁹ JB. 02/08/1947, p. 07. FM. 12/08/1947, p. 01.

contra os que ousassem se opor a causa da paz³⁴⁰, posição que coadunava com a tradicional admiração nutrida pelo matutino paulista com relação à civilização norte-americana. Deve-se observar que os jornais também informaram sobre a chegada das outras delegações, sem, no entanto, tecerem elogios semelhantes aos utilizados para saudar os delegados norte-americanos³⁴¹.

A cerimônia de abertura da conferência e o discurso inaugural proferido pelo presidente Eurico Gaspar Dutra ocuparam as páginas iniciais da imprensa nacional³⁴², interessando, igualmente, à imprensa internacional. Consta no *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, a reprodução de um editorial originalmente publicado no *New York Times* sobre o discurso do presidente brasileiro.³⁴³

Pautados nos discursos e entrevistas concedidas por Raul Fernandes, os jornais enfocavam as tensões no cenário político internacional, os caminhos para a manutenção da paz mundial e a necessidade de reforçar a solidariedade entre as nações americanas. Além disso, os periódicos definiam o empenho das nações americanas para formular um instrumento de defesa hemisférica como um exemplo a ser apresentado ao mundo como contribuição na luta pela manutenção da paz.

Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, Carlos Lacerda sugeria que o Brasil deveria tomar posição num mundo marcado pelos embates entre Estados Unidos e União Soviética, sobretudo para constituir uma aliança de cooperação com os EUA, porém sem especial desejo e preconizada em termos ativos por parte do Brasil. Embora não considerasse “especialmente desejável” que o governo brasileiro ficasse no campo do Ocidente ou no campo liderado pelo Kremlin, Lacerda ressaltava que o Brasil deveria perceber a existência de dois modos distintos de ser, de viver e, possivelmente, de morrer, uma constatação que permitiria a consolidação das alianças por parte do Brasil, assim como serviria para aumentar a segurança e abrir reais possibilidades de progresso e de paz para a nação. Avaliava, ainda, que as alianças brasileiras deveriam seguir o “rumo da história”, sem, contudo, se pautarem em “artifícios e mistificações”. Desse modo, elas tinham que ser “a expressão de nossas mais profundas e espontâneas afinidades”, sempre presentes na América. E sugeria que a aliança entre Brasil e Estados Unidos

³⁴⁰ OESP. 03/08/1947, p. 03.

³⁴¹ OESP. 12/08/1947, p. 02; 13/08/1947, p.13 e 14/08/1947,14; CM. 09/08/1947, 02.

³⁴² OESP. 15 e 16/08/1947, p. 01; CM. 16 e 17/08/1947, p. 01; JB. 15 e 16/08/1947, p. 07.

³⁴³ OESP. 16/08/1947, p. 01.

não deveria ser formulada na base da “subordinação, mas da cooperação, uma tendência mais natural e mais lógica da nossa política exterior, e a garantia mais justa para a nossa política interna”³⁴⁴.

A aliança com os Estados Unidos também foi tema de um editorial publicado pelo *Correio da Manhã*. Se, por um lado, o editorial registrava sua fé no trabalho dos delegados para o estabelecimento da paz e da concórdia entre os povos, bem como o respeito que as outras nações deveriam ter com os Estados Unidos, por outro lado, criticava os participantes que desejavam emprestar um novo caráter ao pan-americanismo, formulando teses, propostas, sugestões, tratados, alianças e convênios “prenhes de pleonasmos jurídicos e econômicos, de redundâncias políticas e diplomáticas”. Salientou, igualmente, que nas reuniões de estadistas e juristas sempre surgiam aqueles que, repisando temas e ruminando idéias antigas, acreditavam emprestar ao pan-americanismo caráter prático vital³⁴⁵. O *Correio da Manhã*, muito provavelmente, referia-se à tese apresentada pela delegação cubana sobre a agressão econômica.

É pertinente lembrar que os debates realizados na Conferência não se limitavam a confecção de tratados e acordos militares para a pacificação do continente, mas também contemplavam propostas sobre a reestruturação econômica dos países americanos. Desse modo, a delegação cubana propôs, sem obter êxito, que o pacto de defesa continental contemplasse a assistência econômica e militar oferecida pelos Estados Unidos aos países do continente americano. Porém, não foi apenas o jornal carioca que criticou a proposta formulada pela delegação cubana. *O Estado de S. Paulo* também noticiou que a “celebrada proposta acerca da ‘agressão econômica’” fora contornada “habilmente” no discurso em que o general Marshall solicitou o empenho de todas as nações, sem exceção, para o estabelecimento do princípio de responsabilidade coletiva para a defesa comum das Américas³⁴⁶.

Outra foi a posição adotada pela *Folha da Manhã*. De acordo com o jornal, o bom senso mais elementar deveria repelir a idéia de que os Estados Unidos quisessem resolver com planos bélicos o que só poderia ser resolvido com planos econômicos.³⁴⁷ Ocupada em avaliar a Conferência e debater aspectos da proposta cubana de auxílio econômico norte-americano aos países da América, a redação do jornal paulista emitiu contundente crítica à possível elaboração

³⁴⁴ CM. 16/08/1947, p.02.

³⁴⁵ CM. 16/08/1947, p. 04.

³⁴⁶ OESP. 22/08/1947, p. 14.

³⁴⁷ FM. 15/08/1947, p. 04.

do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sem, no entanto, deixar de levar em conta problemas da ordem econômica:

Realmente tem algo de artificial uma Conferência em que se pretende cuide apenas de celebrar um tratado que conjure as ameaças ou atos de agressão que venham a ter lugar contra qualquer das Repúblicas americanas, quando o que aflinge a todas essas Repúblicas são os problemas econômicos de importância vital. Economia e defesa são indivisíveis, e a primeira tem uma evidente procedência sobre a segunda, pois, como disse um delegado venezuelano, o poderio militar hoje se mede pelo poderio econômico³⁴⁸.

Vale lembrar que a *Folha da Manhã* tomava a democracia norte-americana como referência político-ideológica. Todavia, parece que sua opinião sobre o auxílio econômico estava relacionada à defesa da livre iniciativa e da propriedade privada no terreno econômico. Pode-se considerar, igualmente, que o jornal paulista ressentia da exclusividade do auxílio financeiro norte-americano aos países da Europa. Em certo sentido, possuía clareza das preocupações norte-americanas com as nações européias e requeria igual tratamento para o Brasil. Embora preconizasse a aliança entre Brasil e Estados Unidos, o matutino ainda mantinha certa autonomia para avaliar a situação internacional e a posição que o governo brasileiro deveria adotar em princípios da Guerra Fria.

Outro tema também foi objeto de debate nas páginas impressas. Em meio ao noticiário sobre a Conferência de Petrópolis, alguns artigos e editoriais indicavam os possíveis provocadores de novas guerras. O poeta Augusto Frederico Schmidt publicou, no *Correio da Manhã*, um artigo argumentando que a Conferência de Petrópolis deveria diferir-se do que em geral tinham sido as conferências e as reuniões internacionais. Afirmou que não bastava uma regra de conduta geral em face de possíveis agressões, mas que deveria ser consolidado um “espírito americano”. Desse modo, ressaltou que a Conferência deveria produzir uma mensagem da América ao mundo num momento de perigo, de dificuldades e de “uma guerra ideológica” que se apresentava como “a mais terrível das guerras”. Baseado nessa noção de guerra ideológica, Schmidt salientava que a União Soviética era o inimigo inspirador da movimentação das Américas³⁴⁹.

³⁴⁸ FM. 15/08/1947, p. 01.

³⁴⁹ CM. 16/08/1947, p. 01.

Em 1947, o anticomunismo constituía-se numa clara referência ideológica expressa nas páginas do *Correio da Manhã*, como bem ilustra seu editorial em referência ao continente americano como “reduto antibolchevista”. Com a paz e a harmonia servindo de suportes para a formação da própria natureza do homem americano, o antibolchevismo deveria ser muito mais do que uma possibilidade de “concordia entre as nações americanas”, pois, segundo a redação do jornal, a glória e a força das Américas não se restringiam somente à concordância política com respeito à ameaça bolchevista à manutenção da paz, mas aos fatores que plasmaram a civilização americana criando princípios que negavam e repeliavam a moral bolchevista. E concluía: “não somos apenas uma união contra o bolchevismo; somos uma civilização antibolchevista. Cumpra a cada nação americana estimular esta força viva”³⁵⁰.

Outro foi o recurso utilizado pelo *Jornal do Brasil* para ressaltar o desejo soviético de provocar desentendimentos e confusões no mundo. Argumentava que a imprensa soviética não queria a paz, pois nutria uma “visível má vontade” com a Conferência de Petrópolis, publicando comentários tendenciosos para “desvirtuar” os objetivos da Conferência e desejar o fracasso dela. Mesmo assim, o periódico carioca avaliava que os prognósticos soviéticos eram “desmentidos pelo espírito de harmonia e concordia, pelo ambiente de cordialidade reinante” na Conferência, pois os delegados mantinham os debates num plano elevado.³⁵¹

É preciso lembrar, contudo, que o anticomunismo não foi uma invenção da grande imprensa brasileira no período inicial da Guerra Fria. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p.01-18) destacou que órgãos da imprensa escrita adotaram uma postura anticomunista frente à Revolução Russa de 1917. No entanto, salientou que o movimento comunista de 1935 foi o maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil, fornecendo as bases para uma sólida tradição anticomunista brasileira, formada por um amplo espectro ideológico que reunia reacionários, conservadores, liberais e militantes de esquerda. Dessa forma, segmentos como o Estado, a Igreja católica, os organismos sociais, os partidos políticos e a imprensa contribuíram para a constituição de um conjunto de representações sobre o chamado “perigo vermelho”. Tais representações sustentaram o combate e a repressão aos militantes comunistas em algumas conjunturas históricas específicas, sobretudo no período posterior ao

³⁵⁰ CM. 16/08/1947, p. 04.

³⁵¹ JB. 29/08/1947, p. 05.

movimento comunista de 1935, no momento inicial da Guerra Fria e no período anterior ao golpe militar de 1964.

Portanto, é preciso pontuar a especificidade do material produzido durante a Conferência Interamericana de Petrópolis sobre a paz mundial. Os jornais pertencentes à grande imprensa brasileira argumentavam, com algumas nuances e diferenças, mas também com muita proximidade, que a manutenção da paz mundial estava relacionada ao papel desempenhado pelos Estados Unidos no estabelecimento da unidade entre as Américas, à aproximação do Brasil da posição política norte-americana, bem como o combate ao comunismo e à União Soviética.

A assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) reforçava a posição anti-soviética das nações americanas. De acordo com o documento, um ataque armado contra um Estado Americano seria considerado uma agressão contra todas as nações do continente. Em linhas gerais, os signatários comprometiam-se em apoiar os países membros em caso de ameaça armada externa, adotar medidas contra outras formas de agressão e estabelecer uma zona de segurança continental (VIZENTINI, 1995, p. 46). Naquela conjuntura, porém, não havia evidências de qualquer ameaça de agressão contra os Estados Americanos. Assim sendo, o TIAR estabelecia a defesa hemisférica contra a agressão externa e, além disso, simbolizava a política anti-soviética dos Estados Unidos, ou seja, representava um esforço de Washington para articular o sistema de poder norte-americano e a consolidar a liderança político militar dos Estados Unidos no continente (MOURA, 1991, p. 65-76). Portanto, é possível observar que o tratado representou um dos marcos do alinhamento do Brasil e da América Latina ao bloco de poder liderado pelos Estados Unidos na conjuntura da Guerra Fria (BUENO, 2002, p. 271).

Alguns jornais veicularam matérias sobre as atividades realizadas para a elaboração do tratado. Dentre eles, o *Jornal do Brasil* procurou demonstrar que o tratado poderia garantir a paz continental e funcionar como uma contribuição da América para a manutenção da paz no mundo. Consta no periódico carioca que a elaboração de um acordo de paz continental seria o máximo de felicidade que, num momento pós Segunda Guerra Mundial, poderiam os povos americanos desejar. Por fim, o editorial salientava que a “paz continental” seria o “máximo de contribuição que poderia a América fazer pela paz mundial”, oferecendo, no pacto de paz e segurança de Petrópolis, um exemplo de “sabedoria política ao mundo civilizado” e, conseqüentemente, cumprindo “a sua grande missão perante a humanidade”³⁵².

³⁵² JB. 19/08/1947, p. 05

Além de veicularem matérias sobre o trabalho dos delegados americanos para condenar a guerra e defender a paz no mundo, os jornais também se manifestavam sobre a expectativa da assinatura do documento e da sua aprovação na Conferência Interamericana. Em suas primeiras páginas, publicavam manchetes afirmando que os países participantes da Conferência condenavam a guerra e reafirmavam a vontade de resolver pacificamente as controvérsias criadas pelo embate internacional estabelecido naquele momento de formação dos blocos capitalista e comunista³⁵³.

Mesmo assim, o *Correio da Manhã* ressaltou que alguns jornalistas estavam decepcionados com o desenrolar da Conferência, sobretudo pela ausência de “debates apaixonados e aspectos sensacionais”. Nesse sentido, registrava que a Conferência era “pouco propícia à riqueza do noticiário e à agudeza dos comentários jornalísticos”, e questionava: “Mas será isso um argumento contra ela, um sintoma do que esteja fracassando ou falhando contra o seu objetivo?”. Para o jornal, a avaliação deveria ser contrária, uma vez que “a tranquilidade do ambiente, o acordo entre as delegações, a harmonia de pontos de vista” operados na Conferência indicavam que ela marchava “em linha reta para alcançar o seu objetivo.” Conforme registrou, a conferência possibilitava a confecção e, posteriormente, a assinatura de um tratado capaz de “assegurar a paz e a segurança do continente de acordo com o ato de Chapultepec”³⁵⁴.

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* destacou o papel desempenhado pelo Itamaraty na confecção e assinatura do tratado, o considerado uma carta política continental, pois refletiria “a fisionomia do continente tal como se delineou no desenrolar da história e no processo formador da nossa cultura”. Na elaboração do tratado, continuava o jornal, o observador deveria “fazer justiça ao Itamaraty, cuja tradição se confirmou esplêndida, em Petrópolis, graças à ação esclarecida, reta e enérgica do Sr. Raul Fernandes”³⁵⁵.

A análise positiva da atuação de Raul Fernandes reverberou nas edições seguintes do jornal paulista. Após indicar que a delegação brasileira tinha sido composta fora dos limites estreitos dos interesses governamentais, constituindo-se num exemplo de cultura, de habilidade política e diplomática, bem como de devotamento à causa brasileira, o matutino ressaltou que o país possuía um chanceler, cujos “tino, cultura e ação”, despertava a admiração dos

³⁵³ OESP. 22/08/1947, p. 14, 24/08/1947, p. 01, 30/08/1947, p. 01 e 31/08/1947, p. 01, CM. 31/08/1947, p. 01, 28/08/1947, p. 01 e 03/09/1947, p. 12, JB. 29/08/1947, p. 05, 30/08/1947, p. 07 e 03/09/1947, p. 05.

³⁵⁴ CM. 23/08/1947, p. 04

³⁵⁵ OESP. 29/08/1947, p. 01.

representantes das outras nações. Ainda de acordo com o jornal, somente uma “análise minuciosa poderia revelar a contribuição de Fernandes à causa nacional e à causa da paz”. Ademais, dirigiu severas críticas aos antecessores de Fernandes afirmando que depois de muitos anos em que a diplomacia brasileira, minada pela mediocridade, e decaída continuamente, era possível observar, em poucos meses, restaurar-se o seu renome e restabelecer-se o conceito honroso que, para ela, criaram nomes como Rio Branco e Joaquim Nabuco. Por isso, o periódico registrava seu apoio à atitude da Universidade de São Paulo de conceder o título de doutor “honoris causa” a Raul Fernandes³⁵⁶.

Raul Fernandes não foi o único participante da Conferência a receber elogios do matutino paulista. Os delegados de outros países também foram lembrados pelo periódico como empenhados no trabalho pela paz no mundo, porém sem ter seus nomes declinados:

Não creia o leitor que, apesar dessa tranquilidade, os representantes das Repúblicas americanas tenham cedido a fadiga ou que os trabalhos se arrastam monotonamente. Pelo contrário, todos trouxeram a sua pedra para a construção do novo edifício. (...) E isso, sem arriscarmos ao armamentismo, mas, pelo contrário, condenando-o formalmente. E isso, sem ressentimentos ou desacordos, mas, pelo contrário, dentro da harmonia, da compreensão e, freqüentemente, da franca cordialidade. Antes que o brilho da festa de encerramento ofusque, pela pompa, o julgamento, afirmamos que, em Petrópolis, algo se fez em favor da Segurança na América e da paz no mundo³⁵⁷.

O *Correio da Manhã* ressaltava a importância da construção de instrumentos jurídicos contrários à realização de guerras como uma função da América num contexto de Guerra Fria. Em primeira página, registrava que a América não era apenas uma expressão geográfica ou um bloco provinciano de nações, mas, ao contrário, apresentava-se ao mundo como “um todo, homogêneo e coerente”. Com o TIAR, prosseguia o periódico, o continente americano transformava-se num “bloco solidário de povos empenhados em preservar certos princípios irredutíveis da civilização ocidental, demonstrando na prática, que as nações soberanas” poderiam “viver norteadas por normas jurídicas consagradas em tratados e convenções³⁵⁸”.

Como demonstrado acima, os jornais da chamada grande imprensa não atribuíram à elaboração do TIAR como resultante de ordens diretas de Truman. Ainda assim, a visita do

³⁵⁶ OESP. 04/09/1947, p. 03

³⁵⁷ OESP. 31/08/1947, p. 01.

³⁵⁸ CM. 02/09/1947, p. 01.

presidente norte-americano movimentou a Conferência de Petrópolis e mereceu destaque nas páginas impressas. Desde agosto de 1947, os periódicos publicavam matérias sobre a importância da visita³⁵⁹. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, ressaltou que o ilustre visitante deveria ser acolhido de forma entusiástica e com as mais significativas homenagens, pois sua presença teria um “extraordinário alcance” e representava um “alto pensamento de paz, de harmonia e compreensão, que não exclui os velhos países da Europa, da Ásia, dos cinco continentes.”³⁶⁰ Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* salientou que a chegada do presidente Truman ao Rio de Janeiro, “para fechar com chave de ouro a Conferência Panamericana”, era comentada entre os diplomatas latino-americanos como “um acontecimento de extraordinária importância histórica, tendendo a fortalecer a fraternidade entre as Américas e, ao mesmo tempo, um grande estímulo para a paz mundial”³⁶¹.

Com tamanha expectativa por parte dos órgãos impressos, o presidente norte-americano desembarcou no Rio de Janeiro. E a imprensa noticiava que Harry Truman desfilou, em carro aberto, pelas avenidas centrais da cidade embandeirada, passou pelas tropas perfiladas e, sob salva de palmas e nuvens de confetes, foi recebido pelo povo carioca com simpatia e entusiásticos aplausos. Truman fora acolhido, continuavam os jornais, sob uma das maiores vibrações populares, recebendo uma recepção calorosa, vibrante, digna da amizade e dos sentimentos democráticos que ligavam os dois povos. A visita do presidente norte-americano transcendia às relações de amizade entre brasileiros e norte-americanos, pois significava também um tributo à América Latina³⁶².

No encerramento da Conferência, Truman discursou sobre o papel do Ocidente na manutenção da paz mundial. Nas páginas da imprensa, o pronunciamento rendeu manchetes com os sugestivos títulos: “A América falou para o mundo”, “Pronunciamento das Américas” e “Truman sincero!”³⁶³. Os jornais também publicaram editoriais sobre o discurso. O *Jornal do Brasil* ressaltou, em dois editoriais, a união entre Brasil e Estados Unidos para construir um mundo pacífico. No primeiro, salientou que os dois países comungavam dos mesmos ideais

³⁵⁹ OESP. 07/08/1947, p. 01; CM. 28/08/1947, p. 01; JB. 07/08/1947, p. 07; FM. 07,10 e 15/08/1947, p. 01.

³⁶⁰ JB. 14/08/1947, p. 05

³⁶¹ OESP. 29/08/1947, p. 01.

³⁶² OESP. 02/09/1947, p. 01; CM. 02/09/1947, p. 01 e JB. 02/09/1947, p. 05.

³⁶³ CM 03/09/1947, p. 04; JB. 03/09/1947, p. 05 e JB. 07/09/1947, p. 05.

democráticos, lutavam pelo advento de um mundo melhor e, conseqüentemente, deveriam ser considerados “artífices dessa majestosa criação” que aparecia como “um oásis neste mundo conturbado”. As duas nações, segundo a redação do jornal, foram “solidárias na guerra” e estavam “unidas na paz”³⁶⁴. No segundo, ressaltou que o continente americano lançava a “cruzada da paz” para conter a União Soviética, país que caminhava em direção da guerra. Com um braço, afirmava o jornal, a América assinava tratados de amizade e segurança e, com o outro, empunhava o fuzil apontado para o lado de onde pudesse surgir os perturbadores da obra inspirada no sentimento de solidariedade humana. E concluía que onde houvesse “o culto à violência e ao desrespeito aos direitos fundamentais do homem”, estariam os “novos inimigos da democracia ou do que melhor a define: as Américas Unidas!”³⁶⁵

O jornalista Carlos Lacerda demonstrava certo descrédito sobre à cooperação entre povos privados dos meios indispensáveis a um mínimo de felicidade e aqueles que possuíam um nobre padrão de vida. Avaliava que o mundo “não faria a guerra para salvar o capitalismo na sua forma de preservação do egoísmo, pois neste caso tudo não seria mais do que a defesa sangrenta, por muitos, do privilégio gozado por poucos”, ou seja, observava que as nações não fariam outra guerra para obter o mesmo resultado. Lacerda continuava sua avaliação da seguinte forma:

E, mais ainda, nem mesmo fará um esforço construtivo de paz, sem o qual toda prosperidade é um mito, em nome desse mesmo logro, em benefício desse mesmo embuste. Por outras palavras, um povo como o brasileiro que tem a vocação de paz, mas não dispõe dos meios para assegurá-la, não só não chegará à guerra como detestará a própria paz desde que ela seja um sinônimo de status quo, da manutenção de privilégios caducos, da preservação de gestos e palavras que não correspondem aos atos e ao espírito de uma civilização sadia e decente.³⁶⁶

Para Lacerda era inviável falar da “grandeza de uma civilização a preservar” sem o auxílio dos Estados Unidos para resolver os problemas financeiros e de infraestrutura do Brasil. Apesar da vocação pacífica do povo brasileiro, reconhecia que o discurso em prol da paz dependia de dinheiro, transporte, estradas e petróleo. As palavras em favor da paz sem auxílio econômico “serão sempre palavras roçando os limites da verdade, mas nunca impregnadas dela,

³⁶⁴ JB. 02/09/1947, p. 05

³⁶⁵ JB. 04/09/1947, p. 05.

³⁶⁶ CM. 02/09/1947, p. 02.

nunca a verdade viva e ativa”, complementava o jornalista³⁶⁷. Portanto, o jornalista era contrário a completa subordinação brasileira à política adotada pelos Estados Unidos no continente.

Vale lembrar que a ajuda econômica, em grande escala para a América Latina, não integrava as prioridades do governo norte-americano. Em síntese, o governo dos Estados Unidos argumentava que a região sofrera menos durante a Segunda Guerra Mundial, dela emergiu em situação econômica melhor do que outras regiões do globo e poderia se beneficiar indiretamente da recuperação econômica da Europa Ocidental. Desse modo, os Estados Unidos desviavam a discussão sobre os problemas econômicos da América Latina e insistiam, prioritariamente, na segurança e recuperação financeira dos países da Europa Ocidental (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 43-4).

É preciso observar, igualmente, que artigo redigido por Carlos Lacerda e publicado no *Correio da Manhã* demonstra que a edição de um jornal nem sempre apresenta opinião uníssona. É certo que o material disperso nas páginas impressas procura construir um sentido comum, uniformizando o posicionamento político do jornal e homogeneizando as informações colocadas em circulação (MARIANI, 1998, 29;33). Mesmo assim, num mesmo periódico é possível encontrar posições divergentes sobre determinado assunto. Certamente, a posição de Lacerda deve ser relacionada ao prestígio obtido por ele no meio profissional e o reconhecimento junto aos leitores (RIBEIRO, 2007, p. 232). Parece também que o jornalista procurava utilizar o espaço impresso para tecer críticas à direção conferida à política externa brasileira e, conseqüentemente, à administração do presidente Dutra. Ainda assim, o artigo de Lacerda contrasta com a posição da grande imprensa sobre os resultados da Conferência. Apenas para ilustrar, pode-se recorrer a um editorial em que *O Estado de S. Paulo* registrou o fim calmo da Conferência, sem acontecimentos sensacionais, como aqueles que agitaram as conferências e reuniões após o fim da segunda guerra, sobretudo em função da proximidade dos interesses políticos e econômicos dos países do continente americano.³⁶⁸

A própria redação do *Correio da Manhã* emitiu uma contundente posição sobre o perigo de guerra, a unidade das Américas e o discurso de Truman, ressaltando que um ambiente de desconfiança pairava no cenário internacional, sobretudo em função da “política de imperialismo avassalante” da União Soviética. Por isso, alegava que “nenhum povo, cioso de sua

³⁶⁷ CM. 02/09/1947, p. 02.

³⁶⁸ OESP. 10/09/1947, p. 16

responsabilidade em face da paz mundial, deveria decidir-se pela renúncia de uma política mundial e pelo desarmamento”. Em decorrência dessa análise da conjuntura internacional, o jornal carioca destacou a atmosfera de mútua compreensão entre as nações americanas e a importância da Conferência Interamericana de Petrópolis para a preservação da paz mundial nos seguintes termos:

A América sai dessa importante reunião, que leva o Brasil a fortuna de ver realizar-se em sua casa, animada pelos mais elevados propósitos de paz. Os países americanos, diante do sentimento sincero de respeito mútuo, que presidiu os trâmites da conferência de Petrópolis, refletindo-se no tratado elaborado ali, poderia desarmar-se, tão obsoleta é a presença de uma estrutura militar no Continente da Paz. Mas ele está cercado de interesses internacionais, onde infelizmente não existe a mesma atmosfera de mútua compreensão e tolerância. Em face do mundo, de onde pode partir uma agressão contra a América, e ainda para defender o resto da humanidade, precisa o Novo Continente permanecer vigilante, conservando suas forças para preservar a paz³⁶⁹.

Com o fim da Conferência de Petrópolis, alguns acontecimentos possibilitaram aos jornais reforçarem a posição de que a união das nações americanas, sob a tutela dos Estados Unidos, ajudaria na consolidação da paz mundial. A fundação do Kominform, o combate ao comunismo no campo político brasileiro e a realização da IX Conferência Americana em Bogotá ofereceram oportunidade para os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* construírem representações sobre os desencadeadores de novas guerras e as nações que lutavam pela paz.

A imprensa brasileira caracterizava a fundação do Kominform como um “novo golpe” dos comunistas internacionais. Fundado em setembro de 1947, o Kominform pode ser definido como um Centro de Informação dos Partidos Comunistas. Para a sua composição foram convidados os partidos comunistas do leste Europeu, com exceção do alemão e do albanês, bem como o partido comunista francês e o italiano. Instalado na Polônia, tinha como objetivo propiciar a Moscou o controle de todos os países considerados como satélites. Como guardião da coesão ideológica do movimento comunista, o órgão objetivava reforçar a proteção sobre a sociedade soviética que, após a guerra, expressava novas exigências de liberdade e tolerância. Em 1956, o órgão foi destituído em decorrência das denúncias realizadas por Krushev (SPRIANO, 1987, p. 209-11).

³⁶⁹ CM. 03/09/1947, p. 04.

Manchetes como “Proclamado pelos principais partidos comunistas da Europa a divisão do mundo em dois blocos”³⁷⁰, “O mais rude golpe, do ponto de vista político, caíra, com todo o seu peso, sobre a Organização das Nações Unidas”³⁷¹ e “Ressurreição do Kominform”³⁷² integravam as páginas de alguns jornais brasileiros. Ainda assim, apenas *O Estado de S. Paulo* veiculava matérias defendendo o combate ao Kominform. Em editoriais, o matutino paulista analisava como enérgica a reação do governo dos Estados Unidos em face da reconstituição da Internacional Comunista na capital da Iugoslávia e, conseqüentemente, proclamava a necessidade de “formação de uma frente única contra o comunismo”³⁷³.

No campo político brasileiro, a posição de enfrentamento com o comunismo marcou as medidas extremas tomadas pelo governo Dutra. Ações como o cancelamento do registro eleitoral do PCB e o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, em 1947, bem como a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1948, ilustram a posição anticomunista e antissoviética do governo brasileiro. Desse modo, governo e imprensa diária atacavam, no plano interno, os comunistas brasileiros, e, no plano externo, a União Soviética.

Nesse contexto político-ideológico, os jornais brasileiros continuavam a informar sobre a divisão do mundo em dois blocos. Nem todos, porém, possuíam uma clara posição sobre a possibilidade de uma nova guerra. O *Correio da Manhã*, por exemplo, afirmava, de forma genérica, que os homens desejavam a paz, mas nem sempre tinham condições de comandar os fatos históricos lançados numa determinada direção, sobretudo porque a situação internacional tinha “a lógica do seu próprio desenvolvimento, às vezes terrível e cruel, sempre implacável. E o mais que podemos fazer é compreendê-la e senti-la para que não sejamos sufocados por suas ondas num estado de surpresa ou inconsciência”. Apesar dessa preocupação em entender a lógica da situação internacional, o matutino carioca ressaltava que o comunismo era totalitário, intolerante e marcado por uma carga de fanatismo. Observava, igualmente, que as duas concepções de mundo defrontavam-se, em “posição de ataque e defesa, sendo imprevisível o desfecho desse antagonismo”, em virtude do qual o mundo poderia voltar talvez ao tempo da “pax romana”, isto é, da paz formulada por uma só potência.³⁷⁴ Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* também definia que não era possível observar qualquer recuo dos dois adversários na luta de

³⁷⁰ OESP. 07/10/1947, p. 01.

³⁷¹ OESP. 09/10/1947, p. 03.

³⁷² JB. 08/10/1947, p. 05.

³⁷³ OESP. 08/10/1947, p. 03; 10/10/1947, p. 03.

³⁷⁴ CM. 09/10/1947, p. 04.

grandes potências mas, ainda assim, a única segurança de que o mundo não enfrentaria proximamente uma nova guerra estava calcada na disposição de que nenhum dos rivais quisesse ser autor do primeiro tiro, pelo menos naquele momento.³⁷⁵

O combate ao comunismo foi tema de outra reunião entre as nações americanas. Em abril de 1948, foi realizada a IX Conferência Interamericana na cidade colombiana de Bogotá. A Conferência de Bogotá foi marcada pelos debates para a redação de um projeto contendo um pacto interamericano, uma espécie de declaração anticomunista que deveria ser formulada e aceita pelos países participantes. Continuando as atividades realizadas na Conferência de Petrópolis, a de Bogotá pretendia aprovar uma carta para formalizar as relações políticas e econômicas entre as Américas, estabelecer a Organização dos Estados Americanos e o Acordo Econômico de Bogotá. Em suma, o instrumento de paz elaborado em Bogotá tinha um caráter extremamente anticomunista³⁷⁶.

Apesar dessa pontual incerteza sobre a possibilidade de uma nova guerra, a IX Conferência Interamericana de Bogotá forneceu mais uma oportunidade para a imprensa brasileira associar pan-americanismo e combate ao comunismo à manutenção da paz. Antes mesmo do início da Conferência, alguns jornais tratavam da necessidade de combate ao comunismo. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, registrava que os agentes comunistas se sentiam fortes para dominar a América, desenvolvendo uma “campanha sorrateira, procurando, primeiro, quebrar a muralha de solidariedade, espalhando a intriga, na ânsia de indispor países com os outros.” Ainda de acordo com o jornal carioca, os comunistas planejavam dificultar a existência da solidariedade hemisférica: “Os comunistas sabem que enquanto esses conceitos de solidariedade permanecerem, seu credo não poderá vingar e, por isso mesmo, desenvolvem desesperado esforço no sentido de quebrar essa comunhão de ideais e dos interesses que envolvem todos os povos deste hemisfério.”³⁷⁷ Compartilhando dessa perspectiva, o *Correio da Manhã* divulgava, em primeira página, que a Conferência de Bogotá objetivava enfrentar o bolchevismo³⁷⁸.

Nesse processo de enfrentamento ao comunismo, alguns periódicos voltavam a defender o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos para combater possíveis agressões ao continente

³⁷⁵ OESP. 09/11/1947, p. 03.

³⁷⁶ OESP. 06, 07 e 23/04/1951, p.01 e 01/05/1951, p. 01; CM. 01, 23 e 30/04/1951, p. 01; JB. 01, 07 e 23/04/1951, p. 05 e 07. FM. 23/04/1951, p. 01.

³⁷⁷ JB. 27/02/1948, p. 05

³⁷⁸ CM. 31/03/1948, p. 01.

Americano. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* ressaltou que o Brasil deveria manter a sua tradicional posição de conciliador dos negócios interamericanos, já que, como mediador entre as nações sul-americanas e os Estados Unidos, o país viveu suas mais gloriosas etapas na política externa e conseguiu “manter a paz continental e colaborar na construção de uma solidariedade pan-americana”. Desse modo, definia que a coesão continental poderia ser obtida mediante uma estreita colaboração entre os estados, pois, um exame mesmo superficial da situação da política mundial poderia demonstrar a necessidade de tomar-se partido para enfrentar as duras provocações que os países do continente americano seriam submetidos num futuro próximo. Registrava, por fim, que o destino do Brasil encontrava-se bem definido, sobretudo por que “ligados indissoluvelmente à grande República do norte do continente”, a nação brasileira teria naquele momento, junto com os Estados Unidos e “em pé de igualdade, a liderança das Américas”, para que jamais as terras sulamericanas fossem “surpreendidas por golpes traiçoeiros”³⁷⁹.

Essa não era, contudo, uma posição exclusiva do matutino paulista. Mesmo sem defender o alinhamento do Brasil à “grande República do norte”, o *Jornal do Brasil* reconhecia a atuação norte-americana para defender a paz mundial organizando, em face do perigo russo, a defesa armada para “cumprir um dever de patriotismo, custe o que custar”³⁸⁰. Em outro editorial, o jornal indicava a eminência de uma nova guerra e a maneira como ela deveria ser veementemente combatida:

A guerra aí está. A mobilização deve começar em cada um de nós e a luta tem de ser travada dentro das fronteiras de cada país não em uma repressão policial, imbecil e contraproducente. Mas na recuperação das massas, na sua elevação a povos conscientes, para que não recorram, no desespero da injustiça, a uma revolta que se alastra, muito pela injúria e insinceridade dos que devem combatê-la³⁸¹.

O periódico carioca, possivelmente, aludia à repressão aos comunistas brasileiros e ao papel da imprensa para elevar a consciência da população. Em seguida, o *Jornal do Brasil* veiculava artigos indicando que a aliança das nações americanas “era vital para a defesa de todo o

³⁷⁹ OESP. 12/03/1948, p. 03.

³⁸⁰ JB. 18/01/1948, p. 05.

³⁸¹ JB. 18/03/1948, p. 05.

continente americano”³⁸² e editoriais associando o pan-americanismo à manutenção da paz mundial³⁸³.

Convém observar que a posição veiculada nos periódicos não era alimentada pelos telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias, mas pautava-se, por exemplo, nas declarações de João Neves da Fontoura, diplomata escolhido para chefiar a delegação brasileira na Conferência de Bogotá. Deve-se ressaltar que o evento possibilitou a imprensa nacional utilizar de modo mais constante as declarações dos membros do corpo diplomático brasileiro. Com frequência, os jornais da chamada grande imprensa veiculavam pronunciamentos de Fontoura sobre a confiança no êxito da reunião, o papel do Brasil como um dos percussores do sistema continental e como mediador de conflitos, bem como a fé na união das Repúblicas da América³⁸⁴. Apenas para ilustrar, o *Correio da Manhã* chegou a desejar boa sorte para o líder da delegação brasileira, diplomata responsável pela consolidação da posição de destaque e de honra do Brasil na Conferência³⁸⁵.

Desde o início da Conferência de Bogotá, os jornais da grande imprensa publicavam informações sobre as atividades realizadas, os debates empreendidos e a participação da delegação brasileira³⁸⁶. É preciso lembrar, no entanto, que as atividades da Conferência foram interrompidas por uma série de manifestações populares. Para o *Jornal do Brasil*, tais manifestações deveriam ser combatidas, pois eram resultado da doutrinação comunista:

Entre nós, não obstante as cautelas oficiais, a mocidade tem sido alvo de doutrinação demagógica, que endeusando os “heróis permanentes” da política soviética, pretendem ofuscar todo o trabalho construtivo das gerações passadas, que se mostram fiéis às constantes da civilização ocidental no centro da qual está a idéia de Pátria, a noção de família, a solidariedade cristã e o amor as liberdades públicas³⁸⁷.

Com a retomada das atividades, a delegação brasileira seguiu o posicionamento dos representantes norte-americanos, intermediou as relações entre a potência do norte e os demais

³⁸² JB. 12/03/1948, p. 05

³⁸³ JB. 23/03/1948, p. 05.

³⁸⁴ OESP. 23/03/1948, p. 22 e 28/03/1948, p. 44, CM. 31/03/1948, p. 01 e p. 04, JB. 31/03/1948, p. 06.

³⁸⁵ CM. 18/03/1948, p. 05.

³⁸⁶ OESP. 06/04/1948, p. 01 e 21/04/1948, CM. 30 e 31/03/1948, p. 01 e 07/04/1948, p. 01, JB. 30/03/1948, p. 07, 01 e 14/04/1948, p. 07; FM. 30/03/1948, p. 01, 31/03/1948, p. 01-02 e 18/04/1948, p. 01.

³⁸⁷ JB. 20/04/1948, p. 05.

países do continente americano e colaborou para o estabelecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como apoiou o debate sobre o comunismo e a declaração anticomunista incorporada à Carta da OEA (MOURA, 1991, p. 66).

O jornal *O Estado de S. Paulo* avaliou a ação dos delegados brasileiros como uma lição que serviria a todos os povos para restabelecer “aquele entendimento recíproco e aquela solidariedade indestrutível que sempre caracterizaram uma coletividade ativa, culta e livre”³⁸⁸. Nesse sentido, atribuiu à delegação nacional a responsabilidade pelos “bons resultados a que porventura chegar a Conferência”, pois, continuou o jornal, em função da hesitação dos norte-americanos, os representantes brasileiros não trepidavam em assumir a liderança do movimento em prol da União Política do Hemisfério. Em seguida, salientou que o Brasil defendia a atribuição de poderes políticos à União pan-americana e, com isso, demonstrava “a necessidade de erigir-se um órgão supra-estatal, ainda que não se quisesse consagrar em tal função a velha sociedade internacional das Américas”³⁸⁹. Posição muito semelhante pode ser observada nas páginas do *Jornal do Brasil*. O matutino carioca publicou que, em razão do desfecho da Conferência, a América mostrara-se vitoriosa no esforço de “confraternização de todas as nações” e o Brasil “saiu elevado pela conduta exemplar de seus representantes, cuja atitude corajosa revelou a essência de sentimento democrático”, aumentando a fé no poder da “democracia esclarecida e combativa”³⁹⁰.

A Carta da OEA, o projeto de combate ao comunismo internacional e a cerimônia de encerramento da Conferência de Bogotá ganharam as páginas da imprensa brasileira³⁹¹. Desse modo, a Conferência foi avaliada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como um marco para o continente americano, pois possibilitou a fundação da “primeira comunidade regional das nações”. Ainda de acordo com o matutino:

Para os que crendo na paz, querem realizá-la por meio de Assembléias Internacionais; para os que, crendo na boa vontade dos homens, sentem que lhes falta sobretudo um aparelhamento político eficiente e capaz de armá-los de sanções contra os criminosos; para os que, crendo nas Nações Unidas, percebem a falha de uma organização cujo único mal terá sido o nascer, cedo demais, num

³⁸⁸ OESP. 09/04/1948, p. 03.

³⁸⁹ OESP. 18/04/1948, p. 03.

³⁹⁰ JB. 15/05/1948, p. 05.

³⁹¹ OESP. 22, 23 e 30/04/1948, p. 01, FM. 20 e 30/04/1948, p. 01, CM. 29 e 30/04/1948, p. 01, JB. 14, 20, 23 e 30/04/1948, p. 07 e 01/05/1948, p. 07.

mundo ainda distante dos nobres ideais de humanidade; para todos, enfim, bastará saber que já existe uma Carta Interamericana³⁹².

Documentos como a carta da OEA ou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca serviam como fontes de informação para as análises realizadas pelos jornais brasileiros. As entrevistas e os discursos proferidos pelo então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Raul Fernandes, e pelo presidente norte-americano Harry Truman também alimentavam as discussões empreendidas pelos periódicos. A carta, o tratado e os discursos preconizavam a união do continente americano contra a ameaça de agressão comunista. Desse modo, os jornais avaliavam a necessidade do Brasil se alinhar aos Estados Unidos para combater o comunismo e, conseqüentemente, auxiliar na construção de uma aliança para a manutenção da paz mundial.

³⁹² OESP. 01/05/1948, p. 03.

CAPÍTULO V - DA PAZ À GUERRA DA CORÉIA

1. O expansionismo como ameaça à paz mundial

A grande imprensa brasileira demonstrava, cotidianamente, sua atenção para as disputas entre Estados Unidos e União Soviética na ONU. Particularmente o jornal *O Estado de S. Paulo* se destacava na tarefa de noticiar as possibilidades de uma nova guerra e acusar a União Soviética de ameaçar a paz no mundo, sem, contudo, descuidar-se de definir as tensões diplomáticas marcantes do cenário internacional como próprias do período da “guerra branca”. Em editorial, afirmava que se encontrava em pleno processo a “guerra branca” entre Estados Unidos e a União Soviética, e, alertava que mesmo quando aparentemente decresciam as hostilidades, o observador deveria precaver-se contra as aparências, pois, quase sempre, o recuo aparente apenas preparava e antecipava o novo golpe frontal.³⁹³

O termo “guerra branca” foi utilizado nos momentos iniciais da chamada Guerra Fria. É interessante observar que o termo foi cunhado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e utilizado num editorial, um espaço jornalístico marcado pela emissão de opinião. Provavelmente, referia-se ao jogo travado entre Estados Unidos e União Soviética para ampliação de suas respectivas áreas de influência. Pode-se observar, porém, que a guerra branca não era definida pelas agressões militares ou pelo desencadeamento de conflitos bélicos, mas, ao contrário, pela manutenção das hostilidades no campo diplomático e utilização dos órgãos impressos como plataforma para divulgação dos atos e idéias das potências mundiais pertencentes aos dois blocos. É preciso lembrar que a imprensa escrita brasileira ainda não utilizava, em 1947, o termo Guerra Fria, embora a expressão já fosse de uso corrente na imprensa norte-americana. Bernard Baruch, especulador financeiro e conselheiro do presidente democrata norte-americano Harry Truman, empregou o termo pela primeira vez ainda em 1947, durante os debates sobre a ajuda econômica que seria concedida à Grécia e à Turquia, no quadro da chamada doutrina Truman. Em seguida, o escritor e jornalista norte-americano Walter Lippman passou a utilizar a expressão para caracterizar certo estilo de relações internacionais, especificamente para descrever e analisar o antagonismo entre potências incapazes de alcançar um permanente estado de paz, mas também

³⁹³ OESP. 26/09/1947, p. 03.

cautelosas para não se precipitarem em um conflito parecido com a Segunda Guerra Mundial (DELMAS, 1971, p. 32-3). Entretanto, os jornais brasileiros mesmo reconhecendo a formação de blocos políticos antagônicos e identificando as potências mundiais que mantinham rivalidade, somente começavam a veicular o termo Guerra Fria em 1949.

Ainda no ano de 1948, a grande imprensa ocupou-se em noticiar o aumento das tensões na Europa e as possibilidades de manutenção da paz mundial. Às vezes, no entanto, os jornais publicavam material com dúvidas sobre a possibilidade de um novo conflito. Em artigo sugestivamente intitulado “Notícias Tranquilizadoras”, a redação do *O Estado de S. Paulo* avaliou que as duas grandes potências não estariam preparadas para uma guerra antes de 1952. Ressaltou, igualmente, que em tempos atribulados a quase certeza de ter diante de si quatro anos de paz era um “presente valioso para a humanidade inquieta”. Diante dessa avaliação positiva do cenário internacional, salientou que a concordância entre as ações e as palavras dos líderes mundiais poderiam contribuir para a manutenção da paz, ou, conforme registrou:

É necessário, porém, que os atos não contradigam as palavras, como se observou muitas vezes depois do fim das hostilidades. Cometeram-se muitos erros e fizeram-se declarações infelizes de parte-a-parte; as mais recentes prenunciam diligencias novamente em sentido errôneo, mas o que vale é que, no momento decisivo, o fato de não se acharem os adversários prontos para a guerra indicará o pendulo para a paz. Nisso reside a esperança do mundo³⁹⁴.

Não obstante a avaliação tranquilizadora expressa no artigo, a ocupação e divisão da Alemanha foram noticiadas em primeira página e ensejaram a produção de editoriais como ameaças à manutenção da paz mundial. Tanto *O Estado de S. Paulo* quanto o *Jornal do Brasil* atribuíam à União Soviética a responsabilidade pela divisão da Alemanha. De acordo com o periódico da família Mesquita, a proposta de unificação das zonas ocidentais de ocupação e o estabelecimento de um governo central alemão não eram medidas seguras para a manutenção da paz no velho continente, pois, avaliava o jornal que a divisão de uma “nação em duas partes e, sobretudo, a posição de antagonismos ou, pelo menos, de desconfiança que uma delas assumirá em relação à outra” constituíam “perigos de indisfarçável importância.” O matutino, de modo categórico, atribuíam a responsabilidade pelo episódio à União Soviética:

³⁹⁴ OESP. 01/02/1948, p. 48

Se, porém, qualquer desses perigos vier a concretizar-se e ameaçar a estabilidade política ocidental, será lícito imputar aos russos a responsabilidade dos males que advêm. Porque, é preciso não esquecer, foram os soviéticos que, recusando a unificação total da Alemanha democrática, fizeram malograr a Conferência de Londres e, com ela, liquidaram as últimas esperanças do apaziguamento entre o Ocidente e o Oriente³⁹⁵.

Os dois jornais informavam, ainda, que a União Soviética tinha desencadeado uma guerra de nervos em função da ocupação da Alemanha³⁹⁶. Além disso, *O Estado de S. Paulo* ressaltou que a propaganda sobre o acontecimento era o único recurso que os soviéticos possuíam na chamada “guerra branca”. De acordo com o editorial, os dirigentes soviéticos apresentavam sinais de exaustão, mas, mesmo assim, era preciso reconhecer que eles não haviam perdido o ânimo e nem mostravam intenções conciliatórias, pois continuavam a aguerrida competição contra os Estados Unidos. Desse modo, avaliava que “as armas de propaganda até então empregadas por Moscou na ‘guerra branca’ e que quase sempre acabam por dar maus resultados, parecem, afinal, constituir os únicos recursos de que dispõem os russos para enfrentar os norte-americanos”, como bem se evidenciava relativamente à questão da Alemanha ocupada³⁹⁷.

Se, por um lado, os jornais atribuíam responsabilidade à União Soviética por um possível conflito gerado pela ocupação da Alemanha, por outro, registravam a disposição dos líderes ocidentais em negociar com os soviéticos. Publicavam, por exemplo, matérias indicando que o líder britânico Winston Churchill era favorável a um acordo com a URSS³⁹⁸, transformando, assim, as decisões dos líderes mundiais como vitais para o futuro da paz e do mundo num momento crítico da política internacional.

A ocupação e a divisão da Alemanha também mobilizaram a produção de material jornalístico nos meses subseqüentes. O *Correio da Manhã*, por exemplo, veiculou uma charge sobre o tema. O traço gráfico do britânico David Low foi anunciado pelo periódico carioca como um verdadeiro comentário internacional “amargo, lúcido e, às vezes, profético”. Com a carreira construída no jornal britânico *Evening Standard*, David Low obteve reconhecimento internacional por visitar a União Soviética no início da década de 1930 e produzir charges com as

³⁹⁵ OESP. 09/01/1948, p. 03.

³⁹⁶ OESP. 18/01/1948, p. 03 e JB. 27/02/1948, p. 05.

³⁹⁷ OESP. 16/01/1948, p. 03.

³⁹⁸ OESP. 24/01/1948, p. 01, FM. 24/01/1948, p. 01, CM. 24/01/1948, p. 01, JB. 23/01/1947, p. 05 e 24/01/1948, p. 01.

suas observações de viagem. Nos final dos anos 1930 e início da década de 1940, produziu abundante material de cunho antifascista, criticando principalmente o líder nazista Adolf Hitler (HOBSBAUM, 1995, p. 372). Intitulada “A mulher serrada viva” e publicada na segunda página do jornal carioca, a charge apresentava a Alemanha fragilizada sendo dividida pelos líderes mundiais:



Na charge, Low tem como cenário um palco e, de forma irônica, registrava o espetáculo que marcava as disputas entre a União Soviética e os Estados Unidos. No clássico número de ilusionismo, os ministros do Exterior dos dois países preparavam-se para dividir a indefesa Alemanha. Apesar da força empregada e do poder de corte do instrumento utilizado para serrar a mulher – Alemanha – em duas partes, a charge recorria ao conhecimento do leitor sobre o habitual final daquele quadro de ilusionismo, e, desse modo, sugeria que a divisão do território

alemão provavelmente ocorreria por um breve período. Além disso, ela colocava em xeque o sucesso do truque de mágica, pois posicionava os dois ilusionistas atrás do caixote, disputando palmo a palmo o pedaço que lhes caberiam na tentativa de dividir a Alemanha.

A maneira como a ocupação da Alemanha foi noticiada pelos jornais brasileiros pode ser relacionada ao aumento da influência comunista na Europa. Interessada em converter um número cada vez maior de países ao socialismo, a União Soviética orientava sua política externa pela incorporação de territórios. Menos de três anos após a Segunda Guerra Mundial, os soviéticos tinham conquistado importantes espaços na Europa. A incorporação da Bulgária e da Albânia, em 1946, da Hungria, Romenia e Polônia, em 1947, e da antiga Tchecoslováquia, em 1948, representam o avanço soviético e a configuração do chamado Leste Europeu (RIBEIRO, 1995, p. 461-2). É preciso observar que, como formulou Aron (2002, p. 225-6), o argumento formulado pelos marxistas-leninistas para justificar o processo de sovietação baseava-se na crença da superioridade ou vitória inevitável do regime socialista sobre o mundo capitalista. Diante disso, os acontecimentos na antiga Tchecoslováquia adquiriram projeção mundial. Desse modo, a mobilização popular promovida pelo partido comunista e a recusa do governo daquele país em aceitar o plano Marshall deram ensejo para a imprensa mundial denunciar um golpe comunista em Praga (VIZENTINI, 2000, p. 203). Pode-se salientar que a União Soviética também rejeitou o auxílio econômico oferecido pelo governo norte-americano, e, além disso, impôs a mesma rejeição aos seus satélites. Dentro deste processo, a chamada sovietação da Tchecoslováquia desempenhou um papel fundamental na cristalização dos blocos capitalista e comunista (DELMAS, 1971, p. 53).

Como a ocupação da Alemanha esfriara como tema da pauta jornalística, os órgãos impressos começaram a chamar a atenção para a sovietação da Tchecoslováquia. Em primeira página, alguns jornais veiculavam matérias condenando a organização de um governo comunista na Tchecoslováquia³⁹⁹. Diante do acontecimento, todos os periódicos da grande imprensa classificavam a atuação soviética como uma agressão. No entanto, o *Correio da Manhã* ressaltava que o perigo de uma nova guerra residia na existência da chamada “cortina de ferro” e na sua aceitação como fronteira entre os dois blocos políticos por parte dos líderes ocidentais, mas não propriamente na sua transposição por parte dos russos. Tal como consta na sua coluna de assuntos internacionais, era preciso esclarecer que a “cortina asfixiante” tinha sido tolerada, até

³⁹⁹ OESP. 27/02/1948, p. 01 e JB. 27/02/1948, p. 01 e 07.

aquele momento, por “mil e um motivos”, sendo o maior deles “o reconhecimento mundial ao esforço do povo russo”. Mesmo assim, a cortina de ferro não poderia ser tolerada indefinidamente⁴⁰⁰.

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* registrou que, com espantosa rapidez, a Tchecoslováquia havia passado de “democracia culta e policiada” à “ditadura brutal e cega”. E avaliava que o desafio estava lançado para os países do chamado bloco capitalista, pois:

Se uma nova guerra, cuja ameaça volta a pairar sobre nossas cabeças, for evitável, só poderemos exterminá-la no nascedouro com energia e decisão. E ainda com energia e decisão devemos agir caso se manifeste inevitável o novo conflito, pois, como nos ensinou o passado recente cada semana de hesitações representará, inevitavelmente, um ano mais de tragédia no futuro⁴⁰¹.

Dias depois, classificou como “imperturbável a marcha agressiva” da União Soviética que, provavelmente, preparava novos planos e novas vítimas⁴⁰². Em oposição à política expansionista soviética, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã* noticiavam que o governo norte-americano preparava uma declaração contra novas intervenções em países europeus⁴⁰³. Ademais, os periódicos se posicionavam em editoriais. O matutino da família Mesquita, por exemplo, julgava que o imperialismo soviético marchava para exigir das democracias “não apenas um movimento de defesa, mas o contra-ataque decidido e imediato, único obstáculo capaz de deter Stálin em sua aventura megalomaníaca.” E concluía que a União Soviética havia se tornado “uma ameaça à paz mundial”, situação que exigia a imediata ação da ONU.⁴⁰⁴ Já o *Jornal do Brasil* não defendeu a atuação do organismo internacional, mas a ação direta dos países europeus, publicando matérias sugerindo que o oeste europeu deveria “reagir contra a expansão soviética” e as potências ocidentais unirem-se para enfrentá-la⁴⁰⁵. Por sua vez, o *Correio da Manhã* publicou uma ilustração com dois mapas para demonstrar o processo de conquistas empreendido pelos soviéticos. No centro da sua página inicial, o jornal veiculou a ilustração intitulada “Conquistas sem guerras” com o intuito de impactar o público leitor:

⁴⁰⁰ CM. 27/01/1948, p. 01.

⁴⁰¹ OESP. 29/02/1948, p. 03.

⁴⁰² OESP. 03/03/1948, p. 03.

⁴⁰³ FM. 04/03/1948, p. 01 e OESP. 06/03/1948, p. 01.

⁴⁰⁴ OESP. 14/03/1948, p. 03.

⁴⁰⁵ JB. 05/03/1948, p. 05 e 10/03/1948, p. 07.



IMAGEM 19 - CM. 07/03/1948, p. 01.

O primeiro indicava o continente europeu antes da Segunda Guerra Mundial. Já o segundo referia-se ao quadro pós-guerra, estampando em vermelho as nações sobre a influência soviética no leste europeu. A escolha da cor para destacar as partes do mapa não parece ter sido aleatória, pois o vermelho era facilmente identificado com o movimento comunista internacional. Tanto a cor utilizada quanto o confronto entre os dois mapas permitem ao leitor visualizar o expansionismo do comunismo soviético. Ambos foram seguidos de uma nota explicativa que procurava ilustrar o “alcance do imperialismo soviético” comparando-o ao processo de conquista empreendido pela Alemanha nazista e indicado, ainda, a extensão territorial sob influencia soviética como sendo maior do que a extensão territorial que ficou sob o domínio dos nazistas. É preciso salientar que os mapas não haviam sido produzidos pelo *Correio da Manhã*, pois eram reproduções de originais publicados no tradicional periódico francês *Le Figaro*, tido como um jornal conservador de direita. Portanto, a divulgação do mapa fornece indícios da visão do

matutino carioca sobre a atuação soviética na Europa e, também, aponta para um contato com a imprensa francesa.⁴⁰⁶

O matutino carioca veiculou matéria que tomava a expansão do comunismo como uma tática russa para combater o plano Marshall⁴⁰⁷. Contudo, o mesmo *Correio da Manhã* veiculou um material jornalístico sem qualquer referência direta ao papel agressivo do expansionismo soviético e a atuação dos Estados Unidos para manter a paz mundial. Embora o *Jornal do Brasil* fosse o periódico católico por excelência, fora o jornal dirigido por Paulo Bittencourt que publicou artigo de autoria do padre carioca Arlindo Vieira. Com o título “Fundamentos da Paz”, o artigo parecia evidenciar que a possibilidade de uma nova guerra exigiria uma postura cristã da população. Após reconhecer que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, nada havia sido feito pela paz e que o mundo caminhava “a passos agigantados para nova e maior conflagração”, o religioso ressaltava que ninguém desejava a guerra, porém rapidamente iam desaparecendo todas as esperanças de paz, a menos que a paz penetrasse os espíritos e inclinasse os indivíduos a uma fraterna “benevolência para com o próximo”. Desse modo, avaliava que a “paz verdadeira” poderia fundar-se “na justiça e na caridade”, complementando que uma “justiça dura e quase férrea” deveria ser “temperada pela caridade, única que pode unir os homens entre si”. E salientava que “todos os povos” deveriam reconhecer que eram “filhos do mesmo Pai” e, por conseguinte, eram todos irmãos devendo “viver em paz”.⁴⁰⁸ É preciso observar, por fim, que o periódico não veiculava, diariamente, representações idênticas sobre os provocadores de guerra ou sobre os responsáveis para manter a paz mundial, mesmo que a exigida postura cristã pudesse ser associada às práticas e representações próprias do chamado bloco de nações capitalistas.

Em decorrência de outro acontecimento no cenário internacional, a dificuldade em manter a paz mundial voltaria a figurar como assunto na pauta da imprensa impressa brasileira. Em julho de 1948, os aliados ocidentais realizaram uma reforma econômica nas áreas por eles controladas na Alemanha, objetivando, sobretudo, integrá-la à Europa Ocidental. Com o intuito de dificultar o abastecimento da região, Stálin decretou o bloqueio terrestre de Berlim Ocidental, acreditando que a medida poderia levar ao recuo da política norte-americana para a Alemanha. Ao contrário do que pretendia o líder soviético, a área ocidental da cidade foi abastecida por uma ponte aérea durante quase um ano e o acontecimento foi amplamente explorado pela propaganda

⁴⁰⁶ CM. 07/03/1948, p. 01.

⁴⁰⁷ CM. 28/03/1948, p. 01.

⁴⁰⁸ CM. 12/03/1948, p. 04.

anti-soviética do governo norte-americano (VIZENTINI, 2000, p. 203). É preciso observar, igualmente, que a crise de Berlim configurou-se como um momento de grande alerta no quadro de Guerra Fria. Além disso, o acontecimento pode ser observado como um prefácio à fundação de um Estado alemão na zona oriental, um sinal sobre a possibilidade de desencadeamento de uma terceira guerra mundial e, muito provavelmente, uma primeira tentativa do governo soviético em procurar conhecer as resoluções dos adversários ocidentais (FURET, 1995, p. 472-3). Em certo sentido, havia um temor generalizado de que a crise de Berlim resultasse realmente num novo conflito bélico depois da Segunda Guerra Mundial (LEBEDEV, 1983, p. 139).

O bloqueio de Berlim foi amplamente noticiado pela grande imprensa. Ela destacava, principalmente, a atmosfera de guerra criada e o acontecimento como um perigo para a paz mundial. Em resumo, ressaltavam a gravidade da crise de Berlim⁴⁰⁹, sempre julgando que a ação soviética colocava o mundo próximo de uma nova guerra, ou como apreciado pelo *O Estado de S. Paulo*:

Durante a última semana, a batalha “fria” de Berlim desenvolveu-se em toda a sua aspereza e chegou finalmente ao limite. Mais um passo em falso por parte dos russos e entraríamos no campo da guerra e das batalhas “verdadeiras”. É lícito esperar que tal passo não será dado. Por ora, tem-se a impressão de que Moscou aguarda a nota das três potências Ocidentais a propósito do Bloqueio ferroviário de Berlim, como a base para uma negociação entre os quatro e para um reexame geral da situação (...) a semana diplomática prenuncia-se decisiva. É chegado o momento de escolher: ou se continua assim até o irreparável, ou as coisas serão encaminhadas honesta e intencionalmente em direção a paz. Ninguém pede a Rússia que ceda. Pede-se-lhe apenas que não pretenda que os outros cedam⁴¹⁰.

Convém observar que o jornal substituíu o termo “guerra fria” – marcado até então para se referir ao embate diplomático ou a propaganda dos blocos capitalista e comunista – pela expressão “batalha fria de Berlim”, aproximando-se, assim, da nomenclatura que se ia consolidando internacionalmente para se referir ao distinto estado de beligerância mundial que se iniciava. Não sem deixar, contudo, de avaliar que a “batalha fria de Berlim” atingia o limite, sendo que, mediante mais um passo dos soviéticos, o mundo se veria envolto em nova guerra. Menos de uma semana depois da publicação daquele artigo, o jornal veiculava, entretanto, uma

⁴⁰⁹ OESP. 04 e 06/07/1948, p. 01, CM. 06/07/1948, p. 01 e JB. 02, 04, 10, 13, 17 e 20/07/1948, p. 01, 05 e 07.

⁴¹⁰ OESP. 06/07/1948, p. 01.

distinta avaliação sobre o cenário internacional. Com o título “Profecias perniciosas”, o artigo ressaltava que os homens de Estado e os políticos negavam a “probabilidade de uma guerra próxima”, contudo, a imprensa de certos países registrava “profecias”, as quais prediziam que o mundo se encontrava às vésperas de novas hostilidades. Por fim, reafirmava que a paz não estava em perigo e que parte da imprensa estava equivocada em sua avaliação, pois, mesmo que parte dela desempenhasse papel importante na “guerra de prestígios” travada entre as potências mundiais e, também, entre os distintos periódicos, não restava dúvida que a imprensa seguia “caminho errado e mesmo nefasto” ao fomentar o estado de beligerância internacional.⁴¹¹

Conforme as matérias veiculadas pelos jornais da grande imprensa, as potências ocidentais agiam para atenuar a tensão internacional, pois divulgavam uma nota de protesto contra o bloqueio soviético a Berlim. A despeito do esforço ocidental em poupar o mundo da tragédia de uma nova guerra, os jornais informavam sobre a negativa soviética em retirar o bloqueio⁴¹². *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, registrava que a recusa soviética colocava as partes envolvidas num “beco sem saída”, excluindo qualquer possibilidade de solução para o impasse. Mesmo assim, o matutino indicava a possibilidade de entendimento diplomático e que, para tanto, talvez fosse necessário a ocorrência de um fato novo, mesmo para melhorar ou piorar a situação internacional, uma vez que a possibilidade de um arranjo nas relações internacionais se encontrava envolta por rígidas posições dos adversários.⁴¹³

De fato, a crise de Berlim não desembocou no enfrentamento bélico entre as duas potências mundiais. Dias depois, a coluna publicada na página inicial do *O Estado de S. Paulo* indicava que “a última semana foi empolgada pela crise de Berlim ou, antes, para usar uma fórmula mais ampla, pela crise das relações Rússia soviética e as potências ocidentais. Relações de tal forma tensas, que se chegou a considerar a possibilidade de uma ruptura imediata”. Porém, concluía que nenhuma das nações tinha “a intenção – por ora, pelo menos – de chegar a extremos perigosos”⁴¹⁴.

Esse tipo de avaliação indicava certa autonomia do *O Estado de S. Paulo* no processo de produção do noticiário internacional, sobretudo por avaliar que nenhum dos blocos tinha intenção

⁴¹¹ OESP. 10/07/1948, p. 14

⁴¹² OESP. 06/07/1948, p. 01, 07/07/1948, p. 01, 10/07/1948, p.14, OESP. 15/07/1948, p. 01, FM. 07/07/1948, p. 01, CM. 07/07/1948, p. 01 e JB. 07/07/1948, p. 01, 07/07/1948, p. 05, 15/07/1948, p.01, 15/07/1948, p. 07 e 22/07/1948, p. 07.

⁴¹³ OESP. 17/07/1948, p. 01.

⁴¹⁴ OESP. 27/07/1948, p. 01.

de chegar a extremos perigosos ou, então, como indicado acima, por informar que a crise de Berlim não colocava a paz em perigo. O matutino paulista chegou a cobrar posição semelhante dos outros órgãos da imprensa, pois chamou atenção para o “caminho errado e nefasto” que o noticiário internacional poderia tomar. Tal postura, no entanto, não era comumente utilizada pelo jornal da família Mesquita e, muito menos, por outros órgãos da imprensa.

De modo geral, os órgãos da imprensa ressaltavam a atuação diplomática como parte do esforço pacifista das potências ocidentais. O *Jornal do Brasil* chegou a informar que os peritos militares e os diplomatas norte-americanos haviam sido convocados para estudar a crise de Berlim e, conseqüentemente, apresentarem uma solução para as quatro grandes potências mundiais.⁴¹⁵ Em primeira página, os periódicos estampavam matérias cujos títulos expressavam o empenho ocidental em solucionar a crise de Berlim. “Esforço para solucionar a crise de Berlim”, uma tentativa “extrema para salvar a paz mundial”, bem como “evitar a guerra e continuar a lutar para estabelecer as bases de uma paz duradoura” são apenas alguns exemplos de títulos escolhidos para as matérias jornalísticas.⁴¹⁶

Entre os meses de julho e setembro, as negociações para solucionar a crise de Berlim ocorreram na capital soviética. No entanto, os diplomatas não chegaram a uma solução sobre o futuro da cidade alemã. Apesar do fracasso da reunião, *O Estado de S. Paulo* ressaltou o esforço das potências ocidentais para resolver o problema: “Aos aliados ocidentais restará o conforto de saberem que, se a sorte da Europa não melhorar futuramente, nenhuma culpa lhes caberá, depois de tantos sinceros e reiterantes esforços conciliadores.”⁴¹⁷ Era outra, no entanto, a posição dos periódicos sobre a ação da União Soviética. Em primeira página, os jornais estamparam uma declaração proferida por John Foster Dulles com o sugestivo título: “O comunismo não é um regime de paz”⁴¹⁸

A ONU foi o palco escolhido para a tentativa de resolução do impasse criado em Berlim. Em setembro de 1948, representantes de cinquenta e oito nações reuniram-se, na cidade de Paris, para ali realizarem a III Assembléia Geral das Nações Unidas. Em decorrência do fracasso das negociações diplomáticas empreendidas na reunião de Moscou, os países ocidentais exigiam o levantamento do bloqueio imposto pelos soviéticos na cidade de Berlim. Na capital francesa, o

⁴¹⁵ JB. 25/07/1948, p. 05.

⁴¹⁶ OESP. 03, 04 e 15/08/1948, p. 01, CM. 25/08/1948, p. 01 e JB. 04, 18 e 25/08/1948, p. 01, 05 e 07.

⁴¹⁷ OESP. 18/08/1948, p. 03.

⁴¹⁸ OESP. 25/08/1948, p. 01, FM. 25/0/1948, p. 01, CM. 25/08/1948, p. 01 e JB. 25/08/1948, p. 01 e 07.

General Marshall discursou exigindo uma solução definitiva para os problemas que colocavam em risco a pacificação do mundo. Os outros oradores adotaram posição semelhante, pois alertaram para o grau de responsabilidade das potências mundiais e fizeram vibrantes apelos em prol da paz mundial. A despeito da atuação dos aliados ocidentais, os soviéticos não concordaram com o fim de bloqueio de Berlim e, desviando o foco da discussão, apresentaram proposta de desarmamento das cinco potências mundiais. Sem obter êxito, os participantes procuravam debater questões concernentes à paz, à segurança e ao bem estar dos povos⁴¹⁹.

A participação do Brasil na III Assembléia da ONU ganhava as páginas da imprensa brasileira⁴²⁰. Mais uma vez, os órgãos impressos ressaltavam a tradicional orientação pacifista do país. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, destacou o pronunciamento de Raul Fernandes, então ministro das Relações Exteriores, como uma interpretação precisa e absolutamente fiel da doutrina tradicional do Itamaraty. Na ocasião, Fernandes salientou que era preciso trabalhar para preservar as futuras gerações do flagelo da guerra, criar condições que favorecessem a paz e a aplicação da justiça respeitando os direitos fundamentais dos povos. E concluía que, consonante aqueles princípios, seria preciso assegurar que nenhuma nação pudesse usar a força armada senão a serviço do interesse comum.⁴²¹

Para os participantes da Assembléia, a União Soviética se constituía numa ameaça à paz mundial. Mesmo assim, a União Soviética se apresentava como defensora da paz e da segurança mundial. Nesse embate, a cobertura jornalística realizada pela grande imprensa brasileira reafirmava aquela nação como comprometendo a constituição de um mundo pacífico, como bem sugerem os textos que procuravam engendrar representações da União Soviética como “responsável por uma nova guerra”, dissimuladora por não “responder sobre o desejo de guerra ou de paz na ONU” e “desencadeadora da política do medo”⁴²². Além disso, os jornais publicavam a declaração em que o secretário de Estado norte-americano George Marshall afirmava ser o “bloqueio de Berlim ameaça à paz mundial”⁴²³, e, posteriormente, veicularam o pronunciamento de Winston Churchill sobre a possibilidade de uma nova guerra⁴²⁴. Na coluna publicada na página inicial do *O Estado de S. Paulo*, eram estampados comentários sobre as

⁴¹⁹ OESP. 12, 22, 24 e 26/09/1948, p. 01.

⁴²⁰ OESP. 29/09/1948, p. 03, JB. 29/09/1948, p. 01 e 07 e CM. 30/09/1948, p. 01.

⁴²¹ JB. 30/09/1948, p. 05.

⁴²² JB. 26/09/1948, p. 07 e 28/09/1948, p. 07, OESP. 28/09/1948, p. 03 e 08/10/1948, p. 03.

⁴²³ OESP. 09/10/1948 p. 01, CM. 09/10/1948, p. 01 e JB. 09/10/1948, p. 07.

⁴²⁴ OESP. 10/10/1948, p. 01 e JB. 10/10/1948, p. 07.

declarações de Marshall, a crise de Berlim e a posição das potências ocidentais para resolvê-la. No material também era possível observar que o futuro do mundo estava ameaçado pelo estado de tensão, mal-estar e alarme criado pela “ameaça oriental”, o qual, inclusive, poderia provocar “rupturas irreparáveis” nas relações internacionais. Por fim, avaliava positivamente o fato de as potências ocidentais, julgadas como “provocadas e ofendidas”, terem apelado para o tribunal das Nações Unidas para resolver a crise de Berlim⁴²⁵.

Outro tema, no entanto, interessava aos soviéticos na Assembléia da ONU. Distantes de resolver a crise de Berlim, os diplomatas soviéticos procuravam colocar em discussão a necessidade de controle dos armamentos atômicos. Com traços de humor, o chargista britânico David Low capturou a inesperada ação soviética. Publicada no *Correio da Manhã*, sua charge procurava demonstrar o *ballet russo* para fugir das negociações sobre a crise de Berlim e colocar outra discussão em pauta:



IMAGEM 20 - CM. 15/10/1948, p. 01

Com traços de humor, o chargista retratava as reuniões da ONU como palco de um espetáculo de balé, arte consagrada em terras soviéticas e desenvolvida por meio de passos

⁴²⁵ OESP. 09/10/1948, p. 01.

sincronizados ou saltos ostentosos dos bailarinos. No balé intitulado “O controle atômico – 2º ano”, o bailarino – representando a União Soviética – executa um passo inesperado que, ao mesmo tempo, o projeta acima da bailarina – significando a ONU – e a surpreende. Ato executado não sem agressão do bailarino à sua parceira de bailado. Enfim, a charge considerava que, a despeito da intenção da ONU em coreografar o balé internacional das nações, a URSS não estava disposta a figurar como um bailarino cujos passos fossem marcados pela pretensa coreógrafa, como provava a sua atitude de recolocar na pauta da discussão internacional o controle do armamento atômico.

Deve-se ressaltar, igualmente, que a relutância soviética em levantar o bloqueio de Berlim foi registrada pelo *O Estado de S. Paulo* como um desejo de guerra que exigia a preparação militar do Ocidente para se defender. Em editorial, o matutino paulista reconhecia que as “insólitas exigências russas” aproximavam o mundo de uma nova guerra e requeria que o Ocidente abandonasse “todas as hesitações e todas as esperanças infundadas” para atirar-se, decididamente, “aos preparativos para a defesa”. Desse modo, o jornal reconhecia a impossibilidade de se manter a precária paz que o mundo suportava há três anos, porém considerava que “na verdade, menos que paz, antes parece um simples armistício.”⁴²⁶ Dias depois, outro editorial ressaltou a dificuldade enfrentada para se resolver a crise de Berlim e a necessidade do bloco ocidental se preparar para a defesa, deixando as democracias “à vontade no seu posto de acusadores de uma agressão à paz” e conscientes de que não lhes faltaria o apoio do direito e da moral internacionais. Ainda conforme o editorial, as potências ocidentais não poderiam recuar e deveriam “aguardar, sem rebeldias, a decisão do órgão competente”, pois os soviéticos “tiveram a ousadia de demonstrar seu ânimo hostil, dando a primeira demonstração concreta de suas intenções com o bloqueio da capital alemã.”⁴²⁷ No dia seguinte, o jornal voltaria ao tema afirmando que nem os aliados ocidentais e nem os russos poderiam recuar, sobretudo por causa da evidente divisão do globo em duas faces antagônicas. De acordo com o matutino, a situação internacional se apresentava da seguinte forma:

Enquanto os russos não demonstrarem desejo de voltar atrás em sua aventura – e sinceramente duvidamos que isso jamais venha a acontecer – só cabe ao Ocidente preparar-se para o pior. (...) Esperamos, pois, que, diante de um tal quadro, não se venha a repetir o sovado argumento de que todos os preparativos

⁴²⁶ OESP. 14/10/1948, p. 03.

⁴²⁷ OESP. 16/10/1948, p. 03.

de guerra só poderão prejudicar a causa da paz, pois que, na verdade, vivemos um instante da história humana em que, se, por um milagre, salvar-se a paz, esse impossível se terá realizado apenas por que os democratas não deixaram de preparar-se para a guerra. Na verdade, só vemos, para o futuro, duas alternativas: ou a URSS recua ou seremos atacados pela URSS⁴²⁸.

O embate entre os líderes mundiais sobre o bloqueio de Berlim prosseguia e, conseqüentemente, a imprensa escrita brasileira veiculava matérias com os mais ilustrativos títulos: “Stálin lançou sobre as potências ocidentais a responsabilidade pela tensão internacional”; “Impossível negociações com Moscou enquanto prevalecer o bloqueio de Berlim”; “As atitudes inamistosas dos soviéticos tornaram quase impossível a solução da crise de Berlim”; “Somente na solidariedade contra as agressões reaparecem as perspectivas de paz”; e “Truman aponta a Rússia como obstáculo à paz mundial.”⁴²⁹

Apesar do temor de uma nova guerra, o bloqueio de Berlim foi suspenso sem o início de um novo conflito mundial. Em maio de 1949, os jornais anunciavam a eventual suspensão do bloqueio de Berlim por parte dos soviéticos, indicavam a perspectiva de manutenção da paz mundial e veiculavam manchetes sobre a liberdade de circulação na cidade alemã⁴³⁰. As manchetes publicadas em primeira página com material enviado pelas agências internacionais de notícias associavam o fim do bloqueio de Berlim ao restabelecimento da livre circulação no lado Ocidental, a instauração da liberdade e a manutenção da paz, como bem sugerem os títulos estampados pela grande imprensa: “Reiniciado o trânsito entre as zonas Ocidental e Oriental da Alemanha”⁴³¹; “Circula-se livremente em Berlim”⁴³²; “Berlim: trânsito livre!”⁴³³; e “A paz da liberdade”.⁴³⁴

Pontualmente, *O Estado de S. Paulo* questionava se a eventual suspensão do bloqueio deveria ser tomada como o completo desfecho do embate travado entre os blocos capitalista e comunista ou somente como uma simples trégua. Já os demais jornais continuavam a ressaltar o papel das potências ocidentais para o desfecho da crise iniciada com o bloqueio soviético em

⁴²⁸ OESP. 17/10/1948, p. 03.

⁴²⁹ OESP. 29/10/1948, p. 01, CM. 29/10/1948, p. 01, JB. 29/10/1948, p. 06, OESP. 09/11/1948, p. 01, JB. 17/11/1948, p. 07, JB. 04, 08 e 28/12/1948, p. 07.

⁴³⁰ JB. 04 e 05/1949, p. 05, FM. 05/05/1949, p. 01 e CM. 05/05/1949, p. 04.

⁴³¹ JB. 12/05/1949, p. 05.

⁴³² CM. 12/05/1949, p. 01.

⁴³³ FM. 12/05/1949, p. 01.

⁴³⁴ OESP. 13/05/1949, p. 03.

Berlim. A associação entre ação do bloco capitalista e manutenção da paz mundial ficou evidente na coluna veiculada na página inicial do *Correio da Manhã*:

Só a inabalável decisão ocidental de conseguir a paz, mesmo à custa dos maiores sacrifícios, poderia ter dado ao mundo Ocidental a brilhante vitória que representa a suspensão de Berlim. O Bloqueio, durante tanto tempo mantido pelos soviéticos, era como uma brasa que continuasse a arder ameaçando o mundo, depois de apagado o incêndio da última guerra. Mas a atitude das Nações Democráticas, paciente e enérgica, pôde mais uma vez afastar o perigo⁴³⁵.

Ainda em 1949, a grande imprensa brasileira indicava um novo perigo que deveria ser enfrentado pelas chamadas nações democráticas. Depois de combaterem o Bloqueio de Berlim, os países do bloco capitalista deveriam atentar para o “pacto da paz” lançado pela União Soviética e, também, para a participação dos militantes comunistas brasileiros no Movimento Pela Paz Mundial.

2. Ofensiva de paz ou preparação para a guerra

A doutrina Truman, o Plano Marshall, a organização do Komintern, o bloqueio de Berlim e a formação da OTAN são alguns dos acontecimentos que intensificaram a Guerra Fria. Com o acirramento das tensões entre os dois blocos políticos, as duas potências mundiais procuravam se armar. Ao avaliar a situação internacional no início de 1949, um editorial publicado na *Folha da Manhã* indicava que o rearmamento era o caminho trilhado pelas grandes potências desde o fim da última conflagração. Por isso, concluiu que aqueles anos deveriam ser caracterizados “mais como um momento de pré guerra do que após guerra”⁴³⁶.

Nesse contexto, a União Soviética adotou uma nova orientação na sua política externa. Essa nova posição consistia em dois princípios básicos. Primeiramente, os soviéticos objetivavam formar uma ampla frente antiamericana para impor aos Estados Unidos um novo arranjo mundial. Em seguida, pretendiam obter avanços nas pesquisas nucleares e, ao mesmo tempo, paralisar o

⁴³⁵ CM. 07/05/1949, p.01

⁴³⁶ FM. 13/01/1949, p. 04.

desenvolvimento armamentístico norte-americano. Procuravam, no entanto, apresentar a União Soviética como uma nação que lutava pelo estabelecimento da paz mundial. Por isso, os dirigentes soviéticos organizaram o chamado Movimento pela Paz Mundial.

Iniciado em agosto de 1948, na Polônia, com a realização do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e intensificado, em novembro, na França, com a realização do Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”, o movimento pela paz logo foi difundido para outras partes do mundo (RIBEIRO, 2003, p. 10). Até mesmo nos países capitalistas, grupos sociais sem qualquer vinculação com o comunismo se manifestavam em favor da paz mundial e contra o desencadeamento de novas guerras (CUPERTINO, 1960, p. 08).

Desde o início de 1949, os jornais da grande imprensa começavam a combater a participação dos comunistas brasileiros no movimento pela paz. Inicialmente, os periódicos indicaram que a ação dos comunistas em prol da paz mundial não passava de mera propaganda. O *Jornal do Brasil* chegou a destacar que era indispensável suspeitar de toda manobra destinada a mostrar às potências democráticas a diplomacia soviética sob aspectos realmente pacíficos⁴³⁷. Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* veiculou matérias sobre a participação da imprensa comunista na “ofensiva de paz soviética” e associou a linha política soviética a uma manobra de propaganda. Nesse sentido, procurou salientar que os “rumores” sobre a ofensiva de paz não passavam de uma ação coordenada pelos agentes do Kominform para lançar uma “cortina de fumaça” e ludibriar os povos do Ocidente⁴³⁸.

Outros órgãos da imprensa brasileira adotavam posição parecida para informar sobre um pronunciamento do líder soviético Josef Stálin. No pronunciamento, o líder soviético fez uma “oferta de paz” aos representantes do chamado bloco ocidental. Na imprensa escrita brasileira, a posição expressada pelo dirigente comunista ganhava os mais diversos comentários. “Aspirações pacifistas como manobra de Stálin”, “pirotécnica diplomática russa”, “estratégia verborrágica de paz” e “recebida com pouco entusiasmo e desconfiança o simples episódio de uma estratégia política global” são apenas exemplos sobre a forma como o pronunciamento fora veiculado e analisado nas páginas impressas brasileiras⁴³⁹.

⁴³⁷ JB. 02/01/1949, p. 05.

⁴³⁸ OESP. 19/01/1949, p. 01, 25/01/1949, p.01 e 26/01/1949, p. 01.

⁴³⁹ OESP. 01/02/1949, p. 01, 02/02/1949, p. 01, 02 e 03, 04/02/1949, p.03, 06/02/1949, p. 01, CM. 01/02/1949, p. 01, JB. 01/02/1949, p. 05 e 07, 05/02/1949, p. 04, FM.01/02/1949, p. 01 e 03/02/1949, p. 01 e 04, DSP. 01/02/1949, p. 01.

O tema também foi objeto de um artigo publicado no *Correio da Manhã*. No texto intitulado “Palavras e Fatos”, a redação do jornal carioca ressaltava que o sofisma e a adulteração do significado usual de certas palavras eram armas preferidas da propaganda comunista. Baseada numa concepção Ocidental de paz, no empenho dos povos para a solução dos problemas prementes e para a compreensão mútua, a redação ainda registrava que a “paz soviética” – denominada “paz indivisível” – visava criar condições para o poder soviético se espalhar e dominar o mundo inteiro, principalmente pela “incorporação de cada país na cadeia da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas Mundiais”. Após criticar a ofensiva de paz soviética, o periódico apresentou a concepção de paz que as nações ocidentais deveriam adotar:

A paz, no conceito ocidental, é obra de longo fôlego, de pensamento e de ação; requer paciência infinda e esforços ingentes; exige a solução de problemas permanentes e a colaboração de homens. Querer a paz é saber ganhar guerra fria e saber criar condições dentro das quais poderão os povos livres “resistir” indefinidamente e sem desfalecimento. Seja na ordem econômica ou intelectual, no plano militar ou educacional, pela ação da diplomacia ou pela dos governos, da imprensa e dos sindicatos, pela colaboração dos cristãos e pela dos sábios e escritores, faz-se mister que tudo se ponha ao serviço da compreensão mútua dos povos, para associar os seus interesses e desenvolver o espírito de solidariedade, tolerância e justiça⁴⁴⁰.

No artigo veiculado pelo *Correio da Manhã*, a mobilização de amplos setores para a compreensão mútua entre os povos e obtenção da paz relacionava-se com a criação de condições para os povos livres vencerem a Guerra Fria. Apesar da utilização da expressão, o material jornalístico não procurava caracterizar o estado de beligerância próprio da Guerra Fria, sobretudo por ocupar-se mais da discussão genérica sobre o caminho que deveria ser trilhado para o estabelecimento da paz mundial.

Outros argumentos foram utilizados num artigo publicado no *Jornal do Brasil*. O sucesso do plano Marshall e a necessidade do Kremlin obter “paz no oeste” para “arrumar a casa no leste”, sobretudo em decorrência da posição autônoma assumida por líderes comunistas como o Marechal Tito na Iugoslávia, foram às razões indicadas pelo jornal para o desencadeamento da ofensiva de paz soviética. Desse modo, o artigo também destacou a distância entre as palavras e os atos da política externa soviética no pós Segunda Guerra Mundial:

⁴⁴⁰ CM. 04/02/1949, p. 01.

Lá, no Kremilim, uma pomba da paz está arrulhando ternamente. Essa pomba da paz usa bigode, fuma cachimbo e chama-se José Stálin. Não é está a primeira vez que Stálin fala de paz. No dia 24 de setembro de 1946, Stálin disse mais ou menos a mesma coisa, isto é, afirmou que as nações comunistas e capitalistas podem viver em paz. Entretanto, as declarações amistosas que Stálin fez em 1946 foram seguidas, em 1947, não por atos de amizade, mas por atos de hostilidade. Depois daquelas belas palavras de 1946, o Kominform foi formado, os comunistas provocaram graves distúrbios na França e em outros países e, finalmente, efetuaram o “putsh” da Tcheco-Eslováquia. Agora, a pomba da paz está arrulhando de novo...⁴⁴¹

Em reportagem, redigida a partir de telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias e publicada na primeira página, *O Estado de S. Paulo* registrou que a “ofensiva de paz soviética” não passava de “intenções dos vermelhos” para mascarar “planos subterrâneos” e “separar as democracias”⁴⁴². Porém, o tema não esteve presente apenas nas páginas do jornal paulista. Referindo-se aos objetivos guerreiros dos soviéticos, no artigo intitulado “A paz no espeto” e publicado no *Correio da Manhã*, o jornalista Carlos Lacerda também se posicionou contra a “paz soviética”. Se, por um lado, Lacerda afirmava que o mundo ocidental era marcado pela existência de forças que desejavam “desencadear a guerra para eliminar de uma vez por todas o perigo russo”, por outro lado, enfatizava que o “militarismo russo” também se preparava para superar o equilíbrio de forças instituído no confronto entre os blocos capitalista e comunista⁴⁴³.

É preciso lembrar que os comunistas brasileiros participavam da “ofensiva de paz soviética”. Os membros do PCB integravam o chamado Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, realizavam diversos comícios, passeatas, manifestações e congressos em defesa da pacificação das relações mundiais e, desse modo, vinculavam suas ações aos desígnios da diplomacia soviética (LONER, 1985, p.143-4). Esse aspecto indicado pela historiografia foi, na época, registrado por órgãos da imprensa escrita brasileira. Nesse caso, parece lapidar uma coluna publicada pelo *Jornal do Brasil*. Intitulada “A paz de Moscou”, a coluna ressaltava uma mudança de estratégia dos soviéticos que, para o jornal, até então, tinham atuado como “sabotadores de todas as propostas conciliatórias feitas pelos aliados nos congressos internacionais”. Ainda segundo a coluna, com a “ofensiva de paz” os soviéticos tinham resolvido se mascararem de “calmos, refletidos e bem educados” promovendo conferências pró-paz

⁴⁴¹ JB. 05/02/1949, p. 05.

⁴⁴² OESP. 01/04/1949, p. 01

⁴⁴³ CM. 03/04/1949, p. 02.

justamente em países que mais se preocupavam com os assuntos referentes à paz e, portanto, não precisavam de lições sobre o assunto.⁴⁴⁴

É preciso lembrar que a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela paz estava vinculada à estratégia pecebista de envolvimento em discussões sobre causas populares nacionais e internacionais no final da década de 1940 e durante a de 1950 (SEGATTO, 1981, p. 66). A atividade dos comunistas em campanhas como as que pregavam a criação de medidas protecionistas para o petróleo, minério de ferro, manganês e nas questões internacionais que envolviam a Guerra da Coréia e a paz mundial parece ter possibilitado a conservação de alguns espaços de atuação política para o PCB. Ao menos aparentemente, esse tipo de ação evitou o desaparecimento completo dos comunistas brasileiros como força política atuante após o cancelamento do registro partidário e a cassação dos mandatos dos seus parlamentares no final da década de 1940 (VINHAS, 1982, p. 96).

Desse modo, a participação dos comunistas brasileiros no movimento pela paz ocorreu em condições históricas peculiares. Pautados na linha política definida pela União Soviética e na busca de espaços para atuação no campo político brasileiro, os militantes pecebistas organizaram atividades como, por exemplo, o Manifesto pela Paz na cidade de São Paulo (1949), o Movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas (1950-1951), o Segundo Congresso Brasileiro pela Paz (1950), o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, a coleta de assinaturas para a Campanha em Prol do Conselho Mundial pela Paz (1951 e 1952), o Movimento Carioca pela Paz (1953), a campanha contra a Guerra na Coréia e a atuação dos inúmeros Comitês Pró-paz, como o da cidade de Santos (1952).

As atividades dos comunistas brasileiros na luta pela paz ganharam pouco espaço na imprensa escrita nacional. Pode-se destacar a publicação de um anúncio, na *Folha da Manhã*, convocando os leitores para participarem de um Congresso da Paz na cidade de São Paulo, com realização prevista para abril de 1949⁴⁴⁵. Esse tipo de matéria, porém, não ficou imune às críticas veiculadas por outro órgão da imprensa escrita brasileira. Embora não se referisse pontualmente ao anúncio veiculado pela *Folha da Manhã*, o jornalista Carlos Lacerda salientava que os comunistas brasileiros procuravam mobilizar uma vasta máquina mundial de propaganda, a qual

⁴⁴⁴ JB. 02/04/1949, p. 05.

⁴⁴⁵ FM. 18/03/1949, p. 01.

docilmente se prestavam jornais da mais pura cepa burguesa, e dado ao gosto do sensacionalismo, serviam-se de porta-vozes aos comunicados comunistas.⁴⁴⁶

Mesmo no ano seguinte, o *Correio da Manhã* voltou a ressaltar que os Congressos pela paz mundial eram organizados por aqueles que desejavam a guerra. Após indicar que a “descrição louvável” das agências telegráficas internacionais contribuía para o fracasso das atividades comunistas, não dando “foros de grande acontecimento” aos eventos pro-paz mundial, o jornal informou que não se podia admitir que “fabricantes de guerra” falassem em nome da paz. Consta ainda que o fracasso da iniciativa não alegrava a redação do jornal, mas sim a certeza de que, num país livre, que toma a sério o amor pela paz, não seria possível adotar uma fórmula cínica para provocar conflitos⁴⁴⁷.

As atividades organizadas pelos militantes comunistas brasileiros não foram acompanhadas apenas pela imprensa escrita nacional. De acordo com Carla Simone Rodeghero (2007, p. 70; 75-6), as correspondências expedidas pelos postos diplomáticos norte-americanos no Brasil, entre os anos de 1949 e 1950, sugerem a preocupação com as atividades comunistas ligadas à campanha pela paz. As correspondências indicavam a promoção da paz como uma estratégia soviética frente à política norte-americana nos anos imediatamente posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial. De modo geral, os documentos demonstravam que o movimento comunista não desejava a promoção da paz mundial. No ano de 1949, o Consulado norte-americano em São Paulo produziu material para demonstrar que os encontros serviam somente para motivar greves, provocar lutas com a polícia e oferecer oportunidades para os comunistas brasileiros atacarem os Estados Unidos.

O Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) também possuía interesse na campanha pela paz. Criado em 1924 e formalmente extinto em 1983, o DEOPS atuou para vigiar e aprisionar indivíduos que possuíam comportamentos classificados como suspeitos de desordem política e social (AQUINO, 2002, p.18-23). Desse modo, classificava a campanha pela paz como comunista e as pessoas que dela participavam como subversivas, como bem demonstrou os trabalhos de Andreucci (2002) e Tavares (2001).

Os próprios jornais também informavam sobre a ação da polícia carioca para dissolver a sessão de instalação de um Congresso da Paz, organizado pela União Nacional dos Estudantes,

⁴⁴⁶ CM. 09/04/1949, p. 02.

⁴⁴⁷ CM. 18/11/1950, p. 12.

no Rio de Janeiro⁴⁴⁸. Outra foi a postura adotada pelo *O Estado de S. Paulo*, pois o matutino paulista veiculou uma pequena nota redigida pela organização do evento em protesto contra a violência da polícia carioca⁴⁴⁹. É preciso lembrar, porém, que a matéria jornalística pode ter sido paga pela organização do evento e, desse modo, não correspondia à posição política do jornal, mas tão apenas a prática de venda de espaço para publicidade.

Carlos Lacerda também escreveria sobre a participação dos militantes comunistas brasileiros na luta pela paz. Clamando pela necessidade de união contra o “pacifismo agressor” apresentado num “ignóbil Congresso”, Lacerda referiu-se ao pacifismo comunista como uma estratégia para o avanço soviético na produção da bomba atômica. Além disso, ressaltou que a paz defendida pelos comunistas não postulava modificações econômicas, sociais e políticas na União Soviética:

A paz que esses filocomunistas desejam não é uma paz qualquer, uma paz, por exemplo, em que a Rússia deixe de ser uma ditadura, abandone a sua política de expansão territorial, econômica e política. Ao contrário, convencidos real ou aparentemente de que a Rússia, nas condições atuais, é grande força de tranquilidade do mundo, esses pacifistas unilaterais pretendem que a paz seja obtida pelo entendimento do ocidente com a Rússia modificando aquele a sua estrutura econômica e social e permanecendo a Rússia e seus satélites no mesmo propósito até aqui praticamente manifestado.⁴⁵⁰

O jornalista voltou ao tema no dia seguinte. Dessa vez, afirmava que os soviéticos nada faziam para confirmar os seus anunciados propósitos de paz, pois seus esforços convergiam para a preparação militar e a sua política externa era guerreira. Relacionava, portanto, a política expansionista soviética à atuação dos comunistas brasileiros no Congresso da Paz realizado no Rio de Janeiro:

quem está atualmente não apenas tendendo, mas efetivamente perturbando a paz mundial não é um sistema filosófico, não é uma concepção econômica, não é sequer uma simples nação; é, sim, um império que tem anexado impunemente grande parte da Europa e da Ásia, e direta e confessadamente – pela boca dos seus servos – visa promover, internamente, a traição dos nacionais de cada país que a ele se opuser, servindo-se da fidelidade a uma potência estrangeira. Eis porque o “pacifismo” desses senhores é apenas um serviço prestado à guerra⁴⁵¹.

⁴⁴⁸ OESP. 10/04/1949, p. 56 e JB. 10/04/1949, p. 05.

⁴⁴⁹ OESP. 12/04/1949, p. 03.

⁴⁵⁰ CM. 08/04/1949, p. 02.

⁴⁵¹ CM. 09/04/1949, p. 02.

O *Jornal do Brasil* também emitiu sua posição sobre o acontecimento. Em editorial, o matutino carioca referiu-se à organização da atividade como uma “palhaçada” realizada numa hora de grande mobilização para evitar que a “paz staliniana” molestasse, provocasse e agredisse países e povos desejosos de unicamente trabalhar e progredir na “paz do Senhor”. Além disso, procurou associar o slogan do congresso – “Lutem pela paz!” – a uma posição violenta dos comunistas brasileiros ou, então, conforme o próprio jornal registrou: “A paz pode ser garantida só pela paz. Todo sentido de luta, todo meio de violência é contra a formação de um espírito pacífico, efetivo e cordial.”. Por fim, sugeria:

A julgar, portanto, a companhia política que os organizadores desses Congressos freqüentam, a sua paz tem um aspecto tão repugnante, asqueroso, e sua natureza é tão parasitária que, ao invés de ser animados a lutar pela sua segurança e estabilidade, melhor seria recorrer a algumas toneladas de DDT para liberar o mundo definitivamente da sua existência⁴⁵².

Provavelmente, o *Jornal do Brasil* associava a realização dos Congressos pró-paz à chamada “ofensiva de paz soviética”, e, assim, indicava a necessidade de combater de forma violenta esse tipo de atividade no mundo. A linha política adotada pelo governo soviético foi mais claramente criticada num outro artigo publicado no periódico. Dias depois, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho denominava a campanha soviética de “pró-guerra” e argumentava que as promessas de Stálin valiam tanto quanto as de Hitler. Salientava, ainda, que as atividades pacifistas circunscreviam-se ao mundo ocidental, pois a União Soviética poderia se “armar como entender e ninguém” teria “ali a imprudência de discordar ou a loucura de desobedecer”, sobretudo por não haver liberdade de crítica, direito de opinião e imprensa livre naquele país. Assim sendo, Barbosa Lima Sobrinho definia a “ofensiva de paz” como “um golpe político”, uma “terrível sabotagem, organizada sob a aparência de uma propaganda idealista” para a União Soviética preparar-se para um futuro conflito armado. Conforme o jornalista, a campanha pró-paz significava apenas um elo no trabalho de sabotagem que a Rússia procurava organizar no interior dos países considerados como inimigos, uma espécie de esforço para desarmar o adversário e, ao mesmo tempo, preparar-se para a luta. E, por fim, avaliava os objetivos dos militantes comunistas na organização das campanhas pacifistas: “o que eles todos desejam é que no choque armado com a Rússia, super-preparada, encontre os seus adversários desentendidos, debilitados,

⁴⁵² JB. 10/04/1949, p. 05.

confundidos pelas campanhas pacifistas, tão bem urdidas e executadas com energia em todos os países do mundo”⁴⁵³.

Os próprios militantes comunistas brasileiros ocupavam-se em discutir a cobertura jornalística realizada pela grande imprensa sobre a participação dos membros do PCB no movimento pela paz mundial. Em artigo publicado no periódico *Problemas*, Maurício Gabrois afirmava que alguns jornais desejavam esconder, boicotar e deturpar a luta comunista contra o desencadeamento de guerras, desvirtuando “os objetivos de tão patriótico e justo movimento”. Ainda assim, analisava que “os jornais da classe dominante” se viam compelidos, pelo “vulto que assumia a campanha pela paz e por sua intensa repercussão”, a se referir a essa luta.⁴⁵⁴ Dias depois, o mesmo militante procurou demonstrar que o governo brasileiro estava aliado à imprensa burguesa no combate ao movimento pela paz. Conforme Grabois, podia-se observar que:

A intensa propaganda de desmascaramento dos fatores de guerra e a mobilização realizada na maioria dos Estados, em função da jornada de 02 de outubro, levaram a intranquilidade e, em alguns lugares, o pânico aos círculos dirigentes da nação, a ponto da ditadura de Dutra e seus interventores estaduais, apoiados na imprensa burguesa e nas estações radiofônicas da reação, tomarem as medidas mais estúpidas e arbitrárias contra o movimento de defesa da paz, atingindo violenta e indistintamente todo o povo. Tal foi o medo de que se achou possuída a reação em face do crescimento da luta contra o desencadeamento de uma nova guerra, que no dia consagrado à Jornada Internacional da Paz, foram proibidas nas grandes cidades, como Distrito Federal e São Paulo, quaisquer aglomeração de populares nos logradouros.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, o artigo salientou o sucesso obtido na atividade, pois, apesar de “toda intensa propaganda dos incendiários de guerra e da mobilização de todos os recursos policiais, as massas saíram às ruas em vários Estados e na capital da República, onde, em choques violentos e sem temor, enfrentaram a reação”⁴⁵⁵.

Os aliados ocidentais procuravam enfrentar a ofensiva de paz soviética, uma postura representada na preparação da Organização do Tratado do Atlântico Sul. Criada pelos Estados Unidos e por seus aliados ocidentais, a Organização visava intensificar e legalizar a presença militar norte-americana no continente europeu. Não obstante a preocupação militar, a OTAN

⁴⁵³ JB. 17/04/1949, p. 05.

⁴⁵⁴ Problemas. Jun/jul. 1949, p. 01-10.

⁴⁵⁵ Problemas. Out. 1949, p. 01.

pretendia fazer frente à União Soviética no processo de divisão da Europa, já que os soviéticos haviam criado o Kominform e o Conselho de Assistência Mútua Econômica, em janeiro de 1949, para lançar as bases de um mercado comum entre os países socialistas (VIZENTINI, 2000, p. 204). É preciso observar que, como formulou Eric Hobsbawm (1995, p. 234 e 238), a aliança militar antissoviética era um complemento do Plano Marshall. Mesmo insatisfeitos com a política norte-americana, os países pertencentes a OTAN dispuseram-se a aceitar a supremacia dos Estados Unidos, principalmente para obterem proteção contra um inimigo comum: o socialismo soviético.

A imprensa escrita brasileira associou a formação da OTAN à união defensiva contra os agressores comunistas e à manutenção da paz no ocidente⁴⁵⁶. Além disso, veiculou matérias sobre a assinatura do Pacto do Atlântico Norte⁴⁵⁷. Antes mesmo da sua assinatura, o pacto já era denominado pelo *Correio da Manhã* como “a maior aliança da história do mundo”⁴⁵⁸. De modo geral, os jornais definiam a assinatura do tratado como decorrente da atuação comunista, sob influência soviética, no cenário internacional. Nesta direção, o editorial do *O Estado de S. Paulo* remontava um pequeno histórico de fatos para culpabilizar à União Soviética:

se um dia o historiador do futuro atentar para as circunstâncias em que se erigiu o sistema de defesa ocidental, chegará facilmente a uma conclusão aparentemente paradoxal, mas não menos verdadeiro: o principal fator do Pacto do Atlântico foi a própria Rússia. De fato, desde que hipoteticamente concebêssemos um após guerra em que não se anunciasse tão clara e positivamente os intuítos agressivos dos russos; em que não houvessem satélites, ‘cortina de ferro’ ou infiltrações comunistas; em que não surgissem problemas como os da Grécia, os de Trieste, da Checoslováquia, do Bloqueio de Berlim, do expurgo de Tito; em que, numa palavra, não houvesse a ameaça oriental, nesse caso poderíamos perguntar se fora possível o milagre da unidade que se chama, oficialmente, Pacto do Atlântico Norte⁴⁵⁹.

Em meio às publicações sobre o papel da OTAN para manter a paz mundial e proteger os países da Europa da influência soviética, a imprensa brasileira noticiava a realização do Congresso Mundial da Paz, na cidade francesa de Paris, entre abril e junho de 1949. Nos jornais, o tom das críticas se acentuava ainda mais. Manchetes como “O Congresso da paz transformado

⁴⁵⁶ OESP. 05/04/1949, p. 01, CM. 06/03/1949, p. 01, CM. 30/04/1949, p. 01 e JB. 07/04/1949, p. 05 e 13/05/1949, p. 07.

⁴⁵⁷ OESP. 05/04/1949, p. 01, CM. 05 e 06/04/1949, p. 01, JB. 03,05 e 06/04/1949, p. 05.

⁴⁵⁸ CM. 19/03/1949, p. 01.

⁴⁵⁹ OESP. 06/04/1949, p. 03.

em reunião para defesa da URSS”, “Acentua-se o caráter sectário do Congresso mundial da paz”⁴⁶⁰, “Agitação comunista em Paris”, “Coro Pró-Rússia em Paris”, “Pax ... Russa”⁴⁶¹ e “Pura propaganda as propostas soviéticas na Conferência de Paris”⁴⁶² eram veiculadas por órgãos da imprensa, tanto paulista quanto carioca. Os jornais também se posicionavam em editoriais. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, classificou aquele Congresso da Paz como uma nova e pouco sutil modalidade de “chantagem” em que se fazia “muito ruído por causa de uma fórmula negativa”. E, por fim, concluía: “foi bastante fácil dizer que se era contra a guerra, mas sem acrescentar o que se esperava de um pacifismo tão de conveniência.”⁴⁶³ Por sua vez, o *Jornal do Brasil* formulou críticas ao quadro de Pablo Picasso para simbolizar o Congresso de Paris. Sobre a pintura intitulada a “Pomba da Paz”, a redação do jornal registrava: “O pintor deve ser sincero. É o seu modo de ver o mundo e a vida. (...) Vê ameaça de guerra nas intenções pacíficas; vê a ‘Pomba da Paz’ num país que mantêm o maior exército do mundo.”⁴⁶⁴

Nesse contexto, a imagem dos Estados Unidos como país que contribuía para a solução pacífica das divergências internacionais mantinha-se recorrente nos órgãos da chamada grande imprensa brasileira⁴⁶⁵. Mesmo com a “ofensiva de paz”, a União Soviética figurava como inimiga dos Estados Unidos e ameaça à paz mundial⁴⁶⁶.

Os periódicos *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* procuravam construir representações da ofensiva de paz soviética como uma manobra de propaganda e, ao mesmo tempo, como um esforço comunista para desarmar os adversários. A participação dos comunistas brasileiros no movimento pela paz mundial, a criação da OTAN para manter a paz e a segurança no Ocidente, bem como a preparação soviética para uma nova guerra também podem ser consideradas representações estampadas nas páginas da grande imprensa brasileira.

Além disso, os jornais publicavam material questionando a sinceridade dos interesses pacíficos da União Soviética. Tal posição pautava-se nos avanços obtidos pelos soviéticos na produção de armas atômicas. Com base em telegramas enviados pelas agências internacionais de

⁴⁶⁰ OESP. 21/04/1949, p. 01 e 22/04/1949, p. 02.

⁴⁶¹ CM. 17, 22 e 26/04/1949, p. 01.

⁴⁶² JB. 14/06/1949, p. 01 e 07.

⁴⁶³ OESP. 04/05/1949, p. 03.

⁴⁶⁴ JB. 18/05/1949, p. 05

⁴⁶⁵ CM. 19/06/1949, p. 01.

⁴⁶⁶ JB. 13/08/1949, p. 01 e 07.

notícias, os jornais publicavam uma declaração de Harry Truman, na época presidente norte-americano, sobre a realização de uma explosão atômica na União Soviética⁴⁶⁷.

A expressão guerra fria fora utilizada novamente pelo *O Estado de S. Paulo* para descrever a situação internacional. Em editorial, a redação salientava o fato de os jornalistas procurarem uma denominação para o estado de inquietação experimentado pelo mundo, utilizando, para isso, a expressão guerra fria, termo que naquele momento já era consagrado pela opinião pública mundial. Mesmo após conhecer os avanços soviéticos na produção de armas atômicas, o editorial avaliava que ninguém poderia saber se a expressão “Guerra Fria” poderia exprimir a situação internacional, sobretudo por que ninguém tinha condições de assentir que o mundo atravessava, realmente, um período de paz. E concluía que o mundo esperava “ansiosamente a reação ocidental.”⁴⁶⁸

Na ocasião, apenas o *Correio da Manhã* veiculou material questionando a veracidade da informação sobre a produção da bomba atômica russa. De acordo com uma coluna publicada no jornal carioca, era necessário desmentir, “com muita alegria”, o presidente Truman, ou, conforme registrou, desmentir “não o que ele disse”, mas o que “caudolosamente” se procurava “derramar no mundo como se ele o tivesse dito”, pois os soviéticos não possuíam “nenhuma bomba atômica.” Ainda assim, a redação do jornal considerou que a União Soviética poderia alcançar o segredo de fabricação da bomba atômica e, se isso ocorresse, certamente o mundo logo saberia.⁴⁶⁹

Dias depois, o próprio *Correio da Manhã* reconheceria, em editorial, os avanços soviéticos na produção de armamentos atômicos. Tanto o periódico carioca quanto os outros jornais relacionariam o conhecimento soviético para produção da bomba atômica como uma ameaça à paz mundial⁴⁷⁰. Desse modo, continuavam definindo os países que desejavam a paz e aquele que se preparava para a guerra. Analisavam, ainda, que nas mãos dos soviéticos as fórmulas básicas e os dispendiosos processos que culminavam na invenção da formidável máquina de destruição constituíam “o mais sólido e decidido argumento em prol de suas ambições imperialistas e, portanto, uma perigosa ameaça à paz mundial.”⁴⁷¹ Argumento similar fora veiculado na revista *O Cruzeiro*. Em alguns artigos assinados, Drew Pearson ressaltou o

⁴⁶⁷ OESP. 24/09/1949, p. 01, FM. 24/09/1949, p. 01, CM. 24/09/1949, p. 01 e JB. 24/09/1949, p. 01.

⁴⁶⁸ OESP. 30/09/1949, p. 03.

⁴⁶⁹ CM. 24/09/1949, p. 01.

⁴⁷⁰ OESP. 30/09/1949, p. 03 e 20/10/1949, p. 20, JB. 06/10/1949, p. 01 e 05, 07/10/1949, p. 01 e 05, CM. 07/10/1949, p. 04, FM. 21/10/1949, p. 04.

⁴⁷¹ OESP. 24/09/1949, p. 05 e JB. 07/10/1949, p. 05.

esforço soviético para a construção da bomba atômica e, conseqüentemente, a preparação da União Soviética para a guerra.⁴⁷²

Convém indicar que os periódicos produziram essas representações num período em que a União Soviética colhia os primeiros frutos concretos na produção de armamentos atômicos. Ainda em 1949, os soviéticos realizaram as primeiras experiências para obter sua primeira bomba atômica. Nos dois anos seguintes, as experiências se sucederam, os soviéticos obtiveram a nova arma e, paralelamente, aperfeiçoaram a capacidade de transportá-la (DELMAS, 1971, p. 84). Mas, somente a partir de 1951, a União Soviética obteria a bomba atômica e a tecnologia para utilizá-la.

Desse modo, cada uma das potências mundiais adquiria possibilidades de utilizar armas atômicas e aniquilar o adversário, sabendo que, num estado de permanente tensão, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética não poderiam evitar a sua própria destruição. Com os avanços soviéticos na produção desse tipo de armamento, instalou-se um “estado de vulnerabilidade mútua” que pode ser denominado como “equilíbrio do terror” (DELMAS, 1971, p. 84-7).

O filósofo italiano Norberto Bobbio (2003, p. 57-63) observou que a permanente ameaça de destruição, presente em caso de guerra nuclear, levou as duas nações a fazer “todo esforço para encontrar os remédios necessários para eliminá-la”. Argumentou, igualmente, que a corrida atômica mudou a configuração da Guerra Fria, pois a paz deixou de ser sustentada por um instável “equilíbrio de força” para basear-se numa forma mais estável de equilíbrio, a saber, o “equilíbrio de terror”. Enfim, o filósofo defendeu que nessa fase a guerra total passou a ser considerada uma “via bloqueada” ou “injustificável”.

Hannah Arendt (1994, p. 13-17) também ressaltou o complexo trabalho industrial militar desenvolvido pelas potências mundiais no início da Guerra Fria. Argumentou que o estágio de desenvolvimento técnico dos implementos de violência colocou obstáculos à utilização dos armamentos atômicos. Observou, ainda, que a posse de armas atômicas pelas duas potências mundiais retirou a eficácia da guerra, pois, nesse novo quadro, a vitória de um poderia ser o fim de ambos. Assim sendo, certo equilíbrio na corrida armamentista resultava na “melhor garantia da paz”.

⁴⁷² O Cruzeiro. 21/01/1950, p. 58, 28/01/1950, p. 74, 18/03/1950, p. 64 e 25/03/1950, p. 70.

Como considerou Furet (1995, p. 494), a inferioridade militar soviética, sobretudo por não possuir a bomba atômica até 1951, fez com que os dirigentes daquele país iniciassem uma ampla campanha mundial pela paz. Para os próprios órgãos impressos brasileiros, a ofensiva de paz soviética constituía-se numa manobra de propaganda para a União Soviética ludibriar os aliados ocidentais enquanto se preparava para o embate militar. Nas campanhas, os soviéticos contavam com a participação dos comunistas brasileiros, atuação duramente criticada pela imprensa brasileira. Ainda no início dos anos 1950, a constituição de um mundo pacífico foi colocada em questão pelo desencadeamento de um conflito bélico. Não obstante a ofensiva de paz soviética ou a posição do governo norte-americano para construir um mundo pacífico, teve início a Guerra da Coréia. Com o novo acontecimento, os órgãos da grande imprensa definiam, aos seus leitores, ainda mais pontualmente, as nações que lutavam para a manutenção da paz mundial ou promoviam a guerra.

3. A batalha da paz

Em 1950, o temor de desencadeamento de um novo conflito marcava as relações entre União Soviética e Estados Unidos. A manutenção do bloqueio de Berlim, os testes soviéticos para a produção de armas atômicas e a proclamação da República Popular da China são alguns dos acontecimentos que acirravam as disputas entre as duas potências mundiais. Nesse contexto, os periódicos apresentavam posição muito peculiar. Para *O Estado de S. Paulo* uma nova guerra poderia ser desencadeada pelos soviéticos, pois as ações pacifistas dos soviéticos deveriam ser consideradas “manobras grosseiras de propaganda” destinadas a “provar, aos olhos da platéia comunista, que a União Soviética desejava ardentemente a paz, ao passo que seus adversários perfidamente se preparavam para agredi-la”⁴⁷³.

Em editorial, o jornal salientou que os russos foram responsáveis por estender o campo de batalha da Guerra Fria para o oriente, sobretudo por apoiarem a vitória de Mao Tsé-Tung na China e se comportarem, segundo o matutino, como “se na verdade desejassem a guerra a todo custo”⁴⁷⁴. Em decorrência do novo quadro político no território asiático, a redação do jornal

⁴⁷³ OESP. 01/01/1950, p. 40.

⁴⁷⁴ OESP. 03/02/1950, p. 03.

indicava que uma guerra com a União Soviética era inevitável.⁴⁷⁵ Certamente, o tradicional anticomunismo do jornal ajuda a compreender a sua posição editorial sobre a União Soviética como nação que promovia propaganda de paz, mas que cotidianamente desejava influenciar outras nações, conquistar territórios e realizar novas guerras.

Contudo, aquela não era a posição veiculada inicialmente por outros órgãos impressos brasileiros. Apesar de não ser uma prática diária, a *Folha da Manhã* avaliou que seria “improvável uma nova guerra.”⁴⁷⁶ Poucos dias depois, o jornal apresentava outra posição. Em primeira página, estampou manchetes com sugestivos títulos: “Truman adverte que paira sobre o mundo a ameaça de agressão” e “Dúvida o presidente Truman que a Rússia cumpra os compromissos que assumir em negociações de paz”⁴⁷⁷ Embora tivesse elaborado uma cautelosa avaliação sobre as possibilidades de um novo conflito, o matutino paulista seguiu os telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias e pautou-se nos pronunciamentos do presidente norte-americano Harry Truman para informar sobre as dificuldades para manutenção da paz mundial.

Os jornais da grande imprensa continuavam a construir representações da União Soviética como ameaça a manutenção da paz mundial. *O Estado de S. Paulo* registrava o esforço dos países ocidentais para estabelecer o entendimento com os soviéticos, mas, manifestando certo descrédito, demonstrava que a União Soviética não iria permitir a fiscalização internacional dos armamentos. Por isso concluiu que, sem a solução daquela questão básica, jamais poderia se instalar “uma paz duradoura neste atormentado mundo em que vivemos.”⁴⁷⁸ *O Jornal do Brasil* também registrou que a Rússia estava “se conduzindo de forma altamente perigosa para a paz mundial”⁴⁷⁹

Na medida em que o presidente norte-americano Harry Truman concedia entrevistas e declarações às agências internacionais de notícias, a imprensa escrita brasileira aumentava o tom das críticas à União Soviética. O material publicado pelos órgãos impressos brasileiros noticiava que Truman afirmara que a atuação soviética no cenário internacional era uma grande ameaça à

⁴⁷⁵ OESP. 16/03/1950, p. 02.

⁴⁷⁶ FM. 03/01/1950, p. 04.

⁴⁷⁷ FM. 10/01/1950, p. e 16/02/1950, p. 01.

⁴⁷⁸ OESP. 12/03/1950, p. 03.

⁴⁷⁹ JB. 06/05/1950, p. 07.

manutenção da paz mundial⁴⁸⁰. Outras reportagens seguiam a mesma direção dos discursos de Truman, como bem ilustram os seus títulos: “As democracias desmascaram a Rússia”, “Stálin teria proposto condições inaceitáveis de paz” e “Rússia põe em perigo a paz mundial”⁴⁸¹.

Com o início do conflito entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, os jornais publicavam material indicando que a agressão norte-coreana fora endossada pela União Soviética e, dias depois, veicularam uma declaração em que constava uma ordem dada pelo presidente norte-americano Harry Truman para a intervenção militar na Coreia.⁴⁸²

Convém lembrar que, ao final da Segunda Guerra Mundial, os russos e os norte-americanos concordaram em ocupar a península coreana e em estabelecer o Paralelo 38 como linha divisória entre as respectivas áreas de ocupação. Se, por um lado, os russos e os comunistas chineses apoiaram a constituição de um governo coreano comunista na cidade de Pyongyang, por outro lado, os norte-americanos auxiliaram o governo instalado na cidade de Seul, na Coreia do Sul. Com apoio de Stálin e de Mao Tsé-tung, os norte-coreanos transpuseram o Paralelo 38 e atacaram militarmente seus vizinhos do sul em junho de 1950. A reação do governo norte-americano não tardou. Em 25 de junho de 1950, o presidente Harry Truman apresentou, no Conselho de Segurança da ONU, uma resolução classificando a ação norte-coreana como uma agressão. Dias depois, voltou a carga com outra resolução. No novo documento, procurava convencer os membros da ONU a utilizarem todos os meios possíveis para reverter à situação bélica na península. Assim, tinha início a Guerra da Coreia (ALVES, 2007, p. 134-135). Como bem observou Hobsbawm (1995, p. 58), o conflito na Coreia pode ser considerado um subproduto da Segunda Guerra Mundial.

Em certo sentido, o conflito não foi apenas uma guerra civil entre coreanos do sul e do norte. Num momento crítico da Guerra Fria, os soviéticos resolveram auxiliar a expansão do comunismo no cenário internacional. Já os norte-americanos visavam conter o aumento da influência comunista na Ásia. Ademais, a Guerra da Coreia representou a militarização da doutrina de contenção dos Estados Unidos. Nesse cenário, a oposição bélica entre as duas potências tornava provável a eclosão de uma Terceira Guerra Mundial. Portanto, a Guerra da

⁴⁸⁰ OESP. 14, 21 e 22/05/1950, p. 01, 02,08,10 e 11/06/1950, p. 01, FM. 02,10 e 11/06/1950, p.01,08 e 16, CM. 23/05/1950, p. 01 e 10/06/1950, p. 01, JB. 02,04,09 e 10/06/1950, p. 01 e 07.

⁴⁸¹ CM. 24/05/1950, p. 01 e JB. 24/05/1950, p. 01 e 07.

⁴⁸² OESP. 25/06/1950, p. 01, FM. 25/06/1950, p. 01, CM. 27 e 28/06/1950, p. 01 e JB. 27 e 28/06/1950, p. 07.

Coréia foi um marco na relação de rivalidade armada entre Estados Unidos e União Soviética (ALVES, 2007, p.129).

Convém salientar que a cobertura jornalística brasileira do conflito coreano não se limitava a veiculação de reportagens, artigos assinados, colunas e editoriais. Mesmo com pouca frequência, a imprensa brasileira também veiculava imagens para ilustrar o combate na Coréia. Algumas fotografias dos ataques aliados a cidade de Seul, dos bombardeios aéreos na Coréia do Norte e das prisões de soldados foram publicadas pelos jornais brasileiros para ampliarem a cobertura jornalística do embate bélico. Vale lembrar, porém, que a publicação de fotografias sobre o conflito não era uma tarefa simples no período. A falta de material fotográfico sobre temas internacionais era um obstáculo enfrentado pela imprensa brasileira, sobretudo por que os jornais dependiam da morosa remessa feita pelas publicações estrangeiras e pelas agências internacionais de notícias, exigindo, em diversas situações, o uso das fotos de arquivo para ilustração dos discursos dos líderes mundiais (BIAGI, 1951, p. 54). Outros dois fatores também dificultavam a produção das fotografias especificamente sobre o conflito da Coréia. O trabalho no campo de batalha colocava o fotógrafo em situação de permanente perigo, limitando, assim, a obtenção de um instantâneo. Além disso, a produção e veiculação das cenas de guerra poderiam revelar estratégias e segredos militares para os combatentes inimigos. Portanto, não era tarefa simples obter fotografias sobre o conflito coreano.

Na grande maioria das vezes, os periódicos brasileiros veiculavam fotografias utilizando material produzido pelas agências internacionais de notícias. A exceção, porém, foi a revista *O Cruzeiro*. Fruto do trabalho realizado pelo repórter Luciano Carneiro, a revista veiculou fotografias dos combatentes e das negociações de paz, sem, no entanto, reproduzir imagens do campo de batalha⁴⁸³.

Os jornais não publicavam apenas fotografias sobre o conflito coreano. A veiculação de mapas para indicar a posição dos combatentes também figurava como expediente utilizado por alguns órgãos impressos brasileiros. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, veiculou um conjunto de cinco mapas para ilustrar a atuação soviética na chamada cortina de ferro, associar o plano de paz da União Soviética à conquista de novos territórios, indicar a resposta dos Estados Unidos à ofensiva de paz soviética e, ainda, analisar a política expansionista soviética no extremo

⁴⁸³ FM. 03/12/1950, p. 06; OESP. 04/05/1951, p. 01 e 06/05/1951, p. 01; CM. 29/08/1952, p. 01 e 01/12/1952, p. 01; O Cruzeiro. 14/04/1951, p. 36 e 22/09/1951, p. 76-82.

oriente⁴⁸⁴. Intitulado “Ofensiva de Paz Soviética”, um dos mapas procurava indicar a atuação dos soviéticos na Coreia, ilustrando as áreas ocupadas pelas tropas e as regiões que serviam de campo de batalha:



Tal mapa era acompanhado de um pequeno texto analítico que salientava a atuação dos técnicos russos na área diplomática para planejarem, calcularem e executarem a política expansionista soviética, bem como para recusarem, repetidas vezes, as ofertas de paz feitas pelas nações do Ocidente⁴⁸⁵. Com o mapa o jornal procurava, ainda, engendrar uma representação da ofensiva de paz soviética como atuação bélica no território asiático.

⁴⁸⁴ OESP. 06 e 1305/1951, p. 01, 22/07/1951, p. 01 e 11/11/1951, p. 01.

⁴⁸⁵ OESP. 26/08/1951, p. 01

Para conter a ofensiva soviética, os órgãos impressos noticiavam a intervenção norte-americana no conflito coreano⁴⁸⁶. Dentre os jornais, convém destacar a posição editorial do *O Estado de S. Paulo* sobre a intervenção norte-americana na Guerra da Coréia. O matutino informou sobre a agressão dos comunistas coreanos e demonstrou confiança na atuação da Organização das Nações Unidas para a formação de uma estreita solidariedade internacional entre seus membros e, conseqüentemente, para a preservação da paz mundial. Conforme registrou em editorial, os leitores jamais poderiam notar “qualquer desfalecimento na fé” depositada nas Nações Unidas e, por isso, o jornal declarava com toda franqueza que, mesmo sendo otimista, fora “surpreendido pela coesão demonstrada pelos povos do mundo ao defrontarem um caso de característica violação da paz”⁴⁸⁷. Pouco tempo depois, o matutino paulista informava que as notícias que chegavam da frente coreana eram graves, pois indicavam que a guerra não seria nem breve nem fácil, e, fatalmente, a frente asiática deveria absorver armas, homens e meios.⁴⁸⁸

Num ponto, os jornais apresentavam uma posição muito semelhante. Além de criticarem o apoio soviético à atuação da Coréia do Norte, os periódicos da chamada grande imprensa continuavam a construir representações sobre a União Soviética como nação agressora⁴⁸⁹. Vale a pena observar a posição veiculada pelo *Correio da Manhã*, sobretudo pelo fato de demonstrar os soviéticos como agressores que tentavam encobrir suas ações por meio de uma propaganda de paz. Como consta num artigo publicado no jornal carioca:

A primeira guerra de agressão soviética foi desencadeada na madrugada de um domingo do último mês de junho. Desenvolve-se a luta no longínquo oriente mas não menos graves são por isso os perigos aos quais expõe os povos do Ocidente. Enquanto preparava Moscou o ataque a Coréia do Sul pela Coréia do Norte, o Kominform organizava um vasto plano de “propagação da paz”, que com maior propriedade se poderia denominar “ofensiva de paz”, inspirada por um “pacifismo bélico”, que constitui a maior impostura dos nossos tempos.

O periódico salientava a contradição entre a “ofensiva da paz” e o apoio soviético aos norte-coreanos. Nesse sentido, o artigo ressaltava que a diplomacia soviética procurava lançar

⁴⁸⁶ OESP. 01/07/1950, p. 18, FM. 01/07/1950, p. 04, JB. 01 e 02/07/1950, p. 01 e 07, CM. 05/07/1950, p. 01.

⁴⁸⁷ OESP. 02/07/1950, p. 03.

⁴⁸⁸ OESP. 06/07/1950, p. 01.

⁴⁸⁹ OESP. 04/07/1950, p. 22 e 06/07/1950, p. 01, JB. 04/07/1950, p. 05 e CM. 07/07/1950, p. 04.

sobre o adversário a responsabilidade de uma guerra que ela mesma provocava, já que Stálin não desejava a paz, mas apenas a “desagregação moral” daqueles que se recusavam a segui-lo.⁴⁹⁰

Ainda nos primeiros momentos do conflito, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* começaram a publicar reportagens, artigos e editoriais sobre a necessidade de cooperação brasileira na execução das medidas adotadas pelo Conselho de Segurança da ONU, iniciando um debate sobre o envio de soldados brasileiros para a luta na Coreia. Além de uma nota oficial redigida pelo Itamaraty, os jornais veicularam um pronunciamento do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Na ocasião, Raul Fernandes declarou que, na medida das possibilidades, o país cumpriria suas obrigações decorrentes da Carta de São Francisco. Assim, manchetes sobre a participação brasileira no conflito coreano passavam a integrar as edições dos jornais, como bem sugerem os títulos: “o Exército internacional para manter a paz”, “O recrutamento da legião internacional para lutar na Coreia” e “Tropas da paz”. Dias depois do pronunciamento de Raul Fernandes, o governo brasileiro recebeu o pedido formal da Secretaria Geral da ONU para enviar tropas para a Guerra da Coreia⁴⁹¹. Dentre os jornais, apenas dois se manifestaram sobre o pedido dirigido ao Brasil. A *Folha da Manhã* não tratou diretamente da participação brasileira, mas registrou a necessidade do bloco ocidental organizar com rapidez uma cruzada sob a bandeira do organismo internacional, pois a atitude das nações que se opusessem, no nascedouro, à investida soviética ficaria, sem dúvida, aprovada na história como uma impressionante prova de solidariedade dos estados membros da ONU.⁴⁹² Portanto, o jornal não se referia textualmente a participação brasileira, mas, ainda assim, o fato do país integrar a ONU sugeria, indiretamente, a necessidade do país se opor a investida soviética.

No editorial intitulado “Nossa Contribuição à Causa da Paz”, *O Estado de São Paulo* afirmava que os povos livres deveriam se preparar para o pior e assumir corajosamente, ao lado da “grande República do Norte”, a parte do sacrifício que o destino lhes impusesse. No mesmo editorial, ressaltava ter sido o primeiro jornal a proclamar a necessidade dos brasileiros encararem como uma “fatalidade inelutável” a participação direta do Brasil na batalha da paz. Ou conforme registrou:

⁴⁹⁰ CM. 23/07/1950, p. 01.

⁴⁹¹ FM. 30/06/1950, p. 01, 02/07/1950, p. 01, 15/07/1950, p. 01, OESP. 30/07/1950, p. 01, 02/07/1950, p. 60, 08/07/1950, p. 02 e 09/07/1950, p. 03, JB. 30/06/1950, p. 01, 05 e 07, 02/07/1950, p. 01 e 07, 16/07/1950, p. 01 e 07, CM. 30/07/1950, p. 01.

⁴⁹² FM. 18/07/1950, p. 04.

Como aqui afirmamos, desde o primeiro instante, não há, propriamente, uma questão, nem uma guerra da Coréia; há, sim, a causa das Nações Unidas e a batalha da paz. E, diante desses objetivos superiores, a nenhum democrata, de qualquer parte do mundo, é lícito manter-se inativo ou assumir atitude displicente. Nada mais lógico, portanto, que todos os Estados membros da ONU ofereçam a organização mundial uma contribuição capaz de permitir-lhe afirmar-se definitivamente no terreno internacional. Ora, dessas nações, uma há – o Brasil – que, muito embora não seja, nem queira ser, potência de primeira grandeza, não obstante ocupe uma posição de destaque entre os povos livres do Ocidente e, por isso mesmo, não poderá furtar-se a defesa de seus próprios interesses e ao cumprimento dos seus deveres superiores.

Apesar de afirmar que o Brasil deveria atuar na “batalha da paz” juntamente com outras nações democráticas, o matutino paulista também salientava que o país não poderia ser considerado uma potência de primeira grandeza. Portanto, essa posição editorial sobre a participação brasileira no conflito coreano não pode ser relacionada ao pretendido papel de destaque do Brasil no cenário internacional, mas ao anticomunismo e a declarada admiração a “grande potência do norte” como elementos ideológicos cultivados pelo jornal.

No final de julho, os jornais noticiavam a decisão do presidente Eurico Gaspar Dutra de não enviar tropas brasileiras para lutar na Coréia⁴⁹³. Pode-se observar que a sua administração já estava no final e, dada a proximidade da eleição presidencial, Dutra não desejava comprometer seu sucessor com a tomada de uma decisão importante como o envio de soldados para a guerra. Não obstante o americanismo da sua política externa, o presidente brasileiro limitou-se a conceder apoio diplomático aos Estados Unidos (ALVES, 2007, p. 139).

A proclamada recusa de envio de tropas brasileiras por Dutra foi amplamente comentada nas páginas do *O Estado S. Paulo*. Classificada de simples, segura e despojada de grandiloquência, assim como articulada com o que o direito impunha e a opinião publica aprovava, a medida tomada pelo governante brasileiro servia de ensejo para o jornal se posicionar partidariamente sobre o tipo de auxílio que deveria ser oferecido. Após considerar a possibilidade de ajuda material ou com o envio de homens para o combate, o matutino registrou:

Nunca, em toda a história, fugimos ao prometido (o ditador que tentou fazê-lo, logo foi coagido pela opinião publica a seguir as normas de decência) e, portanto, não o faríamos agora, quando ocupamos, mais uma vez, a liderança da América Latina. (...) O Brasil, percussor dessa nova fase de internacionalismo,

⁴⁹³ FM. 20/07/1950, p. 01, 21/07/1950, p.01 e 25/07/1950, p. 04, OESP. 20/07/1950, p. 20 e 21/07/1950, p. 03. CM. 27/07/1950, p. 01.

como o atesta sua tradicional ação na política pan-americana, só pode apoiar, com toda a sinceridade e decisão, as conseqüências de nossos ideais (...) Por enquanto, basta reafirmar nossa fé. (...) paulatinamente, iremos cumprindo quantas tarefas couberem. (...) Nem se suscitem falsas dúvidas acerca das palavras contidas nas declarações governamentais, e seguindo as quais se diz que nosso auxílio se pautará pelos meios de que dispormos – com isso apenas quis-se dizer que entregaremos tudo de que dispomos, se tanto exigir a causa da liberdade e da paz.⁴⁹⁴

A impossibilidade de o Brasil manter-se neutro aparece em outras matérias e editoriais publicadas no jornal paulista⁴⁹⁵. A título de exemplo, há o editorial em que o jornal ressaltava a necessidade do Brasil oferecer seu melhor esforço para atender os anseios do bloco de países capitalistas na ONU. Novamente, o jornal voltava a criticar o primeiro governo Vargas e a sua política externa durante a Segunda Guerra Mundial. Acentuava que a participação do Brasil na Guerra da Coréia ofereceria possibilidade para reabilitar o Governo Federal dos “erros gravíssimos” que cometera no passado, já que, conforme a opinião do jornal, era preciso, antes que fosse novamente tarde demais, “desmentir com atitudes insofismáveis, a inqualificável política de Getulio Vargas e do seu Ministro de Relações Exteriores ao tempo da Segunda Guerra Mundial”. Pautado na perspectiva de que o Brasil tinha sido convocado para lutar e, por isso, jamais deixaria de cumprir as obrigações contraídas pelos tratados que foram firmados anteriormente, como, por exemplo, o Tratado do Rio de Janeiro, o editorial ressaltava que o país jamais fugiria à “defesa da lei e da moral internacionais”, consubstanciada nas Nações Unidas. Ao final, salientava que o país iria à luta, desde que soasse a hora decisiva, entretanto, sugerindo que o governo brasileiro devesse negociar compensações em troca do envio de soldados para o conflito em território asiático.⁴⁹⁶

Além de tratar da participação de soldados brasileiros na Guerra da Coréia, dois outros temas estavam presentes naqueles editoriais. O alinhamento aos Estados Unidos ao indicar a necessidade de apoiar a ONU e as críticas ao governo Vargas ao indicar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial possibilitam visualizar a atuação política do periódico. Mesmo no

⁴⁹⁴ OESP. 21/07/ 1950, p. 03

⁴⁹⁵ Dentre o material, pode-se indicar: OESP. **Editorial**: a neutralidade impossível. 06 ago. 1950, p. 03; **O papel das Republicas americanas na luta contra o comunismo**. 17 ago. 1950, p. 01; **Editorial**: a hora das Américas. 18 ago. 1950. p. 03; **Devem participar da luta na Coréia todos os aliados dos Estados Unidos**. 25 ago 1950, p. 01; **Editorial**: palavras já não bastam. 25 out. 1950, p. 03; **Somente esmagados os agressores poderá a ONU consolidar a paz**. 25 ago 1950, p. 01

⁴⁹⁶ OESP. 10/09/1950, p. 03.

governo Dutra, a oposição ao varguismo aparece como uma das marcas da atuação do matutino paulista. Vale lembrar a existência de eleições presidenciais e a iminência da candidatura de Vargas. Ademais, não é possível desconsiderar o fato do jornal ter ficado sob intervenção e seus proprietários terem sido perseguidos durante o Estado Novo. Dessa forma, o jornal não exerce apenas a função de informar sobre o acontecimento, mas busca formar uma opinião num contexto de Guerra Fria, sem, contudo, se descuidar do campo político brasileiro e do combate a Getúlio Vargas.

Outra posição editorial sobre o envio de soldados brasileiros para combater na guerra da Coreia fora veiculada pela *Folha da Manhã*. O jornal paulista ressaltava que o Brasil mantinha-se fiel aos seus compromissos e não iria permanecer indiferente ao desenvolvimento ulterior dos acontecimentos, mas, mesmo assim, demonstrava que o país daria sua contribuição na medida das suas possibilidades. Apesar de indicar a necessidade de restabelecer a ordem e preservar a paz mundial, o periódico salientava que o país não enviaria tropas para o embate bélico por que “as condições internas” não permitiam chegar a tanto. Sem o envio de tropas, argumentava sobre a disposição brasileira em oferecer “mais do que solidariedade moral, prontificando-nos a fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios aos nossos aliados”. Em resumo, concluía que o país deveria estar preparado para o que desse e viesse, embora preferisse sempre as “soluções pacíficas.”⁴⁹⁷

Ainda em agosto, a polêmica sobre o envio de soldados brasileiros para lutar na Guerra da Coreia atingiu seu ápice com um acontecimento no *Clube Militar*. Fundada em 1887, a associação de cunho recreativo tradicionalmente dividiu-se em dois grupos de militares. De um lado, os chamados nacionalistas criticavam a entrada de capital estrangeiro e a subordinação do Brasil aos Estados Unidos como meio para se conseguir o desenvolvimento econômico. De outro lado, os liberais possuíam outra perspectiva, pois não temiam o capital internacional, mas, ao contrário, a mobilização política da classe operária. A polêmica entre os dois grupos se acirrou com a publicação de um artigo sobre a Guerra da Coreia na revista do Clube Militar. Tal artigo, veiculado na edição de número 107, de agosto de 1950, considerava necessário refletir sobre a intervenção estrangeira no conflito asiático e censurava uma possível participação de militares brasileiros.

⁴⁹⁷ FM.07/12/1950, p. 04.

A reação do grupo liberal não tardou. Com quase 600 adesões, uma abaixo-assinado acusava a revista de doutrinária e tendenciosa, bem como sua direção de prepotente. Já o artigo fora taxado de subversivo e seus redatores acusados de simpatizarem com o comunismo, um epíteto comumente atribuído a um militar “nacionalista”. Como resultado, o então Ministro de Guerra Canrobert Pereira da Costa puniu a diretoria do Clube Militar, transferindo diversos oficiais diretores para guarnições distantes da capital federal (ALVES, 2007, p. 156-9).

O polêmico artigo foi amplamente debatido nas páginas da imprensa escrita brasileira. No geral, os jornais procuravam ressaltar os aspectos políticos – ideológicos do editorial, evidenciando, principalmente, que o texto baseava-se em princípios enaltecidos pelos militantes comunistas⁴⁹⁸. O *Correio da Manhã*, por exemplo, salientava que a política interna brasileira estava subordinada à sua política externa e, desse modo, não seria possível aceitar o editorial publicado na revista do Clube Militar. Conforme o matutino carioca, os leitores brasileiros tinham interesse pelo que ocorria na Coréia. Eles não eram, contudo, os únicos, pois o acontecimento interessava a todo o “mundo democrático”, uma vez que uma guerra envolveria todos os povos, já que, “antes de ser um conflito militar em tomo de interesses nacionais limitados, era um conflito de civilizações”. De acordo com o jornal, não haveria espaço para a neutralidade caso a catástrofe desabasse sobre “a pobre humanidade” e, nesse caso, o Brasil deveria assumir uma posição bem clara: alinhar-se aos Estados Unidos⁴⁹⁹. Além do alinhamento aos Estados Unidos e das críticas à União Soviética, o periódico carioca também salientava que a revista do *Clube Militar* não era uma publicação individual, mas configurava-se numa “ilha soviética” e, por isso, sua direção deveria ser destituída.⁵⁰⁰

Ao argumentar que o texto publicado na revista do Clube Militar era favorável a agressão comunista na Coréia do Sul e contrário a posição norte-americana, a *Folha da Manhã* foi incisiva em registrar que essa atitude não era aceitável, pois, como julgou o jornal, o Brasil já havia tomado partido “ao lado das Nações democráticas, com as quais sempre esteve, na defesa das liberdades e dos direitos do povo”. Avaliando que o momento não comportava “meias medidas” e que quem não estivesse com as nações ocidentais estaria contra o Brasil, o editorial concluía que

⁴⁹⁸ OESP. 20/10/1950, p. 01, CM. 07, 12, 13, 16 e 19/12/1950, p. 01,

⁴⁹⁹ CM. 05/12/1950, p. 04.

⁵⁰⁰ CM. 23/11/1950, p. 01, 13/12/1950, p. 01 e 23/12/1950, p. 04.

não era tolerável que altas patentes militares se insurgissem contra linha política internacional seguida pelo Brasil, vindo a público expor seus “pendores totalitários”.⁵⁰¹

O Estado de S. Paulo também tratava da infiltração comunista no Clube Militar e, em seguida, indicava que o país já havia tomado partido ao lado das democracias. Conforme veiculou em editorial, não havia escolha a fazer, já que o país deveria honrar seus compromissos com as democracias, lutando em todos os terrenos “contra a ação tortuosa do comunismo russo”, o qual pregava “a paz em todos os sons e em todos os lugares”, mas se preparava para “a guerra lançando na sua voragem os países sob sua influencia direta”.⁵⁰²

De acordo com os jornais da chamada grande imprensa, os compromissos do governo brasileiro residiam no alinhamento aos Estados Unidos. Diversas matérias, artigos e editoriais ressaltavam a necessidade do Brasil seguir as diretrizes norte-americanas, sobretudo no combate a política guerreira da União Soviética e, principalmente, enviando soldados para a efetiva participação na Guerra da Coréia⁵⁰³.

Em meados de 1951, os combatentes estabeleceram a chamada guerra de trincheiras em substituição à guerra de movimento. O *front* de batalha estabilizou-se um pouco ao norte do paralelo 38 e os lados entrincheiraram-se fortemente numa guerra estática. A despeito do início das negociações entre as partes para a assinatura do armistício, a guerra de trincheiras constantemente exigia novas cotas de combatentes para substituir as baixas, promover o rompimento do impasse militar ou, então, conter um possível avanço do inimigo (ALVES, 2007, p. 137).

Baseado na concepção que o Brasil deveria cumprir o seu dever de solidariedade continental, alinhando-se a posição norte-americana no cenário internacional, o editorial da *Folha da Manhã* ressaltava a necessidade de o país opor-se à política agressiva da União Soviética, não sendo lícito manter-se “ausente de uma efetiva colaboração com as Nações que defendiam os princípios da civilização cristã”. Embora considerasse exíguos os recursos militares e materiais do Brasil, o jornal defendia seu alinhamento às nações democráticas:

⁵⁰¹ FM. 13/12/1950, p. 04

⁵⁰² OESP. 16/12/1950, p. 03.

⁵⁰³ OESP. 28, 29 e 30/03/1951, p. 01, 06/04/1951, p. 03, 13/09/1951, p. 01 24/10/1952 p. 03. FM. 28 e 29/03/1951, p. 01, 27/07/1951, p. 01, 19/03/1952, p. 04 e 03/07/1952, p. 06. JB.29/3/191951, p. 07, 01/04/1951, p. 05, 06/01/1952, p. 05, 02/07/1952, p. 07, 04/07/1952, p. 05, 14/04/1953, p. 05, 16/04/1953, p. 07. CM. 04/07/1952, p. 04, 13/07/1952, p. 02 e 05/10/1952, p. 01.

Estamos com as democracias, estamos com as Nações Unidas, estamos contra o agressivo imperialismo das estepes, que representaria séria ameaça à existência pacífica dos povos e a integridade dos países democráticos. Seria, aliás, ingênuo supor que, num mundo em que as distâncias praticamente desapareceram, pudesse algum país conservar-se propositadamente neutro em face do conflito ideológico e militar com que ora nos defrontamos⁵⁰⁴.

Embora a imprensa pressionasse para o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e o presidente Vargas apostasse na possibilidade de obter auxílio financeiro junto ao governo norte-americano, o Brasil não enviou soldados para lutar na Coreia. Mesmo assim, defender a participação brasileira no conflito coreano com o envio de soldados era uma forma dos jornais atuarem politicamente e pressionarem o governo brasileiro em princípios dos anos 1950. Além disso, o Congresso, a imprensa e a opinião pública norte-americanas manifestavam, diariamente, a insatisfação com a parcela de sacrifícios que os Estados Unidos arcavam na Guerra da Coreia. Por isso, O Pentágono e o Departamento de Estado buscavam novos contingentes de soldados para a luta. Com o prosseguimento do conflito, aumentou ainda mais a pressão para a participação brasileira. Em fins de junho de 1951, o secretário geral das Nações Unidas requisitou, formalmente, o envio de soldados brasileiros para o combate. Após reunir-se com o Conselho de Segurança Nacional, o presidente Vargas decidiu enviar o general Goes Monteiro, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, para negociar, em Washington, os termos da participação brasileira. Nas negociações, o representante brasileiro apresentou, como condição para o envio de soldados brasileiros, uma extensa lista de exigências, contendo o auxílio econômico e militar que os Estados Unidos deveriam prover ao Brasil. Após três meses nos Estados Unidos, Goes Monteiro retornou ao Brasil sem uma posição favorável à criação de uma força expedicionária brasileira para a Coreia (ALVES, 2007, p. 140-2).

No decorrer da Guerra da Coreia, a imprensa brasileira continuava atribuindo aos Estados Unidos à responsabilidade pela manutenção da paz mundial⁵⁰⁵. É preciso ressaltar que essa posição, muito provavelmente, acompanhava a orientação da política externa brasileira de apoiar a atuação das forças aliadas, sem, contudo, efetivar o envio de soldados para os campos de batalha. Mas também era um expediente utilizado pelos jornais para pressionarem a política

⁵⁰⁴ FM. 19/03/1952, p. 04.

⁵⁰⁵ OESP. 22 e 25/07/1951, p. 08 e 01, 01/08/1951, p. 01, 28/05/1952, p. 03, 18 e 22/04/1953. FM. 27/03/1951, p. 01 e 06/06/1951, p. 01. JB. 22/03/1951, p. 07, 13/05/1951, p. 07, 07/12/1951, p. 07 e 03/04/1953, p. 07. CM. 03/05/1952, p.03 e 10/11/1951, p. 01.

externa adotada pelo governo Vargas. Além disso, baseava-se na posição política dos periódicos e, também, na forma como os jornais recebiam informações e produziam o noticiário sobre a situação internacional.

É preciso lembrar que os funcionários das agências internacionais de notícias encontraram certa liberdade de atuação nos primeiros meses do conflito. No entanto, passaram a enfrentar dificuldades para a realização da cobertura da guerra, sobretudo por divulgarem informações sobre os sucessivos fracassos militares norte-americanos. Acusados de traidores pelo general MacArthur, foram proibidos de espalhar críticas sobre as decisões tomadas pelos comandantes aliados. A atuação ficava ainda mais limitada por dependerem do exército para alojamento, transporte e utilização de recursos para comunicação. Por tudo isso, os correspondentes começaram a produzir material favorável às forças norte-americanas (BIAGI, 2001, p. 78). Tal material telegráfico, portanto, é que servia como fonte sobre a Guerra da Coréia para imprensa brasileira noticiar ou emitir suas opiniões.

Além disso, os órgãos impressos brasileiros transformavam os pronunciamentos do presidente norte-americano Harry Truman em matérias jornalísticas. A partir dos telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias, os jornais brasileiros veiculavam material com a opinião do líder norte-americano sobre as possibilidades de uma terceira guerra mundial, o esforço diplomático dos Estados Unidos para evitar um novo conflito mundial, os planos soviéticos para desencadear outro embate bélico e, principalmente, continuavam apostando em representações da União Soviética como maior ameaça a manutenção da paz mundial⁵⁰⁶. A *Folha da Manhã*, por exemplo, ressaltou que os soviéticos mobilizavam suas indústrias para a produção de armamentos para a guerra e, concomitantemente, conclamavam seus “súditos” comunistas para realizarem Congressos da Paz para tranquilizar os povos do mundo inteiro. Intitulado “Contra a Guerra Preventiva”, o editorial sugeria quatro frentes de atuação para a obtenção da paz mundial:

⁵⁰⁶ OESP. 05 e 13/01/1951, p. 01 e 14, 10/05/1951, p. 02, 29/07/1951, p. 01, 21/11/1951, p. 01, 23/01/1952, p. 03, 05/03/1952, p. 02, 08/06/1952, p. 01, 01 e 08/01/1953, p. 01. FM.16/01/1951, p. 01, 16/03/1951, p. 04, 15/04/1951, p. 01, 05/05/1951, p. 01, 07/06/1951, p. 01, 05/07/1951, p. 01, 24/07/1951, p. 01, 27/07/1951, p. 01, 08/06/1952, p. 01 e 19/02/1952, p. 01. JB. 05/01/1951, p. 01 e 07, 20/05/1951, p. 01 e 07, 26/06/1951, p. 05, 29/07/1951, p.07, 3/09/1951, p. 07, 06/11/1951, p. 07, 08/11/1951, p. 07, 10/01/1952, p. 07 e 08/03/1952, p. 07. CM. 05/01/1951, p. 07, 01/03/1951, p. 01, 18/05/1951, p. 01, 26/06/1951, p. 01, 08/11/1951, p. 01, 10/01/1952, p. 01, 07/03/1952, p. 01, 25/04/1952, p. 01.

na frente militar, pela criação de tal poderio que o agressor seja afinal contido e levado a capitulação; na frente econômica, pelo auxílio aos países subdesenvolvidos ou arruinados pela guerra, assim como pelo estabelecimento de condições de bem-estar para todos; na frente política, pela fidelidade à democracia e pela propaganda de seus resultados nos países cujos regimes verdadeiramente nela se baseiam; e, na frente psicológica, pela solução pacífica das pendências entre empregados e empregadores, de modo que se patenteiam as vantagens de colaboração entre uns e outros. Eis o que, através de caminhos possivelmente mais longos, significa evitar a guerra e ganhar a paz. É nessa direção, e não na de uma “guerra preventiva”, que vem marchando e continuarão a marchar vitoriosamente as Nações Unidas.⁵⁰⁷

Na mesma direção, um editorial de *O Estado de S. Paulo* ressaltava que os soviéticos desejavam estender a ditadura do proletariado pelo mundo e, conseqüentemente, o bloco ocidental teria o direito de defesa frente a essa agressão. Consta no jornal que a Guerra da Coréia possibilitava a efetiva reação contra o “assalto vermelho”, bastando o bloco ocidental estar consciente para se preparar para e contra a guerra, já que:

A história acabará por decidir de que lado está a verdade. Por que a verdade é que jamais as armas a serviço das alianças regionais defensivas servirão para agredir nem mesmo os agressores potenciais e, mais, que desde já se encontram elas confiadas a coletividade internacional para permitir-lhe estabelecer a verdadeira paz entre os povos livres, muito diferente da paz pela escravidão que a URSS ousa oferecer ao mundo⁵⁰⁸.

É certo que o jornal paulista foi o que mais intensamente atribuiu à União Soviética o papel de nação guerreira⁵⁰⁹. Porém, os outros periódicos veicularam posição semelhante, mas com menor intensidade.⁵¹⁰ Além disso, informavam que a política externa empreendida por Stálin dificultava a formação de um mundo pacífico⁵¹¹. *O Correio da Manhã*, por exemplo, veiculou um sugestivo artigo. Intitulado “A conversa de Stálin”, o texto, assinado por Costa Rego, ressaltava que ninguém conhecia os desejos de Stálin, mas, mesmo assim, considerava evidente que o líder soviético desejasse “vencer de modo formal a Guerra Fria”, uma guerra que a

⁵⁰⁷ FM. 09/03/1951, p. 04.

⁵⁰⁸ OESP. 07/11/1951, p. 03.

⁵⁰⁹ OESP. 10/04/1951, p. 01, 01/05/1951, p. 01, 06 e 08/06/1951, p. 03, 18/07/1951, p. 22, 10 e 26/08/1951, p. 01 e 82, 19/10/1951, p. 01, 07/11/1951, p. 03, 09, 11 e 30/11/1951, p. 03, 06 e 14/02/1952, p. 03 e 01, 29/04/1952, p. 01, 08/05/1952, p. 01, 26/06/1952, p. 01, 17/03/1953, p. 01, 29/04/1953, p. 02, 19/05/1953, p. 01.

⁵¹⁰ FM. 17 e 23/01/1952, p. 01, 13/06/1953, p. 04 e 14/06/1953, p. 04. JB. 05 e 09/05/1951, p. 01 e 07, 08/06/1951, p. 07, 11/08/1951, p. 07, 09/11/1951 p. 07. CM. 08 e 09/05/1952, p. 01.

⁵¹¹ OESP. 21/02/1951, p. 03, JB. 03 e 07/10/1952, p. 07 e 05, 24/04/1952, p. 05.

comunidade Atlântica vinha perdendo desde 1945. Desse modo, afirmava que todos desejavam o estabelecimento da paz, mas não um tipo de “paz especial e muito menos a paz de Stálin”, pois esta implicava na “conservação de metade pelo menos do mundo sob o jugo de sua política e da outra metade sob a constante ameaça deste julgo.” Salientava, igualmente, que a paz deveria basear-se num complexo de acordos em torno de diversas questões sobre o estabelecimento de áreas de influência em todos os continentes e não apenas na região do conflito asiático.⁵¹² Não obstante a avaliação feita por Costa Rego sobre a paz supostamente desejada por Stálin, evidencia-se a utilização do termo guerra fria. Se, nos anos anteriores, a situação de tensão entre os dois blocos ganhou a denominação de “guerra branca” por parte da redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, nos primeiros anos da década de 1950 já era corrente a utilização do termo guerra fria nas páginas da imprensa brasileira.

Após a morte de Stálin, Costa Rego não alterou substancialmente sua avaliação sobre a situação internacional. No artigo intitulado “Tática Russa”, afirmava que os soviéticos deixavam de ameaçar o mundo após o falecimento do seu líder, sobretudo por que a propaganda, até então “muito rude nas palavras”, tornara-se mais “amena” com a publicação de alguns fatos, não declinados pelo autor, mas que apontavam para o promissor desejo soviético de pacificação do mundo. Costa Rego, no entanto, desconfiava da posição assumida pelos dirigentes soviéticos. Avaliava que aquela não poderia ser considerada uma mudança política, mas somente uma mudança de tática imposta pelas circunstâncias da guerra fria e pela modificação do governo. Considerando que existiam duas concepções de vida antagônicas, uma das quais deveria excluir a outra, Costa Rego avaliou:

Se uma dessas concepções entra em repouso, está presumivelmente recobrando forças; não está cedendo campo à sua inimiga. É a conclusão a tirar das amenidades da Rússia, que os fatos revelam. Sua concepção é revolucionária. (...) não é por que a Rússia esteja agora sorrindo que devemos dormir. Um regime cuja base permanece na força não respeita senão a força. A concepção conservadora da vida precisa ficar armada na medida exata em que armada se mantiver a concepção revolucionária. Se a guerra não convém a Rússia neste momento, nada prova que mais tarde não lhe seja um grande negócio⁵¹³.

⁵¹² CM. 27/12/1952, p. 04.

⁵¹³ CM. 11/04/1953, p. 04

Entre os anos de 1951 e 1953, os quatro jornais publicavam inúmeras matérias sobre o desenvolvimento da guerra da Coréia, as batalhas travadas e a possibilidade de armistício. Ainda nos primeiros meses, os órgãos impressos tratavam da possibilidade de desfecho do conflito. No entanto, sempre atribuíam à União Soviética o fracasso das negociações. Em artigo intitulado “A paz na Coréia” e publicado no *Correio da Manhã*, Costa Rego ressaltou as dificuldades enfrentadas para o desfecho do conflito, argumentando que o único caminho para o estabelecimento da paz era a rendição da Coréia do Norte que, na sua avaliação, não ocorreria tão cedo em função da posição soviética, pois, apesar de ser interesse dos Estados Unidos realizá-la não era do “interesse da Rússia aceitá-la”⁵¹⁴.

Em editorial, *O Estado de S. Paulo* chegou a questionar a possibilidade das nações sonharem com a pacificação do mundo e, em seguida, observou que, mesmo com o desfecho do conflito coreano, era necessário os aliados ocidentais manterem-se vigilantes. Com o desfecho do “deplorável episódio de agressão”, o editorial avaliava que as democracias não poderiam ensarilhar armas e, mesmo que uma aparência de paz se restabelecesse, todas as nações ocidentais deveriam manter, como sempre, a vigilância sem desfalecimentos, pois, tendo revidado ao primeiro golpe, não poderiam ser “apanhados de surpresa no segundo assalto”⁵¹⁵.

Em pleno conflito, a *Folha da Manhã* também veiculou informações sobre a possibilidade de estabelecimento da paz na Coréia. Em editorial, ressaltou que a esperança na cessação das hostilidades residia no fato dos comunistas terem apresentado uma proposta de paz que muito se aproximava dos pontos de vista do comando das Nações Unidas a respeito da linha da linha de demarcação da zona neutra.⁵¹⁶

Ainda assim, o conflito persistiu até 1953. No *Correio da Manhã*, a coluna intitulada “Guerra ou Paz?” chamava a atenção sobre a abundância de notícias referentes aos gestos pacificadores presentes nas negociações do armistício na Coréia. Registrava, porém, certo descrédito sobre a possibilidade de estabelecimento da paz no território coreano, indicando que a ofensiva de paz desencadeada nos noticiários era apenas o reverso da “Guerra Fria”. Afirmava, com efeito, que aquela era uma “paz fria”, pois lhe faltava “a colorida sinceridade”, sendo,

⁵¹⁴ CM. 04/10/1952, p. 04.

⁵¹⁵ OESP. 04/07/1951, p. 03.

⁵¹⁶ FM. 04/11/1951, p. 04

simplesmente, uma tática política determinada pelas circunstâncias presentes na luta pelo controle do mundo⁵¹⁷.

Em texto veiculado no *Correio da Manhã*, Costa Rego lembrava que o possível fim do conflito não significava, necessariamente, a consolidação da paz mundial. Não obstante a realização de negociações para o desfecho do conflito coreano, o jornalista salientava que as dificuldades não desapareceriam e que resolvido o problema da paz, as nações deveriam continuar a organização do sistema defensivo do Ocidente.⁵¹⁸

No final de julho de 1953 chegava ao fim o conflito da Coréia. Mesmo sem a assinatura do armistício, os jornais ressaltavam o esforço da ONU, tendo a frente os Estados Unidos, para estabelecer a paz mundial. Como consta no *Jornal do Brasil*, após três anos de luta o conflito coreano chegava ao fim, sobretudo em função da entidade internacional encarregada de impedir a agressão armada. Considerando a importância dos Estados Unidos como primeiro país a suportar as maiores responsabilidades da resistência armada, o jornal ressaltou que as Nações Unidas não vacilaram em aceitar o desafio da agressão ocorrida no Oriente, já que:

enfrentaram a prova decisiva, da qual saíram fortalecidas ou desprestigiadas. Se não corressem em auxílio ao país agredido, a sua complacência diante do atentado estimularia os agressores a provocar noutros pontos do mundo conflitos da mesma natureza, pondo em cheque a soberania das nações e a liberdade dos povos, (...) Essa sangria, que hoje chega ao fim, não foi inútil, tendo demonstrado a eficácia do órgão internacional incumbido de manter a paz e a liberdade dos povos⁵¹⁹.

Num quadro de guerra, os órgãos impressos posicionavam-se, claramente, sobre as nações que impediam a manutenção da paz e atuavam para o desencadeamento de conflitos bélicos de proporções mundiais. *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* utilizavam telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias e, de forma ainda muito incipiente, diversificaram a cobertura jornalística do conflito com a veiculação de mapas e fotografias. Além de cunharem termos como “paz fria” ou “paz bélica”, os jornais construía representações da União Soviética como desencadeadora da Guerra da Coréia.

⁵¹⁷ CM. 07/04/1953, p. 01.

⁵¹⁸ CM. 26/04/1953, p. 04.

⁵¹⁹ JB. 28/07/1953, p. 05.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final da Segunda Guerra e a ocorrência da Guerra da Coréia, a chamada grande imprensa brasileira – com destaque para os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, e a revista *O Cruzeiro* – divulgava farto material jornalístico que ensejavam suspeitas, desconfiças ou dúvidas acerca da manutenção da paz mundial, sobremaneira quando no cenário internacional surgiam os primeiros raios de um estado diferenciado de beligerância/paz, a Guerra Fria. Embora agissem com algumas nuances e diferenças quanto ao tratamento jornalístico acerca de propostas e ações voltadas à garantia da paz no mundo, quer fossem lançadas por nações capitalistas, quer fossem por comunistas, os periódicos da grande imprensa brasileira não deixariam de encetar e divulgar representações que, escudadas em seu crescente poder simbólico e calcadas em seus posicionamentos político-ideológicos, contribuísssem para formar opiniões acerca do papel dos Estados Unidos como agente responsável pela garantia de um mundo pacificado e o da União Soviética como agente propulsor de um novo conflito bélico mundial. E a suspeita da imprensa brasileira sobre a manutenção da paz mundial crescia quanto mais fosse a defesa propagada pelo URSS, como bem ilustra o tratamento jornalístico brasileiro acerca da campanha mundial em prol da paz promovida pelo governo soviético.

Entretanto, o conflito bélico no Paralelo 38, travado entre as duas Coréias, serviria à imprensa brasileira para dar concretude às suas representações que anunciavam e enunciavam exíguas chances para a paz mundial dentro do quadro político internacional que se abria após a Segunda Guerra. Concretude que, mais do que desejada, era necessária à imprensa, uma vez que os periódicos brasileiros, na produção cotidiana do jornalismo internacional, não dispunham de conhecimentos tão aprofundados e fontes seguras que lhe possibilitassem traçar perspectivas sobre a lógica e a dinâmica que pudessem imperar no desenrolar do então nascente, desconhecido e diferenciado estado de beligerância/paz mundial. Portanto, a Guerra da Coréia possibilitaria elementos comprobatórios às representações jornalísticas sobre as chances da paz mundial ser mantida. Representações que até então eram engendradas pelos periódicos nacionais com base, além do escopo político-ideológico liberal e anticomunista, em fontes muito parciais e pouco elucidativas que se ocupavam, sobremaneira, em noticiar um caudal de pormenores de marchas e

contramarchas diplomáticas relacionadas à manutenção de um mundo pacificado. Ações diplomáticas que eram, por vezes, de difícil compreensão ao leitor médio de jornal, e ainda mais pela população em geral, ainda que esta nutrisse, até por conta das recorrentes matérias jornalísticas sobre as dificuldades de manutenção da paz mundial, receio sobre a possibilidade de eclosão de um novo conflito mundial.

A formulação das representações dos periódicos brasileiros acerca da manutenção de um mundo pacificado como sendo possível apenas em decorrência do empenho da liderança internacional dos Estados Unidos devem ser entendidas também em razão do nível de reorganização das empresas jornalísticas e da forma de se fazer jornalismo no Brasil que iam se acentuando a partir do após Segunda Guerra, sobretudo em decorrência da clara aproximação ao modelo norte-americano de imprensa-empresa e de produzir notícias. E sem deixar de considerar igualmente as relações dos veículos de comunicação impressa com o poder político e o mercado, notadamente para obter recursos provenientes de anúncios veiculados pela esfera governamental ou publicidade comercial das empresas capitalistas.

Na segunda metade da década de 1940 e início dos anos de 1950, os grandes periódicos brasileiros passavam por um processo de modernização, fruto de modificações iniciadas, ainda que de forma não sistemática, em momentos anteriores. A utilização de novos maquinários, a racionalização da estrutura administrativa, cada vez mais próxima ao modelo imprensa-empresa, a formação dos conglomerados de comunicação, via integração de periódicos e de emissoras de rádio, e a adoção do modelo norte-americano de se fazer jornalismo - o que equivale a dizer jornalismo pretensamente pautado nos princípios de neutralidade, objetividade e imparcialidade -, bem como no distanciamento de grupos ou partidos políticos, podem ser considerados como alguns elementos do processo de modernização experimentado pela imprensa brasileira naquele período.

Apesar disso, os órgãos impressos não deixavam de posicionar, quer individualmente, quer em conjunto, como agentes do campo político brasileiro, uma vez que competiam com partidos e grupos políticos pelo poder simbólico de predizer, enunciar e anunciar problemas de ordem política e suas soluções. No entanto, algumas empresas jornalísticas não deixariam de se aproximarem de governos e, nesta direção, abriam generosos espaços em suas folhas para noticiar positivamente as ações governamentais, evidentemente visando, assim, garantir a obtenção de verbas via publicidade oficial ou empréstimos vantajosos para o seu desenvolvimento

empresarial. Mesmo que apresentassem diferentes nuances e intensidades políticas, os periódicos da grande imprensa comungavam de princípios do liberalismo, nutriam admiração pelos Estados Unidos e se manifestavam claramente anticomunistas. Posicionamentos ideológicos que os mantinha, de certa forma, afinados com o governo de Dutra, mas parcialmente sintonizados ao segundo governo de Vargas, ou mesmo se colocando em oposição a ele, como procederam os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*. De qualquer forma, as empresas jornalísticas iam paulatinamente pautando suas relações com grupos políticos e governos por meio da busca de sua autonomia, a qual era possível de se obter e ampliar quanto mais o periódico obtivesse credibilidade junto ao público leitor, assim aumentando sua tiragem e vendagem, e conseqüentemente aumentasse a captação de verbas via publicidade comercial.

Do ponto de vista da editoração do material jornalístico relacionado ao temário da (im)possibilidade de se manter a paz mundial, a maioria dos jornais utilizava a primeira página para a publicação de notícias e reportagens de cunho internacional, revelando a preocupação deles em separar o material considerado informativo daquele tido como opinativo, reservado aos editoriais, artigos assinados, charges e colunas fixas. A configuração da página inicial – bastante diferente da adotada atualmente pela grande imprensa – revela que os jornais procuravam informar seus leitores sobre o quadro mundial tendo em conta os medos, temores e as ansiedades populares com relação à possibilidade da ocorrência de outro conflito bélico mundial. Tal expediente garantia vendagem das edições dos jornais, pois tratava de tema que, de uma forma ou outra, tornava-se de interesse geral, inclusive mundial, e, em certa medida, possibilitava a captação de verbas de publicidade de empresas internacionais, dado que tal noticiário era elaborado e envolto por representações de que o mundo pacificado somente seria possível devido à atuação internacional dos Estados Unidos, cujo melhor desempenho desta tarefa norte-americana se daria sem o incontestado apoio de todos os países democráticos. Representações afinadas à propaganda ideológica da potência norte-americana, porém potencialmente válidas para gerar avolumada propaganda comercial nas páginas dos periódicos nacionais.

Para seu noticiário e reportagem voltados ao quadro internacional e, por extensão, as materiais jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, os periódicos se valiam de várias fontes de informação. Jornais e revistas brasileiros não possuíam tradição em enviar correspondentes internacionais para cobrir acontecimentos em terras estrangeiras. O alto custo financeiro para manter aquele tipo de profissional, à incipiente especialização dos jornalistas e a

complexidade da conjuntura política internacional entre o final da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria contribuíram para que os periódicos brasileiros consumissem serviços prestados pelas agências internacionais de notícias.

Entre 1945 e 1953, os órgãos impressos recorriam às informações emitidas pelas agências *Reuters*, *United Press* e *Associated Press Internacional*, tanto para elaborarem o seu noticiário internacional quanto para alimentarem com informações seus redatores e jornalistas ocupados para elaborarem editoriais, artigos e colunas fixas. Esse expediente possibilitou, por exemplo, a publicação de um número muito maior de matérias jornalísticas com pronunciamentos do presidente norte-americano Harry Truman do que com os do líder soviético Josef Stálin. Ao contrário, o material produzido pela agência soviética *Tass* ou publicado nos jornais *Pravda* e *Izvestia* raramente foram utilizados pelos periódicos brasileiros. Nas poucas vezes que este expediente foi empregado, os telegramas ou as notícias provenientes dos meios jornalísticos soviéticos foram tomados como difusores de propaganda favorável ao comunismo, ao regime soviético e a Stálin.

A despeito da contribuição das agências internacionais de notícias para o processo de consolidação da presença norte-americana em território brasileiro, é lícito considerar que os periódicos tratados nesta tese não tomavam o material telegráfico como amplamente neutro, nem totalmente objetivo ou despido de uma carga política e ideológica. Mesmo de maneira pontual, críticas à imparcialidade do conteúdo dos telegramas, à deficiência nos serviços prestados pelas agências, à construção de suposições sobre acontecimentos, bem como dúvidas sobre a fidedignidade das informações e acerca do caráter propagandístico dos internacionais telegramas noticiosos, foram veiculadas nas páginas dos próprios jornais.

É igualmente fundamental considerar que os jornalistas brasileiros não trabalhavam de forma mecânica os telegramas enviados pelas agências internacionais de notícias. Dados contidos na bibliografia especializada e os colhidos em nossa investigação histórica possibilitam afirmar que os telegramas internacionais passavam por uma espécie de filtragem na redação dos jornais. A escolha de determinado telegrama, o uso integral ou apenas de parte do texto, e, também, a publicação ou não das partes escolhidas integravam um processo de construção intelectual dos jornalistas. Traduzir, selecionar, recortar, condensar e reescrever o material telegráfico, tendo como base critérios de edição para definir determinado enfoque, escolher o tamanho do texto, o título e o local de veiculação na página, eram atividades que marcavam o trabalho dos jornalistas

ocupados com a produção do noticiário internacional. Portanto, tais atividades dos jornalistas brasileiros alteravam conteúdos dos telegramas das agências internacionais, buscando respeitar o que julgavam ser do interesse do seu público-leitor, bem como os do editor e proprietário do jornal, sem deixar de observar também interesses de possíveis anunciantes, sobretudo de empresas multinacionais, e, quando necessário, de grupos políticos ou governos ao qual o periódico pudesse estar vinculado ou nutrisse simpatia.

Ademais, os telegramas noticiosos das agências internacionais não foram às únicas fontes de informação utilizadas pelos jornais brasileiros para produzirem material jornalístico de cunho internacional relacionado ao temário da manutenção da paz mundial. As entrevistas e pronunciamentos de membros do corpo diplomático brasileiro, principalmente de ministros de Relações Exteriores, serviram também como fonte de informação. A veiculação daquele material ajudava, em parte, a conferir fidedignidade ao discurso jornalístico e, indiretamente, validar certas representações dos periódicos quanto às dificuldades de se manter um mundo pacificado. Sendo os diplomatas e ministros de Relações Exteriores agentes do Estado, a imprensa não deixava, por sua vez, de observar a provável influência política, governamental e até partidária nas informações passadas por aqueles agentes. Mas dificilmente criticavam suas entrevistas e pronunciamentos, quando não as tratavam de maneira elogiosa, sobretudo no caso de algumas atuações de João Neves da Fontoura, Raul Fernandes e Osvaldo Aranha. Por fim, as informações fornecidas pelo corpo diplomático também conferiam um caráter internacional ao noticiário, reportagens e artigos elaborados pelos jornais acerca das possibilidades e obstáculos à manutenção de um mundo pacificado.

Estes expedientes empregados pelos jornalistas brasileiros no tratamento das informações originárias dos telegramas das agências internacionais de notícias ou do corpo diplomático brasileiro possibilitaram que mais um elemento fosse acrescido às representações jornalísticas que nomeavam e classificavam os Estados Unidos como responsável pela manutenção da paz mundial, a saber: a importância da participação brasileira, ao lado das nações americanas, na defesa de um mundo pacificado.

Entretanto, o tratamento jornalístico da grande imprensa brasileira de eventos e fatos internacionais relacionados à manutenção da paz mundial – como matérias jornalísticas sobre a Assembléia Geral da ONU, realizada em Paris, ao Congresso Interamericano, ocorrido na cidade carioca de Petrópolis, a Assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR),

a IX Conferência Interamericana de Bogotá, a divisão de Berlim e o bloqueio soviético ao território alemão ocupado pelos Estados Unidos, e, por fim, a Guerra da Coréia – formulavam, de um lado, representações favoráveis aos Estados Unidos quanto à manutenção de um mundo pacificado, de outro, apresentavam representações de que o clima político internacional era o de uma “guerra branca”, de uma “paz bélica” ou “paz fria”.

A suspeição sobre a paz mundial se encontrava impressa nas páginas das edições diárias da grande imprensa brasileira, antes mesmo que a Guerra Fria gerasse níveis alarmantes de uma paranóia mundial com relação à possibilidade de uma hecatombe nuclear, e, mais interessante ainda, diante da imprecisão mundial quanto à lógica e à dinâmica daquele diferenciado estado de paz/beligerância que o mundo passaria a viver.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca Bastos Tigre

Biblioteca e Centro de Documentação do MASP

Biblioteca Nacional

Biblioteca Mário de Andrade

Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP – UNESP/ASSIS)

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

PERIÓDICOS

Anuário Brasileiro da Imprensa (Out. 1949 até Jun. 1953)

Boletim da Associação Brasileira de Imprensa (Mai. 1952 até fev. 1955; Jan. 1958 até Dez. 1959)

Boletim da Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura (Jan. 1950)

Correio da Manhã (Mai. 1945 até Ago. 1953)

Diário de S. Paulo (Mai. 1945 até Ago. 1953)

Folha da Manhã (Mai. 1945 até Ago. 1953)

Jornal do Brasil (Mai. 1945 até Ago. 1953)

O Cruzeiro (Mai. 1945 até Ago. 1953)

O Estado de S. Paulo (Mai. 1945 até Ago. 1953)

Revista Publicidade e Negócios (Jan. 1947 até Dez. 1952)

OBRAS DE MEMÓRIAS

BACIU, Stefan. **Lavrado, 98**: História de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

HORA, Mário. **48 anos de jornalismo (1908-1956)**: memórias de um “dromedário”. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NETO, Accioly. **O império de papel**: os bastidores de O Cruzeiro. Porto Alegre: Sulina, 1998.

SERRA, Joaquim (IGNOTUS). **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da Guerra**. Rio de Janeiro, 2005.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1987.

PRODUÇÕES SOBRE O JORNALISMO

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

LACERDA, Carlos. **A Missão da Imprensa**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1950

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. 2.ed. São Paulo, 1988.

RAMOS, José Nabantino. **Jornalismo**: dicionário enciclopédico. São Paulo: Ibrasa, 1970.

RIZINNI, Carlos. **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro: S.l., 1953

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In.: ABREU, Alzira Alves (Org.). **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves (Org.). **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves. *Jornal do Brasil: uma reforma famosa*. In.: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando & rocha, Dora. **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil**: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando & Rocha, Dora. **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves; PAULA, Christiane Jalles de. **Dicionário histórico-biográfico da Propaganda no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ ABP, 2007.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In.: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ivone Maria Ghislene; PINTO, Milton José (Orgs.). **Produção e recepção dos sentidos mediáticos**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1998.

ALVES, Wagner Camilo. **Da Itália à Coréia**: decisões sobre ir ou não à guerra. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ANDRADE, Jéferson Ribeiro. **Um jornal assassinado**: a última batalha do Correio da Manhã. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 21, nº 41, p. 243-264, 2001.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. **Cultura amordaçada**: intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

_____. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In.: AQUINO, Maria Aparecida de; LONGHI, Carla Reis; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de; SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz (Orgs.). **Em busca do crime político**: família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

_____. **Jornal, história e técnica**. 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1972.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BARBEIRO, Heródoto. Prefácio. In.: GOYZUETA, Verónica; ORGIER, Thierry. **Guerra e imprensa**: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil (1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In.: PORTO, Sérgio Dayrell; MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes. **O discurso relatado no jornal e a ilusão da objetividade**. 218 fls. Tese. (Doutorado em Letras). Assis. Faculdades de Ciências e Letras: UNESP, 1995.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **América Latina**: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BIAGI, Orivaldo. **O imaginário e as guerras da imprensa**: Estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coréia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973). 280 fls. Tese. (Doutorado em História). Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **O terceiro ausente**: ensaios e discursos sobre a paz e a guerra. São Paulo: Manole, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício (Orgs.). **Panorama brasileiro de paz e segurança**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ Fundação Konrad Adeunar, 2004.

BRIGAGÃO, Clóvis. Estudos e pesquisas da paz no Brasil: uma memória. In.: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Panorama brasileiro de paz e segurança**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ Fundação Konrad Adeunar, 2004.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In.: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BUENO, Clodoaldo. Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. A política multilateral brasileira. In.: CERVO, Amado Luiz (Org.). **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora da UnB, 1994.

BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In.: SEBRIAN, Raphael Nunes et. al. (Orgs.). **Dimensões da política na historiografia**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editora/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Arquivo do Estado, 2003.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeiro** – história dos Diários Associados. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **O PCB: 1943-1964**. Vol.02. São Paulo: Difel, 1982.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ. **O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. R. J.: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. In.: **Estudos Avançados**, USP, n.º 11 vol. 5, abril de 1991.

_____. Do livro à leitura. In.: _____. (org.). **Práticas de leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração - 1922-1972.** Rio de Janeiro, Graal, 1982.

CRUZ JÚNIOR, Ademar Seabra. Estudos de pesquisa e paz: novos padrões e novas realidades. In.: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Panorama brasileiro de paz e segurança.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ Fundação Konrad Adeunar, 2004.

COSTA, Maria Paula. **“Da mulher para a mulher”:** uma análise historiográfica do correio dos leitores da revista O Cruzeiro (1950-1963). 119 fls. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2003.

CUPERTINO, Fausto. A nova situação internacional e o problema da coexistência pacífica. In.: **Estudos Sociais.** n.08. p. 474-482, jun. 1960.

CVIIC, Stephen. Objetividade e reportagem de guerra. In.: GOYZUETA, Verónica; ORGIER, Thierry. **Guerra e imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque.** São Paulo: Summus Editorial, 2003.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DELMAS, Claude. **Armamentos nucleares e Guerra Fria.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação.** São Paulo. Editora Unesp, 1999.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MATINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In.: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta – a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição.** São Paulo: Editora Senac, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. **A Guerra Fria.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida N. (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática.** v.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do getulismo. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 21, n. 40, p. 133-157, 2001.

FURET, François. **O Passado de uma Ilusão: Ensaio Sobre a Idéia Comunista no Século XX**. São Paulo: Siciliano, 1995.

GARAMBONE, Sidney. **A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GIBB, Tom. Ecos de uma outra Guerra. In.: GOYZUETA, Verónica; ORGIER, Thierry. **Guerra e imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

GIOVANETTI NETO, E. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. S.P: Novos Rumos, 1986.

GONÇALVES, Williams da Silva. A Segunda Guerra Mundial. In.: REIS FILHOS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX: o tempo das crises (revoluções, fascismos e guerras)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987

HECKER, Frederico Alexandre de Moraes. **Socialismo Sociável: o PSB paulista em tempos de guerra-fria (1945-1964)**. 2 vol. Tese de doutorado apresentada na FFLCH/ USP, 1996.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In.: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a.

JEANNENEY, Jean-Noel. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996b.

KOLTAI, Caterina. **Por que pacifismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: contexto, 2008.

LEDEBEV, N. **La URSS en la política mundial**. Trad. Espanhol com acréscimos de O. Karandashov. Moscou: Editorial Progreso, 1983.

LESSA, Antônio Carlos; MEIRA, Frederico Aranha. O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001. In.: **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 44 (2), p. 46-61, 2001.

LIMA, Patrícia de Souza. **Caderno B do Jornal do Brasil**: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985). 282 fls. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

LIMA E SILVA, Igor Marx Freire Ferreira. **Enquadramentos de Guerra**: a cobertura do recente conflito no Iraque em dois jornais brasileiros. 169 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação: Universidade de Brasília, 2006.

LINS E SILVA, Carlos Eduardo **O adiantamento da Hora**. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

LONER, Beatriz Ana. **O PCB e a Linha do ‘Manifesto de Agosto’**: um estudo. 204f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: UNICAMP, 1985.

LOPES, Antonio Herculano. Do monarquismo ao “populismo”: o Jornal do Brasil na virada para o século XX. In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**: os tratados que desenharam o planeta. São Paulo: Contexto, 2008.

MANIN, Bernard. Paz. In.: **Enciclopédia Einaudi**: anthropos-homem. Vol. 05. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro/ Campinas: Renavan/ Unicamp, 1998.

_____. Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a “intentona comunista de 35”. In.: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José (Orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa, FARIA, Ricardo de Moura. **História do tempo presente**: textos e documentos. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**: história das idéias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELLO E SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. In.: **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 41, v. 02, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In.: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 04. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

MENEZES, Lená Medeiros de. Civilização x barbárie: mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921). In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos de história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199. 2000.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOREIRA, Sônia Virgínia. O mundo pelas agências de notícias. In.: **Comunicação e Educação**. S.P. n.05, p. 23-26, jan./abr. 1996.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Renavan, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Immpress, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. **Jango e o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In.: PORTO, Sérgio Dayrell; MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural norte-americana. São Paulo: Brasiliense, 1984

_____. **Sucessos e ilusões:** relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional.** São Paulo: Contexto, 2004.

NORDENSTRENG, Kaarle; VARIS, Tapio. Inventário internacional da estrutura dos programas de televisão e circulação internacional dos programas. In.: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação:** realidade e mito. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. **Enviado especial à ...:** uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras da ex – Iugoslávia (anos 90). 279 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

PONTARA, Giuliano. A pesquisa científica sobre a paz. In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de política.** 7.ed. Brasília: UNB, 1995.

PORTO, Sérgio Dayrell; MOUILLAUD, Maurice. **O jornal:** da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002

PRADO, Maria Lígia Coelho. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem Incompleta, a experiência brasileira:** a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

_____. O retorno do político. In.: CHAUVEAU, Agnes. **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: Edusc, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950 e 1970. In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MORÉL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Os “combatentes da paz”:** a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, 2003.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta:** condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas (1937-1997):** história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964**. 360 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH: UNICAMP, 1998.

RIBEIRO, Wagner Costa. Guerra e geopolítica após a Segunda Guerra Mundial. In.: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In.: CHAUVEAU, Agnes. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo das charges na Folha de S. Paulo**. Maringá: Editora da UEM. 2000

ROSSI, Clovis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROUCHOU, Joëlle. Samuel Wainer: memórias entre jornalismo e política. In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Partido Comunista, Cultura e Política Cultural**. Tese de doutoramento apresentada na FFLCH/ USP. 1986.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil e as Nações Unidas. In.: **Estudos Avançados**. São Paulo, USP. n. 25. p. 119-127, 1995.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. São Paulo: LECH, 1981.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945 – 1948**. 211 fls. Dissertação (Mestrado em História). Assis. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2008.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. In.: **Patrimônio e Memória**. v.02, n.02, p. 01-18, 2006.

SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SOARES, Murilo Cesar. A retórica da consagração: o discurso de FHC aos empresários. In.: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José. **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

- SUZUKI JR., Matinas. A maquiagem do mundo. In.: FOLHA DE S. PAULO. **Primeira página**. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1985
- SOMAVIA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. In.: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação**: realidade e mito. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947. In.: HOBSBAWM, E.J(org.). **História do Marxismo**. Vol. X, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **O Porto Vermelho**: a maré revolucionária (1930-1951). São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.
- TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. **Com a corrente**: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950. 303 fls. Tese (Doutorado em História). Campinas, IFCH, 2003.
- TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da segunda Guerra. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1993.
- VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954). 325 fls. Tese (Doutorado em História). Niterói/RJ. Instituto de Ciências Humanas: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional. In.: **Lua Nova**. n. 58, 2003.
- VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In.: REIS FILHOS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**: o tempo das crises (revoluções, fascismos e guerras). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- WAINBERG, Jacques A. **Império das palavras**: estudo comparativo dos Diários e Emissoras Associadas, de Assis Chateaubriand, e Hearst Corporation, de William Randolph Hearst. Porto Alegre: EDIPURCS, 1997.
- WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação**: realidade e mito. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO DESTE TRABALHO, NO TODO OU EM PARTE, DESDE
QUE SEM FINALIDADE COMERCIAL E CITADA A FONTE.

ASSIS, 18 DE AGOSTO DE 2010

EDVALDO CORREA SOTANA